

Marco Antonio Maschio Cardozo Chaga

**RAPSÓDIA DE UMA DÉCADA PERDIDA –
O FOLHETIM DA FOLHA DE S. PAULO (1977-1989)**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Literatura, da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da Professora Doutora Maria Lucia de Barros Camargo, para a obtenção do título de “Doutor em Letras”, área de concentração em Teoria Literária.

Ilha de Santa Catarina, dezembro de 2000

Folhetim

Rapsódia de uma década perdida

Marco Antonio Maschio Cardozo Chaga

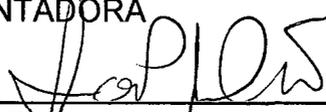
Esta tese foi julgada adequada para a obtenção do título

DOUTOR EM LITERATURA

Área de concentração em Teoria Literária e aprovada na sua forma final pelo
Curso de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina.

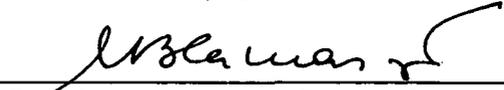


Prof. Dra. Maria Lúcia de Barros Camargo
ORIENTADORA

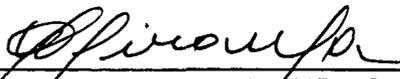


Prof. Dra. Simone Pereira Schmidt
COORDENADORA DO CURSO

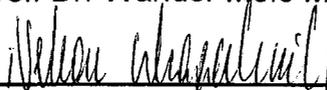
BANCA EXAMINADORA:



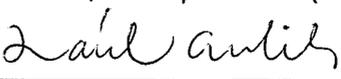
Prof. Dra. Maria Lúcia de Barros Camargo
PRESIDENTE



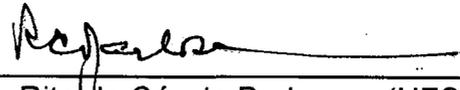
Prof. Dr. Wander Melo Miranda (UFMG)



Prof. Dr. Nelson Schapochinik (UNESP-Franca/USP)



Prof. Dr. Raúl Antelo (UFSC)



Prof. Dra. Rita de Cássia Barbosa - (UFSC)

Prof. Dra. Ana Luiza Andrade (UFSC) - SUPLENTE

Para Simone, parceira de todos os crimes.

MEUS AGRADECIMENTOS

Ao Cnpq, pela bolsa;

à Maria Lúcia de Barros Camargo, orientadora, pela força e cumplicidade;

aos pesquisadores do Poéticas Contemporâneas, de hoje (Eduard, Fabíola, Lúcia, Rafael e Renata) e de ontem, pelas discussões e amizade;

às amigas Edda, Micha, Mariana e Neide, pelo apoio;

aos amigos Beto, Tonho, Oscar, Cléber e Nilson, pelas longas conversas;

aos irmãos Marcelo e Gisele, pela proteção;

ao Manuel, pelas raquetadas;

aos companheiros de Doutorado, especialmente ao Caco, pela interlocução;

à Elba da secretaria da Pós e à Coordenação do Curso;

aos alunos da FERJ, Paulo e João, e ao Demétrio da UNOESC, pela indexação;

e, por todos os motivos, aos meus pais.

RESUMO

Além de um fichamento completo dos doze anos de existência do *Folhetim* da *Folha de S.Paulo*, esta Tese realiza algumas interpretações paralelas sobre a importância que o suplemento exerceu ao longo da década de oitenta. São privilegiados os aspectos históricos, políticos e, sobretudo, literários sinalizados pelo *Folhetim*. A primeira parte da Tese enfoca as relações históricas que estiveram na base do jornalismo voltado à formação dos leitores, destacando, principalmente, a atuação dos folhetins como fonte de aceleração, não apenas da publicação de romances, mas como reserva crítica capaz de nos fornecer uma ampla visão do passado. A segunda parte da Tese enfoca as tramas literárias e o papel chave desempenhado pela psicanálise. Paralelamente à exposição de alguns dados descritivos, apresento algumas alternativas de análise das três fases que marcaram a existência do suplemento. A primeira, entre 1977 e 1979, dedicada ao divertimento; a segunda, entre 1979 e 1982, voltada ao cenário político da redemocratização; e a terceira e mais longa, entre 1982 e 1989, centralizada na divulgação de ensaios oriundos, majoritariamente, das Ciências Humanas.

RÉSUMÉ

Cette thèse réalise, à partir de l'indexation complète de douze ans d'existence du *Folhetim* de *Folha de S. Paulo*, quelques interprétations parallèles sur l'importance que ce supplément a exercé pendant les années 80. Ce sont privilégiés des aspects historiques, politiques et, surtout, littéraires signalés par le *Folhetim*. La première partie de cette thèse aborde les relations historiques qui ont été dans la base du journalisme tourné à la formation des lecteurs, en soulignant, surtout, le rôle des feuilletons comme source d'accélération, pas seulement de la publication de romans, mais comme réserve critique capable de fournir une vaste vision du passé. La seconde partie de la thèse contemple les trames littéraires et le rôle central développé par la psychanalyse. Parallèlement à l'exposition de quelques données descriptives, je présente quelques alternatives d'analyse de ces trois phases qui ont marquées l'existence du supplément. La première, entre 1977 et 1979, est dédiée aux variétés; la seconde, entre 1979 et 1982, aborde le scénario politique de la redémocratisation; et la troisième, la plus longue, entre 1982 et 1989, est centralisée dans la divulgation des essais venus, en grand partie, des Sciences Humaines.

SUMÁRIO

ANOTAÇÕES –EM BUSCA DO NACIONAL	2
PARTE I	
A EDUCAÇÃO DO POVO	9
AS ENCICLOPÉDIAS NACIONAIS	17
OUTRO MODELO	24
PRIMEIRA FASE (1977-1979) – O FOLHETIM DE VARIEDADES	
INDÚSTRIA CULTURAL	31
NOTAS	35
SEGUNDA FASE (1979-1982)	
CONTEXTO	48
ESTRATÉGIAS	61
ESCLARECIMENTO E FORMAÇÃO – A ENCICLOPÉDIA NACIONAL	64
PROJETO <i>FOLHETIM</i>	70
UM PROJETO DE NAÇÃO	76
NOTAS	79
A TERCEIRA FASE (1982-1989)	
O PERIÓDICO E A FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO MODERNO	86
ENSAIO E AMÉRICA LATINA – FEBRE INTERMITENTE	98
ENSAIO, INTERDISCIPLINARIEDADE E HIBRIDISMO	109
O LOCAL INTERDISCIPLINAR E O QUASE ESPAÇO HÍBRIDO	113
ARTICULAÇÃO	116
NOTAS	121
PARTE II	
AS PERSPECTIVAS DA PSICANÁLISE –	
METÁFORA DE UMA COLETIVIDADE OU DESLIZE INDIVIDUAL?	156
ANTECEDENTES	157
A PSICANÁLISE E O PSICANALISTA	159
A PSICANÁLISE A SERVIÇO DAS CIÊNCIAS HUMANAS	164
DOIS EXEMPLOS	165
UMA VERSÃO LOCAL DO CULTURALISMO	169
NOTAS	173
A CIRCULAÇÃO DA IDÉIAS LITERÁRIAS NO FOLHETIM — O ITINERÁRIO	
I FASE (1977-1979) – A CRÍTICA APADRINHADA	184
II FASE (1979-1982) – OS PRIMEIROS SINTOMAS DO CULTURALISMO BRASILEIRO	188
III FASE (1982-1989) – CONTRA O TÉDIO –	194
DOS ESTUDOS LITERÁRIOS À FORMAÇÃO CULTURAL	200
NOTAS	219
POSTERIOR	246
BIBLIOGRAFIA	252

ESTE EXEMPLAR DEVE SER ACOMPANHADO DE UM CD-ROM (**PARTE III**) QUE CONTÉM OS SEGUINTE ARQUIVOS: - METODOLOGIA DA PESQUISA; - INDEXAÇÃO ANO A ANO DO *FOLHETIM*; - ÍNDICE DOS COLABORADORES DO SUPLEMENTO; - ALGUMAS PESQUISAS.

ANOTAÇÕES — EM BUSCA DO NACIONAL

O acabado é dogmático e impositivo. O inacabado é convidativo e insinuante. É dinâmico, enfim. Arma o nosso braço.

Mário de Andrade

Rapsódia de uma década perdida foi forjada para atender a uma necessidade acadêmica, mas está longe de se constituir como um texto burocrático; antes disso, esta rapsódia significa, com todo ônus que isto possa carregar, um relato pessoal. Não se trata de encadear alguma memória vivenciada, nem tampouco lamentar a proximidade por mais um final de século: ler o *Folhetim* foi a minha tentativa, particular, de ler o *Ulisses*, de Joyce. Ler um romance ilegível e compreender uma narrativa infinita, que exige do leitor uma enorme capacidade para organizar as migalhas que vão se dissipando ao longo da jornada.

Nascida de um sonho visionário dos rebeldes anos sessenta, a então adolescente década de oitenta se tornou uma espécie de pesadelo, que aglutinava segmentos, guetos e tribos dentro de cada respectivo filão de mercado. A partir de então, várias ressonâncias se tornariam sintomas cíclicos, bastando, por ora, que seja observada a ascendente crise apática pela qual passa grande parte de nossas Instituições, tornando-as ineficazes ou mesmo incapazes de fornecer respostas aos problemas que iam se cristalizando à época. Nestes anos, depois da alegria e do colorido dos anos rebeldes e quando se obteve novamente algumas conquistas democráticas (pós “anos de chumbo”), uma parte dos jovens se embalava ao som melancólico do *rock* inglês e o preto se tornava a cor predominante das noites e também dos dias, anunciando um período de cinismo que servia de combustível às relações entre os adolescentes de vinte poucos anos e os seus pais ou irmãos mais velhos. Mais deslocados, mas nem por isso menos

influentes, surgiam os mais variados agrupamentos esotéricos de jovens despoetizados que, desencantados com a política tradicional e tendo como líderes espirituais algum guru contracultural fixado em alguma interpretação estreita dos anos sessenta, alarmavam-se ou se alegravam com os temidos sinais que a proximidade do final do século anunciava: este perfil promovia o surgimento de outra apatia, de uma afasia gerada pelo excessivo medo ou felicidade diante do fim.

Talvez ainda sob a influência de um excesso de liberalismo dos anos sessenta, nos meios acadêmicos, até então balizados por limites disciplinares mais precisos, a década de oitenta passava a questionar e a embaçar as fronteiras dos rígidos sistemas universitários. Como decorrência desta configuração de acontecimentos, agravava-se ainda mais o coro dos descontentes que enxergavam nestas tendências liberalizantes a decadência cultural e literária, que se fez representar através de uma crise de criatividade diante da exposição de toda uma geração ao episódio das gavetas vazias ou, como queriam outros, de uma década perdida. A produção intelectual existiu, mas ela não contemplou as expectativas daqueles que esperavam uma enxurrada de novos nomes, e diga-se, de grandes nomes que pudessem vir a apagar, em última instância, a memória desagradável de uma época na qual a censura e a repressão tinham imperado.

Evidentemente, nenhuma das alternativas anteriores se aplica ao *Folhetim*, pois o compromisso que o suplemento procurou resgatar tinha raízes históricas e o seu principal objetivo, embora tenha variado ao longo de sua existência, ia ao encontro da formação e do esclarecimento do leitor.

Ler o *Folhetim* como uma formação cultural que descortina boa parte do contexto cultural brasileiro da década de oitenta representa uma das principais linhas desta pesquisa. Inicialmente, desejo comentar dois traços históricos que, embora esquemáticos, servem para elucidar alguns antecedentes do *Folhetim*: em primeiro lugar, pretendo apresentar traços

pertinentes ao desenvolvimento dos folhetins para, em seguida, lembrar alguns desdobramentos que nortearam, a partir do início deste século, as soluções de compromisso dos intelectuais brasileiros diante das tentativas de se desvencilharem da dependência política e do colonialismo cultural. A relação entre a proliferação dos folhetins e as discussões que culminariam nas referidas soluções de compromisso parecem seguir um caminho semelhante, ou seja, na medida em que se descobre a importância (política e a estratégica) que o suporte jornalístico do folhetim oferece, amplia-se, aos poucos, a participação social dos escritores.

Além de sua característica complementar, a importância principal dos folhetins sempre esteve associada à necessidade de ampliar a venda dos jornais. Vale ressaltar que esta estratégia não seria permanente, sendo gradativamente deixada de lado ou necessariamente abandonada durante as passagens do século XIX ao XX. A história do folhetim se confunde com a história do romance, sendo difícil separar e decidir sobre a dependência do folhetim ao jornal, ou vice-versa. Em alguns casos, o folhetim permitiu ao escritor autonomia financeira, embora as necessidades do público de quem dependia o sucesso das vendas retirassem parte desta autonomia, do mesmo modo que restringiam o leque das escolhas estéticas. Além disso, as relações econômicas e os limites éticos de subordinação de um escritor ao mercado foram questionados, contudo, a relação do escritor com os jornais não fez desaparecer a figura do grande escritor, distante dos lucros e da incipiente indústria do romance. Neste sentido — para além do problema do enxuto mercado de leitores letrados — o folhetim nasce sob o signo da mercantilização da cultura, e o contínuo movimento de desvalorização das histórias orais e do ouvinte segue, ao contrário, o ritmo ascendente da formação de um mercado de leitores-consumidores-colecionadores. Inicialmente de leitura coletiva, o folhetim vai-se individualizando até o seu desaparecimento, sendo substituído pelo artefato livro.

No Brasil, a precariedade que atravessa a constituição do folhetim não deveria ser estranhada, isto porque essa insustentabilidade periférica nutre a formação de uma cadeia discursiva não apenas efêmera, mas, ao mesmo tempo, parcial e deslocada. Desta forma, não seria possível conceber uma formação cultural que tivesse condições de controlar o que vai, ou não, fazer parte de suas sínteses provisórias. Não foi possível fazer do Brasil um país hegemônico em relação a todos os fatores que compõem uma sociedade *civilizada*, seja em função das variações lingüísticas e de costumes, seja pela diversidade étnica e religiosa; a nossa formação foi sempre alimentada por algum tipo de falta ou de excesso. As categorias de interpretação podem ter variado do ponto de vista político, todavia coincidiram em um ponto: todas elas operam algum mecanismo incompleto de interpretação. *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, as *Suites*, do Marques Rebelo, o rapsódico *Macunaíma*, de Mário de Andrade, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, a *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior e a *Formação da Literatura Brasileira*, de Antonio Candido, são alguns exemplos de textos que refletem uma variante dos estudos “totais” e acabam por reforçar a crença em uma estética do fragmento. Estes exemplos asseguram que a estética do fragmento se aplica ao contexto brasileiro, adquirindo um sabor de ensaio geral, do qual emergem muito mais as experiências subjetivas de cada autor, do que a busca em se formular uma teoria geral para a compreensão do subdesenvolvimento e da dependência, embora sirvam como metáforas destas leituras. Assim, do mesmo modo que se pode ler o fenômeno literário em um ensaio de interpretação nacional, deve-se perceber a importância histórica ou econômica nos romances. Nestes termos, o que está em conflito é a subjetividade em busca de soluções parciais e paralelas frente às soluções racionais e totalizadoras que vinham de fora.

Esta época produziu textos chaves para a nossa compreensão de uma geração compromissada em re-armar as estratégias de leitura do nacional.

Ela também revela a preocupação com a circulação de idéias necessárias para compensar a ausência de um sistema de educação superior fortalecido. Diante dos primeiros ensaios do ensino acadêmico, foram as revistas e os suplementos literários que se encarregaram de levar adiante os dilemas metodológicos da crítica literária (travestida de crítica social e/ou cultural) e da discussão política. Genericamente, os periódicos se tornaram o lugar privilegiado e disponível para os principais debates sobre a necessidade de se combater a dependência cultural e, conseqüentemente, o colonialismo político. Observa-se, portanto, que o campo das histórias das idéias havia fixado fileiras junto ao clima de permissividade e relativismo das revistas. Tal história inscrevia-se em conjunto com as iniciativas nada ortodoxas das publicações coletivas e estatais. Assim como Guerreiro Ramos e Antonio Candido enfatizaram o exagero de chamarmos o conjunto de textos literários produzidos no Brasil como uma História da Literatura Brasileira, deve-se, no mesmo sentido, estranhar o reconhecimento de uma História das Idéias, considerando-se os contornos que ela adquiriu ao se desenvolver no Brasil.

Depois de ler e indexar todos os textos publicados pelo *Folhetim da Folha de S.Paulo* (1977-1989) em um banco de dados, parti para a análise de algumas hipóteses literárias e históricas que o suplemento me sinalizava. A primeira parte da tese enfoca as relações históricas que sempre estiveram na base do jornalismo e a formação dos homens de letras, destacando, principalmente, a atuação dos folhetins como fonte de aceleração, não apenas da publicação de romances, mas, sobretudo, como reserva crítica capaz de nos fornecer uma ampla visão do passado. A seguir, paralelamente à exposição de alguns dados descritivos, apresento algumas alternativas de análise das três fases que marcaram a existência do suplemento.

A primeira, entre 1977 e 1979, foi extremamente marcada pela publicação de entretenimento. Os primeiros anos do *Folhetim* podem ser

associados à tentativa de reviver o sucesso que *O Pasquim* (1969-1980) vinha desfrutando junto ao grande público.

Enquanto na primeira fase o jornalista-intelectual-cronista havia dominado o espaço do suplemento, ditando quais seriam as tendências culturais a serem seguidas, a segunda anunciava uma nova versão deste intelectual, acentuando, em seu discurso, a cor local e a face política de seu discurso. A segunda fase, situada entre 1979 e 1982, esteve marcada pelas influências gramscianas no que se refere ao papel da cultura e do intelectual, sendo que o jornal procurou evidenciar um aspecto que havia ficado obscurecido durante os primeiros anos. Com a finalidade de levar até os leitores uma ampla gama dos problemas nacionais, foi necessário resgatar o compromisso educacional do *Folhetim*. Se durante a primeira fase o termo *folhetim* serviu como uma luva para se reconhecer as semelhanças com o similar oitocentista, a nova fase do suplemento assumia um tom mais engajado, em sintonia com os ideais políticos que a época exigia.

A terceira fase, entre 1983-1989, atesta a consolidação de um período de grandes mudanças no cenário cultural e acadêmico brasileiro. Se imaginássemos o suplemento como uma máquina que projeta idéias alheias, semelhante ao panarógrafo, e os textos como seu mais legítimo *rolo de filme*, observaríamos o desenrolar de uma história que consagrou o perspectivismo (do ensaísmo) entre nós. O ideário do projeto educativo anterior, baseado na premissa de um sistema contínuo de aprendizagem e na acumulação cognitiva do conhecimento, cedeu lugar às constantes mudanças de foco e à visão desfocada do mundo das idéias. O principal agente corrosivo desta mudança se encontra, em larga escala, no reinante ensaísmo que marcou a década de oitenta, tendo no *Folhetim* um dos principais meios de divulgação e consagração da época.

Além disso, procurei estabelecer as linhas gerais de um projeto, ainda com características modernistas, que visava recuperar a “construção”

de nossa identidade cultural através da década de oitenta. Neste contexto, tive a necessidade de analisar os primeiros sinais do descolamento das interpretações canônicas oriundas dos “estudos literários” e a ascensão do interesse das pesquisas em torno das mesclas culturais e hibridizações relacionadas aos “estudos culturais”.

Abrindo a segunda parte da tese, direcionei-me à psicanálise, que havia servido como espinha dorsal do suplemento, fornecendo, em diversos momentos, arsenal teórico suficiente para que todo o campo das ciências humanas fosse questionado a partir de suas respectivas “interioridades”.

Concluindo a segunda parte da tese, lanço algumas hipóteses de leituras, fechando o foco sobre a crítica e a teoria literárias veiculadas pelo *Folhetim*. Basicamente, a pesquisa procura ressaltar que a esmagadora maioria dos textos publicados estava, de algum modo, associada à crise (da tradição, do cânone e dos paradigmas teóricos, além, é claro, da crescente onda de quebras de referencialidade que marca *os fins* da modernidade) pela qual passavam os estudos literários.

PARTE I

A EDUCAÇÃO DO POVO

Você ganha alguma coisa, mas perde alguma coisa.

(Ditado de origem desconhecida)

A partir do século XVI, portugueses e espanhóis lançaram-se ao mar em busca de riquezas e territórios. As Grandes Navegações exigiram do homem civilizado uma mudança na forma de se relacionar com os continentes. Salientaram-se as periferias não apenas da Europa e do Oriente, mas também da África e da América. O litoral ganhou destaque e assim se formava, ao redor do mundo, um grande número de cidades portuárias, que, naquele momento, assumiam grande importância frente às necessidades de comércio e das incipientes trocas monetárias. Evidentemente, aproveitou-se a estrutura herdada das antigas cidades-estado romanas, e ainda medievais, como fonte de inspiração para se implementarem as novas exigências do comércio internacional, do mercantilismo. A descoberta da América, a conquista e a colonização de seu território, principalmente de suas bordas, ocorria junto a uma intensa ramificação do comércio com as nações do Oriente.

Coroando as primeiras conquistas da modernidade, surge em Veneza, por volta de 1630, o primeiro jornal de que se tem notícia. Mais liberal e menos dogmática em relação aos processos inquisitoriais do que Roma, Veneza expressava sua riqueza e o seu esplendor comercial através das artes. Inaugurando a Moderna Idade, a invenção do jornal marcava o encerramento de um ciclo histórico que deslocava o eixo das influências artísticas do Renascimento. O jornal lançava as bases para novas conquistas e, através do meio impresso e periódico, as liberdades individuais foram

saudadas. Gradativamente, o novo veículo seria festejado nas principais capitais européias, sendo que, aliado do comércio e por ele alimentado, o jornal assumia a função de conquistar — como uma metáfora das Grandes Navegações — e integrar o novo ao velho mundo, fornecendo uma espécie de primeiro ensaio da conquista de lugares extras.

Duzentos anos mais tarde, por volta da década de trinta do século XIX, o jornal agregaria uma das invenções mais importantes para que o veículo se cristalizasse como um sucesso comercial: o folhetim. A partir de meados do século XIX, a fórmula francesa se expande — o que vende o jornal é o folhetim, e o que vende o folhetim é o romance nele publicado —, atingindo as grandes cidades européias, mas também cidades como o Rio de Janeiro. Impulsionando as vendas diárias e ampliando as assinaturas, o folhetim reforma o jornal e esta reforma potencializa a função do veículo.

Em 1838, o *Jornal do Comércio* lança *Capitão Paulo*, de Alexandre Dumas, o primeiro folhetim traduzido da língua francesa e publicado em jornais brasileiros.

“Título geral desse *pot-pourri* de assuntos (Martins Pena falaria em *sarrabulho litero-jornalístico*): *Variétés*, ou *Mélanges*, ou *Feuilleton*. Mas este último, repita-se, era antes um termo genérico, designando essencialmente o espaço na geografia do jornal e seu espírito. Com o tempo, o apelativo abrangente passa a se diferenciar, alguns conteúdos se rotinizam, e o espaço do folhetim oferece abrigo semanal a cada espécie: é o *feuilleton dramatique* (crítica de teatro), *littéraire* (resenha de livros), *variété (...)*”¹

Em decorrência da censura napoleônica, os jornais tiveram que repensar suas estratégias de venda diante das limitações informativas impostas.

“É claro que algumas informações chegavam ao público por meio das gazetas, mas essas informações, supostamente, não deveriam tratar do funcionamento interno da política — nem sequer da política —, exceto sob a forma de pronunciamentos oficiais sobre temas tais como guerra e paz. Todos os materiais impressos precisavam ser aprovados, passando por uma burocracia barroca que incluía quase 200 censores, e as decisões dos censores eram implementadas por uma divisão especial da polícia, a dos inspetores da indústria de livros”.²

A principal novidade deste novo jornal se encontrava no rodapé da primeira página, que apresentava um índice das principais variedades e uma fatia de algum romance popular. Chamarizes tenazes, os pedaços de romances e as variedades mais picantes fígavam os leitores e consolidavam o costume da leitura diária. Para muitos, a vida sem o jornal havia se tornado inviável, e este vício alçou o jornal à posição de principal meio de comunicação das emergentes cidades modernas. A aventura da modernidade ganhava um potente meio capaz de fazer circular uma grande quantidade de informações úteis mescladas ao divertimento.

“Em 1915, discursando a uma platéia de jornalistas portenhos, João do Rio arrisca a idéia de que nada de novo houve no mundo depois da descoberta da América e da expansão do jornal — duas utopias iluministas. Como instituição social, o jornal aparece, a seus olhos, como a mais salutar delas: farol de opinião nas democracias”.³

Este farol das opiniões democráticas encontraria severos defensores de que sua função deveria se voltar ao esclarecimento do público menos letrado e até mesmo analfabeto, supondo-se que o jornal poderia ser lido por um, mas ouvido por muitos. Contudo, deve-se atribuir ao folhetim grande parte do sucesso do jornal, quando se verificou sua capacidade de atrair uma diversa gama de leitores, letrados ou não. Neste momento

existem duas ocorrências dignas de nota. Em primeiro lugar, há o reconhecimento do escritor (folhetinista) como precursor do sucesso de público e de rendimentos para o jornal. A profissionalização do escritor e o limite da ética autoral (a quem o escritor deveria atender: os desejos do público ou as exigências literárias?) foram levados ao extremo⁴. Por outro lado, percebe-se o nascimento do jornalista-cronista-intelectual. Invariavelmente associado ao espaço da imprensa, este novo intelectual aglutina um leque de mudanças que amplia o seu campo de atuação, pois, deste ponto em diante, o intelectual-jornalista deveria articular tanto as impressões e a crítica social do cronista, quanto a função de formador de opinião atribuída ao jornalista.

Como mais um dos componentes do folhetim, o romance da virada do século XIX indicava o rumo a ser seguido, armando uma das principais teias narrativas da modernidade. Explorando áreas limítrofes e invadindo territórios anteriormente consagrados a gêneros específicos (como a poesia épica e a epístola), a formulação ímpar desta narrativa era correlata às profundas mudanças sociais e econômicas que as nações européias atravessavam. Seja através da crônica periódica ou do romance folhetim, portanto, independente da perspectiva literária que se utiliza para analisar esta passagem, pode-se considerar o campo literário como a principal fonte de relatos sobre aquele cotidiano, ou seja, este lugar funciona como o espaço crucial do exercício crítico. Nele desfilam as ficções produzidas a partir da observação social, e a narrativa literária, por sua vez, também se apropria do jornal para ampliar seus domínios.

Em meados do século XX, os suplementos literários passam a suprir as exigências imediatas do campo literário, tornando mais específico o espaço da crítica literária. De periodicidade variável (semanal, quinzenal ou mensal), o suplemento costuma circular submetido ao jornal. O suplemento não ambiciona o ciclo de curta duração, como se observa no caso da informação diária, embora procure atingir outras metas, não menos

pretensiosas, pois, ao jornal, e mais especificamente ao suplemento (e isso deve ser extensivo às revistas literárias e/ou culturais) atribuiu-se, por mais de uma vez, a função de integração territorial de uma Nação, pedra de toque das culturas nacionais. Dessa maneira, o surgimento do jornal povoou de expectativas o universo do folhetinista e dos homens de letras, que alimentaram os mais diversos sonhos em relação ao potencial que o jornalismo poderia vir a desempenhar.

Vinte anos depois das primeiras publicações e percebendo o sucesso alcançado pelos folhetins e, conseqüentemente, pelos jornais, Machado de Assis reconhecia a importância deste novo meio de comunicação:

“Sou dos menos inteligentes adeptos da nova crença, mas tenho consciência que dos de mais profunda convicção. Sou filho deste século, em cujas veias ferve o licor da esperança (...)”.

“Tudo se regenera: tudo toma uma nova face. O jornal é um sintoma, um exemplo desta regeneração. A humanidade, como um vulcão, rebenta uma nova cratera quando mais fogo lhe ferve no centro. A literatura tinha acaso nos moldes conhecidos em que preenchesse o fim do pensamento humano? Não; nenhum era vasto como o jornal, nenhum liberal, nenhum democrático, como ele. Foi a nova cratera do vulcão (...)”.

“O jornal é a liberdade, é o povo, é a civilização”.⁵

O caso brasileiro no contexto da América Latina não era isolado. Comparando a imprensa moderna ao espaço público das antigas repúblicas gregas e romanas, Domingos Faustino Sarmiento sonhava, em 1841 (devidamente informado sobre o sucesso dos folhetins), com a possibilidade de o jornal se desenvolver sob o signo da independência, fomentando as mais diversas iniciativas libertárias, sobretudo os ideais educacionais, que a humanidade fosse capaz de formular.

“Por meio do jornalismo o mundo se identifica. As nações, como irmãs ausentes, comunicam suas prosperidades ou suas desgraças, para que sejam apreciadas ou sentidas por todos os seus membros; por meio do jornalismo os indivíduos anunciam suas necessidades e chamam a quem pode satisfazê-las; por meio do jornalismo o comércio se estende, as notícias e dados que às suas melhorias interessam se vulgarizam; e por meio do jornalismo, enfim, o povo antes ignorante e privado de meios de cultura começa a se interessar pelos conhecimentos e gostar da leitura que os instrui e diverte, elevando todos ao gozo das vantagens sociais, e despertando talentos, gênios e indústrias que sem ele permaneceriam na obscuridade”.⁶

Embora o raciocínio seja nutrido pelo bom senso, o jornalismo não conseguiria cumprir nenhum ideal de aproximação entre povos geograficamente tão próximos (Brasil e Argentina, por exemplo); todavia, ligava com espantosa rapidez as *irmãs ausentes* à mãe francesa ou inglesa, reforçando os laços de dependência com o velho continente.

No Brasil oitocentista, o jornal também serviria como um dos principais instrumentos de defesa dos ideais republicanos, agitando e mobilizando a opinião pública em torno da premência em se discutir as mudanças políticas. Intelectuais positivistas, republicanos ou conservadores, mantinham um consenso em torno da função esclarecedora e educativa que os jornais poderiam vir a desenvolver. Novamente, parece-me, o sucesso dos folhetins (que nesta época já estavam consagrados entre os leitores) fascinava os homens letrados, que enxergavam no jornal um meio ágil e barato para se erradicar do país (através de sua amplitude educacional) um de seus problemas crônicos: o analfabetismo. O republicano Frota Pessoa sentencia a sua crença no veículo: “O jornal é a tribuna ativa, de onde um determinado espírito, que traz convicções e idéias

próprias, se dirige às massas para esclarecê-las, conduzi-las e educá-las”.⁷
Mais enfático ainda é o programa republicano:

“Os intelectuais republicanos, empenhados na modernização da sociedade ‘fossilizada’ herdada do Império, colocaram sempre no centro de suas preocupações o sonho de um Brasil integralmente alfabetizado. As declarações de Olavo Bilac são muito representativas e sintomáticas dessa esperança obsessiva: ‘se fosse possível eu me centuplicaria para difundir a instrução, para convencer os governos da necessidade de criar escolas, para demonstrar aos que sabem ler que o mal do Brasil é antes de tudo o mal de ser analfabetos’”.⁸

Vale lembrar a proximidade das expectativas dos republicanos brasileiros com a observação do crítico francês Geoffreoy, em princípio do século XIX, sobre a expectativa que se criava em torno do folhetim, depois de agregado ao jornal:

“O folhetim assumiu proporções extraordinárias, impondo-se cotidianamente à atenção dos leitores, por um corpo de folhetinistas de primeira ordem, discorrendo cada qual sobre a sua especialidade: a Crítica dramática, a História, a Literatura. Instalara-se assim, no andar térreo da folha, como que uma universidade popular, em que se ensinava sem pedantismo e onde se aprendia sem esforço”.⁹

Na proporção em que a política republicana brasileira não conseguia atingir o objetivo de erradicação do analfabetismo — deixando mais de oitenta por cento da população brasileira nesta condição —, acentuava-se, entre os intelectuais locais, a busca de alternativas visando à solução do problema.

Sobre o jornal, Machado de Assis guardava o “licor da esperança” de que viesse a se tornar a grande tribuna do escritor e do público. Domingo F.

Sarmiento também reservava grandes batalhas políticas para o veículo. A partir das primeiras décadas do século XX, entretanto, o uso político que o nazismo alemão faria dos meios de comunicação questionaria profundamente as bases destas crenças. Contudo, quando associadas ao ideário das esquerdas, estas promessas de emancipação fundadas nas grandes transformações sociais constituíam a utopia que havia sido lançada como parte da *Ilustração*, sendo que, com justificativas diferentes, este ideário continua sendo partilhado até hoje entre nós.

AS ENCICLOPÉDIAS NACIONAIS

Para republicanos e liberais, o meio pelo qual a narrativa passa a circular, integrando a sociedade, ou as regiões, as nações e os continentes, é o jornal. Mas, para perfazer o itinerário desta tarefa gigantesca, o responsável ou o idealizador deste tipo de projeto necessita, sob pena de não cumprir suas metas, estabelecer, de antemão, um *Programa* a ser perseguido durante a existência do jornal (suplemento ou revista) ou durante a fase na qual estará à frente da publicação. Estes programas procuram contemplar as diferentes estratégias de que se dispõe para atingir o objetivo educativo da proposta, necessitando, para tanto, envolver o maior número possível de leitores, letrados ou não.

Se a crença no jornal repousava em sua capacidade de educar e esclarecer o público, seria necessário ajustar seu conteúdo aos novos formatos. Assim, o folhetim se beneficiava do romance para ampliar o público leitor do jornal e o passo seguinte seria mesclar ao folhetim-literário informações variadas que fossem capazes de atingir as metas educativas. Dessa forma, pode-se pensar o jornal nos termos de sua própria evolução.

Entretanto, antes de se pensar nestes desdobramentos que gerariam um tipo de jornalismo político-cultural comprometido com os ideais de emancipação do leitor, gostaria de aproximar a iniciativa de Monteiro de Lobato de construir um vasto plano geral de atuação tópica com a finalidade de *delinear um grande mapa da diversidade cultural brasileira*.

A partir de 1919, durante a segunda detenção da *Revista do Brasil*¹⁰, Monteiro Lobato foi um editor (durante sua fase de educador, antes das campanhas do petróleo e do aço) orientado pelos ideais humanistas, que pretendia esclarecer seus leitores sobre o sentido da nacionalidade, sobre o significado de ser brasileiro. Para tanto, o editor hierarquizava as metas a serem perseguidas durante sua gestão à frente da revista. A modernidade,

enquanto um projeto de emancipação coletiva — seja fundado nos princípios da Ilustração, seja derivado das “obras e dos discursos dos democratas franceses da III República”¹¹ (no século XIX) — seria mais uma vez acionada para dar conta dos processos desajustados de integração. O *Programa da Revista do Brasil* pretendia integrar as diferentes peculiaridades da Nação; entretanto, antes de qualquer iniciativa neste sentido, seria necessário conhecer este país ignorado por seus habitantes. Para Monteiro Lobato, a revista deveria fornecer a base de estruturação a uma enciclopédia dos temas nacionais, capaz de absorver os mais variados assuntos, visando ao preenchimento das lacunas da história política, social e cultural do país. O índice desta enciclopédia foi estampado em 1919, anexado ao número 47 da *Revista do Brasil*. Nele, o editor detalha qual seria o itinerário a ser perseguido para se construir a identidade nacional:

“A ‘Revista do Brasil’ é uma publicação aberta ao público, aos quais pensam! (sic), aos que desenham, aos que investigam, aos que sentem. Não se fecha ao leigo, ao principiante, ao obscuro, ao sem nome. Tanto acolhe as manifestações intelectuais do consagrado pela imortalidade acadêmica, como as de um simples ‘curioso’. Não olha nunca para o nome que subscreve a contribuição e sim para esta somente. Tendo valor o trabalho, aceitá-lo-á com o maior prazer. Porque está no seu programa ser um reflexo da alma nacional, essa alma brasílica sufocada pelo estrangeirismo invasor e pelo esnobismo infrene das grandes capitais. Abrindo-se ao público, só assim ela realizará o seu programa de espelho da nação, onde se reflitam todas as manifestações da nossa mentalidade. Para dar idéia desse programa, concretizamo-lo na serie de temas, inserta abaixo a titulo de sugestão.

Programa

História e Sociologia. – Dramas da colonização. – A tragédia de João de Barros e de Pereira Coutinho. – Os dilatadores da fé. – Os piratas – Os cavaleiros do oceano. – Santos e bandidos. – A miragem do Eldorado. – Estado da Europa á noticia do ouro da América. – O espírito das Ordenações do Reino – O livro Quinto – O cacique Cunhanbebe. – A função do jesuíta. – Anchieta, o santo da América. – A Fundação das cidades; como se organizavam; a localização a defesa; a administração etc. – Thomé de Sousa, ‘varão prudente e sisudo, homem sério’. – O pelourinho. – A sociedade dessa época – As tupinambás eram ‘aivas e formosas e não havia nenhuma inveja as de Lisboa’. – O regime feudal no Brasil; a reação da realeza. – Os primeiros órgãos de defesa; o aparelhamento do donatário e do senhor de engenho. – A marinha de outrora, a galé a nave, o galeão, o bergantim, a caravela, etc. – Reflexo de Alcacer-Kebir na colônia – Gabriel Soares, o sertanista, o cronista. – O roteiro de Glimmer. – Fatores de penetração, o ouro, o escravo. – O boi como fator de fixação. – As zonas de criação, segregamento, conseqüências. – A versão holandesa sobre as guerras holandesas. – Brilho da época holandesa – Maurício de Nassau, no velho mundo e no novo. – A organização colonial, o capitão-mor, o ouvidor-mor, o provedor-mor, o capitão de resgate, o da costa, o alcaide etc. – As bandeiras – Antonio Raposo, o escravista. – Jorge Velho, o guerreiro. – Como e porque o paulista se fez bandeirante. – Um instante de realeza: Amador Bueno. O monopólio. – O ouro do Brasil passa em trânsito por Portugal e enriquece a Inglaterra. – O Brasil visto através da obra de Vieira. – Influência do ouro na metrópole. – As rivalidades do reinol e do nativo. – As conspirações. – D. Maria I. – Chegada de D. João VI ao Brasil. – Aspectos do Rio nesse tempo. – Ituzaingo visto pelos argentinos. – A guerra do Paraguay vista pelos platinos. – Influência da escravidão na psíquica nacional, etc.

Etnografia. – Origens étnicas dos aborígenes – Civilizações americanas. Os Incas. – Os Aztecas – Os Guaranis. – Movimentos migratórios, as correntes. – A hipótese de Stein – O planalto bolivio-matogrossense foi um foco irradiador?. – A ponte aleutica. – A Atlântida. – Os sambaquis, os monumentos, as inscrições. – A expansão tupi, etc.

Folclore. – Os artes populares. – As rendas do Ceará. – O nhanduti – A música. – A modinha, origem, evolução e significação. – A cerâmica, a boneca de pano – As danças, o samba, o cateretê, o jongo, as danças da boa sociedade. – As lendas – A contribuição do índio e do negro no folclore brasileiro. – A poesia popular. O desafio sertanejo – O maxixe, etc.

Biografia. – D. João VI. – Pedro I. – Os Andradas. Evaristo da Veiga, a força nova. – Um homem: Feijó. – Caxias e Osorio. – Estadistas do Imperio: Cotegipe, Saraiva, Rio Branco, Nabuco, etc. – Estudos sobre Pedro II, o homem e o imperante, sua magnanimidade, seu valor mental, sua ação na formação do país. – A família imperial. – A imperatriz. – D. Izabel. – Os príncipes imperiais. – Os naturalistas estrangeiros que estudaram o Brasil: Martius, Spix, Saint-Hilaire, Agassiz, Landsdorf, Bates, etc. Os naturalistas brasileiros, Velloso, Arruda Camara, Freire Allemão, etc.

A mulher no Brasil. – Características da brasileira; a branca, a preta, a mulata. – Psicologia da mulher autóctone. – Estudos de antropometria, a estatura, a cor, a cor dos olhos e dos cabelos, a pigmentação, etc. – O tipo clássico da brasileira, as variantes, a rio-grandense, a mineira, a cearense, etc. – A beleza brasileira, o que consideramos como beleza, onde ela se acentua, etc.

A população, os tipos. – O reinol. – O garimpeiro. – O escravo – O negro de hoje. – O caboclo. – O tropeiro. – O boiadeiro. – O seringueiro. – O cangaceiro. – O vaqueiro. – O gaúcho. – O piraquara. – O capadócio. – O capoeira. – Os fazedores de deserto. – Os poiaieros. – Os imigrantes. – O praieiro. – O mulato. – A mulata baiana. – A mulata carioca. – A negra, etc.

A linguagem. – A ‘língua geral’ na penetração portuguesa. – A denominação tupi dos lugares. – O palimpsesto tupi: restauração do nome primitivo oculto pela sobrecarga tupi. – Evolução da língua portuguesa no Brasil. – Como se diferencia. – As influências predominantes. – O arcaísmo popular. – O neologismo das capitais. – Como o Rio cria vocábulos novos – O esnobismo e a francesia, etc.

Costumes, Tradições e Aspectos. – A sociedade colonial. – O luxo da época. – Um senhor de engenho. – A moda masculina e feminina no tempo de D. João. – Como se iniciou o tráfico dos negros, como os apanhavam na Guiné; as primeiras levas. – Procissões, representações de autos e mistérios. – A nostalgia do negro, o banzo, o mal de Loanda. – Os veículos de outrora. Os coches de gala, a diligência, a cadeirinha, a liteira, etc. – O carro de boi, sua função no passado e no presente. – A caça, como caçavam os índios e como caçamos nós. – O que conservamos do índio; as armas, as armadilhas. – A pesca, instrumentos de pesca, a pesca da baleia na Bahia. – A vida agrícola, alfaia agrícola, métodos e sistemas. – A habitação; como se diferencia de norte a sul. – A ocará e a choça de hoje. – As velhas fazendas: tradições, lendas e dramas. – A vida de um fazendeiro no Império. – O fazendeiro do sertão. – Formas de vida religiosa, superstições. – A alimentação, a cozinha de outrora e a de hoje, a cozinha baiana, os pratos tradicionais. – Os santuários. – As romarias. – As festas populares. A feitiçaria. – O curandeiro e o santo. – Costumes criados pela escravidão: o apadrinhamento, a alforria na pia,

o direito de mudar de senhor, os quilombos. – A Tróia Negra. – A amor no Brasil. – O namoro antigo e moderno. – O derriço poético. – A organização da corte imperial. – Os palácios e a vida de uma família imperial na América. A escravidão: dramas, o negreiro, os trapiches, o Vallongo, capitães de mato, o feitor, a mucama, o moleque, instrumentos de tortura, a senzala, etc. – Os garimpeiros. – As zona fronteiriças. – A interpenetração nas fronteiras, da língua e dos costumes. – As cidades mortas. A tapera. – A cruz à beira da estrada, etc.

As Artes. – As artes no Brasil antes de D. João VI. – As artes depois da missão francesa. – A pintura heróica. – Os primeiros ensaios da caricatura. – As primeiras gravuras. – A caricatura no Império e hoje. – A arquitetura colonial – O neo-colonialismo. – Os pintores que fizeram escola. – O teatro lírico no Império. – O teatro dramático de João Caetano. – O teatro português no Brasil. – A música outrora e hoje, sua filiação, suas correntes, orientação atual. – As igrejas do Brasil. – A capelinha votiva, etc.

Aspectos da Terra. – As montanhas. – Os rios: lendas, paisagem, flora e fauna de cada um; função no povoamento. – As cachoeiras, Sete Quedas, Paulo Afonso, Itapura, etc. – As lagoas; dos Patos, Mirim, Uberaba, etc. – O nosso mar, suas características, seus peixes, as correntes, a pororoca. – As ilhas; Trindade, Marajó, Fernando da Noronha, etc. – Aspectos da nossa costa. – A paisagem. – Estudo das baías Guanabara, do Recife, etc. – As florestas; a amazônica, a sulina. – Os campos nativos. – Os cerrados. – As nossas arvores, o pau-brasil, o jequetibá, o mata-pau, etc. Porto Seguro, localização do desembarque de Cabral, etc.

Vários Assuntos. – As expedições científicas. – Os novos cruzamentos – O ítalo-brasileiro, o teuto-brasileiro. – Os romancistas

mais lidos. dedução do estado mental do povo, suas exigências e psicologia. – A inflação amazônica, grandeza e decadência. – Vícios deixados pelo despotismo colonial na psíquica brasileira. – A organização moderna. – As maravilhas do método. – A eficiência medida pela capacidade de organização. – Falhas da nossa educação atual. – Estudos sul-americanos. – Bolívar. – Sarmiento. – Ameghino. – Mitre. – Alberdi, etc. – Os nossos museus; o Nacional, o Naval; suas curiosidades. – Os crimes econômicos: o imposto de exportação, o interestadual, o protecionismo. – A burocracia: males. – O primeiro jornal brasileiro, etc.

Há por aí inúmeros artistas populares abafados, asfixiados pela indiferença ambiente, sem meios de alcançar a publicidade, caricaturistas, desenhistas, pintores, santeiros, milagreiros, poetas populares, humoristas. A Revista abre-se a todos eles, procurará divulgar-lhes a obra em suas páginas e fora delas, oficiosamente, procurará os meios de favorecer a plena florescência dessas vocações estéticas. Aos nossos agentes, pedimos o obséquio de tomar na devida conta estas palavras, fazendo-as chegar ao conhecimento dos humildes artistas a que elas visam, encaminhando-os para cá. Todos lucrarão com isto e mais ainda o país, este caro Brasil tão ignorado pelos seus próprios filhos e eternamente vítima da dispersão dos esforços. A ‘Revista do Brasil’ outra coisa não deseja senão tornar-se o ponto de convergência de todas as aptidões artísticas, em qualquer ramo que se manifestem. Aceitará e remunerará mediante acordo, fotografias de paisagens, de tipos, de cenas, de velhos monumentos ou ruínas, documentos antigos, curiosidades locais, tudo, enfim, que mereça vir a público, como documenta que é da terra, capaz de contribuir para o seu melhor conhecimento”.¹²

A enciclopédia de Lobato apresentava um índice dos temas a serem aprofundados; contudo, o programa não esclarece quais seriam as

perspectivas teóricas da publicação. O editor indica o que deve ser publicado, mas não evidencia o princípio político que deve ser observado. O editor não acentua, por exemplo, que os textos deveriam ser apresentados em linguagem simples e acessível aos leitores não iniciados. Supondo-se que um editor contemporâneo quisesse retomar este programa, aplicando-o a um jornal, por exemplo, o panorama temático da *Revista do Brasil* oferece um rico arsenal de temas bem específicos para lançá-lo bem próximo dos assuntos nacionais.

OUTRO MODELO

Retomando a idéia inicial de que o jornal potencializava seus efeitos ao ser associado aos ideais democráticos e à prática emancipadora da esquerda política, recorro a mais uma associação que poderá fornecer os princípios básicos que norteariam, décadas depois, as atividades jornalísticas por detrás do surgimento do *Folhetim* da *Folha de S.Paulo*.

Pretendo demonstrar que, tanto o índice de uma enciclopédia nacional (de Lobato), quanto a noção de Sociedade Civil de Antonio Gramsci estariam na base da primeira e da segunda fase do *Folhetim*. Nesse sentido, devo também assinalar os laços temáticos que uniam o Programa de Monteiro Lobato ao programa de um *periódico total* teorizado alguns anos mais tarde, em 1930, por Gramsci. À época, Gramsci publicava, na Itália, uma série de estudos sobre a importância do jornalismo (dos suplementos e das revistas) como o principal centro irradiador da cultura e da literatura no século XX. A partir dos anos sessenta e, principalmente, nos setenta, com as primeiras traduções brasileiras, a obra do teórico italiano começou a ter grande impacto no meio intelectual de esquerda brasileiro.

Para Gramsci, os dois pilares fundamentais da atividade cultural de uma Nação se organizam a partir da educação e do jornalismo. O espaço da cultura seria simultâneo ao lugar destinado aos jornais e revistas. Sendo assim, a cultura deve ser interpretada a partir do lugar em que é produzida: o jornalismo orgânico. Educação e jornalismo (duas Instituições, uma de caráter estatal e a outra privada) seriam as engrenagens mestras da atividade do intelectual, sendo que o jornalismo seria o instrumento, e a educação, o objetivo desta atuação. Desse modo, o lugar privilegiado do intelectual no século XX deveria ser o espaço do jornal (e da revista).

Para o autor, existem dois tipos de intelectuais: o intelectual tradicional e o intelectual orgânico. O primeiro defende a ideologia de sua respectiva *casta* ou classe dirigente, enquanto o segundo deveria ser um educador do povo, orientando e familiarizando o homem médio com os jargões da ciência. “O tipo tradicional e vulgarizado do intelectual é fornecido pelo literato, pelo filósofo, pelo artista. Por isso, os jornalistas — que crêem ser literatos, filósofos e artistas — crêem também ser os ‘verdadeiros’ intelectuais”.¹³ Os dois tipos de intelectuais (tradicionais e orgânicos) têm o jornal à disposição para realizarem suas respectivas tarefas, mas sobretudo o intelectual orgânico deve utilizá-lo como base de suas reflexões que, por sua vez, deve pautar-se de acordo com os anseios do povo.

A partir deste observatório privilegiado, que é o jornal, o intelectual pode estabelecer as conexões necessárias à compreensão dos valores culturais do homem médio. A fórmula para se atingir os objetivos na formação do intelectual orgânico (que, posteriormente, educará seus leitores) reside no respeito a algumas normas de conduta especificadas pelo programa de atuação delimitado por Gramsci.¹⁴

A leitura que procuro estabelecer requisitará a observação dos profundos laços que unem o “intelectual orgânico” de Gramsci ao perfil dos jornalistas envolvidos na execução do *Folhetim* (1977-1982). O

detalhamento do programa gramsciano de um periódico total oferece um leque de opções de rubricas muito próximo dos temas estipulados pela *Revista do Brasil*, entretanto, há uma diferença fundamental em sua forma de execução. Enquanto o programa de Lobato *falhava* em não tipificar o perfil de uma editoria ideal, Gramsci apresentava, detalhadamente, qual tipo de jornalista deveria estar à frente das mais diversas publicações, oferecendo, inclusive, uma fórmula de conduta a ser seguida, elemento este que o programa da *Revista do Brasil* não se preocupou em revelar. Veja-se, a seguir, um resumo destas propostas:

“O tipo de jornalismo estudado nestas notas é o que poderia ser chamado de ‘integral’ (...), isto é, o jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, criar seu público e ampliar progressivamente sua área”.¹⁵

As notas referidas pelo autor nada mais são do que um programa (como admitirá mais tarde) a ser perseguido pelos jornalistas-intelectuais-escritores com a finalidade de levar até o seu público informação e esclarecimento.

Nessa perspectiva, o perfil dos leitores pode ser considerado sob dois pontos de vista: “1) como elementos ideológicos, ‘transformáveis’ filosoficamente, capazes, ductíveis, maleáveis à transformação; 2) como elementos ‘econômicos’, capazes de adquirir as publicações e de fazê-las adquirir por outros”.¹⁶

Gramsci alerta ainda sobre a necessidade, por parte do jornalista, de acompanhar e controlar todos os movimentos sociais e culturais, que existem e que formam um país, e de ler todas as revistas publicadas pelos

jovens. De acordo com este projeto ideológico, os jornais, por sua vez, devem preservar a disciplina e evitar, a todo custo, o diletantismo.

Os tipos de revistas previstos por Gramsci são baseados em exemplos de orientação editorial do tipo “unitário”, que preservam seu modelo homogêneo de expressão. As revistas devem manter rubricas fixas: um dicionário enciclopédico político-científico-filosófico (nos moldes de uma enciclopédia popular); uma rubrica destinada às biografias dos autores citados (o autor especifica os diversos tipos de biografias); outra opção, não obrigatória, seria a das autobiografias político-intelectuais (embora representem um problema, as autobiografias dependem da sinceridade dos autores); as revistas devem alimentar com muita ênfase a necessidade de uma rubrica consagrada às situações regionais; deve existir um índice sobre as tendências políticas dos autores; uma rubrica destinada às resenhas que podem ser de dois tipos: a crítico-informativa, que deverá informar sobre o conteúdo dos livros (dispensando assim a leitura do livro), e a teórico-crítica (que pressupõe a leitura do livro em questão); deve-se agregar também um espólio crítico bibliográfico ordenado por assunto com a finalidade de homogeneizar as áreas de atuação do periódico. Gramsci ilustra com vários exemplos os tipos possíveis de revistas, ora com ênfase no perfil de crítica social e cultural, ora voltando-se à crítica política (chamando especial atenção para a possibilidade de estas revistas se transformarem em “pequenas enciclopédias da atualidade”). No mesmo sentido, enfatiza-se a premência do cosmopolitismo (desde de que seja bem dosado), assegurando lugar para as traduções, e salienta-se a importância da colaboração estrangeira (embora se ressalte a necessidade de o estrangeiro conhecer os problemas nacionais do país em que será publicado). A revista de Gramsci deve encontrar lugar de destaque para uma rubrica permanente sobre a ciência. Esta seção terá capacidade para criticar as ‘idéias científicas’ (...) promovendo o princípio pedagógico-didático da história da ciência e da técnica como base da educação formativa-histórica na escola.

A revista deverá abrigar ainda uma seção sobre os estudos econômicos (regionais e nacionais), uma rubrica sobre as questões lingüísticas (refletir sobre as diferenças regionais, mas, principalmente, esclarecer os leitores sobre o sentido de determinadas palavras), uma seção dedicada ao exame da tradição (através da análise de poemas, por exemplo) e outra dedicada aos assuntos da jurisprudência (principalmente da justiça do trabalho), sendo, em todas as seções, obrigatória a tradução de todas as palavras estrangeiras.

Gramsci enfatiza a necessidade de que os jornais publiquem três tipos de suplementos semanais: literário, econômico e agrário. Em relação ao suplemento literário, sustenta que sua funcionalidade deveria estar justificada através da ênfase no ensino, contendo “uma parte escolar”. O autor ainda comenta a área de atuação dos jornais das capitais e dos provincianos, além de diagnosticar os principais problemas das escolas de jornalismo na Itália. A seguir, revela as principais características do cronista de jornal, destacando as dificuldades de se encontrar o perfil ideal:

“isto é, [encontrar] jornalistas tecnicamente preparados para compreender e analisar a vida orgânica de uma grande cidade, inserindo neste quadro (sem pedantismo, mas sem superficialidades e sem ‘brilhantes’ improvisações) todo problema singular à medida em que ele se torna atualidade. O que se diz do cronista pode ser dito igualmente de uma série de atividades públicas: um bom cronista deveria ter a preparação técnica suficiente e necessária para se tornar administrador, ou mesmo prefeito (...)”.¹⁷

Finalmente, Gramsci se centraliza nas especificidades da formação do correspondente internacional que o jornal deve manter, comentando a necessidade de utilização da rubrica sobre a resenha da imprensa. Além disso, reflete sobre a proximidade do formato folhetim (em capítulos) em que a crônica policial é publicada, e observa a necessidade de mais ênfase

na rubrica ciência. Salienta a necessidade de se publicar um almanaque anual, ou seja, um número especial para o balanço anual dos fatos e acontecimentos políticos marcantes, que sirva como um índice dos assuntos em maior evidência.¹⁸

É preciso deixar claro que a emancipação do jornalista a este novo posto de intelectual popular geraria diversos conflitos de interesses, principalmente quando se tem em mente o desconhecimento dos complexos mecanismos que movem a indústria cultural. Contudo, neste momento, para não perder de vista as discussões que serão enfocadas diretamente ou de forma tangencial mais adiante, restrinjo minha observação aos desdobramentos da teoria gramsciana da cultura e do intelectual e seus impactos e influências na formulação do *Folhetim da Folha*.

A apresentação detalhada do programa de Gramsci teve dois objetivos: o primeiro se explica porque o programa provoca, por motivos diferentes, a impressão de profunda simetria com a proposta dos primeiros anos do *Folhetim* (entre 1977-1982), e, em segundo lugar, o programa gramsciano fornecerá uma espécie de itinerário para se reconhecer a atividade jornalística colocada em prática pelo suplemento. O período mencionado (1977-1982) comporta duas fases diferentes do *Folhetim*, entretanto, cada uma a seu modo procurou evidenciar algumas das faces do programa gramsciano de um periódico total, revestido pelo verniz nacional-popular e destinado ao maior público possível¹⁹.

A primeira fase (1977-1979) ficou mais próxima do folhetim do século passado, mesclando informações úteis a um emaranhado de *variétés*, realçando, no campo da cultura, o vínculo nacional-popular que os suplementos deveriam enfatizar, se quisessem alçá-los aos moldes de um almanaque popular, porém ignorando o enorme fardo da indústria cultural. Por sua vez, a segunda fase (1979-1982) se engajou em uma campanha claramente político-educativa voltada ao esclarecimento de seus leitores. Neste dois anos, procurou-se promover os debates sobre as principais

questões nacionais, com pretensões de complementar, ou até mesmo de substituir os livros didáticos (sobre os problemas da atualidade em diversas áreas, principalmente da história) nas salas de aula.

PRIMEIRA FASE (1977-1979) —

O FOLHETIM DE VARIEDADES

Não esquecer, aliás, que a primeiríssima revista literária brasileira — que não foi além do número dois —, publicada na Bahia em 1812, chamou-se *As variedades* ou *Os ensaios literários*.

Marlyse Meyer

O primeiro ano do *Folhetim* (1977) pode ser associado à tentativa de reviver o sucesso que *O Pasquim* (1969-1980) tinha desfrutado, via humor e resistência, junto ao grande público. Para efetivar esta estratégia, a *Folha de S.Paulo* contratou uma parte da equipe egressa de *O Pasquim*²⁰, que havia rachado depois da guinada política do jornal de Ziraldo. Assim, Tarso de Castro, Josué Guimarães, Plínio Marcos e Fortuna formaram a equipe que esteve à frente dos trinta e cinco números iniciais, procurando dar o tom da mescla — entre o político, as variedades e o cultural — para o *Folhetim*.

A primeira mudança editorial ocorreu em setembro de 1977 (nº 36), quando se verifica que neste exemplar não constava, como era de costume, a ficha com o expediente da redação. O número 36 foi dedicado ao futebol, contendo uma extensa entrevista (9 páginas) com Garrincha. Durante o ano de 1977, três editores passaram pelo *Folhetim*: Tarso de Castro foi o primeiro durante o intervalo entre os números 1 e 35 (de 24 de janeiro a 18 de setembro de 1977, sendo que os números 36, 37 e 38 circularam sem créditos ao editor); Aldo Pereira foi o seguinte, executando a função entre os números 39 e 42 (de 16 de outubro a 6 de novembro de 1977); e Nelson Merlin exerceu o cargo durante o intervalo entre os números 43 e 116 (de

13 de novembro de 1977 a 8 de abril de 1979), sendo que o número 117 circulou sem crédito ao editor.

Em linhas gerais, lembro a maneira pela qual o material foi organizado e publicado a partir de 24 de janeiro de 1977. Com exceção dos números 48 e 49, que circularam com 16 páginas, o restante (do 1 ao 47) continha 24 páginas, sendo distribuídas mais ou menos assim: 5 a 7 páginas para uma entrevista central, 2 a 3 para uma entrevista secundária, 3 a 4 páginas dedicadas à ficção, 2 a 3 ao cartum, 2 a 4 aos informes e uma destinada à seção de cartas. Havia ainda a página fixa de Mário Quintana e outra reservada aos correspondentes internacionais.

Entre janeiro de 1977 e abril de 1979, o *Folhetim* procurou construir um espaço de atuação que conjugava a discussão de alguns problemas nacionais²¹ e uma enorme enxurrada de *fait-divers*. Para examinar mais de perto este perfil do suplemento, proponho um breve recuo histórico para tentar entender o sentido da escolha do nome “folhetim”.

O perfil do *Folhetim*, como um jornal de variedades, apresentava um espaço bem diversificado que unia divertimento, crônica social, fatos diversos e até o romance publicado em fatias.²² Neste sentido, a estratégia do suplemento se encaixava nas definições oitocentistas do termo *folhetim*, explicitadas anteriormente por Marlyse Meyer. Para a autora, a grande dificuldade para se definir o termo folhetim reside no fato de sua origem estar cravada por forte apelo popular e a busca constante de uma linguagem simplificada, essencialmente jornalística, capaz de atingir o maior público possível.

“De que se fala (...) quando se fala em folhetins? (...) o termo designa uma forma de narrativa inventada pelo Romantismo francês, paralelamente à criação do romance romântico, o ‘grande romance realista’ como querem alguns. Uma forma específica de *narrar*, articulada a uma forma específica de publicar, num veículo específico:

o jornal. Em outras palavras: uma ficção narrativa em prosa publicada aos pedaços, no jornal cotidiano. (...) O romance folhetim nasceu da visão inteligente de um jornalista francês da década de 1830, depois da Revolução de Julho. Emile de Girardin vem precedido de forte tarimba no campo jornalístico e pretende tirar o jornal do âmbito restrito a assinantes ricos. Concede um jornal diário mais barato e, para forçar a venda, lança mão de vários expedientes (...).²³

Diante da necessidade de uma conceituação do termo folhetim, José de Alencar ironizava:

“quem foi o inventor (...) deste novo Proteu, que chamam folhetim (...). Obrigar um homem a percorrer todos os acontecimentos, a passar do gracejo ao assunto sério, do riso e do prazer às misérias e às chagas da sociedade; e isto com a mesma graça e a mesma ‘nonchalance’ com que uma senhora volta as páginas douradas do seu álbum (...). Enquanto o Instituto de França e a Academia de Lisboa não concordarem numa exata definição do folhetim, tenho para mim que a coisa é impossível”.²⁴

Enquanto Alencar procurava definir o perfil do novo Proteu, Machado de Assis percebia a proximidade entre o folhetinista e o jornalista.

“O folhetim, disse eu em outra parte, e debaixo de outro pseudônimo, o folhetim nasceu do jornal, o folhetinista por consequência do jornalista. Esta íntima afinidade é que desenha as saliências fisionômicas na moderna criação. O folhetinista é a fusão admirável do útil e do fútil; o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo. Estes dois elementos, arredados como pólos, heterogêneos como água e fogo, casam-se perfeitamente na organização do novo animal”.²⁵

Entretanto, Brito Broca nos lembra os profundos laços que os jornais mantêm com as mudanças, assegurando sempre a idéia moderna da mudança e da transformação, ainda que isso seja meramente um jogo estratégico que move a indústria jornalística. Assim, pode-se perceber a ascensão da notícia e das reportagens em detrimento dos folhetins.

“[Durante a] segunda fase de modernização de 1900 em diante, os jornais, sem desprezarem a colaboração literária, iam tomando um caráter cada vez menos doutrinário, sacrificando os artigos em favor do noticiário e da reportagem. A decadência do folhetim [a partir de 1900] que evoluiu para a crônica de uma coluna focalizando apenas um assunto [tendo em João do Rio seu principal expoente], e daí para a reportagem; o emprego mais generalizado da entrevista, muito pouco utilizada até 1900, e a crítica literária em caráter mais regular e permanente.”²⁶

Desta forma, o século XX se abria volatilizando a produção ficcional do romance em fatias, ao mesmo tempo em que abria espaço para o crítico de rodapé impressionista (que não deixa de expressar uma outra face do folhetinista), que dominaria a cena literária até os anos quarenta. A ascensão da crônica, da reportagem e da entrevista revelava o contorno preciso do processo de fragmentação no qual se havia lançado o romance, mesclando ainda mais as páginas dos jornais.

Se o perfil do folhetinista dos oitocentos se assentava sobre a aliança entre a ficção (e o divertimento) e o jornal (a informação), as mudanças históricas impostas ao veículo (decorrentes da sucessiva necessidade de se associar a uma ideologia) e, conseqüentemente, ao escritor, fizeram com que os temas e a própria atuação deste último se voltasse cada vez mais para o imaginário político: um século mais tarde, o *Folhetim da Folha de S. Paulo* condensaria este tipo de militância.

INDÚSTRIA CULTURAL

O que poderia unir uma grande afluência de textos interligados à televisão, ao jornalismo policial, e, ao mesmo tempo, ao Tropicalismo? A resposta encontrada perpassa a discussão em torno da indústria cultural, que está na própria raiz das discussões sobre o folhetim (de uma literatura industrial), já que o tema havia sido proclamado, ainda no século XIX, por Saint-Beuve. Como pretendo demonstrar, esta afluência de textos não é aleatória, pois, nesta fase do suplemento, o silêncio que circunda o fenômeno da sociedade de consumo revelará a estreita relação existente entre as abordagens dispensadas à televisão, aos jornalistas policiais e ao Tropicalismo e a consolidação da indústria cultural. Porém, antes de entrar na especificidade desta hipótese de leitura, gostaria de historiar, brevemente, as relações que envolveram escritores, jornais e o Estado brasileiro.

Machado de Assis percebeu em sua época algumas das dificuldades que o folhetinista enfrentaria para conviver com o trabalho literário e as necessidades econômicas do jornal.

“O jornal, operando uma lenta revolução no globo, desenvolve esta indústria monetária, que é a confiança, a riqueza e os melhoramentos. O crédito tem também a sua parte no jornalismo, onde se discutem todas as questões, todos os problemas da época, debaixo da ação da idéia sempre nova, sempre palpitante. O desenvolvimento do crédito quer o desenvolvimento do jornalismo, porque o jornalismo não é senão um grande banco intelectual, *grande monetarização da idéia*, como diz um escritor moderno. Ora, parece claro que, se este grande do pensamento corresponde à idéia social e literária, — é a forma que convém mais que nenhuma outra ao espírito humano (...). O jornal abala o globo, fazendo uma revolução na

ordem social, tem ainda a vantagem de dar uma posição ao homem de letras; porque ele diz ao talento: ‘trabalha! Vive pela idéia e cumpres a lei da criação’. Seria melhor a existência parasita dos tempos passados em que a consciência sangrava quando o talento comprava uma refeição por um soneto? Não! Graças a Deus! Esse mau uso caiu com o dogma junto do absolutismo. O jornal é a liberdade, é o povo, é a consciência, é a esperança, é o trabalho, é a civilização. Tudo se liberta; só o talento ficaria servo? (...) É ou não claro o que acabo de apresentar? Parece-me que sim”.²⁷

Machado se mantém fiel ao espírito de seu tempo e aposta alto no poder que a literatura poderia vir a ter no caso de esta aliança com o jornal florescer. Além disso, está em jogo a emancipação do escritor, que, de acordo com Machado, poderia ser expressa assim: jornal + literatura = salário.²⁸ Desse modo, pode-se reconhecer uma relação comercial entre escritores e a empresa (jornal), entretanto, a incipiência destas relações e as constantes intervenções do Estado paternalista brasileiro²⁹ não conspiraram por grandes mudanças nas regras deste mercado, que se perpetuou até as décadas de sessenta e setenta, quando, efetivamente, se formou uma rede nacional de comunicação.

“(...) o Estado militar aprofunda medidas econômicas tomadas no governo Juscelino, às quais os economistas se referem como ‘a segunda revolução industrial’ no Brasil. Certamente os militares não inventaram o capitalismo, mas 64 é um momento de reorganização da economia brasileira que cada vez mais se insere no processo de internacionalização do capital (...). Em termos culturais essa reorientação econômica traz conseqüências imediatas, pois, paralelamente ao crescimento do parque industrial e do mercado interno de bens materiais, fortalece-se o parque industrial de produção de cultura e o mercado de bens culturais”.³⁰

O *Folhetim* aposta mais uma vez nesta simbiose que havia ligado escritores e jornais, que já vinha ocorrendo desde a célebre enquete de João do Rio³¹. A política cultural desencadeada pelo suplemento da *Folha* esteve associada aos perigos que a conjuntura histórica do final da década de setenta ainda apresentava: a repressão e a censura. Sobre esse clima, Plínio Marcos afirma:

“Então, eu escrevo todo dia minha coluna e tenho uma coisa que eu aprendi com a censura. Eu vi, por exemplo, que muitas pessoas estavam sendo cerceadas pela censura, sendo impedidas de fazer o que queriam, e estavam fazendo outras coisas pra quebrar o galho, essas pessoas estavam ou enlouquecendo ou se desgostando da vida se matando, essas coisas todas. Então, eu me impus que, toda vez que a censura me proibisse alguma coisa, eu escreveria mais três”.³²

Este posicionamento político do escritor criava a necessidade de se estabelecer uma matriz que correspondesse às contingências da época (a censura e a repressão), mas, ao mesmo tempo, também permitisse o reconhecimento de que o movimento de diástole, de abertura democrática, iniciado em 1974³³, seria lento e gradual, porém constante. Este movimento de distensão exigiria, por parte dos escritores-jornalistas, um movimento de superação da condição anterior, pois a censura já estava enfraquecida e não serviria mais como o grande inimigo, sendo assim, o passado precisava passar.

Mas, ao se fortalecer o clima de resistência, convocando o leitor a ficar ao lado da parcela da população que exigia a abertura política e a liberdade de expressão, não se avaliava com maior rigor as reflexões que denunciavam os perigos residentes na crença excessiva nos mecanismos de comercialização dos bens culturais. Como enfatiza Renato Ortiz, em *A*

moderna tradição brasileira, “é somente em 1966 que vamos encontrar um primeiro artigo de Ferreira Gullar sobre a estética na sociedade de massa. Seguindo as reflexões da Escola de Frankfurt, o autor busca ampliar o quadro de compreensão da problemática cultural entre nós”.³⁴

Como se observa, mesmo depois da publicação de alguns outros textos datados do final da década de sessenta que tratam da crítica sobre a consolidação da indústria cultural, derivadas das análises da Escola de Frankfurt, estas interpretações não encontraram eco na imprensa cultural brasileira, sobretudo no caso do *Folhetim*. O segmento do jornalismo cultural ainda estava, e este é o viés que procuro enfatizar, muito marcado pela presença das abordagens gramscianas da cultura.³⁵

“É sintomático percebermos que é nos anos 70 que o instrumental gramsciano se populariza como suporte para as análises sobre a cultura no Brasil. Suas idéias sobre guerra de posições, mas sobretudo sua concepção do Estado como campo de luta ideológica, permitiam aos intelectuais se autoconceberem como agentes políticos no embate contra o autoritarismo. Onde o pessimismo frankfurtiano fechava as portas, as análises gramscianas deixavam-nas abertas. Infelizmente, porém, seus escritos são conhecidos no Brasil num momento determinado da expansão do capitalismo entre nós; se por um lado eles são úteis na luta contra a ditadura, por outro omitem toda uma dimensão da cultura popular de massa, tema que fugia à preocupação do próprio Gramsci, na medida em que ele não viveu esta fase do capitalismo cultural. Nesse sentido eu afirmaria que a presença do Estado autoritário ‘desviou’ em boa parte a análise dos críticos da cultura do que se passava estruturalmente na sociedade brasileira. É significativo que uma reunião importante como o Ciclo de Debates Casa Grande, realizado em 1975, no Rio de Janeiro, tenha como conclusão de seus trabalhos que vivíamos naquele momento dois tipos de cerceamento: o da censura e o da desnacionalização. Esquece-se,

desta forma, a presença de uma realidade sócio-econômica, que a meu ver reestrutura na década de 70 os parâmetros do panorama cultural: a consolidação de um mercado de bens culturais”.³⁶

Portanto, não causa espanto algum perceber que a consolidação do pensamento de Gramsci no Brasil ocorra neste momento. Em 1979, Leandro Konder escreve uma resenha para o *Leia livros*, anunciando mais algumas traduções do pensador italiano no mercado brasileiro.

“Passaram-se os anos, o AI-5 se desgastou, Gramsci foi se tornando cada vez mais célebre no mundo inteiro, proliferaram os estudos sobre ele, houve quem começasse a apontá-lo como o pai intelectual do euro-comunismo e se criaram condições favoráveis para um relançamento do filósofo marxista. Aquilo que em 1966-68 foi uma aventura intelectual hoje se apresenta como um investimento de capital bastante seguro: a editora Civilização Brasileira sabe que, depois de Gramsci ter conquistado Paris e Nova York, não há por que deixar de conquistar São Paulo”.³⁷

Deve-se ressaltar que a inoperância da abordagem gramsciana sobre o fenômeno da indústria cultural aniquilaria boa parte da utopia reservada aos jornais, despotencializando o uso do meio como veículo de esclarecimento do povo, e, além disso, impedindo o surgimento de abordagens, ou esvaziando as críticas, sobre o fenômeno televisivo. Vejamos como alguns destes desdobramentos se manifestam nas páginas do suplemento.

Durante a primeira fase do *Folhetim*, a televisão ocupou grande espaço, seja através da promoção de astros e estrelas, seja em virtude da “promessa” de integração nacional que o veículo carregava. Ao mesmo tempo, a televisão começava a construir seus primeiros fenômenos de massa, e, como consequência desse sucesso, os astros e estrelas também se

tornavam alvos dos editores do suplemento. Assim, é possível encontrar em suas entrevistas centrais o Chacrinha, as chacretes, a liderança política do MDB através de Pedro Simon, ou a presença do romancista Jorge Amado. Os editores do *Folhetim* se propuseram a fazer um suplemento voltado para os informes da agenda cultural de algumas cidades brasileiras (havia correspondentes em Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife, Belém do Pará, Ribeirão Preto, entre outras)³⁸ e, sobretudo, dedicado às variedades, quando se celebrava em suas páginas a ascensão de cantores populares ao lado dos já consagrados (por exemplo, Tom Jobim ao lado de Sidney Magal).

Desse modo, era comum encontrar personalidades consagradas do meio artístico, literário e político ao lado de fenômenos de massa, que cairiam no esquecimento em alguns anos, sendo substituídos por outros. O procedimento, hoje comum, parece ter passado despercebido durante esta primeira fase do *Folhetim*. Ao promover estes tipos de mesclas, pensava-se em chamar a atenção do grande público; entretanto, a relativização ocorria sem a intervenção de nenhum aparato crítico mais elaborado. Outro aspecto da cobertura jornalística que o suplemento destinava à televisão se traduz pela enorme quantidade de informes e “chamadas” sobre programas (principalmente da Rede Globo) que o *Folhetim* anunciava.

Durante esta fase do *Folhetim* ocorre uma separação que divide a cobertura sobre o fenômeno televisivo em dois flancos bem distintos. A face negra da televisão (principalmente da Rede Globo, depois da destruição do potencial da Tupi), que estava intimamente ligada, desde a primeira hora, ao Estado militar, era rigorosamente silenciada. Afinal, o novo parque “industrial” da Globo³⁹ (financiado pelo Estado)⁴⁰ era gigantesco e oferecia contratos de trabalho cada vez mais volumosos aos atores e atrizes. Assim, a segunda face desta cobertura começa a ser desvendada e demonstra que a atuação engajada dos atores e atrizes que tinham espaço no suplemento, gradativamente também teria assegurado

seus lugares em algumas das produções da Central Globo de Produções. Os atores viviam um rigoroso dilema, pois o crescimento da televisão lançava-os diante do “fim” do teatro e da ascensão das novelas. Portanto, cabe pensar que, se os atores deste processo não se detiveram no fenômeno da indústria cultural no final da década de setenta, a reflexão não seria iniciada durante a década seguinte, em pleno *boom* das quatro novelas diárias.⁴¹ Havia no ar um clima de permissividade que confundia, por exemplo, o papel do Chacrinha como um comunicador de sucesso popular, mas, ao mesmo tempo, “esquecia-se” da principal função da televisão como principal agente da chamada integração nacional, questão esta defendida ferrenhamente pelos militares.

Contudo, talvez seja possível pensar que já estava em pleno curso um dos principais sintomas da sociedade de consumo apontado por Adorno⁴²: a unidimensionalidade da consciência. Ou seja, no espaço unidimensional as diferenças são apaziguadas, realçando apenas os valores que se quer festejar: neste caso, o potencial educativo e integrador da televisão. Estar contra a televisão (interpretando os seus efeitos nefastos sobre a cultura) era, sob diversos sentidos, estar contra um grupo de artistas de reconhecido talento que fora perseguido e censurado pelo mesmo sistema que alimentava a televisão, já que o maior anunciante das emissoras era o próprio governo com suas campanhas de “educação pública”.

Dentre os vários artigos publicados que festejavam o advento da televisão⁴³, observa-se a presença de um único texto relacionado diretamente às teorias da comunicação. O *Folhetim* número 43, de 13 de novembro de 1977, trazia uma entrevista com o teórico da comunicação, o canadense Marshall McLuhan.

“Na verdade, aquilo que você chama ideologia é o marxismo. Na Europa a ideologia é uma arte marcial. É um jogo. Encontrei recentemente, durante um congresso em Veneza, um eminente

professor marxista de Bolonha, que me dizia ‘a ideologia é toda nossa esperança’. Ele sabe muito bem que o mundo é feito assim, que nada pode mudar. A cultura do hemisfério esquerdo do cérebro, quantitativa, racional e intelectual, domina. A ideologia surge do outro lado para permitir distrair-se e jogar juntos. Os europeus, e particularmente os franceses, gostam de brincar com as ideologias. Os americanos as levam a sério. Aliás, é por isso que eles não as tem. Ter uma ideologia seria ir de encontro ao ‘american way of life’. Na América, a ideologia é boa para ociosos. Sabe-se muito bem que nada mudará na Europa se os partidos comunistas chegarem ao poder, exceto, naturalmente, se os russos chegarem”.⁴⁴

É nítido o antimarxismo e a política de adesão de McLuhan e, sobretudo, deve-se ressaltar que a crítica deste autor esteve sempre associada a uma visão integrada da sociedade de consumo. Ou seja, nesta perspectiva, a indústria cultural seria apenas uma parte da evolução do capitalismo. Para o autor, os meios de comunicação social forneceriam, através da positividade que eles expressam, amparo à sociedade de consumo. Os aspectos *positivos* que os meios de comunicação indicavam viriam a desempenhar um papel fundamental para a consolidação de uma “aldeia global”.

Neste caso, é curioso perceber como uma teoria da cultura que prima pela positividade e pelo evolucionismo se encaixa em um tipo de jornalismo de orientação marxista (embora de fachada, visto que o jornal, no caso, a *Folha de S.Paulo*, está inserido na lógica do mercado), como era de se supor quando se pensa na influência que Gramsci desempenhava nesta época. Mais uma vez, torna-se clara a necessidade de alçar a tevê a um lugar especial junto ao público leitor do suplemento — e aqui está o x da questão, já que não se percebe claramente a razão deste crédito.

Outro exemplo do tipo de consagração que corria à sombra do caso da televisão se encontra no tipo de cobertura destinada ao jornalismo

policial. A insistência em se acentuar os efeitos dos relatos sobre a corrupção do sistema autoritário era necessária para que fossem punidos os responsáveis por abusos e crimes, mas, no final da década de setenta, a produção cultural havia, em larga escala, esgotado os mecanismos da narrativa baseada na experiência das crônicas sobre a memória recente, corroborada, em larga medida, pelos depoimentos. Diante das dificuldades de se instaurar um processo público (através do suplemento) contra o sistema militar, o *Folhetim* se valia de artifícios (à época, falava-se que a cobertura dos casos policiais desviava a atenção de casos relacionados à tortura política). Nesse caso, era a justiça quem pagava pelos erros e perseguições do sistema político. Os casos policiais relacionados aos assassinatos de Cláudia Lessin Rodrigues e da garota Araceli ganhavam volumosas divulgações: neste período, proliferaram os dossiês, declarações, novos fatos, novas testemunhas e novas versões sobre os acontecimentos. Tudo isso para reafirmar a morosidade da justiça brasileira, entrincheirada no interior de um sistema corrupto que só poderia gerar este tipo de justiça, ou seja, injustiça processual, que, nesta ótica, rapidamente se transformava em injustiça social. Utilizando-se desta estratégia, o suplemento atingia dois objetivos: denunciava um tipo de “corrupção”, já que a justiça não cumpria o dever de aprisionar assassinos provenientes da classe média, e, por outro lado, tornava conhecidos os nomes dos novos escritores que se utilizavam deste material para seus romances.⁴⁵

Nesta primeira fase, outra presença marcante nas páginas do *Folhetim* chama a atenção: o destaque à música popular brasileira. Neste contexto, música popular quer dizer uma união entre as lideranças consagradas da Bossa Nova, do Tropicalismo, de compositores isolados como Chico Buarque e Milton Nascimento, e da quase esquecida Jovem Guarda. Contudo, para organizar melhor esta exposição, devo dizer que não há muito a acrescentar sobre as participações de Tom Jobim, Chico Buarque, Milton Nascimento, para citar alguns. Quero dizer, eles tiveram

espaço em entrevistas que procuravam ressaltar a importância histórica de cada um deles para o processo de construção de uma identidade musical brasileira. Entretanto, quando se compara o espaço desses compositores⁴⁶ à intermitente presença dos expoentes do Tropicalismo (Caetano e Gil), percebemos que, em relação aos novos baianos, havia um interesse crescente em descaracterizar o comportamento apolítico da dupla (que, inicialmente, havia marcado o movimento) para alçá-los a uma nova posição no cenário musical e cultural do período. Desta forma, Gil e Caetano foram convocados, sistematicamente⁴⁷, não apenas como compositores, mas, sobretudo, como “intelectuais”, demonstrando que o passado alienado havia cedido lugar à defesa de novos ideais políticos.

Ao final da década de setenta, o movimento tropicalista já havia se consagrado junto ao público e à crítica, e o período das prisões e do exílio faziam parte do passado. Sendo assim, a inserção do Tropicalismo nestes termos pode ser explicada somente quando aproximamos a ascendência que o escritor Jorge Amado detinha nesta fase do suplemento. Como se observará mais adiante, Jorge Amado havia reivindicado maior espaço para os “meninos” Gil e Caetano.

“O pau está cantando nas costas de todos, mesmo nas costas dos pobres meninos como Gil e Caetano, coitados, levam pau dia e noite, uns meninos que tem por trás deles toda uma criação de beleza, de grandeza de uma força popular imensa que marcou um momento no Brasil. Eles representam grandes símbolos de luta do povo brasileiro. (...) É preciso que você tenha confiança no povo e que saiba que o povo vai para a frente e que não está morto, que não está liquidado”⁴⁸.

Por enquanto, deixo apenas indicado que o escritor Jorge Amado parece ter funcionado como iminência parda para grande parte da equipe *Folhetim*, porém, estas relações se tornarão mais evidentes quando se

analisar posteriormente as teorias literárias que apoiaram a evolução diacrônica do *Folhetim*. Neste ponto, é preciso que seja retomada a discussão sobre o papel mercadológico do suplemento. A única aparição do termo indústria cultural aplicado ao contexto da época apareceria no suplemento nº 52, de 15 de janeiro de 1978. O jornalista Renato de Moraes havia reunido os então pós-graduandos Gilberto Felisberto Vasconcelos (Ciências Sociais) e Matinas Suzuki Junior (Filosofia) para um debate que pretendia fornecer um amplo panorama da influência exercida pelo Tropicalismo na vida cultural e musical brasileira. Durante o debate, Gilberto Vasconcelos fornece uma possível explicação sobre a insistência da mídia em idolatrar as personagens principais do Tropicalismo.

“Esperar que Caetano e Gil falem coisas brilhantes em política e não analisar o que há de componentes políticos nas suas obras redundava em mistificação, levando o público a aceitar a idolatria do artista que a indústria cultural quer. Essa cobrança de posições, na aparência uma crítica, resulta num endosso. E, convenhamos, Caetano não é Trotsky, nem Gil é Gramsci. A contundência política da obra deles se manifesta no corpo deles, na canção. Para que perguntar a Caetano o que ele acha do fetichismo da mercadoria? Ele não tem condições de responder. A ênfase dos meios de comunicação de massa em torno da polêmica envolvendo-os faz parte da lógica da idolatria. Não é à toa que idolatria vem do latim *idola*, ídolo, que por sua vez dá em ideologia, isto é, ocultação, mistificação”.⁴⁹

Não pretendo insinuar que a citação anterior dê conta das múltiplas interpretações que o período sugere e necessita, gostaria apenas de sugerir-la como um emblema que exemplifica a maneira pela qual, no final da década de setenta, como lembra Cacá Diegues⁵⁰, foi necessário salvaguardar o espaço democrático contra uma nova investida por parte de alguns

intelectuais (as patrulhas ideológicas) que voltavam a cobrar do artista um posicionamento mais engajado, e da arte, uma função social.

Retomando o debate do *Folhetim*, vale ressaltar a introdução do pensamento adorniano, uma novidade até então, que complementa a idéia anterior:

“O filósofo Theodor Adorno lembra que a significação social que uma música traz em si é diferente da função social que esta música desempenha na sociedade. Isto porque a arte hoje é uma mercadoria. Logo, por mais contestatório e rebelde que seja o seu discurso musical, ele já carrega consigo um vírus conformista que é o de participar enquanto mercadoria. A arte de nossos dias enfrenta este impasse entre o que você diz e a maneira como ela é veiculada, inserida na sociedade”.⁵¹

Neste debate, um texto ímpar para o período, conclui-se que o papel neutralizador da indústria cultural havia domesticado o Tropicalismo, reavaliando seu papel e lançando seus expoentes à condição de valores nacionais. O aspecto que deve ser enfatizado nesta segunda fase do *Folhetim* se refere ao perigoso jogo que se iniciava, ao associar a consagração de músicos, atores e escritores disfarçados sob a rubrica “diversão”. O divertimento, como sublinha Adorno, seria um dos principais instrumentos para a consolidação da sociedade de consumo.

“Todavia, a indústria cultural permanece a indústria da diversão. Seu controle sobre os consumidores é mediado pela diversão, e não é por mero decreto que esta acaba por se destruir, mas pela hostilidade inerente ao princípio da diversão por tudo aquilo que seja mais do que ela própria (...). A diversão é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio”.⁵²

Através dos enfoques que consagravam o Tropicalismo, que comemoravam a televisão e reforçavam a ênfase ao jornalismo policial, tornava-se possível o reconhecimento da prática jornalística do suplemento, que se encontrava excessivamente asfíxiada pela indústria cultural, mas, ao que parece, de forma inconseqüente, sem saber ao certo sob qual terreno pisava. Todo este posicionamento prático do corpo de jornalistas, voltado exclusivamente ao trabalho de campo baseado na experiência de cada um dos envolvidos no processo de realização do suplemento, revela uma condição de despreparo, uma condição a-crítica. Neste sentido, é lamentável observar que o regime de concessões do *Folhetim* escondia a incompreensão de como se estruturavam alguns dos principais mecanismos da cultura de massa, e este desconhecimento do conjunto teórico construído pelas reflexões frankfurtianas sobre a cultura lançava o suplemento em um movimento involuntário de aceitação desta indústria, contribuindo para sua consolidação, enquanto diminuía ainda mais o grau de proteção, “deseducando” a sociedade brasileira.

Na verdade, esta interpretação da primeira fase do *Folhetim* pretendeu apresentar uma hipótese de leitura, porém, outros retornos serão necessários para se compreender, entre outras questões, o desenvolvimento das teorias literárias que circularam no suplemento.

¹ Apud Marlyse Meyer, “Folhetim para almanaque ou rocambole, a iliada de realejo”, in: *Almanaque – cadernos de literatura e ensaio*, p.8-9.

² Robert Darton, “Rede de intrigas”, in: *Mais!, Folha de S.Paulo*, p. 6.

³ Raul Antelo, “João do Rio = Salomé”, in: *A crônica*, p.153.

⁴ Walter Benjamin, em “O autor como produtor”, demonstra claramente como a imprensa desempenhou um papel decisivo na formação do intelectual moderno. Além disso, crendo ainda no papel revolucionário da imprensa soviética, o autor reflete sobre a difícil tarefa do escritor diante da possibilidade de se vincular a um jornal, que, em última instância, estaria a serviço do capital. Seja como for, o texto resgata boa parte dos dilemas enfrentados pelos escritores durante as primeiras décadas do século XX. In: *Obras escolhidas*, Vol. I.

⁵ Machado de Assis, “O jornal e o livro”, in: *Miscelânea*, pp. 943-944 e 948. Vale lembrar que Machado de Assis faz sérias ressalvas sobre a discussão em torno da possível substituição do livro pelo jornal. Para ele, o jornal trazia uma promessa e uma esperança de ampliar drasticamente o público leitor, caberia, contudo, esperar para ver.

⁶ Domingos Faustino Sarmiento, “Educar o povo”, in: *Sarmiento* (Col. Grandes cientistas sociais), p.187.

⁷ Cf. Nicolau Sevcenko, “O fardo do homem culto: literatura e analfabetismo no prelúdio republicano”, in: *Almanaque – cadernos de literatura e ensaio*, p. 81.

⁸ Idem. *Ibidem*, p. 80.

⁹ Cf. Marlyse Meyer, “Folhetim para almanaque ou rocambole, a iliada de realejo”, *Op.cit.*, p.8.

¹⁰ José Brito Broca, in: *A vida literária no Brasil —1900*. O autor chama especial atenção para o papel desempenhado pela fase anterior da *Revista do Brasil* (1916). Depois de sucessivas tentativas de se efetivar projetos de periódicos nos moldes franceses, tanto através dos jornais que apostavam no filão dos folhetins, quanto das revistas que se orientavam a partir do sucesso da revista *Ilustração française* (a *Ilustração brasileira* ou *Kosmos*, por exemplo), as revistas, principalmente, se voltavam à resolução dos problemas nacionais com maior ênfase.

“Com programa sério e definido, anunciando uma nova fase em nossas letras, surge em 1916 a *Revista do Brasil*. Sem concessão alguma à frivolidade e ao mundanismo, encartava-se na linhagem da *Revista Brasileira* do passado que, depois de algumas tentativas como a *d’Os Anais de Domingos Olímpio* e da *Revista Americana*, tinha ficado sem continuidade. Era de feição mais largamente cultural do que literária, e trazia nas dobras um objetivo político no elevado sentido da palavra. Apresentava-se com a ‘deliberação, a vontade firme de construir um núcleo de propaganda nacionalista’ (...). Esse nacionalismo não encerraria qualquer forma de hostilidade ao estrangeiro; nenhum propósito de isolar o Brasil da humanidade (...) Um nacionalismo visando a um fim mais humano do que regional. Assim a *Revista*, sem ser exclusivamente de história, de literatura ou de ciência, teria um pouco de tudo, orientada pelo desejo superior de alertar a consciência brasileira, para que ‘o milagre histórico da persistência de nossa integridade territorial’, perdendo o ‘caráter fenomenal’ com que se vinha apresentando, se tornasse a ‘resultante natural e lógica da fusão completa e indissolúvel de todos os elementos étnicos e sociais, que formam de norte a sul a nação brasileira’. Se *O Pirralho*, pela irreverência, pelo tom satírico, anunciava o Modernismo no que este teve de essencialmente demolidor, a *Revista do Brasil* vinha preparar o terreno para a fase construtiva que havia de seguir-se à demolição”, p.241.

¹¹ Nicolau Sevcenko. “O fardo do homem culto: literatura e analfabetismo no prelúdio republicano”, *Op.cit.*, p. 80.

¹² Monteiro Lobato, in: *Revista do Brasil*, novembro de 1919, pp.193-196.

¹³ Antonio Gramsci, in: *Os intelectuais e a organização da cultura*, p.8.

¹⁴ Idem, “Jornalismo”, in: *Os intelectuais e a organização da cultura*. Ao longo do terceiro capítulo, o autor evidencia a importância do jornalismo, pormenorizando o grau de participação deste sujeito junto às Instituições da sociedade.

¹⁵ Idem, *ibidem*, p.161.

¹⁶ Idem, *ibidem*, p.163.

¹⁷ Idem, *ibidem*, p.196.

¹⁸ Este mecanismo (publicando-se o balanço do ano ou da década) foi largamente utilizado entre 1977 e 1982 (período que engloba a primeira e a segunda fase do *Folhetim*).

¹⁹ Para Gramsci, “pode-se afirmar que os leitores do romance de folhetim se interessam e se apaixonam pelos seus autores com uma sinceridade muito maior e com interesse humano muito mais vivo do que, nos chamados salões cultos, as pessoas se interessam pelos romances de D’Annunzio ou pelas obras de Pirandello”. In: *Literatura e vida nacional*, p.105.

²⁰ Sobre o *Pasquim* existem, pelo menos, dois livros que podem auxiliar na compreensão da importância e do prestígio de que o tablóide desfrutava junto ao grande público. Ver BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os anos 70*. Brasília: Ed. da UNB, 1991 e REGO, Norma Pereira. *Pasquim: arenas do Rio*. Rio de Janeiro: Ed. Dumará/Rio Arte, 1996.

²¹ A discussão dos problemas nacionais, quando ocorreu, tratou, principalmente, dos rumos da abertura política. Nestes casos, foram ocupadas as páginas centrais do suplemento, agora destinadas às grandes entrevistas.

²² O dramaturgo e jornalista Plínio Marcos publicou de forma intermitente um folhetim (romance em fatias) entre os números 004, de 13 de fevereiro, e 032, de 28 de agosto de 1977.

²³ Marlyse Meyer, “Folhetim para almanaque ou rocambole, a ilíada de realejo”, *op cit*, p.8-9.

²⁴ Marlyse Meyer, *ibidem*.

²⁵ Machado de Assis, “O Folhetinista”, in: *Obras completas*, vol. III, p.959.

²⁶ José Brito Broca, in: *A vida literária no Brasil – 1900*, pp.218-219.

²⁷ Machado de Assis, “O jornal e o livro”, in: *Obras completas*, pp.947-948.

²⁸ Os problemas começaram a se ampliar quando a fórmula passa a apresentar resultados diversos. Como por exemplo: jornal + literatura = Cultura (identidade nacional) = nação? O problema da cultura (do nacional popular) e da Nação será discutido mais adiante.

²⁹ A história sobre a intervenção do Estado na cultura é longa no Brasil. Desde a independência do país até a proclamação da República, sempre se procurou atrelar os intelectuais ao Estado. Primeiro, a ligação de escritores e intelectuais aos quadros do funcionalismo público; depois, o Estado Novo ampliaria esta atuação com a criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda); e, com o golpe de 64, a década de 70 é marcada pelos desdobramentos das implantações de planos oficiais abrangentes em condições de nortear a presença do Governo na área cultural, o que sustentou a criação de vários organismos, como, por exemplo, a Embrafilme (criada em 69 e ampliada em 1975), a Funarte e o Departamento de Assuntos Culturais (DAC). Tanto a gestão de Ney Braga (governo Geisel — 1974/78), quanto a de Eduardo Portella (governo Figueiredo) atuaram de forma sistemática em torno das diretrizes da “política cultural oficial”. Cf. Sérgio Micelli. “O processo de ‘construção institucional’ na área cultural federal (anos 70)” In: MICELLI, Sergio (org.) *Estado e cultura no Brasil*. 1984, pp.53-83. Esta nota enfatiza a propensão para o oficialismo em nossa tradição cultural e literária, reforçando o paternalismo.

³⁰ Renato Ortiz, in: *A moderna tradição brasileira*, p. 114.

³¹ Na década de vinte, “João do Rio entrevistou a intelectualidade da época sobre a relação entre literatura e jornalismo, as respostas apontavam claramente para esta

simbiose entre o literato e o jornal”. Cf. Renato Ortiz, *A moderna tradição brasileira*, p. 28. Ver também a apresentação e resumo da enquete do cronista carioca feita por Brito Broca em *A vida literária no Brasil – 1900*. A íntegra dos depoimentos se encontra em: RIO, João do. *Momento literário*. Rio de Janeiro, Ed. Garnier, s/d.

³² Plínio Marcos, “Plínio sem cortes”, *Folhetim*, nº 26, 17 de julho de 1977, pp.2-6.

³³ Em “Repressão e censura no campo das artes na década de setenta”, in: *Vale quanto pesa*, Silviano Santiago enfatiza que, somente depois de outubro de 1974, surgiram os primeiros sinais de que a censura poderia retroceder, criando condições para a redemocratização do país. (Ver também nota 3 do próximo texto “Segunda fase (1979-1982) – por um ideal político”).

³⁴ Renato Ortiz, in: *A moderna tradição brasileira*, p.15. O texto lembra que “a *Revista Civilização Brasileira* publica ainda, em 1968, um artigo de Adorno e outro de Benjamin, traduzidos por Fernando Peixoto e Carlos Nelson Coutinho, e a *Tempo Brasileiro* um número especial sobre comunicação e cultura”.

³⁵ Em 30 de março de 1980, o *Folhetim* nº 167 publicava um balanço sobre o papel da imprensa na construção de uma Sociedade Civil (termo forjado por Gramsci) capaz de reivindicar os mais diversos direitos da sociedade organizada. Respondendo a pergunta, a quem serve a Imprensa? Antonio Callado rascunha com propriedade: “A imprensa interessa manter uma imagem do sistema, pois o jornal depende dele para continuar existente e influente”. De acordo com Callado, os jornais brasileiros seriam fazendas fechadas pouco interessadas em defender a construção de uma sociedade civil fortalecida, já que a imprensa “serve ao sistema, mas, principalmente, ao dono do jornal”. “A quem serve a imprensa?”, *Folhetim*, n. 167, p.5.

³⁶ Renato Ortiz, in: *A moderna tradição brasileira*.

³⁷ Leandro Konder, “Gramsci e o Brasil: algum ponto de contato?”, in: *Leia livros*, 1979, p.8.

³⁸ A seção “folha corrida” condensa o sentido das contribuições regionais. Esta seção resistiu por mais de três anos (1977-1981) e era composta por pequenos informes sobre turnês e shows de cantores nacionais e exposições de artes; chamadas sobre programas de televisão e notas sobre a agenda política nacional e regional.

³⁹ Refiro-me à Globo porque, como se sabe, ela foi e continua sendo a maior empregadora do setor. Contudo, não devo esquecer de mencionar o grande apreço do suplemento em relação ao fenômeno Sílvio Santos, que mereceu, por mais de uma vez, espaço em suas páginas.

⁴⁰ Segundo Renato Ortiz, “o sistema de redes, condição essencial para o funcionamento da indústria cultural, pressupunha um suporte tecnológico que no Brasil, contrariamente dos Estados Unidos, é resultado de um investimento do Estado. Não deixa de ser curioso observar que o que legitima a ação dos militares no campo da telecomunicação é a própria ideologia da Segurança Nacional. A idéia da ‘integração nacional’ é central para a realização desta ideologia que impulsiona os militares a promover toda uma transformação na esfera das comunicações. Porém, como simultaneamente este Estado atua e privilegia a área econômica, os frutos deste investimento serão colhidos pelos grupos empresariais televisivos”. In: *A moderna tradição brasileira*, p. 118.

⁴¹ Dias Gomes faz a seguinte periodização da telenovela: “Bom, eu poderia dividir esquematicamente em três fases. A primeira fase é a folhetinesca, herança da novela de rádio, que por sua vez descende do folhetim do século XIX. Essa primeira fase nada mais é que a novela de rádio com uma imagem, quer dizer, aquela fase desde o início da televisão até o início da década de 70. Na década de 70 é que se fez toda uma revolução formal e temática na telenovela, o que lhe deu a forma atual. Na década de 80 a novela entra numa espécie de impasse: ela chega a uma fórmula, se estrutura, mas não avança muito. Não há, nos anos 80, uma grande transformação, uma grande evolução, nem formal nem temática. Nos anos 80 a novela como que estaciona e repete fórmulas que

deram certo na década de 70". "Dias Gomes", in: Marta Klagsbrunn; Beatriz Resende (Orgs.) *Quase catálogo* 4, 1991, p.175. Diante desta declaração de Dias Gomes, conclui-se que a fase de "ouro" da telenovela ocorreu durante a década de setenta, quando se produziam as telenovelas de forma quase "artesanal"; por outro lado, a fase seguinte, os anos oitenta, significou um período no qual as telenovelas passaram a ser produzidas de forma "industrial", que repetia as fórmulas consagradas, mas não conseguia sair do círculo vicioso, submergindo diante da crise de criatividade da década perdida.

⁴² Theodor Adorno, "A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas", in: *Dialética do esclarecimento*. Vale lembrar que este texto data de 1947.

⁴³ A seguir, relaciono trinta e oito textos que, de certa forma, comemoravam o advento da televisão e foram publicados nesta fase do *Folhetim*. Consta, além da referência, um breve resumo dos textos.

n. 001, 24 de janeiro de 1977, p.5-7.

Só neste Domingo.

FERREIRA, Jairo. Esta página é dedicada aos destaques dos filmes e musicais disponíveis nas televisões durante o final de semana.

n. 004, 13 de fevereiro de 1977, p.9-11.

Elke.

PENTEADO, Regina; MARAVILHA, Elke. Nesta entrevista, Elke Maravilha fala sobre sua trajetória de vida e do sucesso como destaque do Programa Chacrinha.

n. 007, 6, de março de 1977, p.19-20.

Os chefões da fantasia.

LARANJEIRA, Adilson. A reportagem trata dos principais lançamentos de filmes de Hollywood e destaca o que há de melhor para ser visto.

n. 009, 20 de março de 1977, p.17.

A tv é o mocinho.

FRANCIS, Paulo. Paulo Francis reflete sobre a função de Hollywood diante da ascensão da televisão.

n. 009, 20 de março de 1977, p.18-19.

Aposentadas.

GUIMARÃES, Josué. A reportagem trata do destino das atrizes de Hollywood depois do advento da televisão.

n. 011, 3 de abril de 1977, p.3-4.

José Fernandes.

PENTEADO, Regina; FERNANDES, José. Nesta entrevista, José Fernandes, jurado do programa de calouros dirigido por Silvio Santos, fala de seus conhecimentos musicais que vão desde a música clássica até a música popular.

n. 011, 3 de abril de 1977, p.15-16.

O riso atrás da tv

PAZ, Maria da. A reportagem visita estúdios de televisão e recolhe depoimentos de pessoas contratadas para rir durante gravações dos programas de auditório.

n. 012, 10 de abril de 1977, p.10-11.

o A Sonia do Silvio Santos.

BARCELOS, Caco. A reportagem trata do sucesso do programa de auditório de Silvio Santos, enfocando com destaque o grande número de fãs. A reportagem acompanha uma destas fãs durante sua longa peregrinação até a chegada ao referido programa de auditório.

n. 013, 17 de abril de 1977, p.12-15

Velho cansado e guerreiro.

SOARES, Dirceu. A reportagem procura traçar o perfil biográfico e artístico do fenômeno televisivo conhecido como Chacrinha. (Abelardo Barbosa).

n. 014, 24 de abril de 1977, p.16-17.
Ela é uma chacrete.
AZEVEDO, Licínio de. A reportagem procura traçar o perfil biográfico e artístico da chacrete Mara Prado.

n. 022, 19 de junho de 1977, p.19-20.
O riso na tv.
CARDOSO, Jary. A reportagem trata do sucesso que os programas humorísticos da televisão conseguem atingir.

n. 039, 16 de outubro de 1977, p.9-10.
Cresce uma estrela.
SOARES, Dirceu. A reportagem trata de focar o sucesso televisivo e a trajetória artística da atriz Regina Duarte.

n. 041, 30 de outubro de 1977, p.5-7.
Sidney Magal.
SOARES, Dirceu. A reportagem procura traçar toda a trajetória artística do cantor Sidney Magal.

n. 043, 13 de novembro de 1977, p.9-10.
Vanuza, mulher de trinta.
SOARES, Dirceu. A reportagem trata dos conflitos enfrentados pelas mulheres na casa dos trinta anos. A cantora Vanusa foi escolhida como modelo destas mulheres.

n. 043, 13 de novembro de 1977, p.14-15.
O homem do baú.
JERICÓ, Leônidas. A reportagem trata de apresentar Walter Martins, que teria sido, de fato, o inventor do conhecido “baú da felicidade”.

n. 043, 13 de novembro 1977, p.16.
No ar, o sr. McLuhan.
McLUHAN, Marshall; GRAPIN, Jacqueline. Nesta entrevista, Marshall McLuhan fala sobre o impacto de seus livros, trata da sociedade de consumo e do papel decisivo que a televisão possui neste processo.

n. 044, 20 de novembro de 1977, p.15-16.
Um ator visto por dentro.
ARAP, Fauzi; POMPEU, João José de. Nesta entrevista, o artista João José de Pompeu fala sobre sua trajetória biográfica e artística.

n. 044, 20 de novembro de 1977, p.2-6.
Em cartaz, o povo no cinema
CASTRO, Tarso de; SANTOS, Nelson Pereira dos; MACALÉ, Jards; FASSONI. Nesta entrevista, o cineasta Nelson Pereira fala de cinema engajado, de literatura, de política cultural, de suas viagens e da importância crescente da televisão.

n. 044, 20 de novembro de 1977, p.10-11.
O recado dos calouros
PAZ, Maria da. A reportagem procura focar o universo e as expectativas dos calouros em torno dos programas de televisão.

n. 046, 4 de dezembro de 1977, p.3-8.
Chico Anísio.
CASTRO, Tarso de; ANÍSIO, Chico. Nesta longa entrevista, Chico Anísio fala de seu processo criativo, das personagens e dos humoristas nos quais ele busca inspiração para criar.

n. 054, 29 de janeiro de 1978, p.3-5.
A TV na política.
FAVIERE, Cláudio. A reportagem trata sobre alguns impedimentos que a lei de censura promove na televisão brasileira, dificultando a discussão dos projetos políticos da oposição e um melhor esclarecimento da opinião pública. A

reportagem complementar destaca a importância dos editoriais de Samuel Wainer sobre as possíveis reformulações da Lei Falcão.

n. 055, 5 de fevereiro de 1978, p.8-9.

Débora Duarte

PENTEADO, Regina. A reportagem procura traçar o perfil profissional, o comportamento, a vida particular e as idas e vindas de Regina Duarte à Rede Globo.

n. 057, 19 de fevereiro de 1978, p.11-13.

Assim falou o profeta.

PENTEADO, Regina. Reportagem sobre o ator Carlos Augusto Strazzer, que na época fazia grande sucesso e era disputado entre as tvs Globo e Tupi. A reportagem procura traçar um perfil do ator, considerando-o o Rodolfo Valentino caboclo.

n. 058, 26 de fevereiro de 1978, p.3-6.

Mário Lago.

RIBEIRO, Octávio; LAGO, Mário. Nesta entrevista, Mário Lago fala de suas atividades na televisão, teatro e como intérprete de música popular brasileira; além disso é traçado seu perfil biográfico.

n. 059, 5 de março de 1978, p.11-12.

Marília Gabriela: fazendo e virando notícia

PENTEADO, Regina; GABRIELA, Marília. Nesta entrevista, a jornalista Marília Gabriela fala sobre as dificuldades enfrentadas para se impor no meio masculino e para conquistar espaço e respeito no meio jornalístico brasileiro.

n. 061, 19 de março de 1978, p.10-11.

O vagabundo Hugo Carvana.

BRANCO, Ivo; CARVANA, Hugo. Nesta entrevista, o ator Hugo Carvana fala de política, de teatro, televisão e, principalmente, de cinema. Comenta ainda sua trajetória desde o primeiro emprego até seus últimos trabalhos.

n. 063, 2 de abril de 1978, p.3-5.

Márcia de Windsor.

PENTEADO, Regina; WINDSOR, Márcia de. Nesta entrevista, a atriz Márcia de Windsor fala sobre a sua trajetória biográfica, desde o seu cotidiano privado até a conquista de um espaço dentro da televisão brasileira.

n. 072, 4 de junho de 1978, p.7.

Consuelo comemora 25 anos de riso com um drama.

PENTEADO, Regina. A reportagem trata das comemorações do vigésimo quinto aniversário de carreira da atriz Consuelo Leandro.

n. 072, 4 de junho de 1978, p.5-6.

Atrás do pano.

ABRAMO, Lélia; RIOS, Jefferson Del. Nesta entrevista, Lélia Abramo fala de sua experiência sindical anterior, de sua trajetória artística e, principalmente, da nova função à frente do Sindicato dos Atores e Técnicos em Espetáculos e Diversões do Estado de São Paulo.

n. 083, 20 de agosto de 1978, p.3-5.

O riso e o poder.

EGYPTO, Luiz. A reportagem se refere à abertura e à liberdade proporcionada pelos programas humorísticos na televisão, que acabam por ocupar o espaço da crítica. Há uma entrevista com o prof Muniz Sodré (do mestrado em comunicação da UFF), que fala sobre o poder do humor em criticar e fazer oposição aos governos.

n. 085, 3 de setembro de 1978, p.9-10.

O sucesso popular é uma vitória.

DIEGUES, Cacá; CAMBARÁ, Isa. Nesta entrevista, o assunto principal gira em

torno do sucesso popular que os filmes de Cacá Diegues atingiram, sendo comparados às novelas de Janete Clair.

n. 086, 10 de setembro de 1978, p.3-4.

O cinema mudo volta às telas com as eleições

REIS, Leila. A reportagem trata da volta do horário eleitoral gratuito à televisão, das estratégias do MDB para se vincular ao povo e, principalmente, da tentativa de impugnação (ele fora aposentado pelo AI 5) da candidatura do "príncipe" (conhecido assim à época) Fernando Henrique Cardoso.

n. 089, 1 de outubro de 1978, p.8-10.

Ficamos nuas.

BENGEL, Norma; PAZ, Maria da; NANDI, Ítala. A reportagem entrevista Norma Benguel e Ítala Nandi sobre a nova peça que escreveram e dirigem: "Fico nua". As atrizes falam ainda sobre novela e televisão.

n. 099, 10 de dezembro de 1978, p.6-7.

No dancin de Reginaldo Faria.

PAZ, Maria da; FARIA, Reginaldo. Nesta entrevista, o ator Reginaldo Faria fala do sucesso repentino e nacional de sua personagem na novela *Dancin'days*.

n. 106, 28 de janeiro de 1979, p.8-10.

Guarniere fora do pano

GUARNIERI, Gianfrancesco; PAZ, Maria da. Nesta entrevista, Gianfrancesco Guarniere fala de sua trajetória de vida e, principalmente, das motivações políticas de seus trabalhos.

n. 111, 4 de março de 1979, p.12-13.

Tirando a fantasia.

WOLF, José; CARLA, Wilza. Nesta entrevista, a atriz Wilza Carla fala sobre seu perfil rebelde e inovador e da trajetória artística.

n. 113, 18 de março de 1979, p.2.

Uma questão de imagem

ABRAMO, Radhá. A reportagem trata dos enganos que a imagem televisiva pode provocar em um telespectador.

n. 114, 25 de março de 1979, p.6.

Estratégias.

ABRAMO, Radhá. A reportagem trata das estratégias de controle de que o governo se utiliza na televisão.

n. 117, 15 de abril de 1979, p.3-6.

A amarração de Carlos Vereza

VEREZA, Carlos; ALMEIDA, Sergio Pinto de. Nesta entrevista, o ator Carlos Vereza fala de seu trabalho no teatro, da fama de briguento, da trajetória de vida e da peça "Nó cego", que estreava em São Paulo.

⁴⁴ Marshall McLuhan, "No ar, o sr. McLuhan", *Folhetim*, n. 43, 13 de novembro de 1977, p.17.

⁴⁵ Veja-se um extrato dos referidos textos, que tinham como foco a crítica ao governo e a apresentação dos jornalistas-escritores envolvidos nas investigações e denúncias.

n. 016, 8, maio, 1977, p.7-8.

Um repórter policial.

SOARES, Dirceu. A reportagem procura, *in loco*, acompanhar a perigosa atividade do jornalista policial Octávio Ribeiro, "aquele que persegue o fato".

n. 033, 4 de setembro de 1977, p.2-3.

Os personagens.

LOUZEIRO, José. A reportagem trata de apresentar a cronologia dos

acontecimentos e das personagens envolvidas na trama que culminou na morte da garota Aracelli, em Vitória - ES, em 1973.

n. 033, 4 de setembro de 1977, p.4-9.

Assim mataram Aracelli.

LOUZEIRO, José. A reportagem procura esclarecer os acontecimentos (relacionados ao caso do assassinato da garota Aracelli) e, de certa forma, incriminar algumas personagens ainda impunes.

n. 033, 4 de setembro de 1977, p.2.

Araceli, meu amor

Folhetim. O texto é uma reprodução do Editorial da Folha de São Paulo de 25/08/77, no qual se relata a indignação com a morte violenta da jovem Aracelli, ocorrida em 1973.

n. 034, 11 de setembro de 1977, p.2-3.

Aracelli.

LOUZEIRO, José. A reportagem denuncia a falta de interesse do judiciário em desvendar o caso Aracelli.

n. 034, 11 de setembro de 1977, p.4-5.

Cláudia Lessin Rodrigues.

ARNT, Richard. A reportagem é um exemplo do jornalismo policial comprometido em desvendar os mistérios que envolvem os implicados na morte de Cláudia Lessin Rodrigues.

n. 040, 23 de outubro de 1977, p.4-6.

Caso Cláudia.

Folhetim - Sucursal Rio de Janeiro. A reportagem procura cobrar da justiça uma solução para o caso Cláudia Lessin Rodrigues.

n. 057, 19 de fevereiro de 1978, p.3-6.

Claudia sem segredo.

MEINEL, Valério; RIBEIRO, Octávio. Nesta entrevista, Luiz Valério Meinel fala da importância da reportagem policial, do prêmio Esso recebido (pela primeira vez destinado ao gênero policial) e comenta detalhadamente o caso Cláudia, cuja cobertura lhe valeu o prêmio.

n. 073, 11 de junho de 1978, p.5-7.

'Marginais' da imprensa

VEIGA, Rui. A reportagem procura enfocar a difícil tarefa do jornalista policial. Para tanto, a reportagem busca as opiniões conceituadas dos jornalistas Percival de Sousa, Antônio Fon (jurado de morte pelo esquadrão da morte), Octávio Ribeiro e José Louzeiro sobre as dificuldades e a falta de reconhecimento do trabalho do jornalista policial, que, segundo eles, seriam tratados como jornalistas menores.

n. 105, 21 de janeiro de 1979, p.3-6.

Assim morreu Araceli.

LUPPI, Carlos Alberto. A reportagem traz informações dos novos rumos jurídicos do caso da menina Araceli.

n. 113, 18 de março de 1979, p.13-14.

Simplesmente João.

GOMES, Sergio. A reportagem enfoca algumas estranhas circunstâncias que envolvem o assassinato de João Rodrigues da Silva, membro da diretoria do sindicato de Santo André.

n. 119, 29 de abril de 1979, p.5.

A testemunha do seqüestro.

KLINTOWITZ, Jaime. A reportagem informa sobre o caso de seqüestro de um casal uruguaio no Rio Grande do Sul. O repórter conversa com uma das testemunhas do caso, o jornalista esportivo João Batista Scalco, que relembra

alguns detalhes do seqüestro.

n. 132, 29 de julho de 1979, p.11-12.

Por que ninguém pagou por este crime.

LAPA, Ronaldo. A reportagem traz novas informações sobre o caso Cláudia I. Rodrigues.

⁴⁶ Esta relação traz as principais entrevistas com músicos que não fazem parte do Tropicalismo.

n. 001, 24 de janeiro de 1977, p.8-13.

Tom.

CASTRO, Tarso de; JOBIM, Tom. Nesta entrevista, Tom Jobim fala dos problemas da música brasileira, do relacionamento com outros músicos e do convívio com a música americana. Trata ainda da importância do convívio com Chico Buarque e Vinícius de Moraes e do seu processo criativo. Nota introdutória de Tarso de Castro.

n. 006, 27 de fevereiro de 1977, p.18-19.

Zeca Afonso: sou um mau músico.

AZEVEDO, Licínio de; PAZ, Maria da; AFONSO, Zeca. Nesta entrevista, o músico Zeca Afonso fala sobre sua trajetória musical, sobre o seu sucesso e de suas principais influências musicais.

n. 008, 13 de março de 1977, p.12-15.

E eis que chega a roda-viva.

HOLANDA, Chico Buarque de; SOARES, Dirceu. Nesta entrevista, Chico Buarque fala sobre a sua trajetória política e artística, da repressão, da censura, das amizades e da importância do cenário político em suas composições.

n. 010, 27 de março de 1977, p.7-8.

Um poeta que luta.

MARCOS, Plínio; CARVALHO, Hermínio Belo de. Nesta entrevista, o poeta e sambista Hermínio Belo de Carvalho fala sobre suas relações com o samba paulista e dos amigos de São Paulo.

n. 016, 8 de maio de 1977, p.10-13.

Ney. No sul, como no norte.

MATOGROSSO, Ney; CASTRO, Tarso de. Nesta entrevista, Ney Matogrosso fala de toda a representação que envolve a produção de seus shows, desde a produção de suas roupas até sua postura em palco, tratando ainda de sua trajetória de vida e do sucesso.

n. 029, 7 de agosto de 1977, p.2-6.

Vinicius de Moraes.

CASTRO, Tarso de; MORAES, Vinícius de. Nesta entrevista, Vinícius de Moraes procura traçar a sua trajetória biográfica, fala sobre suas composições e das influências musicais e literárias presentes em sua produção.

n. 034, 11 de setembro de 1977, p.12-21.

Chico.

CASTRO, Tarso de; HOLANDA, Chico Buarque de; SOARES, Dirceu. Nesta extensa entrevista, Chico Buarque avalia a sua dificuldade de articular as fronteiras entre a vida privada e a pública. Fala ainda sobre a trajetória biográfica, das influências musicais (da Bossa-nova) e da situação política nacional.

n. 041, 30 de outubro de 1977, p.21-22.

Zé Ramalho.

RAMALHO, Zé; TAVARES, Neila. Nesta entrevista, Zé Ramalho fala da sua infância, de música e de suas influências.

n. 042, 6 de novembro de 1977, p.11.

As panelinhas precisam acabar.

SOARES, Dirceu; FAGNER, Raymundo. Nesta entrevista, Raymundo Fagner responde as críticas que vinha recebendo de Caetano Veloso e fala sobre as diversas panelinhas que compõem o cenário musical brasileiro.

n. 051, 8 de janeiro de 1978, p.3-8.

Detalhes.

CARLOS, Roberto; CARDOSO, Jary. Nesta entrevista, Roberto Carlos fala de sua trajetória de vida, de suas amizades, principalmente de sua relação com Caetano Veloso, e do romantismo de suas músicas. Trata ainda da Jovem Guarda e das montagens de seus shows. O Folhetim publica vários pequenos depoimentos sobre Roberto Carlos: de Augusto de Campos, de Caetano Veloso, de Erasmo Carlos, de Tarso de Castro, de Ruy Martins, de Ney Duclós, de Roberto Freire, de Jorge Mautner.

n. 065, 16 de abril de 1978, p.8-9.

Alceu Valença.

VALENÇA, Alceu; DUCLÓS, Nei. Nesta entrevista (da qual participam ainda Sérgio Pinto de Almeida, Paulo Klein e Airton de Magalhães), Alceu Valença fala de sua postura como artista, de suas influências musicais e ajuda a traçar o seu perfil musical.

n. 067, 30 de abril de 1978, p.6-7.

Toquinho cidadão comum.

RIBEIRO, Octávio; TOQUINHO. Nesta entrevista, o músico Toquinho fala de sua produção e da trajetória de vida de um cidadão comum, que faz música popular.

n. 076, 2 de julho de 1978, p.11-12.

O maestro da confusão

JUAREZ, Benito; CEARÁ, Luiz. Nesta entrevista, o maestro Benito Juarez fala de sua trajetória de vida até chegar a reger uma orquestra, da tentativa de colocar a música erudita ao alcance de mais pessoas e de aproximá-la da Bossa Nova e da MPB.

n. 084, 27 de agosto de 1978, p.8-9.

Um candidato a eleitor.

BELCHIOR; JARDIM, Roberto. Nesta entrevista, Belchior fala de música, da trajetória de vida, de política e da televisão.

n. 087, 17 de setembro de 1978, p.3-5.

Geraldo Vandré.

VANDRÉ, Geraldo; ANGELO, Assis. Nesta entrevista, o compositor Geraldo Vandré fala sobre a necessidade de separar-se o artista do homem. Além disso, ele fala sobre música, política e exílio.

n. 096, 19 de novembro de 1978, p.3-6.

Um grito forte.

NASCIMENTO, Milton; JARDIM, Roberto. Nesta entrevista, Milton Nascimento fala, além da trajetória musical, de política, dos amigos e parceiros e da situação do Brasil.

n. 098, 3 de dezembro de 1978, p.8-9.

Que é que tem na cabeça de Walter Franco.

FRANCO, Walter; ALMEIDA, Sergio Pinto de; GROISMAN, Sérgio. Nesta entrevista, o músico Walter Franco fala de sua filosofia oriental e de sua trajetória de vida.

n. 100, 17 de dezembro de 1978, p.8-11.

Tom Jobim.

JOBIM, Tom; EGYPTO, Luiz. Nesta entrevista, Tom Jobim fala de música, da

trajetória de sucesso e do reconhecimento nacional e internacional.

n. 101, 24 de dezembro de 1978, p.10-12.

Edu Lobo.

LOBO, Edu; CARDOSO, Jary. Nesta entrevista, o músico Edu Lobo fala de seus projetos e shows e também trata de censura, repressão e da situação do Brasil.

n. 102, 31 de dezembro 1978, p.8-13.

Chico Buarque.

Folhetim. HOLANDA, Chico Buarque de. Nesta entrevista, procurando analisar a postura do cidadão e do artista, Chico Buarque fala de política, de censura e da repressão.

n. 104, 14 de janeiro de 1979, p.8-11.

Caymi é coisa dada.

CAYMI, Dorival; JARDIM, Roberto. Nesta entrevista, Dorival Caymi fala de sua trajetória musical e pessoal, ressaltando o reconhecimento de seu trabalho por parte da crítica e do público.

n. 113, 18 de março de 1979, p.8-10.

Aldir na linha de passe

BOSCO, João; BLANC, Aldir; PAIVA, Fernando; JARDIM, Roberto. Nesta entrevista, Paulo Emilio, Aldir Blanc e João Bosco falam das parcerias, de política e dos respectivos processos criativos.

n. 115, 1 de abril de 1979, p.8-10.

Sivuca: o fogo do forró.

SIVUCA; ANGELO, Assis. Nesta entrevista, o músico Sivuca fala sobre a trajetória biográfica e da importância crucial que a música ocupa em sua vida.

⁴⁷ A seguir, apresento a relação dos textos que demonstram a constante presença dos expoentes do Tropicalismo durante a primeira fase do *Folhetim*.

n. 010, 27 de março de 1977, p.15-18.

Caetano Veloso

VELOSO, Caetano; CASTRO, Tarso de; SOARES, Dirceu. Nesta entrevista, Caetano Veloso fala sobre o Tropicalismo, da trajetória de vida e artística, e das parcerias com Gil. Trata ainda dos novos trabalhos que vem realizando.

n. 026, 17 de julho de 1977, p.14.

Gil?

CAMBARÁ, Isa. A reportagem trata da polêmica causada por Gilberto Gil, diante da declaração de que teria achado o Presidente Ernesto Geisel simpático.

n. 029, 7 de agosto de 1977, p.19-22.

Gil, redizendo.

GIL, Gilberto; CARDOSO, Jary. Nesta entrevista, Gilberto Gil fala sobre a filosofia tropicalista, o movimento estudantil, a existência de discos voadores e sobre o papel da imprensa diante das polêmicas.

n. 036, 25 de setembro de 1977, p.15-16.

Gal.

COSTA, Gal; CARDOSO, Jary. Nesta entrevista, a cantora Gal Costa fala das influências musicais, de política e da trajetória pessoal.

n. 037, 2 de outubro de 1977, p.2-6.

Caetano na dança.

Folhetim. VELOSO, Caetano. Nesta longa entrevista, Caetano se defende das críticas relativas ao seu comportamento político, tentando justificar a separação do músico e do político. (Esta entrevista marca a última participação de Tarso de Castro à frente do *Folhetim*).

n. 048, 18 de dezembro de 1977, p.7-8.

Duprat cansado de guerra

SILVA, José Antônio da; DUPRAT, Rogério. Nesta entrevista, o músico Rogério Duprat fala, sobretudo, das relações entre a música nova, o concretismo e o tropicalismo.

n. 052, 15 de janeiro de 1978, p.3-5.

Tropicália pelo avesso.

VASCONCELLOS, Gilberto (Felisberto); SUZUKI, Matinas; MORAES, Renato de;

VELOSO, Caetano; CAMPOS, Augusto de; DUPRAT, Rogério; ZÉ, Tom; GIL, Gilberto. O repórter Renato de Moraes organiza um encontro entre os pesquisadores da música brasileira - Gilberto Vasconcelos e Matinas Suzuki - que refletem sobre o caráter cultural e político do movimento tropicalista, durante as comemorações de seus dez anos. Além disso, o jornalista recolhe depoimento de Caetano Veloso, Gilberto Gil, Augusto de Campos, Rogério Duprat e Tom Zé que falam sobre as experiências pessoais e dos desdobramentos do tropicalismo na cena cultural brasileira.

n. 068, 7 de maio de 1978, p.6-7.

Tanto posso cantar música como fazer um comício.

DUCLÓS, Nei; AZEVEDO, Licínio de; JOTA, ; MOREIRA, Moraes. A entrevista procura traçar o perfil do músico e do político Moraes Moreira, que comenta toda sua trajetória desde o sertão do nordeste até os palcos com os novos baianos e o reconhecimento individual.

n. 099, 10 de dezembro de 1978, p.8-11.

Por fora e por dentro de tudo.

VELOSO, Caetano; CARDOSO, Jary. Nesta entrevista, Caetano Veloso fala sobre sua trajetória e influências musicais. Aborda o fim das perseguições políticas e dos *shows* que estão sendo montados.

n. 103, 7 de janeiro de 1979, p.8-12.

Este é o meu lugar

GIL, Gilberto; PAZ, Maria da; CARDOSO, Jary. Nesta entrevista, o compositor Gilberto Gil fala da trajetória musical das viagens e dos projetos para o futuro. Há pequenos depoimentos de Antonio Candido, Ligia Fagundes Telles, José Gaiarsa, Clóvis Moura, Matinas Suzuki e Toninho Horta sobre a música e a importância de Gil no cenário musical brasileiro.

n. 118, 22 de abril de 1979, p.3-5.

Gil tipo exportação.

TUPY, Dulce; GIL, Gilberto. Nesta entrevista, Gilberto Gil fala de seu sucesso no mercado americano e das novas perspectivas de trabalho.

⁴⁸ Jorge Amado, "Meu encontro com Jorge Amado", *Folhetim*, n.43, 13 de novembro de 1977, p.2-6.

⁴⁹ Gilberto Felisberto Vasconcelos, "Tropicália pelo avesso", *Folhetim*, n.52, 15 de janeiro de 1978, p.4.

⁵⁰ Cacá Diegues *Apud* Silvano Santiago. "Democratização no Brasil – 1979 – 1981 (Cultura versus arte), in: *Declínio da arte ascensão da cultura*, p.12. "No prefácio do livro [*Patrulhas ideológicas*] se lê que 'o discurso mais tradicional da esquerda começa[va] a voltar à tona e aquelas velhas discussões do papel social da arte, da arte engajada, começa[va]m a pintar de novo, inclusive a nível de [sic] cobrança".

⁵¹ Matinas Suzuki Junior, "Tropicália pelo avesso", *Folhetim*, n.52, 15 de janeiro de 1978, p.5.

⁵² Theodor Adorno, “A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas”, *Op.cit*, p.128.

SEGUNDA FASE (1979-1982) –

POR UM IDEAL POLÍTICO

Durante a segunda fase do *Folhetim* foram equacionados os principais problemas da fase anterior. Se a chave do humor e da resistência tinha orientado a cobertura do primeiro período, um tom mais “sério” passaria a sobrepular a partir de 1979. Porém, ao invés de se aprofundarem as críticas aos sistemas de consagração que fluía durante a primeira fase, o suplemento passou a ignorar a produção literária ligada aos cronistas policiais, à televisão e à música. Basicamente, ignorava-se as atividades anteriores porque a demanda sobre os temas políticos e sociais necessitavam de um espaço de transição dentro do jornal. Enquanto não se teve a certeza de que a redemocratização fosse favas contadas, o espaço do suplemento deveria servir como um espaço de transição entre o suplemento e o primeiro caderno do Jornal. Parece-me, portanto, que o divertimento cedeu lugar aos temas politizados de interesse nacional, sobretudo em virtude de uma contingência histórica.

Em relação ao conjunto dos textos e à organização do material que circulou no *Folhetim* entre 1979-1982, a mudança da primeira para a segunda fase refletiu um movimento gradativo, que não oferecia ao leitor nenhuma mudança drástica em relação ao grau de dificuldade de leitura dos textos. Entretanto, quando se compara um exemplar qualquer produzido pela primeira equipe do *Folhetim*, liderada por Tarso de Castro (entre os números 1 e 35), com um outro exemplar publicado durante a editoria de Oswaldo Mendes (entre os números 119 e 220), percebe-se a diferença. Esta aproximação causa ao leitor a sensação de estar lendo duas publicações diferentes. As mudanças introduzidas ao longo de 1978 adaptaram o suplemento ao porvir e são estas ondulações que caracterizaram a segunda fase que procurarei analisar a seguir.

Ainda sob o signo do pensamento gramsciano no que se refere ao papel da cultura e do intelectual, a segunda fase do jornal procurou evidenciar um aspecto que havia ficado obscurecido durante o período anterior. Com a finalidade de levar até os leitores uma ampla gama dos problemas nacionais, foi necessário resgatar o compromisso educacional do *Folhetim*. Se, durante a primeira fase, o termo *folhetim* serviu como uma luva para se reconhecer as semelhanças com o similar oitocentista, a nova fase do suplemento assumia um tom mais engajado, em sintonia (embora tardia) com os ideais políticos que a época exigia, ou seja, transformava o suplemento em amplo fórum de debates. Se durante a fase anterior o jornalista-intelectual-cronista havia dominado o espaço do suplemento, ditando quais seriam as tendências culturais a serem seguidas, a segunda fase anunciava uma nova versão deste intelectual, acentuando, em seu discurso, a cor local e a politização.

Iniciando a nova fase, Oswaldo Mendes foi o editor durante o intervalo entre os números 119 e 220 (de 29 de abril de 1979 a 5 de abril de 1981). Foram dois anos marcados pela promoção de grandes discussões, quando o *Folhetim* fez proliferar, através de debates e mesas-redondas, a discussão dos principais temas ligados às políticas sociais (da moradia, da educação, da saúde), à ciência e tecnologia (a política energética), à cultura (da música popular, da arquitetura, do folclore, da literatura), à questão racial (do negro e do índio), às conquistas da mulher, à questão ambiental, ao esporte, etc.

Outro dado importante sobre esta época de *pente fino* pode ser notado através da observação da mudança de tratamento dispensado aos temas urbanos. Enquanto um tipo de “nacional” (um nacional das variedades ou a integração pelo *fait-divers*) havia norteado a primeira fase¹, quando pouco ou nada foi escrito sobre a cidade ou o Estado de São Paulo, o período que se abria centrava-se, principalmente, nos problemas urbanos que mais preocupavam os paulistanos. Podemos delinear, então, duas

seções imaginárias no suplemento. A primeira reservava um espaço intermitente para as discussões locais, enquanto a segunda assegurava um espaço fixo para as discussões nacionais. Dessa forma, nesta época foram discutidos, através de reportagens e mesas-redondas, vários assuntos exclusivamente ligados à cidade de São Paulo: o problema da moradia e da explosão demográfica, políticas para a urbanização da cidade, com vistas à resolução de problemas relacionados aos transportes públicos, da urbanização de áreas deterioradas pelo avanço populacional, entre outros.²

Também chama especial atenção o modo pelo qual ocorria o furtivo processo de aproximação entre o *Folhetim* e a Universidade, especialmente a USP. Diante desta nova configuração, que possibilitava o diálogo e o debate de idéias, ocorria a inversão geral da ordem das prioridades, exigindo conhecimentos específicos, e essa “nova” necessidade requisitava a participação do meio acadêmico. Contudo, esta aproximação entre o suplemento e os acadêmicos foi peculiar porque não se ofereceu, de fato, a pena para os professores escreverem. O meio acadêmico era consultado tanto para legitimar as informações contidas em uma reportagem, quanto para participar dos debates públicos promovidos pelo suplemento. Portanto, inicialmente se deu voz ao mundo acadêmico, utilizando-se a mediação dos jornalistas, que adaptavam o jargão às páginas do *Folhetim*. É importante ressaltar que o caminho para se acumular o capital simbólico, angariado junto a este leque de professores universitários, estava aberto, e o jornal poderia reavê-los em um período posterior.

CONTEXTO

No período coincidente ao da segunda fase, no início de 1979, a posse do último Presidente do Regime Militar, João Figueiredo, prometendo cumprir a última fase da abertura democrática, antes das eleições gerais, imprimia um ritmo mais acelerado às mudanças internas do *Folhetim*. Mais próximo dos temas da atualidade política, o novo formato do suplemento pôde servir como um termômetro, que era consultado de forma intermitente, para medir a amplitude democrática do governo recém instalado. Para precisar ainda mais o contexto político, Silviano Santiago enfatiza que foi a partir de outubro de 1974 que, pela primeira vez,

“um presidente da República se digna a falar em público do assunto [repressão e censura], ainda que *en petit comité*. Tanto na inauguração do Teatro Guáira (outubro de 1974), quanto na reabertura do Amazonas (já em janeiro de 1975), o presidente, interpelado por grupos diferentes de intelectuais, diz algumas poucas palavras que soam de bom augúrio. Está aberta a comporta: a água veio correndo até arrebatá-lo, no dia 23 de maio de 1979, as palavras do ministro da Educação, que, em depoimento na Câmara, classifica a censura de ‘ética paranóica da salvação da cultura’. E continua: ‘esta é uma ajuda, uma salvação para a qual a cultura não foi consultada nem deu o seu consentimento’.”³

O balanço político, econômico, social e cultural da década de setenta fechou-se em torno de debates entusiasmados com a possibilidade de se recuperar a cidadania — através da construção de uma Sociedade Civil — e a democracia — através do sufrágio universal. A década de oitenta surgia nas páginas do *Folhetim* criando uma enorme expectativa em torno de um período de muito trabalho: os modelos sociais, econômicos, políticos e

culturais esperavam novas formulações ou exigiam movimentos de recuperação. A cidadania a ser reconquistada, uma nova Constituição a ser escrita, um novo modelo energético para o país, um novo modelo educacional para erradicar o analfabetismo, uma nova proposta cultural mais próxima do povo, um novo modelo econômico mais justo e capaz de distribuir melhor a renda, enfim, discutia-se um “Projeto de Nação” para o Brasil. É surpreendente a vitalidade que se desprende das páginas do suplemento nesta época. Do mesmo modo, também surpreende a energia dispensada aos debates e, sobretudo, chama a atenção a grande quantidade de especialistas nos mais diversos campos (acadêmicos, sociais, políticos) que o suplemento conseguia mobilizar, contudo, o divórcio entre o que ali estava sendo discutido e o que se praticava, ou melhor, o que não se efetivava em âmbito federal, não deixa de causar surpresa diante das alternativas políticas levantadas naquelas páginas.

O ponto nevrálgico para se entender como se operavam as mudanças internas no suplemento foi produzido a partir de um momento crucial, que marca, entre outros posicionamentos, a decisão editorial da *Folha de S. Paulo* de iniciar o deslocamento dos debates e reportagens políticas do suplemento semanal para as páginas diárias (rumo ao primeiro caderno) do jornal. Este movimento editorial ocorreu em 5 de abril de 1981, provocando a saída de um editor eminentemente preocupado com o destino das políticas nacionais. O último número sob a direção de Oswaldo Mendes publicou também o derradeiro debate da série, que havia, um ano antes, se iniciado com a finalidade de fazer um balanço das políticas sociais brasileiras. Neste momento, gostaria de sublinhar a importância deste número do *Folhetim*, porque, devo acrescentar, este número salienta uma passagem, que complementa e esclarece a minha proposta inicial de associar o *Folhetim* ao *Programa* que Monteiro Lobato havia proposto à *Revista do Brasil*. Aquele índice dos temas nacionais encontraria neste número do suplemento talvez uma de suas versões mais elaboradas.

O número 220 estampava na capa o seguinte título: *Brasil: caminhos da transição. A distribuição da renda. As minorias. A identidade cultural. Os meios de comunicação. Um Projeto de Nação.*

A mesa “Os meios de Comunicação” teve como coordenador Fausto Castilho Petraglia (professor da Escola de Comunicação da USP), e contou com as participações de Alex Periscinotto (publicitário), Osmar Trindade (jornalista), e Ruy Mesquita (do jornal *O Estado de São Paulo*). Em princípio, a mesa tinha como prioridade a discussão sobre quais seriam as melhores formas de atuação das diversas mídias (principalmente jornal e televisão) diante da redemocratização do país; todavia, o maniqueísmo entre as posições pró e contra a televisão comercial acabou por prevalecer. Enquanto Cláudio Petraglia defendia a função da televisão como um dos principais meios para se efetivar a integração nacional, Ruy Mesquita desconfiava desta nobre tarefa. Todos os integrantes da mesa concordavam em um ponto, que seria, ao longo do debate, utilizado como pano de fundo para toda esta discussão: o cerceamento que o sistema militar havia imposto ao desenvolvimento “natural” da televisão no país. Em resumo, procurou-se evidenciar o compromisso maior da imprensa em relação à defesa dos ideais democráticos, colocando-a a serviço desta defesa.

A mesa “A identidade cultural” teve a coordenação de Roberto Schwarz (professor da Unicamp) e as participações de Gilberto Velho (antropólogo do Museu Nacional), Mário Schenberg (físico e crítico de arte), Leda Alves (da Universidade do Recife) e Cacaso (poeta e compositor). Resumo, de passagem, os principais focos de discussão desta mesa porque ela será retomada em mais de um ponto deste trabalho. A reflexão sobre a identidade cultural passava, necessariamente, pelo exame dos processos de inclusão e exclusão sociais das minorias. Depois de historiar o termo “identidade cultural”, Roberto Schwarz reconhece que, se durante as primeiras décadas do século, a questão passava pelo nacionalismo antiimperialista, a década de oitenta havia planejado esta

questão, principalmente quando se observava a enorme influência que a imprensa (jornais e televisões) tinha adquirido ao longo das duas últimas décadas; conseqüentemente, tinha-se que conviver com uma situação inusitada, que admitia e reconhecia em figuras populares (Caetano Veloso era o alvo) a autoridade de intelectuais. Gilberto Velho procurou, inicialmente, conceituar os termos “cultura” e “identidade cultural”, reconhecendo a abrangência e as confusões que o uso impróprio dos termos pode gerar. Mais especificamente, o autor defenderá especificidades, ou seja, é preciso saber dos diferentes segmentos (raciais, sexuais) que fazem parte de um sindicato, já que, por princípio, a conquista dos espaços sociais se daria através da observância da vontade destes segmentos específicos. Mais místico, Mário Schenberg defendia a necessidade de se pensar a questão da “identidade cultural” de forma internacional, pois, somente assim seria possível perceber o momento transcendental pelo qual passava a humanidade. Para o autor, o sistema capitalista estava condenado à destruição e o momento de inserção do Brasil na economia mundial tinha ocorrido na hora errada. Leda Alves, por sua vez, se desculpa por não ser uma teórica sobre o assunto, mas insiste em relatar, detalhadamente, suas observações empíricas a respeito das mais diversas manifestações populares do nordeste. O poeta Cacaso oferece um resumo da história cultural brasileira desde a colonização, passando pelo modernismo, até a década de oitenta. Sua intenção era demonstrar o papel crucial que a literatura havia desempenhado ao longo da história nacional. Para finalizar, o poeta sustenta a necessidade de criar autonomia sustentável às manifestações criadoras, tais como a poesia e a literatura.

A mesa “As minorias” teve a coordenação do advogado José Carlos Dias (da Comissão de Justiça e Paz do Estado de São Paulo) e as participações de Joel Rufino dos Santos (historiador), Carmen Junqueira (antropóloga), Jacqueline Pitanguy (socióloga), Paulo Rui de Oliveira (vereador de São Paulo) e Peter Fry (antropólogo). Não creio que esta mesa

necessite do mesmo tratamento dispensado às anteriores porque ela guarda um tom uníssono, ou seja, cada um dos participantes explora um dos segmentos propostos (a exclusão dos índios, dos negros, das mulheres, dos homossexuais), tendo o governo como inimigo comum, já que as políticas respectivas às questões, quando existem, são ineficazes.

“Um Projeto de Nação” é o título de outra mesa-redonda, que teve como coordenador Rogério C. Cerqueira Leite (físico e membro do Conselho Editorial da *Folha de S.Paulo*), e contou com as participações de Rafael de Almeida de Magalhães (ex-governador da Guanabara), Rômulo de Almeida (empresário e ex-deputado baiano), Severo Gomes (empresário e ex-ministro), Fernando Henrique Cardoso (sociólogo e suplente de senador), Thomás Magalhães (ex-secretário do Governo de São Paulo) e Teotônio Vilela (senador). Fernando Henrique abriu as discussões assinalando a necessidade de se compreender que o tema do debate sugeria um retrocesso histórico, já que esta questão havia dominado o cenário político dos anos cinquenta. Além disso, o então sociólogo procurou enfatizar que a discussão relativa ao *Projeto de Nação* passava, obrigatoriamente, pela questão do desenvolvimentismo dos anos sessenta, que, no plano político, esteve marcado pela queda do varguismo e a ascensão do juscelinismo. Severo Gomes falaria a seguir sobre a inexistência de um *Projeto de Nação*; para ele, o Brasil nunca o havia tido e seria muito complicado colocar em prática qualquer idéia, mesmo que fosse interessante, porque as mazelas nacionais impediriam o seu desenvolvimento. Todavia, Severo Gomes vislumbrava na mobilização social e na ordem democrática a única alternativa válida para se pensar neste tema. Thomaz Magalhães, por sua vez, procurou sistematizar os comentários anteriores, destacando que tanto Severo Gomes quanto Fernando Henrique tinham atingido o cerne da questão. Sendo assim, a retomada de modelos ultrapassados e, de certa forma, a ineficácia de se colocar em prática qualquer alternativa de projeto (em virtude da falta de

uma classe dominante com capacidade para criar um projeto abrangente de Nação) eram os dois elementos básicos, que indicavam a condição desastrosa na qual o país estava mergulhado. No mesmo sentido, Rafael de Almeida Magalhães retomaria a reflexão de Fernando Henrique, acentuando, entre outras coisas, o papel decisivo do Estado na condução deste projeto, sendo que, diante desta contingência, restava aos debatedores pensar em um programa que incluísse a sociedade civil neste ideário político federal. Percorrendo um caminho muito semelhante, Rômulo de Almeida concordava com as explicações anteriores. Basicamente, os debatedores concordavam com a noção genérica de que a existência de um *Projeto de Nação* passava pela conquista da democracia.

Pode-se dizer que todas as mesas batiam na mesma tecla: era necessária a conquista plena das liberdades democráticas para curar os males do país. Havia uma espécie de “samba de uma nota só”, ao mesmo tempo em que a idéia farmacológica da democracia como cura soava como uma panacéia que, em última instância, servia para camuflar a extensa complexidade que se adensava diante da necessidade de se reparar um projeto. Projeto este que, a rigor, existia apenas no vácuo entre várias improvisações (econômicas e políticas) sem, contudo, ter sido de fato formulado. Sendo assim, o ideário reformista não encontrava o objeto a ser reformado e a insatisfação diante deste cenário desolador contribuía para reforçar a noção de um país de párias.

ESTRATÉGIAS

Em 1981, exatamente dois anos depois da posse de Figueiredo e, ao que parece, quando a força do Regime Militar se debilitava, principalmente em virtude da crise econômica que gerava desequilíbrios inflacionários sem precedentes, a direção do jornal percebeu que o aparato de controle estatal também enfraquecera diante dessas crises institucionais que se instalavam no país. Portanto, a discussão semanal não dava mais conta de informar ao leitor, sendo necessário ampliar o espaço da discussão e torná-la diária, capaz de responder de forma mais dinâmica aos anseios, por um lado, dos leitores, que estavam sedentos por críticas mais contundentes e de oposição ao Regime, e, por outro, do jornal, que vislumbrava aumentar suas tiragens.

Despedindo-se do *Folhetim*, Oswaldo Mendes escreveu seu último editorial, um texto cordial que assume o tom de dever cumprido, no qual ele resalta os principais eixos de discussão que foram privilegiados enquanto esteve à frente do suplemento.

“Chegamos à edição 220 do Folhetim e eu lembro de Pablo Neruda: ‘Tu morrerás, eu continuarei acordado, acostumado com as satisfações da sombra (...) Se desapareço, apareço com outro olhar: é a mesma coisa... Não tenho começo nem fim e a minha moral consiste num prato de peixe frito’.

Estamos, com a publicação dos cinco últimos debates da série ‘Brasil: caminhos da transição’, comemorativa ao 60º aniversário da ‘Folha’, encerrando uma trajetória que começou num domingo de janeiro, 23, em 1977, com Tom Jobim à frente. Chegamos a este primeiro domingo de abril de 1981 indicando, já na capa, as características assumidas pelo Folhetim: um amplo foro de debates sobre a atualidade brasileira, veículo e estímulo para o livre trânsito das idéias, revelando os conflitos e propondo o entendimento.

Colocando frente a frente personagens muitas vezes antagônicas (Jarbas Passarinho e Almino Afonso, Luís Inácio da Silva e Olavo Setúbal, Nelson Marchezan e Djalma Marinho) o Folhetim alimentou todas as possibilidades do diálogo, exercitando o jogo democrático. Da Política à Cultura Popular, da Economia ao Futebol, da Moda à República de São Bernardo, do Índio ao Adolescente, do Acordo Nuclear à Revolução de 30, da Mulher à Reforma Agrária... foram oitenta temas colocados à mesa dos debates. De uma escola pública da Casa Verde a uma universidade de Belo Horizonte, do senhor aposentado ao jovem entristecido com a morte de John Lennon, são milhares de leitores que nos acompanharam com suas críticas generosas e seu apoio espontâneo. O Folhetim, acreditamos, soube ocupar o seu espaço nesses períodos de perigosa abertura e, sem a estúpida coragem dos heróis suicidas nem a covardia dos reticentes, registrou as inquietações e esperanças dos homens do seu tempo. Entretanto, as virtudes desse trabalho devem ser computadas àqueles que ocuparam com suas idéias e, até, suas utopias e desencantos, as páginas do Folhetim. Quanto aos desacertos e equívocos, só a nós eles pertencem e, esperamos serão colocados na conta das nossas fraquezas de homens que só têm de seu o trabalho que executam. Uma nova etapa se anuncia. Não se trata porém de trocar de caminhos e sim de ampliar a caminhada. O novo suplemento terá o mesmo espírito libertário, o mesmo objetivo democrático de favorecer o fluxo de todas as teses sobre todos os temas de atualidade, seja na política seja nas artes. Enfim, estamos anunciando mudanças, nós que tanto defendemos a necessidade delas, sempre, para se evitar acomodações perigosas. Precisamos entender que nenhuma mudança é, em si, boa ou má porque ela se define pelo trânsito rumo a uma nova situação, a um novo desafio. Tristes aqueles que não se colocam, permanentemente, desafios novos! Serão espectros. Para entender isso, recorro ao mestre Graciliano Ramos quando ele nos diz: ‘... ignoro que surpresas o futuro nos reserva; não sou profeta. E, para

falar com franqueza, estou longe de agourar aos meus amigos a paz... o sono tranquilo, isento de sonhos. Nada ganharíamos com isso. Não espero que sejam felizes: espero que sejam úteis'.”⁴

Devo chamar a atenção do leitor para alguns pontos do editorial. Em primeiro lugar, Oswaldo Mendes não se refere ao período em que esteve à frente do suplemento como uma fase à parte do *Folhetim*. Tentou-se, é verdade, manter o ritmo gradual das mudanças (aliás, esta característica marcou toda a existência do suplemento), mas, a saída de Nelson Merlin e a entrada de Oswaldo Mendes representaram um divisor de águas. Pois, embora fossem mantidas as linhas gerais da publicação, as diferenças relacionadas às coberturas dos temas políticos, acima de tudo, foram drásticas.⁵ Em segundo lugar, o *grand final* do editorial resgata o “mestre” Graciliano Ramos. Esta referência nos recoloca nos trilhos que possibilita o reconhecimento do tipo de orientação editorial que se procurou seguir durante a condução daquela fase do *Folhetim*. A influência nacionalista de Graciliano somada ao marxismo engajado de Gramsci fornecia uma nova dinâmica ao quadro temático dos problemas do Brasil (não seria demais lembrar alguns laços existentes entre as trajetórias de ambos intelectuais: a formação marxista e as biografias perpassadas por anos de cárcere). O índice de um periódico total ou de uma enciclopédia nacional imaginado por Monteiro Lobato, citado anteriormente, começava novamente a fechar mais um ciclo. Aliás, esta estranha aliança entre Lobato e Gramsci pode ser lida como um sinal da contradição entre a lógica do mercado e o ideário marxista, colocando em evidência e, ao mesmo tempo, em xeque, uma nova versão do nacionalismo.

Depois da estratégica saída de Oswaldo Mendes, e, possivelmente, desconfiando da lenta abertura política do regime militar, o *Folhetim* não abandonou por completo o formato antigo, mesmo porque já estava comprovado que as mudanças graduais eram melhor assimiladas pelos

leitores, sendo possível retardar as mudanças desejadas até a chegada de um profissional com o perfil e a circulação no meio acadêmico que a função exigiria. Sendo assim, passariam ainda pela editoria dois jornalistas com perfil semelhante ao de Oswaldo Mendes: Jaime Klintowitz (durante o intervalo entre os números 221 ao 249 — de 12 de abril a 25 de outubro de 1981) e Maria Carneiro Cunha (durante o intervalo entre os números 250 ao 272 — de 1 de novembro de 1981 a 4 de abril de 1982, sendo que os números 273, 274 e 275 circularam sem créditos ao editor).

Para evidenciar ainda mais a estratégia do jornal, a saída de Oswaldo Mendes requisitou, pela primeira vez, um editorial de Otavio Frias (reproduzido a seguir). O editorial mantém o tom sereno, dialogando com o anterior e assumindo as rédeas da mudança. O número que traz o editorial de Frias é bombástico e apresenta ensaios mais densos do que os que circularam até então, mas isso foi apenas uma amostra. Neste número, foram publicados ensaios de Antonio Candido, Roberto Schwarz, Gerardo Mello Mourão, Ignacy Sachs, Roberto Frenkel, Marcos Dantas, Rogério Cesar Cerqueira Leite e Severo Gomes. Precede-os as palavras de Frias:

“‘Tudo que existe merece perecer’. Esse bonito verso, que se não me engano é de Goethe, traduz aquele tipo especial de sabedoria freqüentemente comum aos que viveram muito e aos que ainda viveram muito pouco. Mas não parece valer somente para o caso dos idosos e dos jovens; assim como certas pessoas têm o hábito de amarrar barbantes aos dedos à maneira de lembrete, há quem devesse trazer o verso do poeta alemão sempre consigo para não esquecê-lo jamais, como por exemplo os governantes com gosto pelo perene e pelo faraônico, os tiranos (pequenos, médios e grandes), os guardiões de dogmas, os intransigentes, as ‘misses’ de concurso de beleza e uma infinidade de outras pessoas, galeria da qual não seria correto excluir nem mesmo os zeladores de museu. Digo de museus propriamente ditos como o Museu do Ipiranga, aqui em São Paulo, ou o Museu da

Inconfidência, em Ouro Preto, mas poderíamos talvez pensar em outros museus. Sim, porque há escolas que são museus (e dos melhores), há sindicatos-museus, há empresas-museus, há jornais-museus e há políticos-museus. Há até pessoas-museus, o que não é de espantar, sobretudo no Brasil onde tantas vezes a memória do passado é preservada ‘in loco’.

É possível, então, que as palavras de Goethe pudessem ser aplicadas também ao *Folhetim*, que com esta edição começa uma nova fase e que, em certo sentido, ‘perece’. Como escreveu aqui no domingo passado o editor da etapa que agora se encerra, Oswaldo Mendes, ‘não se trata, porém, de trocar de caminhos e sim de ampliar a caminhada’. Porque a abertura política vai impondo seus desafios. A criação de um novo espaço público, quem sabe a única consequência realmente importante desse processo, nos estimula a sairmos do universo fechado das nossas existências domésticas mas ao mesmo tempo exige cada vez mais de quem acredita ter o que falar ou o que fazer na cena pública, seja ela o Parlamento, as associações de classe ou as páginas de papel-jornal. Era mais fácil tanto ser governo como fazer oposição há alguns anos atrás do que hoje. Esse espaço público da palavra e da ação, como o chamou Hannah Arendt, já não se alimenta apenas de protestos e de reivindicações que se confundem com declarações de princípios; reclama propostas inteiras e articuladas, alternativas, soluções técnico-políticas, veredas para a ação e para o dia-a-dia. O *Folhetim*, que sempre procurou alojar as discordâncias, hospedá-las e fazer do debate um método, não pretende agora substituir a discussão, mas suplementá-la com reflexões mais demoradas e com exposições de maior fôlego.

Por isso, talvez não seja justo dizer que o *Folhetim* pereceu. Lembro de outro trecho, tão belo quanto aquele de Goethe e que diz assim: ‘tudo ainda é tal e qual, e no entanto nada igual’. São versos de Gilberto Gil, se não estou enganado”.⁶

Dois integrantes do Conselho Editorial da *Folha de S.Paulo* (Rogério Cesar Cerqueira Leite e Severo Gomes), ao lado de expoentes da crítica *scholar* (Antonio Candido e Roberto Schwarz), foram acionados para anunciar as mudanças por vir. A intenção era clara: não mais oferecer voz mediada por jornalistas, ou seja, daí em diante os textos seriam de responsabilidade de especialistas, o que, sem dúvida, aprofundaria a complexidade dos textos, aumentando o grau de dificuldade de leitura do suplemento.

Entretanto, tudo não passava de um ensaio geral e, na semana seguinte, já sob a editoria do jornalista Jaime Klintowitz e, sucessivamente, de Maria Carneiro da Cunha, o suplemento não mais correspondia ao perfil proposto por Frias, de um *novo Folhetim*, muito mais vigoroso e que se aprofundaria nos temas discutidos. Na verdade, apenas a partir do número 220 observa-se um movimento contínuo que lentamente abandona as reportagens, passando a exigir a presença do ensaio.

Vale lembrar que a inserção de textos “mais densos” ou de ensaios (conforme o anúncio de Frias) ocorreria de forma homeopática.⁷ Provocando mais uma mudança em ritmo gradativo, talvez se quisesse elevar o grau de dificuldade de compreensão dos textos em proporção semelhante ao aumento do nível de absorção dos leitores. Desse modo, ao familiarizar os leitores com um outro jargão, através de um salto qualitativo dos textos, visando a uma mudança gradual nos hábitos de leitura, começava-se a cumprir o *Projeto Folhetim*. Nesse sentido, o *Folhetim* 220 representou um divisor de águas, pois levava ao público uma grande surpresa. Para o leitor acostumado a absorver as reportagens do suplemento com muita facilidade e rapidez, este conjunto de textos questionou, pela primeira vez e de forma incisiva, a velocidade e a capacidade de absorção de um novo tipo de texto: o ensaio. O sinal de mudanças de rumo fora anunciado, mas, como já foi dito, somente a partir da entrada de Caio Túlio

Costa (a partir do número 275) o perfil do suplemento se converteria, de fato, em uma “terceira dentição”.

ESCLARECIMENTO E FORMAÇÃO: A ENCICLOPÉDIA NACIONAL

Inicialmente, devo indicar com alguma precisão quais os objetivos que pretendo atingir quando faço uso dos termos esclarecimento, formação e nacional. Em segundo lugar, gostaria de acrescentar que as “definições”, apresentadas a seguir, não pretendem dar conta da história de nenhum dos termos envolvidos. Como se sabe, cada um deles, por si só, tem força suficiente para garantir um grande espaço nas discussões contemporâneas da filosofia, da sociologia, da história e, quando aliados à literatura, da teoria literária. Trata-se, então, de mostrar ao leitor os espaços por onde tateio até chegar à próxima passagem.

Adorno lembra que o conceito de esclarecimento sempre esteve associado tanto à positividade derivada do Iluminismo (quando se apostava mais na noção de progresso), quanto a uma noção ligada aos ideais de liberdade e de superação. Contudo, “muito antes de Turgot e d’Alembert, a forma burguesa do esclarecimento já se perdera em seu aspecto positivista. Ele jamais foi imune à tentação de confundir a liberdade com a busca de autoconservação”.⁸ Desse modo, o conceito de esclarecimento seria resultado de forças políticas ligadas à necessidade de conservação de um sistema que consagra o comércio dos bens materiais e, posteriormente, culturais, em detrimento da liberdade. Este deslocamento do conceito de liberdade criaria, mais tarde, o eufemismo atribuído à nossa condição atual de liberdade de consumo.

Por outro lado, o conceito de “formação” nos remete à idéia hegemônica, até recentemente, de que seria necessário um sistema (social,

político, econômico, literário, ou de todos, ao mesmo tempo) para que uma formação histórica pudesse começar a existir.⁹ No caso brasileiro, o termo formação fora usado como reconhecimento de um *vir a ser histórico*.

Sendo assim, esclarecimento e formação seriam dois termos complementares e carregados de uma gama de significações que pode oscilar desde a positividade de um projeto que visa ao “esclarecimento popular”¹⁰, até outra noção, que oculta a necessidade de se conservar um sistema político que limita a nossa liberdade de escolha.

O termo “nacional”, por sua vez, nos remete ao estudo de um amplo processo histórico que gerou guerras, nas quais se buscou a união e a ampliação dos territórios. Este capítulo da história (que parece ainda estar longe de um fim), também conhecido como a formação dos Estados Nacionais, foi fundamental para a consolidação do capitalismo. Mas, ao invés de promover igualdade, os Estados Nacionais aumentaram ainda mais as diferenças.

Três termos que nos interessam: esclarecimento, formação e nacional. A enciclopédia começa a ser formulada para se entender outra. Contudo, o próprio termo enciclopédia não passa de uma sucessão de equívocos.

“A idéia de uma enciclopédia é transmitir, com precisão, o saber universal. Mas, curiosamente, o próprio termo ‘enciclopédia’ surge em consequência de um erro. Os latinos forjaram a palavra ‘encyclopaedia’ em cima de ‘agkyklopaideía’, que deveria ser uma palavra grega. Na verdade, é apenas um erro cometido por apógrafos latinos ao copiar a expressão grega ‘egkyklos paideía’, literalmente ‘educação encíclica’, o rol de artes e ciências consideradas necessárias pelos gregos para uma educação liberal. Cometido o erro, ele foi transmitido como palavra erudita para a maioria das línguas ocidentais”.¹¹

Quero dizer, com estas rápidas definições, que as mudanças desta segunda fase do *Folhetim* oferecem uma enorme variedade de opções de análise; entretanto, a exemplo do procedimento utilizado anteriormente, quando a indústria cultural forneceu um rumo a ser seguido, gostaria de utilizar um viés capaz de absorver o que de mais significativo se privilegiava com as alterações editoriais do período. Sendo assim, formulo uma questão semelhante à anterior: o que estaria por detrás da preocupação em assediar professores universitários, ou de dar ênfase aos temas nacionais sem perder de vista o local? Ou ainda, por que implementar naquele momento um projeto educativo, o *Projeto Folhetim*?

Parece-me que havia um “Projeto de Nação” por trás destas preocupações, um projeto de reavaliação da nossa identidade. Aos olhos do *Folhetim*, como já vimos, a década de oitenta se abria trazendo a esperança e a oportunidade histórica de se construir até mesmo uma nova identidade, que condenasse ao esquecimento as nossas piores mazelas. Para suportar a envergadura deste imenso projeto nacional, a questão da cultura associada a uma Sociedade Civil fortalecida deveria supor um programa capaz de reformular todo o quadro temático dos dilemas que impediam o ingresso do país ao paraíso do Primeiro Mundo. Três flancos se abrem para a realização deste sonho: o jornal como veículo unificador entre povo, Nação e o que havia de mais refinado na inteligência acadêmica. Por último, mas não menos importante, deve-se ressaltar que, possivelmente, este projeto aglutinador era parte de um planejamento administrativo que tinha a ambição de colocar a *Folha de S.Paulo* entre os maiores jornais do país, senão o maior. Sendo assim, saber, público e o meio de comunicação (com a atuação de seus bravos soldados, os jornalistas) uniram-se para a confecção da “nossa enciclopédia nacional”.

PROJETO FOLHETIM

Ao colocar em prática o *Projeto Folhetim*, foi necessário evidenciar o papel de proa que a educação deveria assumir:

“Com a entrada do físico Rogério C. Cerqueira para o Conselho Editorial, a ‘Folha’ refortalecerá seus vínculos com os meios universitários. Não se afastando das linhas traçadas em 1978, aprofundam-se todavia algumas questões, seja na área da problemática energética (...), seja na questão do ensino público e gratuito, seja no aperfeiçoamento das instituições jurídico-políticas, seja também na questão da democratização da cultura (...). A aproximação da ‘Folha’ com a Universidade, propiciada por Cerqueira Leite, revitalizou uma tradição já antiga, que vinha de J. Reis a Perseu Abramo.

Na verdade, a ‘Folha’ nunca se afastou substancialmente da problemática escolar, seja nos tempos de Olival ou de Nabantino Ramos. Os contatos com a SBPC, desde o início, nos anos 40, a produção da crítica literária de Antonio Candido e Sérgio Buarque, as feiras de ciências, de J. Reis, bem como suas defesas dos professores cassados pelo golpe de 64, as contundentes colunas de Educação redigidas por Perseu Abramo, sugerem que o jornal mantém vínculos quase estruturais com a escola. Vale lembrar, talvez, que a explicação disso residirá num certo tipo de republicanismo laico, em uma visão liberal democrática na qual a escola pública e gratuita assume importância fundamental.

Cerqueira Leite aprofundará a problemática, no Conselho Editorial, para outras frentes de indagação, como a energética, a universitária (com vistas à formação de tecnologia própria no país) e a social. A temática da cidadania, da transição de um modelo fechado de sociedade para um modelo aberto, da ‘sociedade civil’, da pobreza, da legitimidade etc., será tratada em editoriais da página 2 e em números

especiais monotemáticos do *Folhetim*, suplemento criado em 1977, por Tarso de Castro e dedicado à leitura de lazer até 1979.

Números especiais do *Folhetim* serão dedicados a temas da atualidade imediata, como a greve de 1980, no ABC, ou sobre a credibilidade da imprensa, no segundo semestre do mesmo ano (nº 200, 16/08/80). A questão da Escola Pública, a questão agrária, a problemática populacional, energética etc., serão objetos de suplementos especiais, nos quais colaboram especialistas de todos os quadrantes teóricos. Curiosamente, como observou o Editor do *Folhetim*, o jornalista e diretor de teatro Oswaldo Mendes, ‘o suplemento passou a assumir em várias escolas o antigo papel do livro didático, sobretudo em alguns cursos de 2º grau e no ensino superior’¹².

O *Folhetim* de 21 de outubro de 1979, dedicado exclusivamente à educação, concluía que as mudanças impostas nas políticas educacionais, depois do golpe de 64, haviam mudado para pior o perfil dos professores e alunos. O processo de alfabetização estava à beira de um colapso e o MEC, cujo autoritarismo tinha afastado de sua direção os educadores, substituindo-os por coronéis, se agarrava a programas, como o Mobral, que se desmantelavam pela falta de vontade política de encará-los seriamente. Neste número do suplemento, a educadora Maria Nilda Mascellani admitia que o descaso do Estado em relação à educação pública fortalecia a rede de escolas privadas. A ordem que impera dentro do sistema educacional nacional, segundo a educadora, é a de não pensar: “estamos num processo de burrificação crescente”¹³.

Diante da vacância de um Governo que não cumpria a sua função de aparelhar a rede de ensino, condenando a um segundo plano (em virtude da censura) a formação crítica de professores e alunos, o *Folhetim* encontrava uma enorme lacuna, que definiria sua atuação a partir de 1979. Obviamente, o suplemento não se tornava objeto de estudos em salas de aula porque

destinava uma parte de seus textos às discussões educacionais; a fórmula que nutria esta proximidade entre *Folhetim* e ensino residia no formato das informações. Evidentemente que os textos dos “especialistas de todos os quadrantes teóricos” se apresentavam ao leitor atravessados pelas transcrições (das falas e das entrevistas) dos jornalistas e redatores do suplemento. Esta intermediação do jornalista, que caracteriza a reportagem, relativizava as intervenções dos convidados, atuando como um limitador entre especialista e leitor. O jornalista funciona, neste caso, como uma válvula textual, que controla o fluxo; adquirindo uma capacidade extra de censor prévio e de consciência do texto, ele retém informações e agrega explicações, ou, dito de outro modo, o jornalista assume a função legislativa sobre o que deve ou não ser publicado e, conseqüentemente, lido.

Utilizando-se de estratégias mercadológicas residuais da fase anterior (do *Folhetim variétés*), portanto, depois de assegurados os primeiros leitores, a segunda fase procurou ampliar este universo. O novo filão do mercado se encontrava atrás dos bancos escolares. Se, durante a década de setenta — como parte do milagre econômico —, a rede pública de ensino havia crescido de forma desproporcional ao ritmo em que a universidade formava mão-de-obra qualificada, disponibilizando material humano qualificado para operar nestas escolas de maneira apropriada, a ausência na implementação de uma política de médio prazo, que substituísse o vale tudo e a improvisação do ensino, significava a falência do sistema educacional, sempre representado pelo governo como a espinha dorsal do desenvolvimento econômico. Não se deve esquecer também que, durante a década de setenta, estavam sendo consolidados os principais programas de Pós-Graduação no Brasil.

Vacância de governo, falência da política educacional e ausência de formação especializada forneciam a brecha pela qual o suplemento da *Folha* pretendia atuar. A agilidade do jornal auxiliada pela mediação do jornalista, que fornecia o tom conciliatório entre especialista e público,

criavam uma legislação básica que norteou a formação do perfil da segunda fase do *Folhetim*. O intelectual moderno, neste caso o jornalista-educador, se posicionava no centro da cena cultural da década de setenta: diante da representação e da posição de controle sobre a cultura, o jornalista se convertia no principal aliado dos professores. Para chegar até as mãos dos alunos como uma fração que integrava uma totalidade, o *Folhetim* se apresentava em fascículos que, parodiando a *inerte enciclopédia burguesa* presa às salas-de-estar e aos verbetes genéricos e internacionais, construíam a enciclopédia nacional-popular da *Folha*. Este formato era preciso e justo para cumprir a função de formação dos leitores. Ou seja, não se tratava de mais uma coleção das amenidades burguesas da virada do século passado, mas de um conjunto de “verbetes” ativamente politizados, que refletiam a atualidade dos temas com a capacidade de fornecer manancial crítico aos professores e alunos. Esta função esclarecedora e educativa do suplemento lançava-o em direção a um teorema, pois, ao se cumprir tais ideais se emancipava o leitor das interpretações oficiais, mas, ao mesmo tempo, condicionava-o ou condenava-o a uma linguagem que, já naquela época, beirava ao simplismo das interpretações maniqueístas.

Ao historiar o compromisso institucional do estado iluminista que estava profundamente associado aos mecanismos centralizadores da educação e do esclarecimento do povo, Zygmunt Bauman detecta uma diferença fundamental entre *educar* e *esclarecer*, atos distintos que se encontravam no foco das preocupações e dos ideais da Ilustração. Citando Harvey Chisick, o autor de *Legisladores e intérpretes* analisa a resposta dos iluministas a duas perguntas capitais relacionadas ao papel da educação popular. Em relação a primeira pergunta: deveria o povo ser ilustrado? Os iluministas responderam não. A segunda pergunta: deveria o povo ser educado? Responderam sim.

Esta aparente divergência entre as respostas sofre diversos reposicionamentos ideológicos ao longo do século XIX. Todavia, interessa-

me insistir um pouco mais sobre a diferença entre *educar* e *esclarecer*. O primeiro termo serve para designar, de acordo com Bauman, um modelo destinado à maior parte dos homens: neste sentido, a educação seria a instrução e o adestramento do povo. Desde os princípios básicos de civilidade e das regras de etiqueta (como se comportar em público, à mesa, no casamento, em casa, no trabalho, etc.), até o compromisso e o dever de defesa da pátria, da família, das instituições, da Igreja etc., faziam parte do recente manual de sobrevivência urbana recém-escrito. Portanto, a educação iluminista excluía o rigor dedicado ao estudo mais aprofundado das questões incluídas no cânone tradicional. Por sua vez, a ilustração era encarada de uma outra ótica completamente distinta do problema da educação. “Nem sequer durante a Alta Ilustração o povo foi considerado capaz de ter um pensamento independente ou tomar decisões políticas”.¹⁴ Neste caso, os rigores da ilustração e do esclarecimento sempre estiveram a serviço de um pequeno número de homens sensatos. Esta distinção entre o destino do *homem esclarecido* e o do *homem educado* tornaria cada vez mais claro o limite entre esses dois mundos distintos, mas *civilizados*: o erudito e o popular.

Mais tarde, no final do século XIX, o Brasil vivia uma dose extra deste dilema. Pois, ao se reforçarem os diferentes graus de instrução dos homens (entre o erudito e o popular), criava-se um desconforto em relação aos princípios democráticos dos defensores da República emergente.

“No Brasil, a idéia dominante dos liberais, entre as duas guerras, era que a instrução universal e obrigatória ampliaria ao máximo o corpo de votantes e que, uma vez instituído o voto secreto, ele estaria livre das manipulações oligárquicas e poderia, instruído e independente, levar o país a grandes destinos. Esta teoria generosa e ingênua pressupunha uma população homogênea redimida por aquelas panacéias. Ela teve verdadeiros apóstolos, como, em São Paulo, o

esforçado Mário Pinto Serva, que publicava quase diariamente artigos de propaganda dos seus ideais”.¹⁵

Em 1979, António Candido, procurando oferecer um resumo panorâmico sobre a atividade docente ao longo do século XX, necessita estabelecer três tipos distintos de professores. O primeiro grupo, do qual o autor diz não ter sido aluno (provavelmente ele se refira à virada do século XIX e às primeiras décadas do século XX), poderia ser descrito como “o professor figurado nos livros de leitura, mestre bondoso, espécie de pai dos alunos, que ele devia acarinhar, castigar e formar, como convinha num tempo cuja educação tinha forte tonalidade paternalista”.¹⁶ O segundo tipo surgiria “no meu tempo [de aluno]: o professor profissionalizado, racionalizado, dotado de uma formação específica mais exigente, com base na psicologia educacional e tendendo a ser um técnico (creio, aliás, que foi quando apareceu ou se generalizou o ‘técnico em educação’)”.¹⁷ No final da década de setenta, Candido percebe a decadência deste perfil profissional que começa a ceder lugar a um futuro professor que “não consigo discernir bem como será”.¹⁸

O perfil parcial deste novo modelo docente, que Candido não conseguia discernir muito bem, começava a ser revelado a partir dos apelos insistentes que o mercado jornalístico lançava em direção ao jovem professor, ou seja, o jornalismo pretendia suprir as lacunas advindas de uma formação deficitária relacionada, principalmente, à falta de conteúdo político, que havia sido reprimido, censurado ou simplesmente negligenciado durante a fase de graduação deste novo professor.¹⁹ Noutras palavras, o futuro professor que se coloca diante do processo de aprendizagem como um consumidor e não procura por conta própria se “ilustrar” corre o risco de, na melhor das hipóteses, se tornar um profissional “educado”.

Cabe, neste momento, lembrar que o Programa de Lobato visava claramente a um projeto de ilustração popular, embora, por si só, os meios disponíveis para se efetivar um amplo processo de educação popular já se constituía um problema enorme a ser equacionado. Por outro ângulo, tornam-se visíveis os entrelaces entre aquele Programa de Lobato e o *Projeto Folhetim*. Neste sentido, o *Projeto Folhetim* serviria como nutrição básica do professorado que continuava a viver um infernal descrédito, o que resultaria (durante a década de oitenta) em achatamento salarial e desvalorização da profissão.

UM PROJETO DE NAÇÃO

“Temos sentido e observado tanto na reação dos leitores como dos entrevistados, a urgência que impõe ao trabalho da imprensa, dele se abrir ao debate e à reflexão da nossa chamada história imediata. Assim, esta série de cadernos, além de uma avaliação crítica dos anos 70, está permitindo uma reunião e confronto de idéias que, a nós, parece extremamente estimulante. E a resposta que este trabalho obtém junto aos leitores, indica a possibilidade de uma opção de caminhos não só para o Folhetim (...). E a única esperança é que isso se torne um hábito saudável na imprensa e na vida social”.²⁰

O editorial de Oswaldo Mendes prossegue justificando a necessidade que a imprensa possui não só de informar, mas, sobretudo, informar criticamente, pois, do contrário, o trabalho da imprensa estaria comprometido com ideais escusos. Neste caso, a equação de Machado de Assis mencionada anteriormente (jornal + literatura = salário) sofre alguns deslocamentos durante a segunda fase do *Folhetim*. O suplemento não estava mais aberto para receber colaborações como na fase anterior. Há, como resultante, um declínio vertiginoso da publicação de poemas e crônicas, sendo que a grande massa de reportagens, entrevistas e debates eram o resultado de coberturas jornalísticas do quadro interno de profissionais.

A cobertura sobre os problemas sociais se adensava e a dinâmica deste trabalho apontava para uma profunda revisão da década de setenta, politizando todos os temas tratados. Neste contexto, a equação machadiana relativa ao folhetim de variedades é sufocada por uma equação gramsciana da vida nacional: jornal + cultura = Sociedade Civil = Nação = identidade nacional. Educação e esclarecimento serviram como instrumentos auxiliares neste processo de re-posicionamentos críticos visando a uma “contribuição”

para se re-pensar e construir uma “nova” Nação, conseqüentemente, o trabalho passava pela reparação da nossa identidade nacional. O suplemento procurou responder as perguntas mais prementes sobre a fachada geral: O que a Nação deseja? E as respostas foram formuladas mesmo que, por mais de uma vez, tenham deixado a desejar. Procurou-se evidenciar o problema da educação, da saúde, da urbanização, da religião, das minorias sociais, da energia atômica, etc.

No Brasil, o conceito de Nação sofreu pelo menos três diferentes tipos de sustentações teóricas: Nação = raça = território, Nação = cultura = nacional popular = diversidade cultural; Nação = entre lugar = hibridismo (diferença) = internacional popular ²¹.

Evidentemente que cada uma destas noções envolve grande despesa de energia intelectual. Mas, *grosso modo*, pensa-se a Nação como um território geográfico habitado por raças diferentes, sendo que a mestiçagem foi considerada a principal fonte geradora dos contornos específicos do ser brasileiro. O mito das três raças (do índio, do branco e do negro) é exposto com clareza por Renato Ortiz em *Cultura brasileira & Identidade nacional*²², considerando que a partir do final do século XIX procurou-se definir os traços fundamentais do brasileiro. Os estudos de Nina Rodrigues, Sílvio Romero e Euclides da Cunha apontavam para uma discussão voltada à reflexão em torno da nacionalidade que levasse em conta a mestiçagem das raças. Estas pesquisas oitocentistas procuravam superar o ideário romântico dos literatos brasileiros que havia “branqueado” os índios. Em “Literatura brasileira — Instinto de nacionalidade”, Machado de Assis já apontava para os exageros cometidos em nome da afirmação da cor local: “Compreendo que não está na vida indiana todo o patrimônio da literatura brasileira, mas apenas um legado, tão brasileiro como universal (...)”.²³ Os estudos posteriores de Gilberto Freyre e, no extremo, de Manuel Bonfim, complementaram as pesquisas anteriores. Ao mesmo tempo em que afastava as interpretações românticas do cenário, o mencionado mito se

consolidava entre nós: “o mito das três raças é exemplar, ele não somente encobre os conflitos raciais como possibilita a todos de se reconhecerem como nacionais”.²⁴

A centralidade do conceito de raça sofreu um re-posicionamento nas discussões em torno da nacionalidade a partir dos anos cinquenta. Este segundo modelo significava um posicionamento teórico resultante das pesquisas desenvolvidas pelo ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), sendo que, em última instância, a questão da identidade nacional passava pelo entendimento de que Nação e identidade deveriam convergir para a compreensão da cultura brasileira.

“Contrários a uma perspectiva antropológica, que toma o culturalismo americano como modelo de referência, os intelectuais do ISEB analisam a questão cultural dentro de um quadro filosófico e sociológico [de base hegeliana e marxista] (...). Categorias como ‘aculturação’ são pouco a pouco substituídas por outras como ‘transplantação cultural’, ‘cultura alienada’ etc”.²⁵

Sendo assim, o modelo que pensa a cultura nacional em termos de “aculturação” se torna cada vez mais residual, cedendo lugar ao modelo (emergente, durante a década de quarenta, e hegemônico nas décadas de sessenta e setenta) que centraliza o conceito de cultura como “transplantação cultural”. Em *Síntese de história da cultura brasileira*, Nelson Werneck Sodré fornece um exemplo que ilustra e perfaz o caminho sugerido anteriormente. Para o autor, a história da cultura brasileira possui três fases: a cultura colonial (vista a partir da ótica da transplantação cultural e como alienação), a cultura de transição (exemplificada através da ascensão da pequena-burguesia, o ensino religioso e da consolidação da célebre divisão entre culto e popular), e a terceira fase, denominada cultura nacional (na qual se coloca em evidência o desenvolvimentismo, ou seja, a

consolidação do capitalismo, a renovação cultural através da emergência da cultura de massa e a expansão do sistema universitário). Este entendimento global da periodização da cultura brasileira, como veremos adiante, terá profundo impacto entre uma nova geração de intelectuais que, a partir de 1964, passariam a compor o quadro da resistência política ao regime.

Para se efetivar um projeto que tinha como base a construção de uma “nova” Sociedade Civil, o *Folhetim* procurou trabalhar contra o processo de “alienação” política de seus leitores, imputada aos rigorosos anos da ditadura militar. Este contorno define uma atuação centrada sob os princípios da “educação” e do “esclarecimento” coletivos. Porém, antes de se entrar na análise de alguns dados, gostaria de justificar esta opção de trabalho utilizando-me de uma passagem que evidencia como as teorias do ISEB ressurgiriam na década de setenta.

“O golpe de 64 erradicou qualquer pretensão de oficialidade das teorias do ISEB, entretanto, curiosamente esta ideologia encontrou um caminho de popularização que ganhou pouco a pouco terreno junto aos setores progressistas e de esquerda. A meu ver esta é a atualidade de um pensamento datado, produzido por um grupo de intelectuais, mas que se popularizou, isto é, tornou-se senso comum e se transformou em ‘religiosidade popular’ nas discussões sobre cultura brasileira.

Na esfera cultural a influência do ISEB foi profunda. Ao me referir a este pensamento como matriz, o que procurava descrever é que toda uma série de conceitos políticos e filosóficos que são elaborados no final dos anos 50 se difundem pela sociedade e passam a constituir categorias de apreensão e compreensão da realidade brasileira. No início dos anos 60 dois movimentos realizam, de maneira diferenciada, é claro, os ideais políticos tratados teoricamente pelo ISEB. Refiro-me ao Movimento de Cultura Popular no Recife e ao CPC da UNE. Se tomarmos, a título de referência, dois intelectuais

proeminentes desses movimentos, Paulo Freire e Carlos Estevam Martins, observamos que as relações com o ISEB são substanciais. Carlos Estevam foi assistente de Álvaro Vieira Pinto e trabalhava no ISEB no momento em que assume a direção do CPC. As filiações do pensamento de Paulo Freire com o ISEB são conhecidas, Vanilda Paiva mostra muito bem como a filosofia existencialista, o conceito de cultura e de popular orientam diretamente seu método de alfabetização. Não resta dúvida de que existem matizes entre as duas abordagens, no entanto creio que se pode genericamente afirmar que os dois movimentos se construíram em grande parte com base no conceito de alienação cultural. A teoria isebiana, ou pelo menos parte dela, penetra tanto as forças de esquerda marxista quanto o pensamento social católico. Um instrumento teórico que era posse exclusiva de alguns intelectuais da cultura brasileira se distribui socialmente, e gradativamente é integrado nas peças teatrais (*Auto dos 99%*, por exemplo), na música (*Trilhãozinho*), e nas cartilhas escolares. Mas a influência isebiana ultrapassa o terreno da chamada cultura popular, ela se insinua em duas áreas que são palco permanente de debate sobre a cultura brasileira: o teatro e o cinema. É suficiente ler os textos de Guarnieri e de Boal sobre o teatro nacional para se perceber o quanto eles devem aos conceitos de cultura alienada, de popular e de nacional. Fala-se, assim, na necessidade de se implantar um ‘teatro nacional’ em contraposição a um ‘teatro alienado’, cujo modelo seria o Teatro Brasileiro de Comédia; em algumas passagens, figuras de expressão do ISEB, como Guerreiro Ramos, são explicitamente citadas nos textos. Não se deve esquecer que esses textos analíticos formaram a base de um pensamento que informa toda uma dramaturgia que se desenvolve na época”.²⁶

Renato Ortiz escreve sobre um certo caráter de “religiosidade popular” que a discussão cultural encontrara no meio intelectual brasileiro depois da “gloriosa”, contudo, não se deve confundir este raciocínio à idéia

de que havia “um” pensamento hegemônico dentro do ISEB. Sendo assim, deve-se enfatizar a existência de membros do ISEB, principalmente Nelson Werneck Sodré, que defenderam este posicionamento. Todavia, em decorrência da heterogeneidade encastelada naquele Instituto seria equivocado atribuir-lhe qualquer princípio homogêneo.²⁷

Além disso, esta passagem procura refazer o percurso pelo qual a discussão sobre a identidade permanecera, sob diversos aspectos, inalterada entre os anos cinquenta e a década de setenta. Neste sentido, deve-se acentuar que o *Folhetim* funcionará como um eficaz meio para reavivar estas questões (publicando textos relacionados ao cinema e ao teatro “nacionais”), que, durante a segunda fase, seriam retemperados, acentuando o compromisso marxista e, principalmente, gramsciano. Dizer que a discussão sobre a identidade permaneceu inalterada talvez seja um equívoco. O correto seria afirmar que a questão da identidade, tal como foi defendida pelos isebianos, ressurgia, como um pensamento hegemônico, na década de setenta, marcando a dramaturgia da época, que criticava o imperialismo norte-americano e defendia veementemente um retorno aos temas nacionais legítimos. Quando se refere a uma dramaturgia da época, Renato Ortiz pensa, sobretudo, nas peças (e na atuação política) de Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri. Neste caso, devo acrescentar a presença marcante de Plínio Marcos.²⁸ Por trás desta iniciativa dramaturgicamente, havia a intenção de alçar o popular à condição de nacional. A tônica do momento passava pela questão da função do intelectual. Para os dramaturgos em questão, a função era clara: o intelectual era porta-voz do povo e o teatro correspondia a um conjunto de normas sobre a conduta do público. Legislar, portanto, seria o papel consagrado ao intelectual. Em entrevista publicada no *Folhetim*, Guarnieri afirma:

“[Guarnieri] (...) O discurso ideal do intelectual está superando de longe o conhecimento efetivo da realidade. E isso é muito perigoso. A

gente pode cair num teatro não popular, no sentido de não assumir as posições do povo.

[Floresta Fernandes Júnior] Não seria meio perigoso falar em nome do povo? Não cairíamos numa discussão subjetiva dos problemas reais da sociedade brasileira, já que seriam intelectuais falando do povo?

[Guarnieri] Se na prática a coisa está dando certo, se, na prática, ela corresponde àquilo que ela se propõe, eu acho que não (...).²⁹

Diante da proliferação de idéias “estrangeiras”, da consolidação da sociedade de consumo e da necessidade de se ater aos princípios de um engajamento político voltado, exclusivamente, à defesa do “povo”, grande parte dos escritores, artistas e intelectuais brasileiros passam a defender a “cultura de resistência”. De acordo com Alfredo Bosi,

“A cultura de resistência se vê a si mesma como reação não reacionária. Ela combate para que o *Homo sapiens* do terceiro milênio não pague com a doença, a sujeira, a desintegração e a morte o preço de um crescimento cego e desigual entre os povos e no bojo de cada formação nacional”.³⁰

Toda esta disposição política de defender o povo do Estado (ou as novas gerações da iminente catástrofe) adensava a discussão cultural. Sendo assim, a noção de identidade nacional = cultura, derivada do ISEB, ganha uma sobrevida, passando a dividir o lugar com o ideário político de resistência cultural pós-64, que passou a pensar a identidade nacional = nacional popular.³¹ Veremos adiante como o contexto político, depois da anistia, exigirá um novo posicionamento da questão, mas antes gostaria de retomar a discussão sobre outro termo que esteve em voga durante os anos setenta.

O conceito chave neste momento, que serve para se entender melhor este *Projeto de Nação* proposto pelo *Folhetim*, é o de Sociedade Civil. Este

termo exigia a mobilização da sociedade em torno da defesa de princípios básicos da cidadania, e, como vimos anteriormente (durante a exposição do *Programa Gramsciano*), o papel dos periódicos seria fundamental para o cumprimento da tarefa. Embora tenha sido usado largamente, o conceito de Sociedade Civil se tornará um *saco de gatos* e parece se esvaziar de sentido, pois se pretende englobar todos os setores da sociedade descontentes com os rumos da política econômica e social. O reconhecimento da fragilidade desse termo passava pela constatação de que a sociedade não poderia ser organizada em torno da ambivalência de se estar contra ou a favor do Estado. Esta ambivalência tinha hora marcada para acabar. Ela havia servido para se enfrentar um inimigo comum, mas, com a abertura política, percebia-se a pluralidade de objetivos; sendo que vários deles eram antagônicos, a implosão do conceito de Sociedade Civil era iminente. Não é meu interesse aqui discutir os vários desdobramentos que a questão permite, contudo, gostaria de examinar de maneira mais detida as conseqüências culturais deste debate. Neste sentido, seria necessário realizar um amplo mapeamento da diversidade cultural brasileira para se perceber o quão distante se encontravam os objetivos perseguidos por agrupamentos sociais distintos, que uniam a discriminação racial do negro e a luta por igualdade das mulheres, por exemplo. Dois números do *Folhetim* deste período são fundamentais para se entender como este processo se desenrolava. Em 30 de março de 1980, o suplemento publicava um número dedicado integralmente ao debate em torno da Sociedade Civil. Dalmo Dallari abre o debate central chamando a atenção à indefinição conceitual que o termo carrega.

“A Sociedade Civil, então, seria a sociedade não oficial? É uma hipótese. Mas, se for isto, nós não estaríamos voltando ao século 18, a posição da burguesia, lutando contra o absolutismo, vendo no governo e no Estado seu inimigo? E ainda mais. Se nós nos ativermos a esta

expressão — Sociedade Civil — não estaremos agrupando certos segmentos e de certo modo, criando uma casta, quase que uma elite? Portanto quem é membro da sociedade civil? É todo o povo? Então, por que razão não usar a palavra povo, em vez de Sociedade Civil? Porque não dizer que o povo deve ser ouvido, que o povo deve ser mobilizado. Se de outro lado, nós admitirmos que a Sociedade Civil não engloba todo o povo, há um evidente elitismo implícito nesta questão, com a necessidade de sabermos então, quem são os excluídos.”³²

Neste caso, Sociedade Civil seria sinônimo de consciência política e vizinha da aglutinação de forças contra o marasmo burocrático do Governo Federal, refletindo, claramente, a distância que separa os que têm e os que não têm poder nesta relação de forças. Entretanto, seria necessário saber, com algum contorno factível, quais as principais características deste povo composto não mais pela homogeneidade do inimigo comum, da raça ou da nacionalidade, mas sim pela diversidade cultural. Um ano depois, tentar-se-ia definir este novo perfil da identidade nacional baseado na pluralidade cultural. Em 5 de abril de 1981, Roberto Schwarz abria o debate sobre o pluralismo cultural:

“O assunto do debate são as manifestações atuais da Identidade Cultural. (...) Se essa questão fosse proposta há alguns anos atrás, a resposta seria simples, viria do quadro, digamos do nacionalismo antiimperialista. (...) E, muito importante, essa noção levava a associar a busca da identidade cultural com a luta pela democratização da cultura. (...) Em outras palavras, era preciso erradicar o analfabetismo, generalizar o hábito de leitura e fazer que os artistas se inspirassem na matéria popular. (...) Hoje, a reação a essa expressão identidade cultural é inteiramente outra. Eu fiz um teste na faculdade e quando se pergunta por essa expressão, essa franja ilustrada dos

universitários pensa imediatamente em coisas de outra ordem. Pensa em identidade das mulheres, identidade dos negros, identidade dos homossexuais, identidade dos operários, identidade das regiões marginalizadas do País. Enfim, em lugar da identidade nacional, em que se pensava antes, se pensa agora, ao que parece, na identidade de grupos oprimidos. E quanto ao adjetivo cultural, que era referido à esfera artística, agora ele parece se referir ao conjunto dos significados, que aparecem na experiência particular de cada uma dessas minoridades, de cada uma dessas vítimas de opressão”.³³

Nesses termos, a discussão sobre a identidade nacional sofre um novo deslocamento e se une, confundindo-se até com as discussões em torno da identidade cultural. A identidade nacional supera a fórmula do cadinho das raças, da identidade como cultura, da identidade como nacional popular e passa a ser reconhecida dentro de uma outra lógica: a da diversidade cultural. A resposta dos alunos de Schwarz é clara: a identidade nacional somente pode ser reconsiderada a partir da dimensão da diversidade cultural: “antes de falarmos em operariado, devemos ver se estamos falando de umbandistas, crentes ou negros”.³⁴ É sob esta nova composição social que se pode entender o esvaziamento do conceito de Sociedade Civil. Esgotado o recurso da negociação em bloco, a emergência de grupos organizados, dos operários do ABC, das lideranças femininas e feministas, dos negros, dos homossexuais, dos índios, entre outros, surgiam os primeiros sintomas de um cenário que se pulverizava, cada vez mais, em discussões paralelas. A luta isolada ou em uniões passageiras entre estes agrupamentos minoritários tinha em mente a conquista da igualdade, ou seja, uma luta pelo reconhecimento de que a cidadania da mulher, do negro, do índio, do homossexual deveria ter um valor nacional e igualitário diante das Instituições, em uma palavra, este valor e o espaço a ser conquistado deveria ser democrático. É interessante notar que, dentre as discussões sobre as minorias sociais, o suplemento não demonstrou qualquer

preocupação em refletir sobre o fluxo migratório que havia, em larga medida, formado os Estados da região sul e sudeste. Assim, as comemorações e os processos de adaptação dos imigrantes italianos, japoneses ou dos germânicos e eslavos ficaram completamente excluídos dos mapas urbanos do *Folhetim*. Menciono esta exclusão não apenas com valor ilustrativo, isto porque, se a questão tivesse sido acolhida neste rol das discussões nacionais, a questão da nacionalidade teria sido complexamente ampliada.

Algumas páginas antes, fiz menção à decisiva participação dos professores universitários; cabe agora discutir o perfil desta participação. De uma forma geral, a década de setenta exigia uma significativa mudança de atitude desses intelectuais nos processos políticos. O engajamento social, a procura por uma linguagem apropriada aos meios de comunicação de massa, a exigência da praticidade, da improvisação e da objetividade se tornavam nas páginas do *Folhetim* uma cobrança cotidiana. Se isso não bastasse, a “copidescagem” e os “resumos” informativos ou explicativos se tornavam cada vez mais comuns e aceitáveis.

“A desintegração intelectual e a anomia ético-política evidentes nos últimos anos atingiram mais fundamente a cultura de nível universitário e as agências de indústria e comércio de bens simbólicos. (...) a Universidade e os meios de comunicação avizinham-se nos anos 70; e esse contato estreitou-se na década de 80. Chegou-se às vezes, a um estado de quase-indiferenciação, havendo aulas e seminários que imitam o estilo ‘descontraído’ de programas de televisão, ao passo que estes glosam ou saqueiam, à sua maneira, discursos elaborados na academia”.³⁵

Por um breve período houve a ilusão de poder transformar o discurso em ação e o imperativo fundamentado na prática e na objetividade dos jornalistas-intelectuais impregnou o espírito da época. Contudo, a

complexidade das crises econômicas da década de setenta, que envolviam a internacionalização do capital e as questões sociais advindas do “redescobrimento” da diversidade cultural brasileira contribuíram para a percepção de que, ao invés de mobilizarem as forças sociais em busca de um ideal comum, a implosão da idéia de uma sociedade organicamente centrada (Sociedade Civil) em ideais comuns cedia espaço, gradativamente, a um novo individualismo.

Esta nova configuração ganharia fôlego, a partir de 1982, nas páginas do *Folhetim*; assim, a década de oitenta testemunharia a ascendência de um tipo de texto, o ensaio, impregnado pelo hibridismo cultural. Através da publicação de ensaios se abandonavam os ideais coletivos e se reforçava o individualismo, fazendo com que surgisse um conjunto de textos assinados por um grupo de professores que havia contribuído com o suplemento no passado recente. Desse modo, a possibilidade de análise da terceira fase do *Folhetim* se apresenta como uma complexa equação que torna imperativo pensar a identidade nacional e a própria idéia de Nação como um espaço permeado pela diferença, pelo entre-lugar, pelo hibridismo.

¹ Procurou-se, durante a primeira fase, dar voz aos correspondentes regionais, quando foram divulgadas pequenas notas sobre eventos em outros estados: vinham notas do Rio de Janeiro, do Paraná, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, deve-se lembrar que, ao privilegiar as influências de Jorge Amado, no nordeste, e de Mário Quintana, no Rio Grande do Sul, o suplemento perdia de vista a influência literária do eixo São Paulo-Rio.

² A seguir, apresento um índice com alguns dos textos que procuraram refletir sobre os problemas da cidade de São Paulo:

n. 119, 29 de abril de 1979, p.13.

Boca de fogo.

GEREMIAS, Antonio Luiz Cunha; RODRIGUEZ, Luiz Fernando. A reportagem enfoca alguns dos perigos mais freqüentes que aguardam os adeptos da vida noturna paulistana.

n. 120, 8 de maio de 1979, p.3.

Piracigate.

HERRMAN, João; ZANFRA, Marco Antonio; ZAPPIA, Jorge Luiz. Nesta entrevista, o prefeito afastado de Piracicaba fala de seus estranhos atos (andar nu pela cidade e das dezenas de casos amorosos). João Herrman se defende acusando a oposição pelo afastamento.

n. 120, 8 de maio, 1979, p.12.

Ensaio para um carnaval do povo.

NATALE, Denise. A reportagem informa a realização de alguns ensaios teatrais no centro de São Paulo realizados pelo diretor José Celso Martinez Correa. A reportagem colhe depoimentos do público diante da experiência.

n. 124, 3 de junho de 1979, p.6.

Cossacos e baianos.

D'ANGINA, Rosina.

A reportagem visita a Vila Russa em São Paulo, onde vivem imigrantes russos.

n. 125, 10 de junho de 1979, p.8-9.

Com os dias contados.

PINSKY, Mirna. A reportagem trata do caso dos caízaras, que vêm sendo expulsos de suas terras por causa da exploração imobiliária e industrial paulista.

n. 133, 5 de agosto de 1979, p.11-12.

Esse bicho chamado peão é gente!

MATSUO, Kolchiro.

A reportagem traz informações sobre as condições do trabalhador da construção civil e constata as péssimas condições de trabalho e de vida destes empregados.

n. 138, 9 de setembro de 1979, p.2.

O dedo (e o coração) endurecido do ex-Presidente.

MENDES, Oswaldo. O editorial destaca as críticas de Jânio Quadros aos jornalistas de esquerda.

n. 140, 23 de setembro de 1979, p.3-4.

Escândalo na paulicéia: o divã do Dr. Durval.

PRADA, Cecília. A reportagem enfoca as dificuldades e os primeiros pacientes do Dr. Durval Marcondes, o primeiro psicanalista freudiano (e também tradutor de Freud) a se instalar em São Paulo na década de 20.

n. 140, 23 de setembro de 1979, p.5-6.

Um moralista que descobriu caminhos de liberdade.

CIRILO, Ione. A reportagem colhe a opinião do psicanalista argentino radicado em São Paulo, Maurício Knobel, que tenta traçar as diferenças entre o que ele chama de Pensamento Freudiano e a prática da psicoterapia, e da psicanálise.

n. 144, 21 de outubro de 1979, p.2.

A crise da universidade.

D'AMBROSIO, Ubiratan. O depoimento evidencia a crise que atravessa as Universidades e, em particular, as Universidades Paulistas. Segundo o texto, a crise começa desde a mudança de amplitude da clientela e vai até a formação dos professores.

n. 158, 27 de janeiro de 1980, p.2.

Uma cidade ou um país.

MENDES, Oswaldo. O editorial destaca a importância e a necessidade de destinar um número da série "os anos70" à cidade de São Paulo.

n. 158, 27 de janeiro de 1980, p.2.

Quando é que vão inaugurar São Paulo?

SILVA, Janice Theodoro da. Neste depoimento, a historiadora Janice Theodoro da Silva fala da falta de planejamento urbano para a cidade de São Paulo, que gera o caos no trânsito da cidade.

n. 158, 27 de janeiro de 1980, p.4.

Perdemos o bonde da memória.

BARROS, João de. De acordo com o depoimento, "em termos de preservação de seu patrimônio histórico, São Paulo chega sempre depois da demolição".

n. 158, 27 de janeiro de 1980, p.3.

São Paulo é um perigo.

DIAS, José Carlos; ZIGBAND, Fanny. Nesta entrevista, "o presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, José Carlos Dias, diz que a cidade vive um clima de violência. E acha que não poderia ser diferente, já que a população está empobrecida e abandonada".

n. 158, 27 de janeiro de 1980, p.2.

A idade política de São Paulo.

MOTA, Carlos Guilherme. Neste depoimento, o historiador Carlos Guilherme Mota destaca a participação e a importância de São Paulo no conjunto de medidas necessárias ao processo de democratização do país.

n. 158, 27 de janeiro de 1980, p.8-9.

São Paulo: jornal da década.

BENICHIO, Marlene. Reportagem que apresenta algumas dezenas de 'drops' dos acontecimentos que marcaram a década na cidade de São Paulo.

n. 158, 27 de janeiro de 1980, p.6-7.

A vida pobre na cidade rica.

BRANDT, Vinicius Caldeira; PINHEIRO, Jorge. Nesta entrevista, "Vinicius Caldeira Brant fala da vida do paulista pobre, e de como a luta por melhores condições de vida levou a população a se organizar".

n. 158, 27 de janeiro de 1980, p.4.

A cidade do avesso.

KLINTOWITZ, Jaime. De acordo com a reportagem, "para Alfredo Mesquita, um intelectual que viveu intensamente a sua cidade, São Paulo de hoje é o oposto do que foi ontem".

n. 158, 27 de janeiro de 1980, p.10.

Veja essa escultura da Sé.

Folhetim. REZENDE, José. Nesta entrevista, "o professor de artes plásticas da ECA da PUC Campinas, José Rezende, discute o conceito de arte e sua utilização no espaço urbano de São Paulo".

n. 158, 27 de janeiro de 1980, p.5.

Cada um pra si e São Paulo pra todos.

WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Jorge. Nesta entrevista, o ex-secretário do Planejamento da cidade de São Paulo, "Jorge Wilhelm, diz que, apesar de São Paulo ser uma cidade de migrantes, onde cada um só pensa em si, ainda se poderá tornar uma cidade humana".

n. 158, 27 de janeiro de 1980, p.11-14.

Para quem se constrói uma cidade?

Folhetim. Coordenados por Carlos Guilherme Mota, Maria Bonomi, Ernest R. Mange, Antonio Galvão Novaes, Cláudio Lembo, Julio R. Katinsky e Oswaldo Mendes discutem a necessidade de "uma maior participação da comunidade ao nível das decisões" (políticas), e acabam por confessar um indisfarçado amor que sentem pela cidade.

n. 161, 17 de fevereiro de 1980, p.4.

Vai-vai na avenida.

LEME, Nereu. A reportagem trata das brigas internas da escola de samba Vai vai, de São Paulo, que afastou o Henricão (fundador da escola de samba) da avenida Henrique Felipe da Costa.

n. 162, 24 de fevereiro de 1980, p.3.

Política é coisa dos hôme.

CALDEIRA, Teresa P. A reportagem é parte de uma pesquisa da autora sobre a participação política da população que reside na periferia de São Paulo.

n. 166, 23 de março de 1980, p.7.

São Paulo, devagar, quase parando.

GOLDANNI, Ana M.; BARROS, João de. Nesta entrevista, a demógrafa Ana M. Goldanni analisa "a dinâmica populacional no Estado de São Paulo nos últimos anos". Na segunda matéria, comenta-se que Maluf teria esquecido ou simplesmente deixado de lado alguns números comprometedores sobre a densidade populacional de São Paulo.

n. 173, 11 de maio de 1980, p.10.

São Bernardo, segundo o baixo Leblon.

JAKOBSKIND, Mário Augusto. A reportagem trata da formação de uma nova classe social (formada pelos operários) na "república" de São Bernardo.

n. 173, 11 de maio de 1980, p.9.

República dos aflitos.

BARROS, João de. A reportagem trata das difíceis condições de habitação em um bairro da periferia de São Bernardo.

n. 173, 11 de maio de 1980, p.7.

O bom patrão está só...

ROMERO, Bety. A reportagem traz informações sobre a iniciativa do empresário Salvador Arena que teria fechado acordo salarial com seus funcionários sem esperar uma decisão governamental.

n. 173, 11 de maio de 1980, p.10.

De bairro em bairro.

ANGELO, Assis. A reportagem trata de esclarecer o funcionamento de uma federação que congrega 40 bairros na cidade de São Bernardo em São Paulo.

n. 181, 6 de julho de 1980, p.7.

De cinturão verde a cinturão da miséria.

AB'SABER, Aziz; JORGE, Wanda. Nesta entrevista, o professor de geografia da USP Aziz Ab'Saber comenta a expansão imobiliária que reduziu e modificou o comportamento do cinturão verde de São Paulo, que, em alguns casos, deu lugar à miséria.

-
- n. 202, 30 de novembro de 1980, p.5.
Era para ser um modelo, mas é apenas um fracasso.
- PADOVANI, Luiz. A reportagem trata da falta de continuidade de projetos de habitação popular (Cepac em Guarulhos), que deveriam resolver o problema, mas acabam por criar mais um: as obras estão abandonadas.
n. 202, 30 de novembro de 1980, p.7.
Quarenta e cinco vezes favela.
- BARROS, João de. A reportagem usa o exemplo da cidade de Diadema (que em 1965 não tinha nenhuma favela, e, em 1980, tem 45) para ilustrar os graves problemas da falta de planejamento urbano.
n. 208, 11 de janeiro de 1981, p.8-9.
Como é doce morar no mar...
- BISORDI, Gisela. As reportagens enfocam os farofeiros que se esbaldam sob o sol das praias de Santos, no litoral paulista, durante o mês de janeiro.
n. 209, 18 de janeiro de 1981, p.2.
Uma nova São Paulo começa a nascer.
- MENDES, Oswaldo. O editorial destaca uma possível conscientização da população paulistana capaz de fazer nascer uma nova cidade.
n. 209, 18 de janeiro de 1981, p.12.
"O Esburacado" ataca outra vez.
- BORGES, José Paulo. A reportagem enfoca a importante atuação social do "O Esburacado", Jornal do Bairro Pedro José Nunes na zona leste de São Paulo.
n. 209, 18 de janeiro de 1981, p.11.
Água, luz, creche, eleições...
- BARROS, João de. A reportagem visita a favela Jardim San Remo, que conquistou várias benfeitorias em apenas pouco mais de um ano graças à organização e pressão política.
n. 209, 18 de janeiro de 1981, p.15.
A comunidade e o município.
- PITERI, Guaçu. Neste depoimento, o prefeito de Osasco pede mais autonomia orçamentária para que o poder municipal possa atender às necessidades primordiais da população.
n. 209, 18 de janeiro de 1981, p.8-9.
Planejar sem ajuda do povo não funciona.
- VASCONCELOS, Mariângela. A reportagem colhe a opinião do urbanista Cândido Malta, que afirma ser inviável administrar a cidade de São Paulo sem os conselhos comunitários regionalizados.
n. 209, 18 de janeiro de 1981, p.13.
Contra o racismo e a carestia.
- CASTRO, Celina. A reportagem colhe a opinião do sociólogo Clóvis Moura, que fala sobre a participação dos negros nas lutas reivindicatórias na cidade.
n. 209, 18 de janeiro de 1981, p.10-11.
Um trabalho de formiguinhas.
- BORGES, José Paulo. A reportagem enfoca a situação dos moradores da periferia que da noite para o dia montam seus barracos sem qualquer apoio ou orientação da prefeitura.
n. 209, 18 de janeiro de 1981, p.3-7.
O povo em movimento (mesa-redonda)
- Folhetim*. Coordenados por Odon Pereira, Fernando Henrique Cardoso, Cardim Sangirardi, Paul Siger, Cândido Procópio e Vinícius Caldeira Brant discutem sobre a possibilidade de formação de um espírito de comunidade na Grande São Paulo.
n. 214, 22 de fevereiro de 1981, p.10.

Biblioteca, um produto em falta.

RIBEIRO, Denise. A reportagem enfoca o pequeno número de bibliotecas na cidade de São Paulo.

n. 215, 1 de março de 1981, p.9-10.

Os 'puros sangues' de Adoniran.

ARTAXO, Vera. A reportagem trata da participação de Adoniran Barbosa e de suas músicas no carnaval paulistano.

n. 215, 1 de março de 1981, p.9-10.

Uma história de folia.

BORGES, José Paulo. A reportagem consulta a professora Olga R. de Moraes von Simson, que fala de sua pesquisa sobre o carnaval de São Paulo.

n. 215, 1 de março de 1981, p.6.

As queixas do samba.

BORGES, José Paulo. A reportagem consulta o carnavalesco Osmar Carvalho, presidente da União das Escolas de Samba Paulistanas, que fala do pouco interesse das autoridades e da falta de estrutura para se fazer um bom carnaval.

n. 215, 1 de março de 1981, p.8.

O samba não tem cor.

BARROS, João de. A reportagem consulta Marcão, da Escola de Samba Pérola Negra de Pinheiros SP, que fala da dificuldade de organizar o carnaval e da necessidade de ensaios para que a Escola obtenha bons resultados.

n. 228, 31 de maio de 1981, p.12.

A cidade contra a especulação.

CAMPOS FILHO, Cândido (Malta); ARTAXO, Vera. Nesta entrevista, Cândido Malta Campos Filho, ex-secretário de Planejamento Urbano da prefeitura de São Paulo, fala sobre as medidas que tomou e das que deixou de tomar quando esteve à frente da secretaria.

n. 228, 31 de maio de 1981, p.11.

Os projetos na gaveta.

WILHEIM, Jorge. O texto analisa a "necessidade de revalorizar o planejamento urbano", principalmente, nas grandes cidades.

n. 228, 31 de maio de 1981, p.10.

O vale na boca do povo.

LOURENÇO, César Galhia Bergstron. O depoimento comenta a participação da população no processo de reurbanização do Vale do Anhangabaú.

n. 228, 31 de maio de 1981, p.8-10.

São Paulo: como planejar a megalópole (mesa-redonda).

Folhetim. Coordenados pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha, Rodolpho Monsuelo Dini (arquiteto), Paulo Afonso Garcia Costa (empresário), Benjamin Adiron Ribeiro (urbanista) e Odon Pereira (jornalista) discutem a lei de zoneamento urbano de São Paulo e um possível projeto de planejamento urbano para a cidade.

n. 228, 31 de maio de 1981, p.14-15.

A economia do chimarrão.

GARCIA-GUILLÉN, Mário. O texto analisa o contexto histórico que criou os caminhos paralelos na economia do Rio Grande do Sul e de São Paulo.

n. 235, 19 de julho de 1981, p.5-6.

A caminhada no centro.

JORGE, Wanda. A reportagem comenta "os motivos da expansão do centro metropolitano, segundo a geóloga Helena Kohn Cordeiro".

n. 235, 19 de julho de 1981, p.4-5.

O ônibus feminista e outros sonhos.

BORGES, José Paulo. A reportagem avalia alguns planos urbanísticos para tornar o centro da cidade de São Paulo mais humano.
n. 235, 19 de julho de 1981, p.3-4.
A nobreza virou cortiço.

BARROS, João de. A reportagem comenta a situação dos bairros Campos Eliseos, Bela Vista e Santa Cecília, que estariam, do ponto de vista urbanístico, se deteriorando.
n. 235, 19 de julho de 1981, p.7-9.
Uma cidade na prancheta.

ARTAXO, Vera. A reportagem comenta a existência de mais de "oitenta projetos de reurbanização esquecidos nas gavetas da Prefeitura", que não são colocados em prática.
n. 239, 16 de agosto de 1981, p.11-12.
Uma corrida contra o tempo.

OTHAKE, Ruy. Neste depoimento sobre a urbanização de São Paulo, o presidente do Condephaat diz que "para preservar o passado é preciso atuar no presente e propor o futuro".
n. 239, 16 de agosto de 1981, p.3-7.
A idade do teatro paulista:430 anos.

VARGAS, Maria Teresa. O texto analisa a trajetória do teatro paulista desde o surgimento da cidade até a década de oitenta. Há pequenos depoimentos de José Celso M. Corrêa, Ruggero Jaccobi, Antunes Filho, Ziembinski, Olga Navarro, Lélia Abramo, Paulo Autran, Gianfrancesco Guarnieri, Adolfo Celi, Flávio Migliaccio, Procópio Ferreira e Ruth Escobar.
n. 247, 11 de outubro de 1981, p.10-11.
A feira da madrugada.

BORGES, José Paulo. A reportagem informa sobre o dia-a-dia da feira do "Centro velho" de São Paulo.
n. 249, 25 de outubro de 1981, p.10.
O roteiro paulista de Picasso.

ARTAXO, Vera. A reportagem traz informações sobre as exposições que estão sendo realizadas com as obras de Picasso e aborda as obras de Picasso permanentemente em exposição no Masp.
n. 256, 13 de dezembro de 1981, p.10-11.
A esquina na madrugada.

FARIA, Álvaro de. A reportagem acompanha o cotidiano das pessoas que circulam na região central de São Paulo em busca de diversão e destaca algumas das atrações oferecidas pelas casas noturnas.
n. 258, 27 de dezembro de 1981, p.3-5.
Entre os sem teto... Natal de dor... e esperança.

CARDOSO, Hamilton Bernardes. A reportagem informa a situação das famílias dos sem-teto da periferia de São Paulo.
n. 258, 27 de dezembro de 1981, p.11.
Cada um se diverte como pode.

BORGES, José Paulo. A reportagem informa sobre as diversas alternativas de diversão no centro de São Paulo, para quem não tem dinheiro.
n. 259, 3 de janeiro de 1982, p.11.
Política da desilusão

KEHL, Maria Rita. O depoimento elabora o perfil da sucessão política em São Paulo, lamentando não ter no PT um nome forte para concorrer com Montoro e Maluf e, dos males o menor, acaba por apoiar Montoro.
n. 264, 7 de fevereiro de 1982, p.11.

O mundo da paulista.

BORGES, José Paulo. A reportagem trata da história da Av. Paulista, que passou da representação da aristocracia para um palco do povo da cidade.

n. 266, 21 de fevereiro de 1982, p.8.

Nenê da Vila Matilde, o patriarca do samba paulista.

CARDOSO, Hamilton Bernardes. A reportagem consulta o carnavalesco Nenê da Vila Matilde, que conta histórias sobre o carnaval paulista.

n. 279, 23 de maio de 1982, p.6-7.

Um movimento conservador.

CAPELLATO, Maria. De acordo com o texto, "com a guerra, pretendia-se legitimar no conjunto da sociedade brasileira o projeto particular de uma classe: a classe dominante de São Paulo".

n. 279, 23 de maio de 1982, p.8.

A guerra e as novas armas.

PEREIRA, Roberto. O texto procura se aprofundar na análise das armas e das estratégias utilizadas durante a revolta, enfatizando o poderio militar da Força Pública de São Paulo.

n. 279, 23 de maio de 1982, p.9.

O silêncio operário e o patriotismo triunfante.

DECCA, Edgar de. Analisando o movimento de 32, o texto enfatiza que "o proletariado paulista, derrotado pela polícia e pelos patrões, foi para o fundo do palco histórico, cedendo espaço para as multidões patrióticas".

n. 279, 23 de maio de 1982, p.3.

50 anos de uma polêmica inconclusa.

FAORO, Raymundo. Comentando o desfecho da chamada "Revolução de 32", o texto destaca que o que estava em questão era o choque entre o federalismo hegemônico contra a burguesia agrária e a burguesia industrial paulista. O texto centraliza-se nos argumentos do historiador Boris Fausto, a partir do seu livro "A revolução de 1930".

n. 279, 23 de maio de 1982, p.10.

As lembranças de Paulo Duarte.

SANTAYANA, Mauro. A reportagem consulta o escritor Paulo Duarte, que, ao invés de dar um depoimento sobre o movimento de 32, prefere que o jornalista e também os leitores tomem conhecimento de um diário escrito por ele em 1933, e publicado em 1947, no qual o autor relata os acontecimentos que culminaram com seu exílio.

n. 279, 23 de maio de 1982, p.4-5.

Borba de Moraes e a mobilização popular.

MORAES, Rubens Borba de; SANTAYANA, Mauro. Nesta entrevista, Rubens Borba de Moraes fala sobre a conjuntura política que culminou com as manifestações populares de 1932, em São Paulo. Para o entrevistado, "o movimento expressava um sentimento de defesa de São Paulo contra o Governo provisório, que tratava o Estado como uma terra indigna e conquistada".

³ Silviano Santiago, in: *Vale quanto pesa*, p.48.

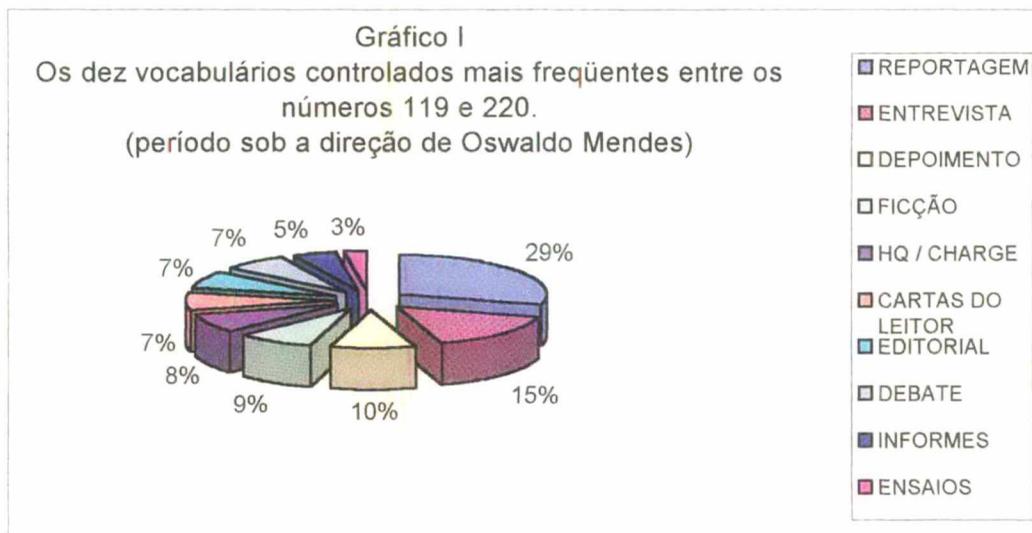
⁴ Oswaldo Mendes, "Editorial", *Folhetim*, n. 220, 5 de abril de 1981, p.2.

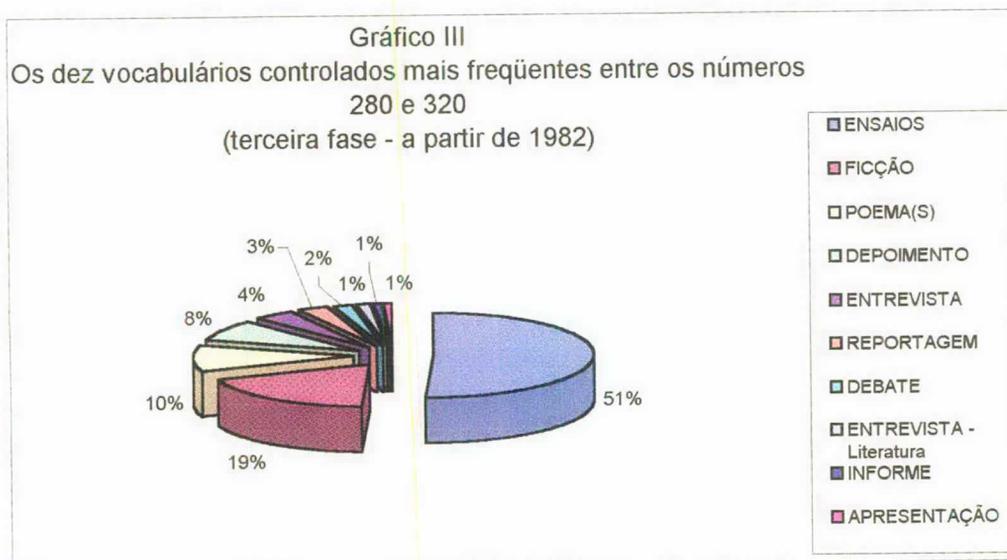
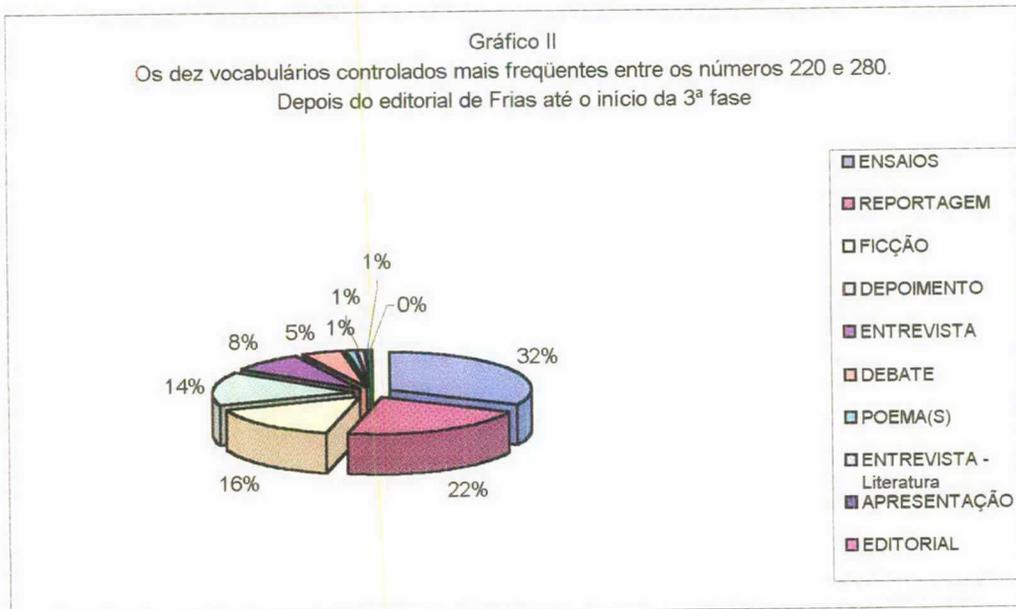
⁵ Mais adiante, perceber-se-á que até mesmo Otávio Frias irá se referir a uma "terceira detenção", depois da saída de Oswaldo Mendes.

⁶ Otávio Frias, "Terceira detenção" (Editorial), *Folhetim*, n. 221, 12 de abril de 1981, p.2.

⁷ Veja-se, através dos três gráficos, como as mudanças editoriais influenciaram o fluxo dos textos, a partir de uma estatística comparativa entre três momentos distintos da segunda e do início da terceira fase do *Folhetim*. Os gráficos (I e III) revelam uma

completa inversão de prioridades quando se comparam os registros “reportagem” e “ensaio”. O segundo gráfico se refere a um período de transição, cujo número inaugural trazia o editorial de Otávio Frias, prometendo um novo ciclo dominado por textos “mais densos”.





⁸ Theodor Adorno, "O conceito de esclarecimento", in: *Dialética do esclarecimento*, p. 51.

⁹ Penso, por exemplo, na *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), de Caio Prado Junior, e na *Formação da literatura brasileira* (1959), de Antonio Candido.

¹⁰ Em *Romance de formação em perspectiva histórica*, Marcus Vinicius Mazzari demonstra a importância central que os romances de formação (em especial *Os anos de Aprendizado de Wilhelm Meister*, de Goethe, que ocupa todo o segundo capítulo do livro) tiveram na formação e no desenvolvimento dos indivíduos, influenciando toda uma geração de escritores que desenvolveram os chamados romances de formação durante todo o século XIX, na Alemanha.

¹¹ Hélio Schwartzman, "Termo surgiu como erro de copistas", in: *Letras. Folha de S. Paulo*, p.1.

¹² Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato, in: *História da Folha de S. Paulo*, p.247.

¹³ Maria Nilde Mascellani, “A ordem é não pensar”, *Folhetim*, n. 144, 21 de outubro de 1979, p. 4.

¹⁴ Zygmunt Bauman, in: *Legisladores e intérpretes*, p. 117. Minha tradução.

¹⁵ Antonio Candido, “Professor, escola e associações docentes”, in: *Almanaque – cadernos de literatura e ensaio*, n. 11, p.85.

Segundo o autor, a questão educacional marcava profundamente a discussão dos problemas nacionais. “Essa visão liberal (que se comunicou ao socialismo e ao anarquismo) permeava toda a educação e enformava a idéia de escola. Há meio século, nós ainda decorávamos no curso primário um poema de Valentim Magalhães, onde um velho criminoso empedernido, olhando pelas grades da sua prisão, vê saírem as crianças alegres de uma escola em frente e murmura: ‘Eu nunca soube ler’. Chama-se ‘Os dois edifícios’ e exprimia de maneira exemplar a utopia educacional do período histórico que vai da Revolução Francesa até a Primeira Grande Guerra, e mesmo um pouco mais tarde”.

¹⁶ Idem. Ibidem, p.84.

¹⁷ Idem. Ibidem.

¹⁸ Idem. Ibidem.

¹⁹ Evidentemente, há um movimento de declínio na qualidade deste novo profissional, crise esta que parece se aprofundar cada vez mais, sendo proporcional ao aumento do número de vagas ofertadas pelo sistema educacional. Entretanto, não é minha intenção o aprofundamento desta questão neste momento.

²⁰ Oswaldo Mendes, “E o que fazer da observação?” (Editorial), *Folhetim*, n. 144, 21 de outubro de 1979, p. 2.

²¹ Neste momento, deixo apenas indicado o terceiro caso. Pretendo retornar à questão quando for proceder à análise da terceira fase. Isto porque o surgimento do *entre-lugar* e do *hibridismo* fazem parte de universo mais amplo que previa a ascensão do ensaísmo nas páginas do *Folhetim*.

²² Renato Ortiz, in: *Cultura brasileira & Identidade nacional*.

²³ Machado de Assis, “Literatura brasileira — Instinto de nacionalidade”, in: *Crítica literária, Obras completas*, p.133.

²⁴ Renato Ortiz, in: *Cultura brasileira & Identidade nacional*, p. 44.

²⁵ Idem. Ibidem, p. 45.

²⁶ Idem. Ibidem, p. 47-48.

²⁷ Em *A verdade sobre o ISEB*, Nelson Werneck Sodré esclarece a cronologia da crise que culminou com a dissolução do Instituto em 1964. Evidentemente, trata-se da versão “da esquerda” do ISEB, já que o Instituto possuía entre seus membros intelectuais de várias orientações políticas, desde Roberto Campos até Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos, aliás – por causa do “vedetismo”, segundo Sodré – em 1958, os dois últimos estiveram no centro de uma briga que dividia os membros e, ao mesmo tempo, enfraquecia o Instituto. O pano de fundo da crise foi a publicação de um livro de Jaguaribe no qual ele teria defendido a internacionalização do petróleo brasileiro. A partir deste “deslize” de Jaguaribe, Guerreiro Ramos viu a possibilidade de orquestrar seu afastamento do ISEB.

²⁸ Os textos abaixo relacionados marcam as participações dos dramaturgos em questão durante a segunda fase. Entretanto, vale lembrar a participação marcante de Plínio Marcos ainda durante a primeira fase do *Folhetim*.

n. 119, 29 de abril de 1979, p.11.

Signo da discoteca.

MASETTI, Mário; MARCOS, Plínio; PAZ, Maria da. Nesta entrevista, o teatrólogo e escritor Plínio Marcos e o ator Mário Maseti criticam a importação cultural e falam da peça “Sob o signo da discoteca”.

n. 136, 26 de agosto de 1979, p.5.

Boal.

BOAL, Augusto; GOLDFEDER, Miriam; GOLDFEDER, Sônia; *Folhetim*. Nesta entrevista, o diretor de teatro Augusto Boal (ex-diretor do teatro de Arena que estava na França) fala sobre os muitos trabalhos que desenvolve no exterior, sobre suas viagens e um trabalho que desenvolveria no Brasil. Segundo Boal, não será possível voltar ao Brasil enquanto o país não se tornar democrático.

n. 147, 11 de novembro de 1979, p.3.

Sufoco.

GUARNIERI, Gianfrancesco; FERNANDES JR., Florestan. O entrevistado, o dramaturgo Gianfrancesco Guarnieri, fala do período mais negro para o teatro brasileiro e comenta como era trabalhar dentro de uma verdadeira guerra psicológica adversa.

n. 149, 25 de novembro de 1979, p.13.

O repórter de um tempo mau.

MARCOS, Plínio; BARROS, João de. Nesta entrevista, Plínio Marcos fala da triste atualidade de sua peça "Navalha na carne", que retrata a violência em nossa sociedade.

n. 161, 17 de fevereiro de 1980, p.13.

Nini da liberdade: o triste folião.

MARCOS, Plínio. (Ficção)

²⁹ Gianfrancesco Guarnieri, "Sufoco" Entrevista a Florestan Fernandes Júnior, *Folhetim*, n. 147, p.3. No mesmo sentido, gostaria de acrescentar uma outra passagem: "Dias Gomes começaria por reafirmar a mesma idéia: 'mas me parece fora de dúvida que a legitimidade artística de uma obra é essencial de sua real eficiência política'. Tratava, é claro, do problema do engajamento: 'parece-me que, em nosso tempo e em nossa sociedade, a opção é clara: ou se escreve para o povo, ou se escreve contra o povo. Assim sendo, todo autor é participante, ainda mesmo que não pretenda ser: omitir-se é favorecer o mais forte'". Nelson W. Sodré, in: *Síntese de história da cultura brasileira*, p.118.

³⁰ Alfredo Bosi, *A dialética da colonização*, p.360.

³¹ Cacaso questionava a atuação do intelectual isebiano: "No período que antecedeu 64, na movimentação ideológica que havia, discutia-se muito a Cultura Popular. Havia toda uma organização, inclusive política, voltada para a Cultura Popular — o CPC o MPC —, enfim, todo um trabalho que ligava intelectuais da pequena burguesia, de classe média, com um processo de Cultura Popular. Uma coisa gozada na Cultura brasileira é que muitas vezes a Cultura Popular é tomada como uma coisa a ser criada, que não existe e precisamos criar. (...) Então tinha até todo um conjunto de normas, de regras, de maneiras de aproximação com o povo, que tinha lá sua Cultura, mas não era muito digna de crédito, não, e que, sobretudo, precisávamos orientar o povo na Cultura Popular e não sei o quê". In: "A democracia passa pela discussão do pluralismo cultural", *Folhetim*, n. 220, 5 de abril de 1981, p.8.

³¹ Dalmo Dallari, "Sociedade Civil. Mesa-Redonda", in: *Folhetim*, n. 167, 30 de março de 1980, p.8.

³² Roberto Schwarz, "A democracia passa pela discussão do pluralismo cultural", *Folhetim*, n. 220, 5 de abril de 1981, p.6.

³³ Gilberto Velho, "A democracia passa pela discussão do pluralismo cultural", *Folhetim*, n. 220, 5 de abril de 1981, p.6.

³⁵ Alfredo Bosi, *Op. cit.*, p.373.

**A TERCEIRA FASE (1982-1989) –
ASCENDÊNCIA DO ENSAÍSMO**

Depois do exame das duas primeiras fases do *Folhetim*, algumas considerações podem ser realizadas. Assegurada, portanto, a parcialidade das explicações, as sistematizações auxiliam na compreensão do conjunto do suplemento sem oferecer os riscos das generalizações. O *Folhetim* se inscreve no imaginário cultural do país, carregando a fama de ter sido um dos principais suplementos da década de oitenta. Sendo assim, gostaria de indicar três momentos distintos pelos quais passam a compreensão da “cultura” no suplemento.

A noção populista da primeira fase (1977-1978): a cultura pode ser entendida em seu sentido antropológico - tudo é cultura, o humor, a charge política, o entretenimento, a divulgação dos shows televisivos, as entrevistas com as chacretes, os depoimentos de políticos com projeção nacional, o debate literário, a constante menção aos ídolos da MPB, são alguns exemplos.

Durante a segunda fase (1979-1982), a cultura se apresenta como o resultado final de uma adição que leva em conta a política, a re-construção da cidadania, a participação da “Sociedade Civil” organizada, a re-democratização do país, a reflexão nacional sobre a identidade, o multiculturalismo e o direito à alteridade (cultural, racial e sexual: das mulheres, dos homossexuais, dos negros, dos índios, das crianças, dos “loucos”). Neste caso, a cultura pertence ao domínio popular: todos têm direito à ela.

A noção erudita da terceira fase (1983-1989), que veremos nesta parte do trabalho, apresenta a cultura como refinamento e bom gosto. Os domínios da cultura foram expressos através do exímio uso do arsenal teórico à disposição dos meios acadêmicos, da proliferação das traduções e

também pela publicação de poetas e escritores consagrados. De várias formas, a terceira fase não somente divulga a cultura, como também modula o gosto do leitor, legislando sobre o que é e, conseqüentemente, o que não é cultura.¹

Desse modo, caso me fosse requisitado um breve resumo da história do *Folhetim* durante a década de oitenta, utilizaria uma metáfora histórica (cujo domínio pertence ao positivismo) para pensá-lo como um Império antigo. Observados à distância, os impérios ascendem, atingem um período de apogeu e decaem. De outro modo, caso pensemos no *Folhetim* como um grande relato da década, a percepção do Império se acentua ainda mais. O suplemento ascende, a partir de 1982, publicando nomes consagrados dos meios literários e acadêmicos. Mesclando poemas, contos e ensaios², o suplemento atinge seu apogeu entre os anos de 1984, 1985 e 1986, entrando em decadência a partir de 1987. Utilizando-me de dois eixos básicos que dependem do ensaísmo (mas que divide seus usos entre aqueles que defendem os sistemas e de outros que aceitam uma certa liberdade metodológica), tentarei, ao longo desta exposição, aprimorar e ilustrar melhor esta metáfora.

As principais marcas do início da terceira fase³ do *Folhetim* atestam a existência de um período de grandes mudanças no cenário cultural e acadêmico brasileiro. Através do suplemento se desdobram várias séries de textos que projetam o desenrolar de uma história que consagrou o perspectivismo entre nós. Entendo o perspectivismo como a alternância de pontos de vista sobre um mesmo objeto de estudo. Muito antes de Adorno (“O ensaio como forma”, 1974) se referir ao ensaio como uma forma pouco ortodoxa de se deter em um determinado ponto de vista (“determinado a ver o iluminado, não a luz”), expressando, assim, uma maneira incompleta para “explicar” ou “conceber” um objeto de análise, Sérgio Buarque de Holanda assumia (em 1936), como uma das principais características da intelectualidade brasileira, esta estranha (aos olhos dos europeus)

incapacidade de “explicar” ou “conceber” uma totalidade. Na acepção tupiniquim, portanto, o perspectivismo reúne características tanto do relativismo histórico, quanto do historicismo. Nesse sentido, vale ressaltar que uma das principais metáforas utilizadas por Sérgio Buarque (em *Raízes do Brasil*), a do semeador, servia para ilustrar várias das peculiaridades que definiam a atuação do “brasileiro” diante da aclimatação (muitas vezes às avessas) das técnicas e das idéias européias. Sendo assim, penso que a ascensão do ensaísmo, ocorrida durante a década de oitenta, está, de várias formas, associada ao perspectivismo histórico postulado por Sérgio Buarque. Além disso, devo lembrar que, por diversas vezes em meu texto, se fará confusa a distinção entre ensaio e perspectivismo, entretanto, esta confusão se explica pela dificuldade de diferenciar, com alguma coerência, a proximidade de termos tão semelhantes. Portanto, ensaio e perspectivismo são, em muitos casos, termos correspondentes.

O ideário do projeto educativo anterior, baseado na premissa de um sistema contínuo de aprendizagem e na acumulação cognitiva do conhecimento, cedeu lugar às constantes mudanças de foco e à visão desfocada do mundo das idéias. O principal agente corrosivo desta mudança se encontra, em larga escala, no reinante ensaísmo que marcou a década de oitenta, tendo no *Folhetim* um dos principais meios de divulgação e consagração na época.⁴

A professora Eneida Maria de Souza é precisa ao diagnosticar que a década de oitenta estava simbioticamente marcada pela ascensão do ensaísmo como a principal forma de expressão da época. Os motivos são de diversas ordens: alguns deles podem ser exemplificados através da expansão dos cursos de pós-graduação, a influência do estruturalismo e as exigências de se articular os estudos literários a saberes de outras disciplinas. A ensaísta anota que:

“(...) a escolha de novos objetos de estudos, nos anos subseqüentes ao estruturalismo, a diferente maneira de proceder ao recorte analítico se refletem na composição do discurso ensaístico, gênero que a crítica contemporânea tem praticado com freqüência (...)”.⁵

Neste momento, gostaria de enfatizar as relações de proximidade entre o *Folhetim* e a forma que o sustenta, o ensaio. Se a terceira fase do suplemento (a partir de 1982) marca o surgimento do ensaísmo, ela também esconde um modelo que se exauriu: os debates sobre as questões nacionais haviam encerrado seu ciclo. Sobre o clima do período, Eneida Maria de Souza destaca: “[Esta] época ainda [estava] marcada, no Brasil, pela abertura política, em que iam se desfiando textos de uma narrativa esperançosa e intimista, confessional e utópica, como convinha ao momento.”⁶

Enquanto isso, a transição política era vitimada por solavancos e sucessivas crises econômicas, que aumentavam o clima de insegurança política e social do país. O consenso em torno das necessidades de mudanças no perfil econômico, político, energético e, principalmente, social não encontrava nenhum tipo de resposta do Governo Federal: o compasso de espera das respostas decisivas era irredutível e surdo. O contexto histórico e a migração dos jornalistas em direção ao primeiro caderno do jornal acenavam com a possibilidade de o suplemento se voltar, de forma mais incisiva, àquele perfil proclamado por Otavio Frias, em 12 de abril de 1981, no editorial cujo título, “A terceira dentição”, tinha destacado, antes da hora, o surgimento de uma nova fase do suplemento. As mudanças do cenário político externo e os rearranjos internos criavam condições de existência para o *novo* suplemento, voltado, agora, ao ensaísmo.

O PERIÓDICO E A FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO MODERNO

O ensaio, o hibridismo, a noção de suplemento, o perspectivismo, as sucessivas quebras das tradições são algumas das forças que atuam no espaço do periodismo contemporâneo. Neste caso, como vimos inicialmente, o jornal desempenhou um papel de proa dentro do universo das invenções modernas. Estas inovações tecnológicas galvanizaram as conquistas e o periodismo funcionou como uma das principais utopias iluministas, servindo de suporte à enciclopédia e à educação popular.

“O periódico moderno, como nenhum outro espaço discursivo no século XIX, cristaliza a temporalidade e a espacialidade segmentada e distintiva da modernidade. O periódico moderno materializa — e fomenta — a dissolução do código e a explosão dos sistemas estáveis de representação. O periódico não apenas edifica o novo — o outro da temporalidade tradicional — como princípio de organização de seus objetos, tanto publicitários quanto informativos; mas também deslocaliza — inclusive em sua disposição gráfica do material — o processo comunicativo. No periódico, a comunicação se desprende de um contexto delimitado de enunciação, configurando um mundo-de-vida abstrato, nunca totalmente experimentado pelos leitores como o campo de sua existência cotidiana. Neste sentido, o periódico pressupõe a privatização da comunicação social, assim como resume a submissão do sujeito — no processo desta privatização — sob uma estrutura do público que tende a obliterar, cada vez mais, a experiência coletiva. Neste sentido, o periódico faz com o trabalho sobre a língua o que a cidade fazia com os espaços públicos tradicionais. Por isso, não seria demasiado ler o periódico como a representação (na superfície mesma de sua forma) da organização da cidade, com suas

ruas centrais, burocráticas ou comerciais, com suas pequenas praças e parques: lugares de ócio e reencontro”.⁷

Contudo, em meados do século XX, o periodismo estaria por trás da destruição de boa parte desta utopia. O ensaio ressurgiu como um elemento crucial da equação parcial e dotado de uma bateria que alimenta o processo de fragmentação social.

“Os testemunhos *finisseculares* da 'crise' gerada pela urbanização se multiplicam. Estes testemunhos comprovam as tensões instauradas pela modernização — ao menos para a literatura — e também para os grupos sociais identificados com as instituições, os ícones e os espaços simbólicos que a racionalização urbana desfazia. Entretanto, também é notável, paradoxalmente, como a modernização, ao contrário de seu impulso demolidor, promoveu a ‘reconstrução’ de territorialidades, às vezes usando as máscaras, os disfarces de uma tradição reificada. Assim como a modernização destruiu os modos tradicionais de representação e identificação, ao mesmo tempo gerava novas imagens, freqüentemente *passadistas*, simulacros da tradição e da ordem social, em resposta — compensatória — às trocas violentas que efetuava.”⁸

A relação que se estabelece entre os periódicos e a privatização da informação e da cultura pode neutralizar a função crítica exercida pelas formações culturais, transformando-as em bens de consumo por exclusividade.

“Essa tendência já se delineia em Saint-Beuve, de quem provavelmente deriva esse gênero moderno de ensaio, que juntamente com produtos como os perfis em sombra de Herbert Eulenberg, o protótipo alemão de um dilúvio de lixo litero-cultural, até filmes sobre

Rembrandt, Toulouse-Lautrec e a Bíblia Sagrada, deu seqüência à neutralização de formações culturais em bens de consumo”.⁹

A advertência de Adorno não impede que a mescla entre o espaço urbano e o periódico prenda-se aos efeitos negativos que gerariam uma “formação cultural” desorganizada e, de certa forma, deformada. Entretanto, o fato de o ensaio ter-se mesclado ao periodismo, no caso latino-americano, não transformou o seu resultado (os ensaios de interpretação nacional) em bens de consumo com a função de banalizar seus objetos. Aliás, é justamente dos modelos sociais periféricos e desorganizados (dos menos racionais, portanto) que partiriam os relatos mais catastróficos sobre os efeitos das crises sucessivas (principalmente da crise da representação), nas quais se encontravam imersos. Em parte, o conturbado modelo latino-americano de urbanização responde pelos efeitos desagregadores experimentados pela má adaptabilidade do modelo europeu e é justamente destas faltas e excessos que uma possível teoria do hibridismo começa a se fazer presente, cada vez mais, em nosso cotidiano.

ENSAIO E AMÉRICA LATINA: FEBRE INTERMITENTE

“Os pensadores latino-americanos tiveram que desenvolver estratégias de sobrevivência intelectual que lhes permitissem manter-se sobre o fio da navalha sem cair em nenhum dos abismos da oposição binária. Tiveram que aceitar o axioma excludente da modernidade — afirmação ou negação, ser o mesmo e o outro —, contudo sabotaram-na com as técnicas do ensaio: uma maneira de raciocinar e de pensar que expõe as idéias em forma de opiniões pessoais e provisórias. Este gênero foi considerado menor na Europa desde o século XVIII precisamente porque não era possível classificá-lo. Não era considerado literário porque nele prevalecia a exposição de idéias mais do que a imaginação; tampouco era aceito como prosa científica por duas razões: sua predileção manifesta pelos assuntos, sujeitos à controvérsia, que não admitem juízos definitivos e inequívocos, e a utilização de anedotas ficcionais ou pouco verificáveis para confirmar ou apontar as idéias expostas”.¹⁰

A ascensão do ensaísmo¹¹, agora acomodado entre os jornais e as universidades, marca, na verdade, um movimento de retomada. A partir do final do século XIX, o ensaio de interpretação nacional se tornou uma espécie de febre revolucionária entre os sul-americanos.¹² Se no velho continente o imperativo do bárbaro benjaminiano (instaurar-se a partir de si) não rompeu de imediato a tradição secular da universalidade, na América Latina essa estratégia já vinha sendo praticada. O ensaio se transformou na principal arma nas mãos dos *bárbaros*; com ela, os intelectuais, comprometidos em criticar os modelos de interpretação importados, puderam pensar em parcialidades e em composições metodológicas impensáveis se os rigores acadêmicos europeus não fossem esquecidos. No extremo, pode-se pensar no ensaio como mais um recurso

sofista, sendo este ponto um nó crucial para se entender os deslocamentos da filosofia ocidental pós-68. Silviano Santiago chama atenção à “‘leitura desconstrutora’ que Jacques Derrida fez da metafísica ocidental, onde mostra como este edifício teórico só pôde ser erguido com a exclusão do sofista de dentro do território da filosofia. O sofista é tachado por Sócrates como o homem da não verdade e, portanto, indigno de figurar no território da verdadeira filosofia”.¹³

Sendo assim, ao longo de uma conturbada história, o ensaio parece ter sofrido vários movimentos de retomadas. Em contraposição ao tratado, que possui como crédito uma tradição cristalizada, com seu método evolucionista, seus sistemas objetivos, seu valor de verdade, de universalidade científica e de lógica total, o ensaio seria fruto da improvisação e da indolência teórica, prevendo, para o futuro, uma época dominada por uma estética do fragmento. Até mesmo o lugar em que o ensaio retornaria com mais força (na América Latina) espelha e reforça o seu caráter ambivalente de surgir em momentos de crises agudas. Na América Latina, a *tradição* dos ensaístas encontraria um cenário complexo para o seu florescimento.

“À medida que desenvolvem e amadurecem, os conceitos começam a se mover por conta própria e, às vezes, alcançam territórios bastante distantes de seu local de origem [caso seja possível localizá-la]. Eles vagueiam pelo passado, que os ignorava na época em que era ainda presente. Ou fazem uma incursão ao futuro (...). Dá a impressão de que os conceitos nasceram como plantas, firmemente enraizados no solo e sorvendo suas seivas — mas, à medida que o tempo passou, desenvolveram pernas e principiaram a busca de alimento mais farto e variado”.¹⁴

Através de desvios singulares, esta estranha e oblíqua narrativa percorrida pelo ensaio em busca de alimento e outras seivas, lançou-se ao território desconhecido da América Latina. Aqui, ele criaria raízes e se desenvolveria com espantosa rapidez. Aqui, o arrivismo retemperaria o poder de respostas mais rápidas sobre a questão da identidade e da nossa formação desorientada. Neste caso, ensaio significa uma explicitação dos problemas frutificados depois de um processo de colonização ímpar: teoricamente, o ensaio joga com os valores mais caros à tradição ocidental, ele expressa um pensamento incompleto, relativizado, disforme e sem raízes seguras na tradição européia; enfim, o ensaio deforma a *realidade*. Desse modo, o fim da crença absoluta nos manuais e tratados provocaria a disseminação de mais uma crise, desta vez ligada à queda dos paradigmas e das referências ontológicas; conseqüentemente, o caos passa a reinar e ninguém sabe ao certo em quem ou no que se deve acreditar: contraditoriamente, nos lembra Adorno, “(...) a corporação acadêmica só tolera como filosofia aquilo que se reveste com a dignidade do universal, do pensamento, e, porventura, com a dignidade do ‘originário’.”¹⁵

“Na minha opinião, nenhum outro gênero literário se presta mais adequadamente a mapear a psique latino-americana, seus padrões labirínticos, seus segredos inconfessáveis. Nenhuma outra forma literária se aproxima tanto do ‘instruir generalizando’. De fato, a palavra ensaio vem do francês *essayer*, que significa ‘tentar, experimentar’, e do latim *exagium*, ‘meditar, pensar’. Assim como o romance e o conto, o ensaio é livre, ambicioso, e parece satisfazer muitas necessidades ao mesmo tempo: entretém, esclarece, ofusca, confessa, lamenta. Usa o pronome pessoal ‘eu’ ou assume um ângulo idiossincrático — aquilo que Elizabeth Hardwick chamou de ‘a marca pessoal do solista’ — e contempla todo tipo de questão, as importantes e as menores, as relevantes e as fúteis, como se todas portassem mérito inequívoco. Mas o que o ensaio não pode fazer, nem mesmo

quando tenta desesperadamente, é mascarar a verdade: sua textura é por demais cristalina e verdadeira para esconder o que não pode ser escondido. Por assumirem a condição de vozes solitárias clamando no deserto, os ensaístas — e seus argumentos — incomodam, e tornam-se alvos diletos do poder vigente”.¹⁶

Observa-se, portanto, que o processo de construção da identidade latino-americana esbarrou na utilização de modelos importados impróprios para a resolução de problemas que não eram europeus; ao mesmo tempo, a solução latino-americana em responder as exigências de elaboração de um sujeito constituído socialmente apenas poderia ser parcial e extra-racional: a construção da identidade somente será elaborada por referências erráticas e desorientadas, porque sempre estiveram associadas às elaborações heterodoxas de Sarmiento a Sérgio Buarque, de Euclides da Cunha a Borges. As formulações ensaísticas visavam interpretar as formações das nacionalidades e das identidades. Essas formações discursivas, ou antes, essa formação de língua espanhola ou portuguesa (porque se nós lhes analisarmos os últimos elementos e os mais salientes caracteres é quase certo que as acharemos uma só), desfruta dos mesmos defeitos e falhas, sendo uma expressão da sociedade em que surgiu: heterogênea, acaso mesmo amorfa, inconsistente e, por muito, incoerente. Esses ensaios podem ser intercambiáveis, ou seja, eles servem para problematizar e ler a situação cultural, econômica e política de nações diferentes, desde que sejam também periféricas. Antes da percepção generalizada de que a nossa época se convertera em um movimento de expressão de leituras que marcam o retorno das bordas em direção ao centro, anterior, portanto, à percepção que nortearia a leitura descentralizada da literatura borgiana por Foucault, vale lembrar a localização central deste retorno (do pós-colonialismo) como uma espécie de desdobramento de uma das questões centrais da antropofagia. Mário de Andrade já havia notado a possibilidade de efetivar uma leitura da

ficção de Borges como um engenho dotado de capacidade ampliada, pois nesta ficção se localizaria também a elaboração de uma teoria literária sofisticada e carregada de crítica, e de análise, dos fenômenos mais preeminentes do período. Como escreve Sérgio Cueto, para Borges,

“O ensaio não é um gênero. O conto Waklefield, disse Borges, é um ensaio: ensaiava a interpretação de um enigma, para entendê-lo imagina-o, conta-o, conjectura uma resposta que permanece conjectural, abre a outras interrogações, é a mesma interrogação que não se fecha (e que atrai Borges ao centro de sua ferida)”.¹⁷

Borges potencializa aos extremos a fração ficcional do ensaio e, com esse movimento, descaracteriza as várias afluições que atribuem ao ensaio o reconhecimento de uma historiografia determinada a interpretar a identidade, a nacionalidade e a periferia.

Os ensaios de interpretação nacional produzidos fora do alcance da racionalidade e fora dos padrões de textos que deveriam dar conta de uma totalidade homogênea, podem ser lidos como um conjunto disforme de afluições que habitam, de uma vez por todas, a ficção localizada na confluência entre a fábula (os ensaios de interpretação nacional *sérios*) e o ensaio como expressão de um desterro e de um desterrado, como a expressão do próprio Borges. Sergio Cueto, borgeamente, afirma: “o ensaio não é um gênero: é o experimento (a experiência) do inquietante que não me deixa generalizar. (Algo me inquieta, e, com frequência, este algo sou eu mesmo)”.¹⁸

Enquanto a tradição ensaística latino-americana opta pela insubordinação aos modelos sistemáticos importados, visando instaurar interpretações coletivas capazes, em parte, de formular leituras abrangentes e adaptadas da Nação e da Identidade¹⁹ dos povos periféricos e do *outro* europeu, Borges assume o risco de potencializar os efeitos modernistas e,

deixando de lado as saídas coletivas, individualiza a noção do ensaio como uma máquina nietzschiana de pensar sobre si ou de tornar-se o que se é.

ENSAIO, INTERDISCIPLINARIEDADE E HIBRIDISMO

Caminhou, caminhou e não
encontrou mais ninguém e ficou
sozinho e continuou a
reencontrar-se a si mesmo.

Nietzsche

Ao me deparar com o enorme fluxo de textos publicados durante a terceira fase do *Folhetim*, algumas idéias e teorias contemporâneas começaram a ser interpretadas e re-analisadas com maior cuidado. Algumas constatações foram fundamentais para completar este exercício de leitura: a preponderância de um gênero textual arraigado à nossa cultura, o ensaio; a forte percepção de que, ao ensaio, ligavam-se variadas tentativas de se mesclarem fronteiras até então tidas como intransponíveis, portanto, uma visão interdisciplinar; e, finalmente, a observação de um fenômeno, emergente à época, que optava por tomar de empréstimo pressupostos de outras áreas do conhecimento, realinhando-as a favor da criação de um tipo de ensaio difícil de classificar, ou seja, híbrido teórico.

Sobre a primeira constatação (de perceber o ensaio como espaço privilegiado do periodismo), creio não existir maiores dificuldades para se aceitar o termo. Contudo, vale refazer alguns caminhos que evidenciam a importância desta prática.

“O recorte enunciativo que perpassa este texto e o movimento sinuoso das entradas e saídas do sujeito encontram no ensaio seu feitio próprio, pois a forma do ensaio traz à superfície da escrita a

dramatização de enunciados, procedimento que relativiza a dimensão experimental e provisória do relato de experiência, por se distinguir do caráter demonstrativo e fechado dos tratados.

Ao inscrever-se sob o signo do precário e do inacabado, a forma ensaística ajusta-se à escrita que joga com os intervalos e lapsos de memória, permitindo o movimento de idas e vindas e o gesto de apagar e rasurar o texto de ontem. Neste espaço intermediário entre a ficção e a teoria, o sujeito se envolve nas malhas da enunciação e se ficcionaliza, distanciando-se da imagem redutora do autor empírico. O autor, ao configurar-se enquanto texto, ser de papel, dilui-se na escrita que o substitui e o suplementa.

Marcado pela indefinição e pela dúvida, o ensaio desempenha um papel mediador na transmissão do impasse cultural enfrentado pelo pensamento contemporâneo. A pretensa falta de sistematização que o envolve impulsiona o jogo metafórico e a desconstrução de conceitos preestabelecidos. Território de reflexão textual que coincide com a prática e produção da escrita, o ensaio é um saber em processo e constituição”.²⁰

Sendo assim, o ensaio trabalha a partir do reconhecimento do vazio e do desvelamento de que o sujeito não pode mais ser uno. O ensaio aproxima-se de uma formulação de texto que é *pensativo*, comportando uma reserva suplementar²¹ de significado que não é expressa completamente. As técnicas que envolvem a concepção do ensaio comprometem qualquer tentativa de buscar-se nele a plenitude, pois ele prorroga o encerramento da leitura e suspende a expectativa de um desfecho único. O procedimento básico do ensaio, portanto, não é o da explicação ou da justificativa, mas o da explicitação, entendendo que a explicação impõe um sentido e uma busca das causas dos acontecimentos; a explicitação, ao contrário, promove o repouso do sentido e a suspensão do controle.²²

“O ‘ensaio’ - que é necessário entender como experiência modificadora de si no jogo da verdade, e não como apropriação simplificadora de outrem para fins de comunicação - é o corpo vivo da filosofia, se, pelo menos, ela for ainda hoje o que era outrora, ou seja, ‘ascese’, um exercício de si, no pensamento”.²³

O ensaio se inscreve em uma lógica, ou melhor, em uma experiência que se formula no interior de uma prática que visa ao “cuidar de si”, e, a partir deste princípio, o ensaio permite o dilaceramento do sujeito extrapolando a fronteira desse *cuidar-se* através da permissão de “separar-se de si”. Estruturado na permissividade e nas “técnicas de si”, a experiência do ensaio estaria marcada por uma prática transformadora.

“Somente posso descobrir minha não-verdade sozinho. Chamaremos este descobrimento (...) de ensaio. Pelo ensaio, pela solidão que o ensaio me impõe (uma solidão extremamente distante e distinta da introspecção e do recolhimento), descubro que minha verdade é uma não-verdade, descubro o nada e a não-verdade que sou”.²⁴

Desta perspectiva, o ensaio abandona a homogeneidade dos sistemas completos e parte em direção ao que Foucault chama de regularidade do arquivo. A regularidade ou a camada do arquivo caracteriza uma formação discursiva, mas, como lembra John Rajchman, as regularidades são tácitas e não refletem compromissos explícitos, pois não podem ser defendidas por ninguém como se formassem um todo consistente²⁵. Portanto, a busca pela heterogeneidade dos fragmentos que podem reorganizar o caleidoscópio (que exprime momentaneamente o movimento do arquivo) se dá através de um movimento transversal da leitura elaborada a partir de regularidades discursivas nas quais a verdade e a racionalidade dos discursos podem ser abandonadas em favor da proximidade à fronteira do ficcional. Não

existiria, então, nenhuma impropriedade em ler os ensaios de interpretação nacional como fábulas de integração latino-americanas.

Em síntese, o termo ensaio serve para designar toda e qualquer forma tolerante ao relativismo histórico. Neste sentido, a tradição moderna e ocidental também condenaria ao silêncio os escritos dotados de mudanças abruptas de perspectivas teóricas ou pouco comprometidos com os ideais de respeito à tradição linear e convencional do tratado. Portanto, a exposição parcial e a discussão rápida de questões importantes, com resultado de ação tópica, expõem, ao mesmo tempo, uma contradição. Se o discurso da modernidade do início do século XX deveria apresentar-se como portador da objetividade científica, equacionando as grandes questões sociais através de volumosos manuais, aos jornais caberia retratar o fugaz cotidiano dos interiores burgueses e seus novos objetos industrializados.

O ESPAÇO INTERDISCIPLINAR E O QUASE ESPAÇO HÍBRIDO

Quanto à segunda impressão sobre a visão interdisciplinar de alguns ensaios é possível perceber que, de forma genérica, embora ocorram algumas mesclas com outras disciplinas, o resultado final reafirma a disciplina original, ou seja, marca-se firmemente a origem e o remetente da disciplina da qual se partiu. A mescla, característica predominante da perspectiva interdisciplinar, tem ampliado o seu espaço durante o período.

“Os anos 80 propiciam ainda mais a ampliação do enfoque interdisciplinar, permitindo à teoria da literatura estender igualmente seu horizonte de atuação. Convive, no departamento, com a semiologia, de origem francesa, e desenvolve estudos que enfatizam a análise do discurso literário e do paraliterário, a teoria da leitura, a crítica de fontes primárias, a relação do discurso literário e dos discursos social, antropológico e psicanalítico, a revisão de teorias críticas e os estudos de literatura comparada”.²⁶

O crescente espaço destinado às mesclas fornecia um amplo espectro de possibilidades de articulações e construiria boa parte da base de sustentação para o movimento seguinte, o hibridismo.

A terceira observação é a mais complexa do ponto de vista da explicitação de seus motivos e destinatários. Os ensaios híbridos não são a maioria no *Folhetim*, mas exploram uma crescente preocupação que, sobretudo para o nosso presente, é atual e extremamente complexa.

“Hibridismo: diz-se de vocábulo composto de elementos de línguas diversas, como, por exemplo, híbrido, do latim *ibrida*, *hibrida* ou *hybrida*, ‘filho de pais de diferentes países ou de condições diversas’,

evidentemente relacionado com o grego *hybris*, ‘destempero’, ‘excesso’.²⁷

A meu ver, a principal diferença entre o ensaio híbrido e o ensaio interdisciplinar se localiza na manutenção ou não da ontologia. O trabalho da mescla interdisciplinar se baseia na mistura das fontes, enquanto o hibridismo se debate para criar um espaço que seja auto-suficiente, para instaurar-se a partir do presente, que camufla ou anula a origem. Neste caso, a crítica deve adquirir a face de um detetive com a função de averiguar estes desaparecimentos. Mas, ao se propor um texto baseado na hibridização, não se misturam apenas as fontes, se propõe um texto *sem remetente* teórico claro. Apropriam-se de empréstimos e pressupostos que se esgotam.

Antes de pousar na área dos estudos culturais, a metáfora do híbrido já vinha sendo utilizada na agricultura. Do mesmo modo que o conceito de cultura, segundo Raymond Williams, tem suas bases formuladas a partir de uma transposição do trabalho com a terra (do trabalho do arado, do sulcar a terra), o híbrido foi também uma das principais conquistas da biologia da década de oitenta. As sementes híbridas são elaboradas através da manipulação da mesma planta, mas com variedades distintas. A idéia é a de *construir* uma semente mais adequada e resistente ao clima de cada região para garantir o aumento da produção e reduzir a utilização de pesticidas. Sendo assim, o milho produzido no Brasil pode ter algumas características do milho andino ou norte-americano, desde que a parcela *herdada* signifique algum efeito benéfico. Entretanto, também pode acontecer a mundialização de algumas pragas, já que os efeitos globais desses deslocamentos não são tão previsíveis quanto os técnicos querem nos fazer crer. Todavia, o efeito mais nocivo da propagação dessas sementes pelo mundo estava para ser revelado: os frutos advindos das plantas manipuladas em laboratórios são praticamente estéreis. Ou seja, embora haja um ganho

significativo de produção, as sementes devem ser compradas a cada novo plantio. Caso o agricultor queira insistir e aproveitar os frutos híbridos para um novo plantio, sua colheita será uma decepção. Neste caso, o híbrido não gera, ele se esgota, ele degenera²⁸, em uma palavra, a tentativa e, em muitos casos, o sucesso de converter algum bem material ou cultural (ou ambos) em uma *híbris* é um “crime” contra a natureza.

“[A] ‘híbris’ [era a] palavra com que os antigos gregos designavam todo comportamento arbitrário, arrogante, desrespeitador dos direitos do próximo e das normas da comunidade. No sentido mais geral, que é aquele em que é empregada por Nietzsche, era – é – a violação soberba das leis divinas ou naturais”.²⁹

O híbrido se coloca como um desafio, já que ele se encontra no limiar entre a natureza e a cultura. Portanto, o momento da *híbris* é determinado por um instante, quando se dá um passo a mais, quando se deixa de ser, definitivamente, um ser natural e se torna um ser com algo a mais. A *híbris*, prossegue Nietzsche,

“é a nossa atitude para com a natureza, nossa violentação da natureza com ajuda das máquinas e da tão irrefletida inventividade dos engenheiros e técnicos; híbris é nossa atitude para com Deus, quero dizer, para com uma presumível aranha de propósito e moralidade por trás da grande tela e teia da causalidade (...); híbris é nossa atitude para com *nós mesmos*, pois fazemos experimentos conosco como não nos permitiríamos fazer com nenhum animal, e alegres e curiosos viviseccionamos nossa alma! Depois curamos a nós mesmos: estar doente é instrutivo, não temos dúvida, ainda mais instrutivo do que estar são (...). Violentamos a nós mesmos hoje em dia, não há dúvida, nós, tenazes, quebra-nozes da alma, questionadores e questionáveis, como se viver fosse apenas quebrar nozes; assim, nos devemos tornar

cada vez mais passíveis de questionamento, mais dignos de questionar, e assim mais dignos talvez – de viver?”³⁰

Este *plus*, este valor a mais que se acrescenta à vida, pode desfigurar a fisionomia dos seres, mas também pode suplementá-la, criando novas condições de existência em um lugar caracterizado, cada vez mais, pela escassez de oxigênio. Neste sentido, o “desrespeito às normas coletivas”, caracterizada pela ação da *hýbris*, acelera a perda da oxigenação, que é proporcional aos sucessivos assassinatos das crenças e, ao mesmo tempo, da decadência das divindades.

Retomando o fio da meada, o híbrido se confunde com o meta-relato produzido no interior das páginas do *Folhetim*: confunde-se porque revigora o ensaísmo e, ao mesmo tempo, re-elabora aquilo que conhecemos como *crítica*. Nesta chave, o hibridismo, aliado ao ensaio, é o que resta como formulação crítica em contraposição ao emaranhado cultural deste final de século.

Todavia, a potencialidade do ensaio (como o suporte privilegiado da formação discursiva *Folhetim*³¹) não significa que as individualidades que compõem este imenso meta-relato estejam de acordo sobre a função que desempenhavam no interior da cena cultural. O segundo plano desta discussão, que estimula a idéia de um eixo definitivo, camuflava a distância que separava os defensores da modernidade daqueles que vislumbravam um limiar do Projeto Moderno, que faziam emergir as discussões sobre o papel da cultura na pós-modernidade. Embora a questão não fosse colocada, abertamente, nestes termos, o fato é que, por trás do ensaísmo, se desdobrava um fenômeno que ajustava o universo acadêmico a um tipo de produção extremamente fragmentária. Diante da impossibilidade de ver os textos publicados na íntegra, os autores passam, cada vez mais, a recorrer às improvisações. Ou seja, a necessidade de expor as idéias em um artigo mais curto não é nova, mas parece que esta exigência se tornou norma para todos

os atores envolvidos. Sendo assim, a improvisação, as adaptações e os resumos de trabalhos mais longos passaram a ser conhecidos e citados através da versão *incompleta, resumida* ou *adaptada* publicada no suplemento. Vale lembrar que, muitas vezes, o texto publicado no jornal se torna a principal referência para se chegar a uma tese ou dissertação não publicadas.

Anteriormente, vimos como se desenvolveu, nas páginas do suplemento, uma grande parcela das discussões em torno da identidade nacional. Gostaria de retomar o tema sob outro ângulo para aprofundar a compreensão do contexto político e cultural do início da década de oitenta, que, não por acaso, se apresentava de forma fracionada. Começo pela percepção de que estava ocorrendo a diluição do projeto coletivo de identificação que unia setores díspares da Sociedade Civil e, *pari passu*, observo que estas discussões se precipitaram em direção à dissolução da unidade em favor das discussões relacionadas à diversidade cultural. Alguns “acontecimentos” apressaram, e de certa forma atropelaram, o processo de retomada da democracia: a emergência do ensaio, a proliferação de periódicos, a ampliação dos cursos de pós-graduação, as primeiras notícias sobre um futuro tecnológico (com impacto reduzido no Brasil em virtude da reserva da informática) que mudaria os destinos da humanidade, o acirramento do debate em torno do fim da modernidade e a incrível presença das idéias benjaminianas, que iniciariam, irreversivelmente, um profundo questionamento sobre o sentido da história, formam uma parte do cenário da época que, mais uma vez, fez conviver o precário e o novo. Nesta época, surgem as primeiras evidências de que o universo da cultura não poderia mais conviver tranquilamente com a divisão da cidadania em frações de identidade. À Nação incorporaram-se agrupamentos que exigiam reconhecimento político e social de seus direitos, embora a incorporação e o reconhecimento posteriores não servissem como garantia de plena cidadania, tornando-se regra a existência

de cidadanias paralelas, informais e incompletas³². A resposta, por outro lado, estava sendo formulada por ensaístas diversos, que, ao utilizarem o gênero, começariam a rever quais seriam os mecanismos mais apropriados à reformulação da crítica, que fosse capaz de continuar respirando dentro de limites estabelecidos pelo sintoma geral de esgotamento das vias convencionais da política e da cultura, pelo esgotamento dos grandes modelos interpretativos, pela crise geral da ontologia. A professora Eneida de Souza fornece um resumo do cenário:

“Éramos espectadores da ressaca pós-estruturalista, causada pelo fim do culto à personalidade e pelo balanço dos tempos eufóricos do estruturalismo.

Inexistia, portanto, um clima de imposição ideológica ou de exclusividade no emprego de métodos ou de teorias. A aceitação de facções heterogêneas do pensamento e de caminhos abertos para a captação da multiplicidade do fenômeno literário delineavam o perfil teórico dessa época. Diante de tal situação, minha atitude intelectual mostrava-se receptiva e igualmente assustada, na tentativa de conviver com soluções provisórias e com a carência de certezas”³³.

Carência de certezas, soluções provisórias, excesso de teorias e a proliferação de análises herméticas são alguns dos componentes que sustentavam a emergência de linhas de fuga, que equilibravam pontos de vista e visões de mundo; contudo, todo este arsenal atirava em inimigos invisíveis, já que os alvos se deslocavam sem aviso prévio. Dentro desta complexa rede se elaboram as primeiras tentativas de se enfrentar o *destempero* e os *excessos* produzidos pela potencialização do regime de inserções advindas do remodelamento da identidade nacional. Ou seja, para se compreender, minimamente, como funcionam os novos mecanismos de reconhecimento da Nação, será preciso levar em conta os componentes que se aglutinam, e fecham o foco, sobre as questões da ascensão do ensaio, do

periodismo cultural e das culturas híbridas. Neste sentido, devo enfatizar que venho procurando retomar a equação anterior, quando se pensava a cultura como raça e, em outro plano, a cultura como diversidade. Neste outro extremo, a equação se desloca: Nação + cultura = hibridismo.

O texto híbrido, que ampliará a nossa compreensão do espaço da nacionalidade e da identidade nacional, corresponde às tentativas de se abandonar o modelo da diversidade ou da transculturação, em voga até os anos setenta. Contudo, é necessário esclarecer que o termo “transculturação” tinha sido formulado (por volta dos anos quarenta) para refinar o sentido demasiado genérico do termo “aculturação”. Ángel Rama esclarece que:

“A antropologia latino-americana questionou o termo ‘aculturação’, mas não as transformações que designa, buscando refinar seu significado. Em 1940, o cubano Fernando Ortiz propôs substituí-lo pelo termo ‘transculturação’, aumentando a importância do processo que designa aquilo que Ortiz disse que era ‘fundamental e elementarmente indispensável para se compreender a história de Cuba e, por análogas razões, a da América em geral’. Fernando Ortiz raciocinou do seguinte modo: ‘entendemos que o vocábulo *transculturação* expressa melhor as diferentes fases do processo transitivo de uma cultura a outra, porque este não consiste somente em adquirir uma cultura, que é o que, a rigor, indica a voz anglo-americana *aculturação*, mas que o processo implica também necessariamente a perda ou desaparecimento de uma cultura precedente, o que pode se considerar uma desculturação parcial, e, além disso, significa a conseqüente criação de novos fenômenos culturais que possam denominar-se *neoculturação*’.”³⁴

Ou seja, o termo transculturação significa *desculturação* e *neoculturação*. Para se avaliar melhor esta condição é preciso admitir que,

até o século XIX, os intelectuais latino-americanos aceitaram o paradigma da exclusão na medida em que adotavam a premissa da aculturação sem questioná-la. A oposição básica, aceita até então, evidenciava a “pureza” dos colonizadores contra a miscigenação colonial. Contudo, gradativamente, foi-se tornando claro que, desde o início da colonização, a “pureza” das raças européias não passava de mais um mito. Sendo assim, a distância que separava o centro e a periferia foi sendo reduzida, fornecendo manancial crítico para se entender os processos migratórios, não mais como meras decorrências mecânicas da história, mas, ao contrário, acentuava-se a complexidade da teia da transculturação. Se a diferença básica se pautava em um mito racial, o papel da cultura encontrava na literatura romântica o transporte mais seguro e, simultaneamente, a maneira mais eficaz de se preencher o intervalo que separava os territórios dos colonizadores e dos colonizados. Porém, se a transculturação se nega a ser aculturação, o postulado primeiro do hibridismo não é excludente. Desse modo, ao híbrido é assegurado o direito de ser aculturação, ao mesmo tempo em que é também transculturação, ao mesmo tempo em que é pós-colonial. As discussões em torno das formulações híbridas, capazes de responder de maneira mais complexa ainda aos desdobramentos políticos (o neoliberalismo), históricos (a queda do muro de Berlim) e econômicos (a globalização) das últimas décadas do século XX, surgem em decorrência dos “estudos da transculturação”, que, em última instância, estavam preocupados em pensar os problemas do “terceiro mundo” (designado assim à época) à luz das particularidades decorrentes dos processos de colonização, revisando, criticando e, muitas vezes, deixando de lado as generalizações realizadas a partir de uma visão antropológica eurocêntrica.

Retornando ao caso do *Folhetim*, é preciso acentuar que o principal exemplo de texto híbrido que circulou no suplemento é, inicialmente, um fenômeno de difícil apreensão. Os textos de Silviano Santiago publicados no *Folhetim* cobrem (com exceção do ano de 1985) toda a década de

oitenta. À época, em 1979, o autor era um entusiasta defensor de uma hierarquização dos textos: textos para jornal e o ensaio acadêmico deveriam ocupar espaços distintos, pelo menos era essa a idéia básica. Nestes textos³⁵, assinados por Silviano Santiago, percebe-se a inquietante oscilação entre o ensaio e reportagem e entre o depoimento e a ficção. Em “As ondas do cotidiano” (1981), o autor apresenta um texto-chave para se entender a luta pela dissolução dos grandes modelos de interpretação da história. Teoria da história e teoria literária se unem para explicitar a dinâmica de um cotidiano caótico, que não obedece a nenhuma racionalidade. Porém, o abandono da história tradicional era feito com parcimônia; mesmo se utilizando de referenciais tais como Michel Foucault, Jacques Derrida e Gilles Deleuze, o texto, talvez entendendo a necessidade de não radicalizar os termos do debate naquele momento delicado da abertura democrática, joga com a necessidade de se abandonarem alguns paradigmas da cultura nacional.

Vejamos como o discurso híbrido atinge a principal base dos discursos sobre a diversidade cultural. Neste caso, é importante notar que a principal crítica se dirige ao papel desempenhado pelo intelectual na sociedade brasileira. Segundo o texto, devem-se deixar de lado os discursos que transformam, como detecta Foucault, o intelectual em um ditador das palavras alheias. Notemos como esta crítica se desdobra no cenário nacional.

“Existe, portanto, uma forma de crise específica, a nível do cotidiano, que é gerada pela mão discriminatória e intolerante do poder totalitário, poder este que tem sido legitimado pelo próprio exercício intelectual dentro das sociedades modernas. Essa crise, porque não chega a ter voz junto às instâncias auto-suficientes do poder, não era falada, ou era falada de maneira equivocada e injusta. Essa crise de que estamos falando, despertada pela experiência do

homem no seu cotidiano pode passar pelo encarceramento do lucro e pelo silêncio do prisioneiro, seres que são ‘falados’, respectivamente pela psiquiatria e pelo direito, mas sempre desprovidos de fala própria quando se chega às suas mínimas aspirações de vida, ou aos seus mínimos desejos cotidianos. A crise está na própria condição do índio nas nossas Américas; é ele relegado à sua reserva, gozando de privilégios e não dos direitos a que tem (...). Essa crise passa pelo coração do negro que, percorrendo ruas e casas, fábricas e escritórios, salões e clubes, sofre na pele os preconceitos sociais ou econômicos, preconceitos estes que o levam a exprimir-se em convivência com a instância autoritária do poder branco (...). [A crise do cotidiano] passa pelo homem ou mulher que, ao fazer uma opção sexual do seu agrado e que foge aos desígnios do ‘natural’ e da procriação vê as muralhas da intolerância levantarem-se contra o seu comportamento (...).³⁶

A diferenciação entre a discursividade advinda dos defensores da diversidade cultural e daqueles que preferem pensar a cultura em termos de uma teoria híbrida está longe de se oferecer ao leitor como definitiva. Dois exemplos recentes mostram bem a dificuldade que se enfrenta quando se tem necessidade de marcar os limites de cada “modelo”. Nestor García Canclini, por exemplo, pensa em um modelo que seja capaz de decifrar os movimentos da cultura pós-moderna, mas que não leva em consideração nenhuma distinção clara entre as duas perspectivas. Para o autor, as mesclas culturais da sociedade pós-moderna corroboram tanto a teoria sobre a diversidade, quanto a perspectiva do hibridismo cultural.³⁷

“A perspectiva pluralista, que aceita a fragmentação e as combinações múltiplas entre tradição, modernidade e pós-modernidade, é indispensável para considerar a conjuntura latino-americana de fim de século. Assim se comprova, com o balanço ensaiado neste livro, de como se desenvolveram em nosso continente

os quatro traços ou movimentos definidores da modernidade: emancipação, expansão, renovação e democratização. Todos se manifestaram na América Latina. O problema não reside em que não tenhamos modernizado, mas na maneira contraditória e desigual com que esses componentes vêm-se articulando”.³⁸

Se, como vimos, Canclini não faz uma distinção clara sobre as duas posturas teóricas que começaram a se diferenciar durante a década de oitenta, o exemplo de Homi Bhabha é completamente distinto, já que o autor sustenta, justamente neste ponto, a sua análise sobre os desdobramentos do papel da cultura na cena atual.

“Essa revisão da história da teoria crítica apóia-se, como eu disse, na noção de diferença cultural, não de diversidade cultural. A diversidade cultural é um objeto epistemológico — a cultura como objeto do conhecimento empírico — enquanto a diferença cultural é o processo da *enunciação* da cultura como ‘conhecível’, legítimo, adequado à construção de sistemas de identificação cultural. Se a diversidade é uma categoria da ética, estética ou etnologia comparativas, a diferença cultural é um processo de significação através do qual afirmações *da* cultura ou *sobre* a cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade. A diversidade cultural é o reconhecimento de conteúdos e costumes culturais pré-dados; mantida em um enquadramento temporal relativista, ela dá origem a noções liberais de multiculturalismo, de intercâmbio cultural ou da cultura da humanidade. A diversidade cultural é também a representação de uma retórica radical da separação de culturas totalizadas que existem intocadas pela intertextualidade de seus locais históricos, protegidas na utopia de uma memória mítica de uma identidade coletiva única. A diversidade cultural pode inclusive emergir como um sistema de articulação e

intercâmbio de signos culturais em certos relatos antropológicos do início do estruturalismo.

Por meio do conceito de diferença cultural quero chamar a atenção para o solo comum e o território perdido dos debates críticos contemporâneos. Isso porque todos eles reconhecem que o problema da interação cultural só emerge nas fronteiras significatórias das culturas, onde significados e valores são (mal) lidos ou signos são apropriados de maneira equivocada. A cultura só emerge como um problema, ou uma problemática, no ponto em que há uma perda de significado na contestação e articulação da vida cotidiana entre classes, gêneros, raças, nações. Todavia, a realidade do limite ou texto-limite da cultura é raramente teorizada fora das bem intencionadas polêmicas moralistas contra o preconceito e o estereótipo ou da asserção generalizadora do racismo individual ou institucional — isso descreve o efeito e não a estrutura do problema. A necessidade de pensar o limite da cultura como um problema da enunciação da diferença cultural é rejeitada. O conceito de diferença cultural concentra-se no problema da ambivalência da autoridade cultural: a tentativa de dominar em *nome* de uma supremacia cultural que é ela mesma produzida apenas no momento da diferenciação. E é a própria autoridade da cultura como conhecimento da verdade referencial que está em questão no conceito e no momento da *emunciação*”.³⁹

A principal divergência entre estas duas maneiras de se enfrentarem os constantes deslocamentos da problemática cultural parece residir na maneira pela qual os autores se relacionam com a teoria. Canclini se baseia na interpretação da cultura como um modelo, semelhante a um reflexo “natural” da sociedade. Neste caso, seria um processo que apreende um conjunto de sintomas do comportamento que emana da sociedade. Por outro lado, Bhabha parece se preocupar muito mais em elaborar os fundamentos de uma teoria geral que possa sistematizar, minimamente, a análise de um

pré e de um *pós* comportamento social, percebendo, com refinada complexidade, uma certa dose de “artificialidade” que parece nutrir os deslocamentos culturais. A postura de Bhabha está em consonância com a teoria da ambivalência cultural proposta por Zygmunt Bauman.⁴⁰ Para este autor, a cultura da nossa época evoca um sentimento muito mais ligado à ambivalência do que o da equivalência decorrentes das percepções dos defensores da mescla e da diversidade cultural.

ARTICULAÇÃO⁴¹

“Podemos, sem exagero, falar na ascensão de um novo irracionalismo no Brasil. Em todas as trincheiras e em todas as frentes, a razão está na defensiva”.⁴²

O perigo irracional anunciado na década de oitenta por Sérgio Paulo Rouanet atingia duas atitudes políticas distintas: por um lado, o nacionalismo de esquerda, que defendia, por exemplo, a reserva de mercado; de outro, destinava-se a uma fração dos intelectuais brasileiros, que adotavam atitudes semelhantes aos desígnios detalhados anteriormente pela professora Eneida Maria de Souza. Vale lembrar que as denúncias de Rouanet geravam polêmica nos meios intelectuais - divididos entre adeptos da modernidade (marxista de Jürgen Habermas) e os *irracionais afrancesados* que colocavam a razão na defensiva. Flutuando livremente, alheia ao debate, encontrava-se a política federal que governava o país através de decisões burocráticas. Ao que parece, o nacionalismo populista dos governantes calava o nacionalismo de esquerda, acatando a defesa da reserva de mercado no segmento da informática. Além disso, a reserva de mercado da informática agradava o exército e os empresários do setor. Por princípios diversos, a defesa da reserva de mercado unia intelectuais marxistas, empresários, exército e a oposição. O exemplo serve ainda para ilustrar a dificuldade de se apaziguarem as diferenças lançando mão de uma dicotomia que deveria funcionar como modelo capaz de refletir a homogeneidade da razão contra a irracionalidade.

O perfil da década de oitenta que nos chega via *Folhetim* reflete a necessidade e a dificuldade que a crítica cultural experimentava naquele momento, já que era preciso formular uma teoria que contrabalançasse a atitude do intelectual no interior da universidade e da política. Manteve-se, entretanto, a tradição do *contra* e do *a favor*, costume este que, ao invés de

ampliar as fronteiras do debate cultural, reduzia o debate à polaridade, não se percebendo que no interior de cada novo pólo conquistado geravam-se mais algumas dicotomias. A articulação entre posicionamentos políticos antagônicos e de pouca resolução contribuía para o reconhecimento de que as fronteiras vinham atingindo seus respectivos limiares, sendo borradas pelas sucessivas quedas: da cortina de ferro e do muro de Berlim. O *Folhetim*, através dos textos de responsabilidade de seus autores, que não necessariamente exprimiam a opinião da *Folha*, reconheceu desconfiado e perplexo as sucessivas derrocadas.⁴³

A palavra-chave pós-modernidade⁴⁴, por exemplo, esclarece como esta discussão foi equacionada pelo jornal. O melhor *ranking* alcançado pela palavra-chave pós-modernidade foi durante os anos de 1984 a 1986, refletindo que o período representou uma brecha pela qual o tema pôde se manifestar de forma mais clara. Ela aparece em décimo terceiro lugar neste período, enquanto a palavra-chave modernidade aparece em décimo. Tanto no período anterior (de 82 a 83), quanto no período posterior (de 87 a 89), a *pós-modernidade* não esteve entre as principais preocupações dos editores do suplemento. Ao contrário, percebe-se que houve um aumento nos textos que reforçariam a importância da modernidade. Assim, a *modernidade* assume um dos principais postos de referências nos três últimos anos do *Folhetim* (ela salta de décimo lugar para o sexto, enquanto se percebe o desaparecimento da *pós-modernidade* entre as trinta palavras-chave mais requisitadas). Por último, devo lembrar que a palavra-chave pós-modernidade, quando teve alguma evidência entre os anos de 84 e 86, era muito mais associada ao ideário de uma arquitetura pós-moderna do que às discussões sobre os desdobramentos culturais do termo, que foi, gradativamente, abandonado naquela altura.

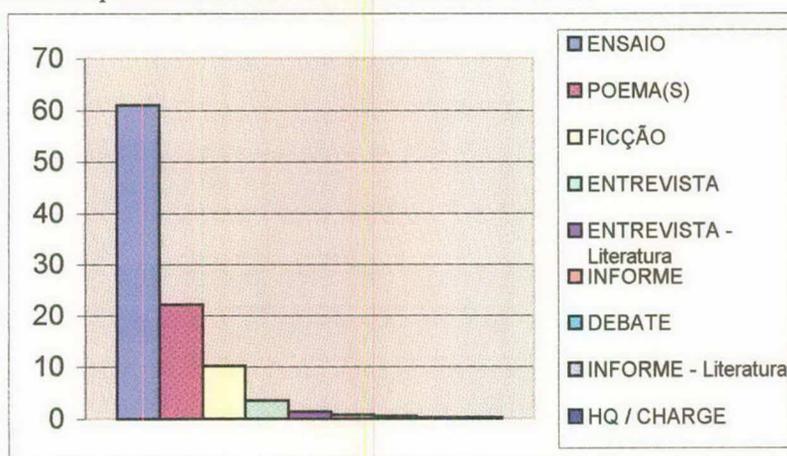
É interessante notar que o próprio desaparecimento do *Folhetim*, em 1989, está ligado ao fato de que o sonho havia sido interrompido e era necessário se articular melhor à indústria cultural (indústria do livro e do

divertimento), pois, se a primeira fase do *Folhetim* foi, declaradamente, um *show* de consagração à televisão, o *Letras*⁴⁵ retomou de forma muito mais sofisticada as relações com a indústria do livro, do cinema e da música. O *Folhetim* seria sacrificado em nome de uma nova ordem. Esta nova ordem redefiniria o papel do suplemento cultural da *Folha*, que, deste ponto em diante, refletiria a desordem do próprio mercado, adotando mais nitidamente uma postura de apresentação e venda de produtos em detrimento de reflexões. O *Letras*, e mais tarde, em 1992, o *Mais!*, agregaram-se ao jornal de forma *anatômica*⁴⁶, perdendo, de certo modo, a marca de suplemento autônomo. Esta adequação visual e teórica responde de forma menos chocante aos interesses desta “nova” ordem, que parecia querer, a todo custo, superar a “década perdida”.

Na segunda parte deste trabalho, procurarei, a partir do arquivo *Folhetim*, acentuar como as diferentes maneiras de se pensar a questão do hibridismo se manifestaram, sobretudo nos textos relacionados às diferentes teorias direcionadas ao exame da literatura.

¹ Para se ter um breve significado do que isto representava, este período marca o ressurgimento do debate sobre a distância que separa o jornalismo (entendido como uma versão do genérico) e do professor (visto como um especialista na matéria). Contudo, há uma diferença entre o jornalismo da terceira fase e a prática engajada das fases anteriores, pois, nesta época, o que entra em voga é a discussão em torno do jornalismo cultural. Ou seja, os jornalistas começam a se especializar em áreas específicas (principalmente em assuntos literários) e, assim, passam a rivalizar com os acadêmicos e, de certa forma, começam a exigir alguns graus a menos de complexidade dos textos oriundos das universidades. Em outros termos e em menor grau (já que vários acadêmicos aderem ao texto “jornalístico”), este debate reproduzia uma nova versão do debate entre os acadêmicos e os críticos impressionistas.

² Abaixo, reproduzo um gráfico que permite a visualização de um índice com os oito tipos textos mais frequentes durante a terceira fase do *Folhetim*.



³ Caio Túlio Costa foi o editor durante o intervalo entre os números 276 e 309 (2 de maio de 1982 a 19 de dezembro de 1982). No número 298 foi criada a função de redator. Este novo cargo foi assumido por Mário Sérgio Conti. Matinas Suzuki Junior editou o *Folhetim* durante o intervalo entre os números 310 e 432 (de 26 de dezembro de 1982 a 28 de abril de 1985). Com a entrada do novo editor, o redator Mário Sérgio Conti foi substituído por Rodrigo Figueira Naves. No número 367, Matinas Suzuki Júnior transforma-se em coordenador, quando deixa de lhe ser creditada a função de editor. No mesmo número, Rodrigo Figueira Naves é substituído por João Moura Júnior, o novo redator. Depois do número 370, desaparecem os créditos aos coordenadores, redatores e editores. Deste ponto em diante, o *Folhetim* não publicaria mais a ficha catalográfica. Marília Pacheco Fiorillo foi editora durante o intervalo entre os números 432 e 470 (de maio de 1985 a 9 de fevereiro de 1986). Do número 471 ao 636 (de 9 de fevereiro de 1986 a 25 de março de 1989), o cargo de editor não é mais informado ao leitor. A função passa a ter importância interna, definida pela hierarquia do jornal. A partir do número 507 (de 26 de outubro de 1986), o *Folhetim* abandonou o uso das cores e passou a circular monocromático.

⁴ Depois da década de oitenta se tornará comum perceber alguns destes efeitos no cotidiano, como por exemplo, o reconhecimento, por parte de alguns educadores, de que a aprendizagem das crianças se dá de maneira extremamente “fragmentada”. O que a década de oitenta parece consolidar se localiza no campo das idéias. Aparentemente o conhecimento continua a ser fornecido na antiga chave da experiência acumulativa, entretanto, a leitura do periódico como um todo contínuo e perene traduz uma experiência que corrobora a noção de que a perda de referenciais modifica em muito o processo de

acumulação de conhecimento. Dai em diante se torna complexo falar de unidade ou de totalidade, tendo-se em vista a maneira difusa pelas quais as mudanças econômicas e tecnológicas passam a interferir em todos os processos sociais.

⁵ Eneida Maria de Souza, in: “Tempo de pós crítica”, p. 11 e 42.

⁶ Idem. Ibidem, p.30.

⁷ Julio Ramos, in: *Desencuentros de la modernidad en América Latina*, pp.123-24. Minha tradução.

⁸ Idem. Ibidem, p.122.

⁹ Theodor W. Adorno, “O ensaio como forma”, in: *Theodor W. Adorno*, p.170.

¹⁰ Luz Rodríguez, *El sueño de la razón*, pp. 20-1. Minha tradução.

¹¹ Montaigne e Nietzsche haviam desafiado as estruturas tidas como atemporais e sustentadas pela lógica cartesiana das unidades simétricas. Cada um a seu modo lançou mão do ensaio para dar conta da emergência da modernidade e das sucessivas inovações tecnológicas que transformavam cenas cotidianas simples em extremidades tão antagônicas que, potencializando suas metáforas, subvertiam os paradoxos em ficções. Embora de maneiras distintas, os *Ensaio* e o *Zaratustra* exprimem toda uma simbologia que incluía as periferias. Em suas épocas, a inclusão do Oriente no horizonte das preocupações serve como fio condutor para se demonstrar a caducidade dos valores universais, que os valores da modernidade impunham. Hoje, Montaigne pode ser chamado de filósofo, mas este título, outrora mais glamouroso, foi-lhe negado em sua época. Seus escritos desafiavam a unicidade e a homogeneidade da filosofia medieval e, mais tarde, o advento do iluminismo não renovaria as esperanças da forma ensaio, nem tampouco reconsideraria a posição do pensamento de Montaigne dentro da lógica das Luzes; pelo contrário, seu pensamento seria condenado ao esquecimento (do mesmo modo que o triunfo do pensamento sistemático e legislativo dos filósofos positivistas do século XIX e XX, resultante de uma variante do iluminismo, condenaria também Nietzsche).

¹² Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Paulo Prado, Euclides da Cunha, Caio Prado Júnior, Antonio Candido são casos exemplares da consolidação do ensaísmo no Brasil.

¹³ Silvano Santiago, “As ondas do cotidiano”, *Folhetim*, n. 237, 2 de agosto de 1981, p.5.

¹⁴ Zygmunt Bauman, in: *O mal-estar da pós-modernidade*, p.160. Bauman conseguiu rearmar a cena da pós- modernidade nos mostrando que o antigo segundo mundo, definido assim pela geografia vitoriosa, no qual estava inserida a Polônia, não diferia substancialmente da exclusão a que o terceiro mundo continua relegado. O segundo mundo não estava mais perto do primeiro, mas era um inimigo que, com o fim da Guerra Fria, se transformava aos poucos em mais um *outro*, nada distante nem muito diferente do *outro* sul-americano. A transformação de um inimigo em mais um *outro* potencializou a quantidade e a funcionalidade dos *alter-egos*; assim, em uma das faces mais sombrias da pós-modernidade criou-se a necessidade de multiplicação dos depósitos de detritos no qual se transformou o *outro*. O *outro*, portanto, não é amigo e não é inimigo, é uma exterioridade que deve arcar, no melhor dos casos, com o ônus e os excessos de um mercado desregulado por princípio.

¹⁵ Theodor W. Adorno, “O ensaio como forma”, *Op.cit.*, p.167.

¹⁶ Ilan Stavans, “The hispanic condition, art and ange”, 1997, p. 26.

¹⁷ Sergio Cueto, “Fragmentos sobre la entonación ensayística”, 1988, p.18. Minha tradução.

¹⁸ Idem. Ibidem, p.18.

¹⁹ Os dois termos devem ser retomados mais adiante quando se formulará uma equação entre dois agregados ao hibridismo.

²⁰ Eneida de Souza, in: “Tempo de pós crítica”, p. 42 e 11.

²¹ Para mim, a noção de suplemento deve passar por duas importantes leituras: a de Valéry e a de Derrida. Em seus *Ensaio quase políticos* [in: “La conquête allemande” e “Une Conquête méthodique”, e *Oeuvres* (textos que fazem parte dos *Essais*, que se encontram na seção Variedades III das *Obras Completas*) V. I, p.971-987], Paul Valéry começou, em 1896, a escrever sobre os possíveis desdobramentos que uma guerra poderia provocar no espírito europeu, se adiantando na formulação de um dramático panorama da cena europeia que geraria pavor e destruição às nações envolvidas no combate. O autor de *Cemitério marinho* estava especialmente preocupado com o surgimento e o fortalecimento do espírito alemão. A *ameaça alemã* conjugava vários vetores, cujos resultados — ao contrário do que se supõe — eram previsíveis. Dois desses vetores chamaram especial atenção de Valéry: o comércio e a estratégia de guerra. Em um mundo acostumado aos rigores do verso metrificado e sistemático, acostumado, portanto, com a disciplina e a equação gramatical, Valéry espia o *Lance de dados* (1897), mas não perdia de vista as implicações culturais que uma guerra profundamente estruturada na disciplina poderia significar para o europeu. No início do século, duas idéias assombravam o espírito europeu: o excesso de ordem e a iminente desordem. Pela primeira vez, segundo o autor, a guerra total estava pronta para ser deflagrada e seus atores não perdiam por esperar. A Alemanha preparava a guerra total equacionando táticas consagradas aos igualmente vitoriosos preceitos comerciais. O exército alemão mantinha um rigoroso organograma de combate que previa a manutenção desde os gêneros alimentícios até o transporte das tropas: uma espantosa organização de combate e de comércio estava em vias de ser implantada na Europa.

Diante deste cenário — no qual até os cétricos se encontravam perdidos (pois os profetas passavam a possuir o mesmo valor que os poetas e historiadores), o valor da experiência vivida começava a ser questionado pelo princípio da *tábula rasa* — duas reflexões complementares norteavam o autor dos *Ensaio quase políticos*: o que poderia continuar a significar o *ser europeu* e o que o resto do mundo poderia esperar da Europa. O *ser europeu* era traduzido como um sujeito em busca de uma nova identidade e de respostas sobre sua própria condição de “europeu”. Valéry conclui que o *ser europeu* é um ser híbrido, definido por uma sorte de combinações e re-combinações entre as *cargas genéticas* advindas da herança cristã e de sua *moral*, do peso do *direito* romano e da disciplina do espírito da *arte* partilhada entre os gregos.

Em segundo lugar, encontra-se o imaginário de respostas possíveis sobre o que se deveria esperar da Europa, em franco processo de dilaceramento político, do caos econômico e da desagregação social. Valéry acena com a possibilidade de a Europa passar a funcionar como uma espécie de *reserva*: depósito cultural que transcenderia o valor positivo ou negativo das experiências ali depositadas. Esta passagem anotada por Valéry, de uma Europa original como um marco de experiências com valor referencial para uma Europa com valor suplementar e residual, obrigava o velho continente a buscar além-mar as experiências ainda não partilhadas. O autor percebia, portanto, a reversão do fluxo que a conquista e a civilização haviam imposto ao imaginário europeu. A fuga deste encastelamento seria praticada mais tarde pelas experiências das vanguardas, que, literalmente, incorporariam a periferia.

Contudo, interessa-me aqui aprofundar a leitura das ambigüidades que cercam a noção de suplemento, seja como reserva e dispensa, seja como depósito e complemento cultural. Vale salientar que, por maiores que sejam as respectivas diferenças entre Paul Valéry, Claude Lévi-Strauss, Roland Barthes, Jacques Derrida e Michel Foucault, eles compartilham, de forma explícita ou não, através de seus textos, de um relativo grau de proximidade quando se pensa nesta questão.

O caso da antropologia de Lévi-Strauss é o mais instigante, isto porque a disciplina antropológica parece nutrir-se, em grande parte, da preocupação europeia (da consciência

pesada) sobre os destinos das periferias do mundo. Desse modo, buscam-se significações complementares no suplemento.

“Poderíamos dizer, servindo-nos rigorosamente dessa palavra [suplemento] cuja significação escandalosa sempre se atenua em francês, que este movimento do jogo, permitido pela falta, pela ausência de centro ou de origem, é o movimento da suplementariedade. Não se pode determinar o centro e esgotar a totalização porque o signo que substitui o centro, que o supre, que ocupa o seu lugar na sua ausência, esse signo acrescenta-se, vem a mais, como suplemento. O movimento da significação acrescenta alguma coisa, o que faz que sempre haja mais, mas esta adição é flutuante porque vem substituir, suprir uma falta do lado do significado”. (“A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas”. In: *A escritura e a diferença*, p. 245).

Obedecendo a esta *lógica*, o suplemento será o lugar da superabundância de significações que serve, ao mesmo tempo, como um lugar dotado de ausência de significação. A idéia da América como um continente constituído por elementos utópicos que variam entre o paraíso e o inferno reforçaria o reconhecimento do espaço americano como um suplemento do continente europeu. Todavia, Valéry parece forçar a troca de papéis, fornecendo significação suplementar à Europa, criando, assim, uma reserva espiritual e cultural (enquanto a América Latina seria a reserva *natural*), mas, mais drasticamente, desejo ressaltar que o autor criava uma reserva de racionalidade (embora enxergasse os perigos do excesso de ordem, embutidos na ameaça alemã) que excluía, em princípio, os modelos periféricos. Com isso, não pretendo reforçar a hipótese de que Valéry estivesse de fato gestando mais um modelo de interpretação excludente; entretanto, deve-se notar que a instrumentalização de sistemas que evidenciam as diferenças de poder racional entre os povos tropicais e os europeus se utilizam, em grande escala, desta mesma lógica. Extremando esta perspectiva, pode-se incluir nesta proposição que os *Essais* de Valéry diagnosticavam a exclusão dos europeus da Europa, ou seja, depois dos acontecimentos que viriam, não se poderia, de maneira nenhuma, imaginar um continente homogêneo. O *cap* está sem cabeça e a cabeça do mundo, agora perdida, não responde mais pelo conjunto. Como Valéry bem descreve, este sujeito não pode nem sequer falar por si, doravante ele necessitará do *outro* (da barbárie, da irracionalidade e da idiotia do *outro*) para também poder se definir. É espantosa a contemporaneidade de seu texto.

Cem anos depois, Derrida (in: *L'autre cap*) escreve sobre a mesma angústia e insatisfação do *ser* europeu, do vazio e da ausência de significação que a idéia comporta. Evidentemente, Derrida também nos fala de um porvir, como havia feito Valéry, mas, ao que parece, a nossa época insiste em ser mais caprichosa, pois a caducidade do modelo atual não permite que se vislumbre com a mesma clareza de idéias e de exposição (semelhante àquela experimentada por Valéry) para onde este porvir nos leva. Percebe-se, e a própria condição de Derrida de ser e não ser um europeu revela isso, que a condição de suplemento cultural do continente europeu vem se resumindo, ao longo do século XX, às paisagens fotografadas e aos passeios realizados pelos turistas.

“A Europa não é somente um *cap* geográfico que sempre se prestou à representação de um *cap* espiritual, ora como um projeto, tarefa ou idéia infinita, quer dizer universal: memória de si que se agrupa e se acumula, se capitaliza em si e para si. Ora, a Europa também confundiu sua imagem, sua face e seu lugar mesmo, seu ter lugar, com aquele de uma ponta avançada, digamos, de um falo, se vocês quiserem, então, ainda de um *cap* para a civilização mundial ou a cultura humana em geral.”(Jacques Derrida. In: *L'autre cap*, pp.28-29.)

A metáfora do *cap* utilizada por Valéry é potencializada, neste caso, por Derrida, traduzindo uma gama de complexidade inesgotável: *cap* significa capital que expressa uma liderança geográfica; capitão e líder: cabeça e também a figura de proa de uma embarcação; *cap* também significa a parte superior da página impressa, o título e o cabeçalho; ou ainda, *cap* de capilaridade, de uma extremidade da cabeça e, conseqüentemente, o limite do poder.

Mesmo a significação mais lateral interessa, isto é, as acepções produzem desdobramentos que nos levam a pensar na idéia de supremacia e de superioridade. Há uma escala hierárquica em jogo, ao mesmo tempo em que se produz a sensação e a necessidade de existência de uma tripulação para o barco, de uma cabeça para os fios capilares e, principalmente, de um texto como corpo do *cap*(título). As necessidades vão sendo preenchidas até o ponto no qual se percebe que a abundância não cabe mais no mesmo *cap* geográfico. A necessidade de se inventar mais territórios (“a América é uma invenção do espírito europeu”, escreve Valéry), ampliando a geografia da conquista e da destruição, se deve ao espírito europeu. No plano da narrativa aplicou-se estratégia semelhante à da guerra, da conquista e da destruição. Conquistaram-se novos territórios também para o texto, do mesmo modo que se destruía a referencialidade do *cap*(título) e, conseqüentemente, o tratado não poderia manter-se como modelo permanente nos novos territórios (Deste ponto em diante se torna mais clara a necessidade de se pensar fora da disciplina dos tratados, explicando, assim, uma parte da nossa necessidade de se ensaiar o nacional).

No mesmo sentido, assimilavam-se novas formas de proteção da natureza e a antropologia se fez guardiã dos povos ingênuos, anotando costumes e rituais de todas as ordens. É assim que a América (re) surge: sob o signo da adição, da reserva e dos significados suplementares.

Desta forma, um dos aspectos mais complexos do espaço suplementar reside, mesmo a contragosto, em seu potencial de metamorfose. Neste lugar, o do suplemento, desfilam todos os gêneros possíveis de serem experimentados; todavia, as regras destas aparições não são claras e os gêneros se disfarçam em outros ou, se quisermos, um gênero permite que seja lido como um outro; como um quadro dentro de um quadro. Ao mesmo tempo e de forma transitória, o suplemento é o *cap* sem cabeça, ou seja, sua cabeça é intercambiável e, dependendo da perspectiva em que a olhamos, ela muda novamente. O movimento de mutação e de constantes trocas deste corpo sem cabeça (ou, com várias cabeças) funciona por ilusionismo: os suplementos são ficções que vivem sucessivamente dentro de outras ficções. Eles são o todo (a Europa) e são o nada (a América, no momento de Valéry; no instante de Derrida, trata-se da América Latina, da África e de parte do Oriente).

“Embora Lévi-Strauss não se sirva da palavra suplementar acentuando, como aqui faço, as duas direções de sentido que nela se encontram estranhamente reunidas, não é por acaso que se serve por duas vezes dessa palavra na *Introduction à l'oeuvre de Mauss*, no momento em que fala da ‘superabundância de significante em relação aos significados nos quais se pode colocar’: no seu esforço para compreender o mundo, o homem dispõe portanto sempre de um excesso de significação (que reparte entre as coisas de acordo com leis do pensamento simbólico que cabe aos etnólogos e aos lingüistas estudar). Esta distribuição de uma razão suplementar - se assim nos podemos exprimir - é absolutamente necessária para que no total, o significante disponível e o significado capturado permaneçam entre si na relação de complementariedade que é a própria condição do pensamento simbólico.” (Poder-se-ia sem dúvida mostrar que esta razão suplementar de significação é a origem da própria ratio). (...) A palavra [suplemento] reaparece um pouco mais adiante depois de Lévi-Strauss ter falado desse ‘significante flutuante, que é a servidão de todo o pensamento finito’ (...) ‘Neste sistema de símbolos que constitui toda a cosmologia,

seria simplesmente um valor simbólico zero, isto é, um signo marcando a necessidade de um conteúdo simbólico *suplementar* [é Derrida quem sublinha] aquele que carrega já o significado, mas podendo ser um valor qualquer com a condição de fazer parte ainda da reserva disponível e de não ser, como dizem os fonólogos, um termo de grupo.' (...)" (Jacques Derrida. "A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas", pp. 245-6).

A superabundância do significante, o seu caráter suplementar, resulta portanto de uma finitude, isto é, de uma falta que deve ser suprida. Compreende-se então por que razão o conceito de jogo é importante em Lévi-Strauss. As referências a todas as espécies de jogos, em especial à roleta, são muito freqüentes, principalmente nas *Entretiens, Race et Histoire, La Pensée sauvage*. Ora, esta referência ao jogo é sempre tomada numa tensão. Tensão com a história, em primeiro lugar. ("A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas", p. 245-6)

Deste modo, a noção de suplemento reforça os princípios de uma análise que reconhece a primazia dos jogos, mantendo em extrema proximidade e tensão os campos associados entre a linguagem, o comércio e a guerra. Diante deste espaço no qual os jogos de guerra, do comércio e da linguagem interagem, somente o acaso infiltra alguma possibilidade de desordem. A guerra racional e sincrônica planejada pelos alemães, desde o início do século, expurgava qualquer motivação subjetiva, preparavam-se estratégias desprovidas de paixões, expulsava-se, assim, o acaso do horizonte de preocupações. Não se percebeu, assinala Valéry, que o acaso se tornava o verdadeiro inimigo da racionalidade e da ordem. Coisa semelhante se aplica na análise dos usos da linguagem quando não se percebe a necessidade de incorporar o acaso no seu processo de conquista e aculturação. Lévi-Strauss talvez relacione as significações suplementares como formas de se administrar as possíveis desordens do outro, quando não se sabe muito bem como se deve agir diante de novas situações, de novos rituais, de novas conquistas. É através de um jogo de linguagem que Valéry expressa a maneira pela qual se dão as relações entre esses campos associativos (do comércio, da guerra e da linguagem): "a Europa só avança pelos extremos, embora apenas subsista pelos meios". (*Oeuvres Completes*. V. I, p.1005).

A noção de texto clássico de Barthes também se associa ao complexo suplementar respondendo, desta vez, pela incapacidade de se escrever sobre a totalidade. O texto clássico parece aceitar sua condição *real* de ser incapaz de falar por toda a Europa, ele não pode responder por toda a riqueza, nem tampouco arcar com a responsabilidade de expressar a totalidade ignóbil da guerra. Está implícita no texto clássico a reserva e a exatidão de poder continuar a suplementar sentidos:

"(...) o texto clássico é pensativo: pleno de sentido (...), parece manter sempre em reserva um último sentido, que não expressa, mas de que ocupa o lugar livre e significante: esse grau zero do sentido (que não é a sua anulação, mas ao contrário, o seu reconhecimento), esse sentido suplementar, inesperado, que é a marca teatral do implícito, é a pensatividade: a pensatividade (dos rostos, dos textos) é o significante do inexprimível, não do inexpresso. Pois se o texto clássico não tem nada mais a dizer do que diz, pelo menos faz questão de "dar a entender" que não diz tudo; esta alusão é codificada pela pensatividade, que é signo de si própria: como se, tendo preenchido o texto, mas temendo obsessivamente que não esteja *incontestavelmente* preenchido, o discurso quisesse suplementá-lo com o *et caetera* da plenitude. Assim como a pensatividade de um rosto mostra que a mente está plena de linguagem retida, também assim o texto (clássico) inscreve em seu sistema de signos a assinatura de sua plenitude: como o rosto, o texto torna-se *expressivo* (significa sua expressividade), dotado de uma interioridade cuja suposta profundidade supre a parcimônia de seu plural. *Em que pensa?*

É a pergunta que temos vontade de fazer ao texto clássico, estimulados por seu convite discreto; mas mais tortuoso do que todos aqueles que acreditam livrar-se

da pergunta respondendo: em nada, o texto clássico não responde, e dá ao sentido seu último encerramento: a suspensão” (Roland Barthes. In: *S/Z*, pp. 232-33).

O movimento realizado pela noção de funcionamento da idéia do suplemento permite que reconheçamos um caminho e uma estratégia que estão sempre sendo refeitos em busca de recuperar parte da matéria em suspensão, ao mesmo tempo em que revela tanto a busca das origens, quanto uma ontologia da razão. Indiscriminadamente, como veremos a seguir, o suplemento se alimenta da forma ensaio e se sustenta, como foi visto, por uma sorte de tensões, ou seja, o suplemento busca a racionalidade pelo caminho mais difícil: o da desrazão e da irracionalidade, e passa a residir, embora de forma nômade, nos jogos sem fronteiras do ensaísmo emergente, distante da percepção germânica. Sendo assim, a emancipação que legitimaria o reconhecimento de uma formação discursiva em busca da *ratio* esbarraria no mesmo problema, pois um suplemento sempre está em vias de formular ou forjar uma origem e uma razão de ser.

Visto que é membro indissociável das cidades, o periódico do século XX foi revitalizado, simultaneamente, com as reformas urbanas das metrópoles européias e americanas na virada do século XIX. Os rituais de passagem fazem parte das características urbanas e o periódico é componente deste cotidiano de *news*, de mudanças radicais e de tentativas de se preservar o antigo do novo. A reserva de significação do periódico reside na tensão urbana da manutenção e da mudança. O periódico se aloja no espaço urbano e paga o preço deste depósito que lhe é reservado. Necessariamente, o periódico precisa fornecer *razão* suplementar com a função de reorganizar, de modelar, de encenar, enfim, de manter o círculo vicioso que nutre as re-significações que a cidade deseja e exige. O periodismo reorganiza o espaço urbano criando um modelo suplementar de representação da cidade que se confunde com o próprio hibridismo. Ou seja, os periódicos engendram este hibridismo quando permitem, como resultado final da publicação, uma diversidade de assuntos e de temas. Os suplementos parecem se mesclar ao emaranhado urbano que não revela, no caso da cidade, a dependência do campo. Por seu turno, o suplemento também esconde sua heranças e raízes que são, aos poucos, aprofundadas até não mais se reconhecer qualquer vínculo original. Esta noção suplementar que a cidade exige do periódico transforma em *tábula rasa* a experiência ontológica, reforça o perspectivismo e, conseqüentemente, admite o relativismo como padrão do *novo*.

²² Para Eric Alliez, "explicar não é explicitar a interioridade de nosso mundo pelas causas finais (Aristóteles, Leibniz), é reproduzir a exterioridade do mundo real por leis cujo arbítrio provoca a alienação do homem e a estranheza do mundo: é reconstruí-lo por experiências que acabam por des-figurar a ciência humana testemunhando sua invencível separação em relação às condições da criação divina". "Introdução à filosofia (II): arqueológicas da ficção (entre Aristóteles e Descartes)", in: *Revista 34 Letras*, n. 5/6, 1989, p. 128.

Portanto, a carga racional da explicação evidencia a contraposição com a experiência irracional (ficcional) da explicitação que, via Borges, parece nutrir a vertente ensaística. Deste modo, Alliez parece indicar para onde a crença na explicação (matéria básica da positividade do tratado) nos levou, através da verdade científica.

²³ Michel Foucault, *História da sexualidade II – O uso dos prazeres*, p.13.

²⁴ Sergio Cueto, "Fragmentos sobre la entonacion ensayística", *Op.cit.*, p.17. Minha tradução.

²⁵ John Rajchman, in: *Foucault: a liberdade da filosofia*, p. 42.

²⁶ Eneida Maria de Souza, in: *Memorial*, *Op.cit.*, p.2.

²⁷ Vocábulo extraído e adaptado do *Dicionário Aurélio* eletrônico.

²⁸ Vale ressaltar, contudo, que esta relação entre o discurso científico e os estudos culturais não tem a pretensão de sugerir uma relação simétrica no que tange aos seus

efeitos. Ao apresentar a relação, pretendo evidenciar que a transposição pode acarretar prejuízos e riscos ainda não calculados à área dos estudos culturais, embora se tenha consciência de se tratar de um desdobramento irreversível.

²⁹ Nota de tradução de Paulo César Souza, in: *Genealogia da Moral*, de Friedrich Nietzsche, p.194.

³⁰ Friedrich Nietzsche, *Genealogia da moral*, p. 126.

³¹ “No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva — evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e conseqüências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como ‘ciência’, ou ‘ideologia’, ou ‘teoria’, ou ‘domínio de objetividade’ ”. Michel Foucault, in: *Arqueologia do saber*, p.43.

³² Vejamos o caso da identidade das mulheres. A discussão esteve em voga no início da década de oitenta e circulou no *Folhetim* de diferentes formas ao longo de suas fases. A seguir, resumo um trabalho apresentado durante o IV Congresso “Fazendo Gênero” (maio de 2000, UFSC), que, sob o título de “Representações da mulher - A circulação do tema no *Folhetim* (1977-1989)”, procurava realçar alguns dos aspectos mais agudos desta discussão.

Existem duas maneiras distintas que marcam a inserção de temas relacionados à questão da mulher no *Folhetim* da *Folha de S.Paulo*. A primeira está associada ao romance reportagem e a segunda se vincula aos grupos que formaram, durante a década de setenta, a chamada Sociedade Civil. Mas, antes de apresentar alguns detalhes destas inserções preciso repassar algumas informações gerais.

Para dizer o mínimo, foi inusitado perceber que a primeira fonte das discussões sobre o papel da mulher na sociedade brasileira apareceria, nas páginas do *Folhetim*, associada ao *boom* do romance reportagem. Ou seja, foi através da denúncia e das investigações dos assassinatos de Cláudia Lessin Rodrigues e da garota Aracelli que se avolumaram o fluxo de textos sobre a violência praticada contra a mulher. Contudo, seria equivocado tomarmos estas iniciativas como evidências positivas da atuação do jornal; isto porque, não se deve esquecer que este tipo de defesa da mulher escondia pelo menos duas motivações distintas. Uma se refere às contingências históricas. Como se sabe, em 1977 e 1978 o país ainda não havia concluído o processo de transição democrática, fato que iria ocorrer somente no ano seguinte. Sendo assim, as insistentes críticas desferidas contra o sistema judiciário, principalmente por sua morosidade, funcionavam como um subterfúgio para se criticar toda a máquina burocrática e autoritária do Estado. Sendo um risco denunciar a repressão e a censura, a crítica ao judiciário servia como consolo. A outra motivação *desta defesa* da mulher aponta para um uso mercadológico do assunto. Em larga medida, os autores que haviam investigado estes e outros casos policiais (portanto, estavam cientes do apelo popular em jogo) se aproveitaram deste filão duas vezes: publicando seus respectivos romances-denúncias e depois os adaptando à televisão na década seguinte. Os exemplos de Aguinaldo Silva, José Louzeiro e Octávio Ribeiro ilustram bem o reaproveitamento do tema em sucessivas novelas e livros. Desse modo, muitas idéias presentes naqueles romances foram retomadas, se tornando uma fonte de inspiração a várias produções posteriores da Rede Globo.

O espaço da mulher dentro deste quebra-cabeça que alimentava a construção desta identidade cultural baseada na pluralidade se manifestava, entre 79 e 82, através da expressão de um leque de preocupações: a participação das mulheres nos movimentos sindicais e operários, os problemas da saúde e da meia-idade; os delitos mais comuns cometidos contra a mulher; o abandono e a prostituição entre as menores; a participação da mulher nas atividades culturais ligadas ao teatro e à televisão; o engajamento político e

partidário; o novo papel da mulher na década de oitenta; o recrudescimento do machismo e as agudas críticas ao marxismo e à psicanálise freudiana; a advertência sobre o papel submisso das mulheres indígenas; a questão do salário desigual; a discussão sobre os direitos civis e o tipo de liberdade que as mulheres buscavam; a mulher bóia-fria; o discurso feminista da década de setenta; os mecanismos de controle da natalidade, a maternidade e o casamento; a criação de entidades voltada à defesa da mulher; o exemplo de mulheres de sucesso e suas respectivas carreiras; os cuidados com o corpo e a beleza; a constatação do crescimento da participação das mulheres na vida social são algumas das frentes de atuação do suplemento. A diferença de atuação do jornal em relação à primeira fase é clara. Contudo, vale salientar que estas discussões coletivas foram, ao longo da década de oitenta, perdendo a força. O exame de alguns dados pode ser revelador. Enquanto a segunda fase do *Folhetim* havia publicado, em pouco mais de três anos, mais de sessenta textos relacionados diretamente com os temas da mulher e do feminismo, a terceira fase, entre 1982 e 1989 (portanto, em sete anos), publicaria oito ensaios, sendo quatro em 83, dois em 84 e dois em 85. A partir de meados de 85, a linha descendente praticamente se anula. Sendo assim, talvez seja possível especular que, no decorrer da década de oitenta, as discussões sobre a diversidade cultural brasileira, inclusive as questões que envolvem a mulher, se entrencharam no espaço universitário, transformando boa parte destas discussões em grupos e núcleos de estudos.

³³ Eneida Maria Souza, in: "Tempo de pós crítica", Op.cit., p. 31.

³⁴ Ángel Rama, in: *Transculturación narrativa em la América Latina*, p. 32. Bronislaw Malinowski aprovou (no Prólogo do Livro de Ortiz) o "novo" termo (transculturación) de forma entusiasta, embora, de acordo com Ralph Beals, nunca tenha usado em suas obras posteriores. Para Malinowski, o conceito de Ortiz significava o abandono das significações baseadas em aglomerações mecânicas de características gerais, rumando para a elaboração de um termo novo que atendia de forma complexa as necessidades históricas da América Latina. Apud. Ángel Rama, p. 33. Minha tradução.

³⁵ Eis a relação dos textos de Silviano Santiago publicados pelo *Folhetim*, com um breve resumo:

Uma década de onze anos. n. 156, 13 de janeiro de 1980, p.2.

O autor analisa o que a década de 70 representou para a literatura. Dentre os problemas que mais chamam sua atenção se encontra o dilema da literatura-reportagem (textos sintomáticos, como ele os chama). Carregados de reverberações sócio-políticas, estes textos estariam esvaziados do literário.

Reginaldo, querido. n. 168, 6 de abril de 1980, p.15. (Ficção).

A incerteza do sim. n. 226, 17 de maio de 1981, p.3.

O texto analisa a manifestação da escritura autobiográfica em "A escola das facas", última coleção de poemas de João Cabral de Melo Neto.

Entre Marx e Proust. n. 231, 21 de junho de 1981, p.3-5.

Analisando a trajetória poética, sociológica e histórica, o texto enfatiza o sucesso de público e a unanimidade da crítica em eleger a obra de Carlos Drummond de Andrade como a uma das mais significativa do modernismo.

As ondas do cotidiano. n. 237, 2 de agosto de 1981, p.5-6.

O texto questiona a idéia de um cotidiano ordenado e racional (idéia preservada pela história tradicional) e propõe uma leitura que acabe por restabelecer um movimento "caótico", capaz de fornecer meios para que haja reconhecimento de outras discursividades.

A cor da pele. n. 240, 23 de agosto de 1981, p.12.

O texto enfatiza que a poesia de Adão Ventura reavalia a condição social do negro.

Arrumar a casa, arrumar o país. n. 259, 3 de janeiro de 1982, p.3.

O depoimento "critica a mania brasileira de tentar resolver tudo através da burocracia". Para ilustrar esta opinião, o autor diz que a criação de um Ministério da Cultura "seria de pouca ajuda para uma cultura que se quer independente".

O teorema de Walnice e sua recíproca (I parte). n. 275, 25 de abril de 1982, p.6-7.

Dialogando com um texto de Walnice Nogueira Galvão ("Teresa Batista cansada de guerra", In: *Saco de gatos*. São Paulo: Duas Cidades, 1976), o texto (primeira parte) examina a posição e as alternativas do escritor diante do Estado, do mercado e do público.

O teorema de Walnice e sua recíproca (II parte). n. 276, 2 de maio de 1982, p.8-9.

Esta é a segunda parte de um texto que discute as relações dos escritores com o Estado, com o mercado e o público.

O teorema de Walnice Galvão e sua recíproca (III parte, conclusão). n. 277, 9 de maio de 1982, p.9.

Esta é a terceira e última parte do texto que discute as relações dos escritores com o Estado, com o mercado e o público.

Notas sobre um festival de cinema. n. 311, 2 de janeiro de 1983, p.3.

Segundo o depoimento, "só aparentemente é que os festivais foram criados para que se escolhessem os melhores - no fundo, como no Festival dos Três Continentes, o que vale é a rentabilidade futura".

Dois depoimentos sobre Jorge Luis Borges. n. 396, 19 de agosto de 1984, p.2. (Ficção).

O dentro do dentro do dentro. n. 400, 16 de setembro de 1984, p.12. (Poema).

Singular e anônimo. n. 407, 4 de novembro de 1984, p.8-9.

O texto analisa a poesia de Ana Cristina Cesar, destacando que o terreno no qual se alicerça sua produção é o da cumplicidade inimiga e das relações ambivalentes da ternura.

Por que e para que viaja o europeu. n. 413, 16 de dezembro de 1984, p.6-8.

O texto discute a relação de influência que existe entre colonizador e colonizado a partir da relação entre o novo mundo e o velho mundo, entre cópia e modelo. [Consta dedicatória: "Para o Renato."] [Consta epígrafe de Paul Valéry traduzida por Augusto de Campos.]

Enfim, um autor sem muito glamour. n. 467, 19 de janeiro de 1986, 6-7.

CALLADO, Antonio; SANTIAGO, Silviano; SOUZA, Márcio; SCHWARTZ, Jorge

O *Folhetim* recolhe quatro depoimentos que tratam da influência e da importância da obra de Juan Rulfo no Brasil e na América Latina.

Um lugar para propaganda e para a arte. n. 528, 20 de março de 1987, p.4-5.

Neste depoimento, Silviano Santiago fala sobre a presença da cultura alemã no Brasil. Na opinião do autor, a Alemanha está desenvolvendo uma política cultural com o Brasil que atinge vários setores da produção nacional.

Amizade e vida profissional. n. 582, 1º de abril de 1988, p.6-9.

Examinando a política do “favor” sob outro ângulo, o texto enfatiza que “a amizade, quando extrapola o campo do privado e entra no jogo da coisa pública, cimenta o autoritarismo”.

Toda a memória do mundo. n. 604, 13 de agosto de 1988, p.3-6.

O texto analisa a experiência da narrativa e sua capacidade infinita de produção. De acordo com o texto, “a narrativa ‘naive’ é aquela que se deixa recobrir pelas aventuras de um ‘mínimo eu’ no espaço do cotidiano”.

Poder e alegria. n. 626, 14 de janeiro de 1989, p.2-7.

Tratando das temáticas contempladas na literatura pós-64, o autor destaca que a postura política nesta produção literária é a do total descompromisso em relação a qualquer esforço desenvolvimentista para o país e para com todo o programa de integração ou de planificação da ordem nacional.

³⁶ Silviano Santiago. “As ondas do cotidiano”, *Folhetim*, n. 237, 2 de agosto de 1981, p. 6.

³⁷ Apresento aqui algumas observações sobre o posicionamento de Nestor García Canclini diante de questões que me interessam de imediato. O texto *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade* procura rastrear as principais transformações do mercado simbólico, sobretudo na América Latina. O primeiro eixo de discussões nos leva a refletir sobre a hipótese da incerteza que envolve o sentido e o valor da modernidade (neste caso, a modernidade deriva não apenas dos limites que separam as nações, as etnias e as classes, mas também tem em mente os cruzamentos sócio-culturais entre o *tradicional* e o *moderno*).

“É necessário demolir essa divisão em três pavimentos [o culto, o popular e o massivo], essa concepção em camadas do mundo da cultura, e averiguar se sua hibridação [mesclas interculturais] pode ser lida com as ferramentas das disciplinas que os estudam separadamente: a história da arte e a literatura que se ocupam do ‘culto’; o folclore e a antropologia, consagrados ao popular; os trabalhos sobre comunicação, especializados na cultura massiva. Precisamos de ciências sociais nômades, capazes de circular pelas escadas que ligam esses pavimentos. Ou melhor: que redesenhem esses planos e comuniquem os níveis horizontalmente.” (p.19)

A segunda hipótese do livro discute a possibilidade de o trabalho conjunto das disciplinas poderem gerar outro modo de conceber a modernização latino-americana: mais do que como uma força alheia e dominadora, que operaria por substituição do tradicional e do típico. A terceira hipótese sugere que este olhar *trans-disciplinar* sobre os circuitos híbridos tem consequências que extrapolam a investigação cultural. Centralizando-se sobre três questões: “como estudar as culturas híbridas que constituem a modernidade e lhe dão seu perfil específico na América Latina. Em seguida, reunir os saberes parciais das disciplinas que se ocupam da cultura, para ver se é possível elaborar uma interpretação mais plausível das contradições e dos fracassos da nossa modernização. Em terceiro lugar, o que fazer – quando a modernidade se tornou um projeto polêmico ou suspeito – com essa mescla de memória heterogênea e inovações truncadas”. (p.20)

Para o autor, o processo de hibridação significa mesclas interculturais, sendo que, para apresentar esta hipótese, Canclini trabalha a partir de duas metáforas:

- O descolecionamento: enquanto a coleção foi um dispositivo para organizar os bens simbólicos em grupos separados e hierarquizados, a agonia das coleções é o sintoma mais claro de como se desvanecem as classificações que distinguem o culto do popular e ambos do massivo. Agora as coleções renovam sua composição e sua hierarquia com as modas, entrecruzando-se o tempo todo. Hoje, qualquer pessoa monta a sua coleção com o auxílio de fotocopiadoras, videocassetes, vídeos etc.

- A desterritorialização: que, por seu turno, se manifesta através de dois processos: a perda da relação 'natural' da cultura com os territórios geográficos e sociais, ao mesmo tempo em que certas re-localizações territoriais relativas, parciais, das velhas e novas produções simbólicas estariam presentes.

Os artistas e escritores modernos inovavam, alteravam os modelos ou os substituíam por outros, mas tendo sempre referentes de legitimidade. Agora, resta a pergunta: em que reside, então, a novidade da descoleção, da desterritorialização e da hibridez pós-modernas? As práticas artísticas, segundo Canclini, carecem de paradigmas consistentes. Sendo assim, a visualidade pós-moderna se encontra na encenação de uma dupla perda: a do roteiro e a do autor. A desaparecimento do roteiro quer dizer que já não existem os grandes relatos que organizavam e hierarquizavam os períodos do patrimônio, a vegetação de obras cultas e populares nas quais a sociedade e as classes se reconheciam e consagravam suas virtudes. (p.329). O pós-modernismo não é um estilo, mas a co-presença tumultuada de todos, o lugar onde os capítulos da história da arte e do folclore cruzam entre si e com as novas tecnologias culturais, formando variações que o mercado promove para renovar as vendas.

O livro de Canclini também procura conectar a revisão da teoria da modernidade com as transformações ocorridas desde os anos 80 na América Latina. As mudanças de perspectiva diante do que se entendia por modernização econômica e política seria uma delas. Em nossa época, seriam menosprezadas as propostas de industrialização e do fortalecimento dos Estados nacionais autônomos por se tratarem de idéias antiquadas. Neste caso, a América Latina forma um continente heterogêneo onde coexistem múltiplas lógicas de desenvolvimento em descompasso.

A pós-modernidade, neste contexto, é pensada como uma maneira de problematizar os vínculos que o mundo moderno armou com as tradições que quis excluir ou superar para se constituir.

Canclini repensa o declínio do projeto moderno a partir do fracasso da arte de vanguarda, que se transformou em ritual. "O rito, 'ato cultural por excelência', que tenta pôr ordem no mundo, fixa em que condições são lícitas 'transgressões necessárias e inevitáveis dos limites'". (p.46) Nesta época, os museus são como templos laicos que, à semelhança dos religiosos, convertem os objetos da história e da arte em monumentos cerimoniais.

"Ainda que os pós-modernos abandonem a noção de ruptura – fundamental nas estéticas modernas – e usem imagens de outras épocas em seu discurso artístico, seu modo de fragmentá-las e desfigurá-las, as leituras deslocadas ou paródicas das tradições, restabelecem o caráter insular e auto-referido do mundo da arte". (p.49)
"Mas o destino principal dos gestos heróicos das vanguardas e dos ritos desencantados dos pós-modernos foi a ritualização dos museus e do mercado".(p.49)

Ainda segundo o texto, as reformulações dos vínculos entre autonomia e dependência da arte nas condições atuais de produção e circulação cultural são pensadas nos seguintes termos:

“A autonomia do campo artístico, baseada em critérios estéticos fixados por artistas e críticos, é diminuída pelas novas determinações que a arte sofre de um mercado em rápida expansão, onde são decisivas forças extraculturais. (p.56). (...) A expansão do mercado artístico de um pequeno círculo de *amateurs* e colecionadores para um público amplo, freqüentemente mais interessado no valor econômico do investimento do que nos valores estéticos, altera as formas de avaliar a arte”. (p.57).

A arte virou uma área privilegiada de investimentos: “A internacionalização do mercado artístico está cada vez mais associada à transnacionalização e concentração geral do capital. A autonomia dos campos culturais não se dissolve nas leis globais do capitalismo, mas se subordina a elas com laços inéditos”. (p.62)

Quanto às tendências do mercado, o texto assinala que as interações do artístico com o extra-artístico devem ser pensadas e exibidas.

“Pensamos que o impulso inovador e expansivo da modernidade está chegando a seu limite máximo, mas talvez isso permita pensar em outros modos de inovação que não sejam a evolução incessante rumo ao desconhecido. Concordamos com Huyssen quando afirma que a cultura que vem desde os anos 70 é ‘mais amorfa e difusa, mais rica em diversidade e variedade que a dos anos 60, na qual as tendências e os movimentos evoluíram numa seqüência mais ou menos ordenada’.” (p.65)

Chega-se, então, a uma outra questão: o que significa ser moderno na América Latina? Com todas as contradições que existem entre modernismo e modernização, e precisamente por elas, é uma situação de trânsito interminável na qual nunca se encerra a incerteza do que significa ser moderno. Sendo assim, cria-se um mal estar diante da noção de pós-modernidade (p.356). A análise cultural da modernidade requer pôr lado a lado os modos de nela entrar e dela sair (não como período histórico, mas como situações de passagem, saindo-se transformado). Portanto, as fronteiras entre os campos se tornam mais flexíveis e a interação crescente entre o culto, o popular e o massivo abranda as fronteiras entre seus praticantes e seus estilos (p.360). A dinâmica conflitiva surge como uma das causas da obsolescência freqüente dos bens culturais.

Neste contexto, surgem os “artistas anfíbios”. Estes artistas são aqueles capazes de articular movimentos e códigos culturais de diferentes procedências, transformando os desdobramentos da indústria cultural em experiências do transitório, rapidamente descartadas e substituídas (opondo-se às estudadas por folcloristas, antropólogos e historiadores). Todavia, ao falar da morte de seus objetos, os representantes do culto e do popular tradicionais encontram um recurso para que continuem a existir no mercado simbólico. Como a arte que circula por galerias e museus, aquela que percorre mercados e feiras urbanas vai-se reformulando interdiscursivamente.

“Se já não há uma Ordem coerente e estável, se a identidade de cada grupo não se relaciona com um único território, mas com múltiplos cenários, nem a história se dirige a metas programáveis, as imagens e textos não podem ser senão reunião de fragmentos, collages, ‘mescla irregular de texturas e procedências que se citam umas as outras disseminadamente’.” (p.370)

Finalmente, o autor comenta o papel do sintomático agonismo, que seria representado através da diminuição do papel do poder público como garantia da democratização informativa, da socialização de bens científicos e artísticos de interesse coletivo.

Sobre a mesma questão, gostaria de comentar outro exemplo que poderia ser aqui lembrado. Stuart Hall percebe a dinâmica das transformações e dos deslocamentos do termo identidade cultural, a partir de uma “lógica” semelhante à de Canclini. Para Hall, a

noção básica de uma identidade cultural híbrida seria somente um desdobramento da mescla cultural. Para o autor, “algumas pessoas argumentam que o ‘hibridismo’ e o sincretismo — a fusão entre diferentes tradições culturais — são uma poderosa fonte criativa, produzindo novas formas de cultura, mais apropriadas à modernidade tardia que às velhas e contestadas identidades do passado”. In: *A identidade cultural na pós-modernidade*, p. 91.

³⁸ Nestor García Canclini, in: *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*, p.352. Segundo o texto, “emancipação” significa a secularização dos campos culturais; a “renovação”, por sua vez, é comprovada através do crescimento acelerado da educação média e superior; a “democratização”, conquistada aos sobressaltos, foi produzida pela expansão educativa, a difusão da arte e da ciência e a crescente participação em partidos políticos e sindicatos; a “expansão” (neste caso, econômica) reflete o aspecto mais estagnado da América Latina.

³⁹ Homi Bhabha, *O local da cultura*, pp. 63-64.

⁴⁰ Em *Modernidade e ambivalência*, Zygmunt Bauman enfatiza a necessidade de se aprimorarem os mecanismos de reconhecimento de que a pós-modernidade *funciona* muito mais pela implementação de uma política ambivalente e desigual (relacionada à cultura, à política e à economia mundial) do que pela justeza de um modelo *utópico* balizado por uma política de equivalência e igualdade. Nesta perspectiva, o que se tem procurado realçar está mais sintonizado com a ambivalência da diferença.

⁴¹ "Derivado do corpo como referência (...), a ‘articulação’ designa as partes ósseas e as conexões ao esqueleto, mais do que os órgãos delicados (talvez o rigor e a quantidade mecânica joguem a seu favor na atualidade); porém, logo o termo se translada rapidamente ao discurso, como uma alegoria do giro lingüístico. Creio que devemos seu uso compulsivo a Althusser (cuja influência pode ter tido algum efeito nas Figuras ainda mais compulsivas de Foucault, as figuras de segmentação e divisibilidade espacial) (...)". Fredric Jameson, “Sobre los ‘Estudios Culturales’”, in: *Estudios culturales. Reflexiones sobre el multiculturalismo*, p. 96, minha tradução.

O sentido que interessa ressaltar, neste texto, se refere ao uso do termo como segmentação e divisibilidade espacial. Este entendimento permite que se amplie a noção de transnacionalidade como articulação de uma totalidade, todavia, sem o efeito homogêneo que o termo reclama a princípio. Se assim for, a articulação da totalidade (ou o efeito transnacional) fará parte de uma continuidade incompleta, muito próxima, portanto, da noção de arqueologia que (como quer Michel Foucault) funciona como uma leitura das segmentações espaciais que, em última instância, delimitam as formações discursivas. Além disso, a articulação (sendo incompleta) reforça a idéia de uma época que se apoiou tanto no ensaio (como um suporte, embora esteja realçando seu uso mais restrito), quanto na retomada do perspectivismo (como uma teoria geral, capaz de formular, ou seja, de continuar formulando saídas para se compreender o nacional).

⁴² Sergio Paulo Rouanet, “O falso irracionalista”, *Folhetim*, n. 459, 17 de novembro de 1985, pp.6-11.

⁴³ Se a primeira fase nos trouxe um folhetim de variedades e amenidades; a segunda se apresentava como uma versão do folhetim-político, do folhetim-manifesto, ou seja, o folhetim “sério”; enquanto a terceira fase, não menos “séria”, se pautava pela publicação de ensaios, de textos mais “densos”, que, como vimos, se transformou no espaço do “tudo”, embora não se deva confundir com o vale-tudo.

⁴⁴ Ver a seguir a tabela sobre as palavras-chave mais utilizadas durante os três períodos que perfazem a terceira fase. Cabe enfatizar que, na indexação, um mesmo texto recebe entre três e seis palavras-chave.

Tabela I

As trinta palavras-chave mais atribuídas aos textos entre os anos de 1982 e 83.

Campo:	Percentual:
Literatura	7,82
Brasil	5,03
Política	4,26
Teoria literária	3,95
Filosofia	3,72
Poesia	3,41
Cultura	3,02
Cinema	2,94
Psicanálise	2,32
História	2,09
Modernidade	2,01
Música	1,78
Arte	1,55
Marxismo	1,55
Modernismo	1,39
Educação	1,39
Comportamento	1,32
Democracia	1,16
França	1,08
História do Brasil	1,08
Poiêmica	1,08
América Latina	1,08
Intelectual	1,01
URSS	1,01
Artes plásticas	1,01
Economia	0,93
São Paulo	0,93
Tradução	0,93
Estados Unidos	0,85
Poder	0,85

Tabela II

As trinta palavras-chave mais atribuídas aos textos entre os anos de 1984 e 86.

Campo:	Percentual:
Literatura	6,55
Teoria literária	5,32
Brasil	4,82
Poesia	4,77
Política	3,34
Cinema	3,23
Psicanálise	2,91
Filosofia	2,58
Cultura	2,19
Modernidade	2,08
História	1,75
Música	1,64
Pós-modernidade	1,54
Artes plásticas	1,43
Arte	1,43
Educação	1,37
Universidade	1,37
Teatro	1,26
Religião	1,26
Democracia	1,21
Concretismo	1,21
Alemanha	1,10
Poiêmica	1,04
Televisão	0,99
Romance	0,99
Comportamento	0,93
Comunismo	0,88
Tradução	0,88
Marxismo	0,88
Sociologia	0,88

Tabela III

As trinta palavras-chave mais atribuídas aos textos entre os anos de 87 e 89.

Campo:	Percentual:
Literatura	8,24
Poesia	6,40
Cinema	4,94
Filosofia	3,29
Teoria literária	3,10
Modernidade	3,00
Arte	2,91
Alemanha	2,91
Política	2,42
História	2,23
França	1,94
Cultura	1,94
URSS	1,74
Escravidão	1,65
Tradução	1,55
Brasil	1,45
Psicanálise	1,45
Teatro	1,36
Vanguarda	1,36
Música	1,36
Negros	1,26
Portugal	1,16
Nazismo	1,07
Modernismo	1,07
EUA	1,07
Symbolismo	1,07
Cidade	0,97
Religião	0,97
Pop art	0,87
Arquitetura	0,87

⁴⁵ Em primeiro de abril de 1989, o *Letras* publicava seu primeiro número, anunciando, em matéria de capa assinada por seu editor Marco Chiaretti, o início dos *tempos modernos*. (“Os tempos modernos chegam ao mercado editorial brasileiro”). Não foi feita qualquer referência ao extinto *Folhetim*.

⁴⁶ O formato do *Folhetim* correspondia ao papel A3, que equivale à metade do tamanho dos outros cadernos do jornal (confeccionados em A2). O *Letras* (durante toda a sua existência) e o *Mais!* (inicialmente) foram publicados em papel A2, ou seja, parecia não ter (ou não querer ter) qualquer semelhança com um suplemento. Talvez esta estratégia significasse a necessidade de não evidenciar, *a priori*, nenhum tipo de discrepância na forma, e isto criava a ilusão de um ajustamento “anatômico” ao restante do jornal.

PARTE II

AS PERSPECTIVAS DA PSICANÁLISE —

METÁFORA DE UMA COLETIVIDADE OU DESLIZE INDIVIDUAL?

O problema que procurarei apresentar nas páginas seguintes nasceu de uma pergunta: por que a psicanálise apareceu em circunstâncias que significaram profundas mudanças de direção do suplemento? A idéia de abrir esta segunda parte da pesquisa examinando a trajetória dos textos que construíram o *corpus* da discussão psicanalítica no *Folhetim* foi, em grande parte, determinada pela atividade oblíqua desempenhada pelo tema. O papel de obliquidade encarnado pelas discussões psicanalíticas serviu como ponto de passagem (e também como uma referência) entre a segunda e a terceira fases do suplemento. Inicialmente, poderia justificar a escolha em virtude de seu “funcionamento” ter significado um divisor de águas para o suplemento.

Parece-me que os usos da psicanálise, por parte do *Folhetim*, sugerem algum tipo de reconhecimento terapêutico e curativo atribuído a esta prática clínica. No número 140, o *Folhetim* publicava o primeiro conjunto de textos dedicados exclusivamente à psicanálise. Reportagens sobre o pequeno interesse de Freud em relação às causas feministas; entrevista com o primeiro psicanalista paulista, Durval Marcondes; glossários explicativos contendo os principais termos freudianos; informações sobre as técnicas freudianas; noções gerais sobre a atividade da análise; apresentação de notas biográficas sobre a vida de Freud; e, para encerrar o número, um ensaio introdutório sobre Jacques Lacan, que arrolava as principais conseqüências de sua contribuição à psicanálise contemporânea.

Diante daquilo que viria a ser uma das grandes séries publicadas pelo suplemento, gostaria de propor três hipóteses de leitura a respeito da circulação das idéias psicanalíticas no *Folhetim*. Porém, antes de apresentar estas hipóteses, preciso indicar alguns roteiros percorridos pela série psiquiatria e psicologia que, por definição, são disciplinas que tangenciam as questões psicanalíticas e, muitas vezes, causam uma certa confusão entre os termos.

ANTECEDENTES

Antes de o suplemento optar pela psicanálise como método para se enfrentarem os dilemas do nosso passado recente, o *Folhetim*, procurando discutir questões pontuais, havia aberto o espaço à psiquiatria e à psicologia.

Em relação ao debate psiquiátrico¹, o principal foco de interesse girava em torno de dois problemas: a dependência química das drogas e os métodos medievais utilizados nos hospitais psiquiátricos. Conseqüentemente, os textos se centralizavam sobre a necessidade de pensar em alternativas mais humanas para se tratar a loucura de forma ambulatorial, e, no caso da dependência química, a discussão sobre a descriminalização dos usuários e as alternativas aos métodos tradicionais de privação da liberdade ganhavam força.²

Caso admitamos que os textos que discutem a psicanálise são de domínio da psicologia, não podemos, sob pena de confundirmos os domínios, permitir que o juízo contrário seja admitido. Sendo assim, nem todos os textos que discutem os métodos da psicologia comportamental, pré ou pós Freud, podem ser confundidos com os domínios da psicanálise. Uma disciplina pode ser dependente da outra, mas isso não quer dizer que

se deva sobrepor a análise (decorrente da prática psicanalítica) às diversas terapias e psicoterapias (decorrentes das diversas práticas da psicologia comportamental). Esta distinção é fundamental para se entender a proliferação difusa dos textos que trataram da psicologia. Este conjunto de textos não chegou a formar um núcleo direcionado a este ou àquele problema específico, como se percebeu anteriormente na série dedicada à psiquiatria, porque a psicologia sofreu, por parte dos jornalistas, uma série de relativizações e usos superficiais que alimentaram uma certa panacéia interpretativa sobre a disciplina.³

Contudo, há uma entrevista, “O divã da periferia”, com o psicólogo Jacob Pinheiro Goldenberg, que pode servir como uma passagem que, a seguir, fecharia o foco sobre questões exclusivas ao campo da psicanálise. Nesta entrevista, Jacob Pinheiro Goldenberg defende a idéia de se “levar o divã” às regiões periféricas das grandes cidades, através da Igreja, sindicatos e associações de bairro. A jornalista Sônia Regina Nabarrete salientava, no início da entrevista, que “o Brasil precisa deitar no divã e falar de suas angústias. Mas como conseguir isso se a psicoterapia é um privilégio de classes abastadas e grande parte da população ganha salário mínimo (...)”.⁴ Esta entrevista é crucial, porque ela colocava na ordem do dia a questão, que se aprofundaria posteriormente, entre a perspectiva individualista e coletivista da psicanálise.

Sem dúvida, parece que o discurso psicanalítico teve lugar nodal dentro das séries que sustentaram o suplemento, não somente pela discussão das implicações contemporâneas das descobertas e invenções da psicanálise, mas, sobretudo, porque estes textos estão instalados em pontos estratégicos dentro da “história” do *Folhetim*. O uso da psicanálise como metáfora que objetiva “curar” os males políticos do país desliza e toma outros rumos, servindo, inclusive, para explicitar outras preocupações próximas, como a do feminismo, a da homossexualidade, ou o questionamento da ontologia, por exemplo.

Porém, antes de observarmos estas “aplicações” da teoria freudiana, vale lembrar que a Instituição psicanalítica passou por uma “revisão” interna, que procurou discutir quais eram de fato as implicações políticas da Instituição: ou a psicanálise era tributária do individualismo e, conseqüentemente, se destinava a uma fração burguesa da sociedade, ou suas atribuições sociais se pautavam pelo reconhecimento do coletivo e, por conseguinte, os profissionais da área estavam aptos para reconhecer a relevância e o papel social da psicanálise.

A PSICANÁLISE E O PSICANALISTA

O itinerário da “cura nacional” foi-se descortinando enquanto me deparava com os textos que constituíam a série “psicanálise”. A chave para se começar a entender a sina destinada à psicanálise no *Folhetim* teve início quando foi publicado o número 140. A partir dele, pude estabelecer um eixo que fosse capaz de evidenciar os dois principais usos que o termo teria ao longo dos anos oitenta.

Hipótese histórica: em 23 de setembro de 1979, a psicanálise pôde ser veiculada como um sinal de que a independência tardia da imprensa frente à ditadura tinha sido consolidada. Apressando o movimento do calendário, o nº 140 representou o fim da década de setenta e a abertura dos anos oitenta. Comemorava-se, com esta publicação, a democratização da rotina dos brasileiros e parecia mesmo ser necessária a utilização de um método científico, mas, ao mesmo tempo obscuro e quase místico, para zerar a memória associada aos acontecimentos mais recentes da vida nacional. Para o movimento psicanalítico brasileiro, o período também significou a politização da discussão, quando a “psicanálise de esquerda” pôde se manifestar e evidenciar o predomínio do autoritarismo da “direita”,

decorrente dos anos da ditadura. O número seguinte, o 141, complementava a estratégia iniciada na semana anterior, já que estreava a publicação, na penúltima página do suplemento, de um balanço que fornecia, ano a ano, os principais acontecimentos políticos e culturais dos anos setenta. Batizada de “Jornal da década”, informativa, mas sem opinião, esta seção oferecia uma série de fragmentos, que funcionavam como uma mini e leve história da repressão e da censura no Brasil. Todas estas modificações, embora fossem simples, indicavam que a década estava fechando para balanço. Por um lado, isso era motivo suficiente para se comemorar, já que, àquela altura dos acontecimentos, se apostava alto em um futuro democrático capaz de equalizar grande parte dos problemas sociais. Contudo, em outra perspectiva, a década de setenta tinha um significado sinistro, que, por diversas razões políticas e, sobretudo, históricas, deveria ser silenciado.

Para o *Folhetim*, a série psiquiátrica e os textos sobre psicologia tinham exaurido suas forças logo no início dos anos oitenta e todas as atenções se voltavam para os usos da psicanálise. Inicialmente, no limiar da década de setenta, procurou-se discutir a validade e a amplitude social da prática freudiana. Diante da falta de resultados concretos sobre a capacidade de a psicanálise atingir uma gama maior da população, procurou-se ressaltar as conquistas individuais. Em março de 1981, Irene Ravache, Enio Mainardi e Carlito Maia⁵ atestavam, através de pequenos depoimentos, os resultados positivos advindos da experiência psicanalítica. Durante uma época em que o pensamento de esquerda desconfiava das atividades que não tivessem um compromisso claro com a consolidação das conquistas democráticas, a psicanálise passou a sofrer ataques constantes, que a vinculavam ao autoritarismo político e ao individualismo. O assunto que se tinha iniciado com a entrevista de Jacob Pinheiro Goldenberg, citada anteriormente, retornava com frequência às páginas do suplemento. Mas, é preciso entender que os ataques desferidos à psicanálise tinham dois

endereços: no primeiro caso, era mesmo uma estreita visão da disciplina que, padecendo pela falta de compreensão da matéria, exigia da psicanálise e do psicanalista uma postura política voltada à solução dos problemas coletivos do país⁶; em outro plano, entretanto, as páginas do suplemento serviram de abrigo à exposição de uma crise gerada no interior da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, que se alastraria por outros institutos psicanalíticos do país (devo acrescentar que a polêmica envolvendo membros da SPRJ foi a mais longa polêmica acompanhada pelo suplemento).

Resumidamente, a crise surgiu depois que um grupo de psicanalistas, liderados por Eduardo Mascarenhas e Hélio Pellegrino, criaram, no início dos anos oitenta, o “Fórum de Debates”, entidade que deveria lutar pela popularização da psicanálise, retirando-a de seu panteão dourado; também havia uma denúncia de que Amílcar Lobo (posteriormente desligado da Sociedade), então psicanalista associado à SPRJ, fora torturador durante o governo de Médici. Todavia, o diretor da SPRJ, Vitor Manuel de Andrade, decidiu expulsar os criadores do “Fórum de Debates”, porque via nesta Instituição, não apenas um movimento de oposição, mas a criação de um verdadeiro poder paralelo dentro da Instituição.⁷

Contrário ao “Fórum de debates”, porém, por outros motivos, também se encontrava Chaim Samuel Katz, que se irritava com o fato de Eduardo Mascarenhas estar conquistando consagração nos meios televisivos, às custas daquilo que Chaim chamou de “conduta de sexólogo”, promovendo o detrimento da “verdadeira” psicanálise com bases científicas.⁸

Procurando se distanciar tanto da versão televisiva da “sexologia” de Eduardo Mascarenhas, quanto da irritação de Chaim Samuel Katz, em defesa da “ciência” psicanalítica, Maria Rita Kehl reconhecia que os anos de ditadura haviam disseminado entre nós uma profunda falta de traquejo para se lidar com os mecanismos democráticos.

“A censura e a repressão dos últimos quinze anos nos fizeram muito mais mal do que se calcula: hoje, tentando recuperar o hábito do debate e da livre troca e formação de opiniões, estamos meio perdidos em relação ao que interessa discutir”.⁹

O que interessava ser discutido era, sobretudo, o papel da psicanálise à época, debate este embaçado por discussões paralelas que não despertavam o interesse do público, nem dos especialistas.

“Só a socialização da práxis psicanalítica pode dessacralizar esta ciência-mito dos nossos dias, que, apesar de tudo nem sabemos direito se é ciência ou não (o que a meu ver não desautoriza a psicanálise). Somente se, enquanto prática — e não apenas enquanto tema de papo, onde os iniciados dão as coordenadas para a massa — a psicanálise *cair na vida*, a exemplo do que ocorreu em alguns países europeus, como Itália e França, revelando suas limitações enquanto disciplina social e ampliando suas possibilidades, poderá deixar de ser um *Saber Sagrado* para milhões de invejosos e se constituir em algum tipo de conhecimento de domínio e utilidade pública”.¹⁰

O desenvolvimento dos acontecimentos, ao longo dos anos oitenta, demonstrou que a disciplina psicanalítica *cairia na vida*, passando a desempenhar um papel decisivo, embora coadjuvante, em análises literárias, históricas, sociológicas, econômicas. Talvez esta guinada da psicanálise não correspondesse aos desejos presentes no fragmento citado anteriormente, mas seus usos não seriam em vão. A psicanálise serviria e auxiliaria muitas outras disciplinas a se reconhecerem em uma época que, cada vez mais, se tornava imprecisa, e a dificuldade de formular novas conceituações se mostrava mais presente. Seja como for, a transposição dos limites das quatro paredes, comuns à prática da psicanálise, foi superada e a disciplina

passaria a se consolidar entre diversas “falas”: a fala da história, a discursividade da literatura, a *desrepressão* das minorias.

No *Folhetim*, os psicanalistas tiveram uma trajetória que se assemelha àquela verificada anteriormente pelos jornalistas. Inicialmente, entre 1979 e 1982, os psicanalistas puderam escrever, com exclusividade, ocupando este espaço para, além das polêmicas, divulgar interpretações sobre alguns fenômenos contemporâneos que necessitavam de uma perspectiva diferente das usuais. Assim, a psicanálise havia se prestado à interpretação tanto do papel das novelas televisivas no imaginário popular, quanto tinha servido para a análise do pacto social e a conseqüente democratização da sociedade brasileira. Além disso, percebe-se a preocupação em analisar a explosão demográfica da cidade de São Paulo, bem como se estuda o aumento da violência em nosso cotidiano. Estes foram alguns dos temas enfocados; portanto, não é por acaso que, com ligeiros deslocamentos, os textos dos principais colaboradores (dos especialistas) psicanalistas obedecem a uma trajetória específica: primeiro aparecem os textos ligados às polêmicas, depois as preocupações políticas, finalmente, reflete-se sobre alguma especificidade da época e, às vezes, os “especialistas” se transformam em escritores e poetas.¹¹ Neste sentido, vale indicar que, depois de 1983, observa-se o declínio da colaboração dos especialistas, que esteve concentrada nos primeiros anos da década de oitenta.

A PSICANÁLISE A SERVIÇO DAS CIÊNCIAS HUMANAS

Hipótese teórica: até o número 139, fez parte da rotina do suplemento a publicação de crônicas e ficção; depois do número 140, o *Folhetim* passou a se comprometer de forma mais enfática com os destinos da cidadania, promovendo os célebres debates sobre os rumos da “Sociedade Civil”, que tinha representado (antes da revoada dos professores universitários) a época de ouro do suplemento, período no qual “o *Folhetim* era compreensível”. Abrindo a década de oitenta, a psicanálise se apresentava e foi, sob diversas formas, reconhecida como um método, ou como uma disciplina, dotada de poderes extremos para fornecer saídas e resolver impasses existentes no interior das ciências humanas. A panacéia criada em torno da psicanálise como resposta às discussões do nacional também se estendeu para o campo das ciências humanas criando uma expectativa que, como veremos, não se converteu em soluções duradouras.

Havia uma crise, cujo principal sintoma pode ser creditado ao ensaísmo reinante durante a década de oitenta e, para agravar ainda mais esta crise, ocorria um certo declínio e questionamento das sínteses dialéticas. Nesta época, a invenção de Freud ganhava potencializações (via Jacques Lacan, por exemplo) e, com estes desdobramentos, as certezas oriundas dos sistemas cartesianos passaram a receber mais alguns golpes.

Devo acrescentar ainda que, a partir de 1983, a idéia de se utilizar a psicanálise como um modelo explicativo de toda a panacéia de questões que surgiam com nova vitalidade depois da abertura democrática vai sendo abandonada pelos interlocutores e protagonistas das polêmicas psicanalíticas. Sendo assim, ao sucumbir diante do desafio de colocar o país no divã, a disciplina passa a desempenhar outros papéis — não menos importantes, mas seguramente menos infrutíferos — dentro do suplemento.

Assim, a partir deste período, os textos que tratam do tema podem ser relacionados a outras disciplinas e a presença dos “especialistas” em psicanálise passa a conviver, gradativamente, com usos interdisciplinares do termo, cedendo espaço para outros profissionais, principalmente os professores universitários, “especularem” sobre o tema. A partir de meados dos anos oitenta, a associação entre a psicanálise e a literatura (embora se perceba, com menor intensidade, outras relações com a história, a sociologia e a filosofia) se tornam parte da rotina do suplemento, retornando à baila (com exceção de 1986) ano a ano.¹²

DOIS EXEMPLOS

Procurando superar a fronteira entre a psicanálise e a filosofia, ao mesmo tempo em que enfatizava a necessidade deste diálogo, Zeljko Loparic observava que a disciplina freudiana dialoga com melhor fluência com sistemas filosóficos que são assistemáticos (de Nietzsche, por exemplo), ou são extremamente críticos em relação à crença excessiva nestes sistemas (Kant e Heidegger).

“Poder-se-ia então falar em um Freud racionalista? Sem dúvida, desde que se entenda que o seu racionalismo era essencialmente crítico. Nada revela melhor a postura de Freud do que a sua insistência sobre o que chama de critério de consciência. A consciência é como a vida: não vale muita coisa, diz ele na *Lição 31*. No entanto é a única coisa de que dispomos para nos guiar na obscuridade da nossa vida mental. Ou seja, a sorte da psicanálise como ciência se decide exatamente no mesmo lugar em que os filósofos desde sempre decidiram entre o verdadeiro e o falso: o campo da consciência”.¹³

Auxiliada em larga medida pelas idéias psicanalíticas, as ciências humanas passam a questionar de forma mais incisiva os paradigmas, as tradições, a ontologia, os sistemas baseados na referencialidade, abalando uma série de verdades até então canônicas. Portanto, para além do maniqueísmo de uma ciência (que deveria tanto decidir sobre os eventuais benefícios da verdade, quanto escapar dos malefícios da falsidade), a associação entre literatura e filosofia também ocorre neste espaço da consciência, embora a máxima descartiana — “penso, logo existo” (que coroa a enfática presença da consciência do pensar) — deva ser deslocada para outra equação, não menos lógica do que a anterior, oriunda da seara psicanalítica: “penso onde não existo e existo onde não penso”, ou seja, penso fora, na linguagem, e existo dentro de um “corpo” dotado de alguma *coisa* artificial chamada linguagem. Neste caso, assumindo este ônus da “artificialidade”, a psicanálise passa a se constituir a partir da grande proximidade entre os psicanalistas e a literatura; de certa forma, a psicanálise passa a depender da literatura.

Todavia, a única vez em que a formulação da correlação entre a literatura e a psicanálise aparece sistematizada no *Folhetim*, a esperança criada em torno de uma composição sofisticada entre as duas disciplinas não corresponde às expectativas.

“Vista do ângulo da Literatura, a Psicanálise será encarada como um **instrumento de leitura do texto literário**, exercendo, no processo interpretativo, um papel revelador e desmascarador. No entanto, essa **busca de sentido** que toda interpretação implica se configurará menos como uma tradução do que como uma construção do sentido do texto. Não se trata tanto de, através da Psicanálise, explicar cabalmente uma obra, mas de colocar em evidência uma ou outra de suas condições necessárias. No entanto, importa atenção quanto ao caráter redutor da eventual utilização de um único instrumental analítico. O texto literário é, inescapavelmente, um

produto social, necessitando portanto, para ser interpretado, ser situado sobre um chão histórico. Assim, Sociologia da Literatura, Antropologia, História, Lingüística, deveriam concorrer para dar conta (sem esgotá-lo...) de sua explicação”.¹⁴

Conclui-se pela necessidade de se fomentar a interdisciplinariedade entre a psicanálise e a literatura, mas o uso da psicanálise é apenas discreto, servindo mais para realçar alguma leitura especificamente literária, funcionando como um apêndice de leitura a mais (da sociologia da literatura, por exemplo). A expectativa e talvez a ansiedade de um uso da psicanálise que servisse como um discurso capaz de “atravessar” o campo das ciências humanas seria retardado por alguns anos ainda. O volume da contribuição que envolve a psicanálise no suplemento¹⁵ comprova que a iniciativa de levar ao público estes textos, que anunciavam novos usos da disciplina, havia emplacado, mas seria ainda necessário mais algum tempo para que estes resultados se transformassem em um “avanço” substancial da reflexão sobre o multiculturalismo.

Em outras palavras, ao invés da utilização do escopo discursivo da psicanálise poder significar a quebra de uma longa série de interpretações fundamentadas em matizes que expressam um uso sistemático da dialética (que repousam na compreensão da tensão existente entre o passado e o presente, visando, assim, a discussão e a implementação de um projeto capaz de solucionar o futuro), o uso específico da disciplina como “instrumento de leitura do texto literário”, dependente da história ou da sociologia, implicava o reconhecimento de que a psicanálise padecia de recaídas individualistas, sendo tanto incapaz de ler o nacional, quanto pouco eficaz para se ler o coletivo, embora servisse para auxiliar a leitura do literário.

Terry Eagleton chama a atenção para os usos mais comuns da psicanálise como disciplina auxiliar das análises literárias. A citação nos

interessa porque, além de esclarecer algumas interpretações que encontrei no suplemento, o texto de Eagleton não traz um olhar retrospectivo, já que foi escrito na mesma época (1983) em que estas análises estavam sendo publicadas.

“Em linhas gerais, podemos dividir a crítica literária psicanalítica em quatro tipos, dependendo daquilo que ela toma por objeto de atenção. Ela pode se voltar para o *autor* da obra; para o *conteúdo*, para a *construção formal*, ou para o *leitor*. A maior parte da crítica psicanalítica tem sido dos dois primeiros tipos, que de fato são os mais limitados e problemáticos. A análise psicanalítica do autor é um trabalho especulativo que enfrenta os mesmos tipos de problemas que examinamos ao discutirmos a relevância da ‘intenção’ do autor para as obras literárias. A psicanálise do ‘conteúdo’ — comentários sobre as motivações inconscientes das personagens, ou sobre a significação psicanalítica de objetos ou acontecimentos do texto — tem um valor limitado, mas à semelhança da notória caça ao símbolo fálico, é com muita frequência reduzida. As investidas esporádicas do próprio Freud no campo da arte e da literatura se fizeram principalmente nesses dois níveis. Ele escreveu uma fascinante monografia sobre Leonardo da Vinci, um ensaio sobre a estátua ‘Moisés’, de Michelangelo, e algumas análises literárias, notadamente sobre um pequeno romance do autor alemão Wilhelm Jensen, intitulado *Gradiva*. Esses ensaios ou oferecem uma explicação psicanalítica do próprio autor, tal como ele se revela em sua obra, ou examinam sintomas do inconsciente na arte, tal como o faríamos na vida. Em ambos os casos, a ‘materialidade’ do próprio artefato, sua constituição formal específica, tende a passar despercebida”.¹⁶

Depois de detectar-se a forte influência que a literatura teve para o processo de constituição da psicanálise freudiana, todo o jogo literário adquire, através das transgressões associadas aos usos da linguagem, uma

nova dimensão, e o campo psicanalítico pode ser re-significado. Assim, percebe-se a importância que a disciplina freudiana poderia acrescentar às análises da literatura e das ciências humanas em geral, porém os primeiros ensaios a se permitirem semelhantes aventuras hoje parecem desarticulados e pouco significativos de uma aliança que pretendia muito, mas pouco ofereceu.

UMA VERSÃO LOCAL DO CULTURALISMO

A terceira hipótese de leitura do fenômeno psicanalítico no *Folhetim* não possui uma relação direta entre o que era escrito e a teoria. Não se deve perder de vista que o arsenal psicanalítico seria acionado de uma outra forma distinta das anteriores. De maneira difusa (aliás, os deslizamentos metafóricos são uma das principais marcas da atividade psicanalítica), pode-se perceber que o uso indireto da psicanálise talvez seja ainda mais relevante do que uma possível intervenção direta do especialista ou da tentativa de adicionar (ainda que a idéia fosse interessante) a psicanálise a outra disciplina. Refiro-me às discussões (através dos debates e reportagens) que trouxeram à tona a questão das minorias. Estas reflexões surgiram nas páginas do suplemento através das contendas sobre o novo papel da mulher (na cultura, na literatura, no casamento, na política) e o direito à cidadania do homossexual, do negro e do índio. Estes debates forçavam a abertura de novos flancos de atuação crítica advindos, principalmente, dos setores mais organizados da sociedade. Assim, fornecia-se, regularmente, munição ao imenso fórum em que se havia transformado o suplemento durante sua segunda fase.¹⁷ Prova disso é que as palavras-chave mulher, feminismo, racismo e homossexualidade foram empregadas com certa frequência durante este período. Este aspecto

também chama a atenção, porque coloca no mesmo plano de preocupações os temas políticos, culturais, econômicos ou a crise do petróleo, ao lado da problemática inserção das minorias no quadro geral da Sociedade Civil.

Se nas duas hipóteses anteriores havia teoria em excesso e o resultado era quase pífio, neste terceiro caso, a falta de teoria enfraqueceu em muito o debate. Na maioria das vezes, estas discussões eram formuladas a partir da experiência acumulada dos convidados; desse modo, acertava-se no alvo dos temas quando se buscava discutir as condições de alteridade dos sujeitos marginalizados por grande parte da sociedade organizada, porém, o resultado final deixava a desejar e, infelizmente, apressava-se o fim dos debates, porque, na maioria dos casos, ao invés do aprofundamento dos temas por parte da universidade e dos jornais, a televisão assumiria as discussões (relativizando-as ao máximo), provocando um esgotamento precoce deste “filão” associado aos “marginalizados”. Embora a metafísica da presença (o relato individual) seja a marca destas discussões e a falta de bibliografia prejudique desdobramentos que se aventurassem pelos campos “desconhecidos” da seara cultural e psicanalítica (debate este que será retomado mais tarde pelos estudos culturais), pelo menos, eles deixaram indicações claras e diversas pistas sobre as discussões que marcam o fim deste século, ou seja, os debates enfatizavam a necessidade da quebra das tradições e dos cânones cristalizados, pois somente assim se abririam novos espaços de atuação, forçando a prioridade de se reconhecer como legítimas as reivindicações dos grupos apartados por séculos de uma história abalizada pela dominação social, sexual, racial, econômica e política (aqui talvez seja interessante acrescentar a grande cobertura oferecida, pelo suplemento, ao ascendente fenômeno dos sindicatos).

Desse modo, pode-se perceber que o traço de um primeiro rascunho da versão local do culturalismo ganhava uma dinâmica própria; alargava-se no horizonte a possibilidade de transformar toda a discussão em torno das minorias em uma questão nacional e, sobretudo, criava-se a expectativa de

se formular, como forma de resposta à política oficial, uma variante capaz de traduzir-se em um multiculturalismo com força suficiente para abarcar e dirimir os dilemas das minorias sociais, raciais, sexuais.

Durante a passagem da década de setenta aos anos oitenta, associar a discussão dos direitos sociais das minorias ao clima da re-democratização política do país era praticamente inevitável, e esta operação aumentava ainda mais a indignação pela falta de uma política federal clara sobre o assunto. Porém, se, como vimos na primeira parte deste trabalho, o descaso do governo era claro em relação à educação, a omissão às reivindicações das minorias esbarrava em um silêncio ainda maior. Aguinaldo Silva resumia esta seqüência de descasos da seguinte forma:

“O homossexualismo é nossa culpa. Ele é quem provoca os crimes que os homens condenam. E os que não sabem são, muitas vezes, nossos irmãos. Os negros condenados pela cor, os judeus pela ambição: negros e judeus vendo em nós a imagem do demônio que eles compõem. A eles tinham de informar, Davi, sou homossexual e sendo, também sou negro e judeu”.¹⁸

Para compreender melhor a preocupação expressa no fragmento anterior, talvez devêssemos acrescentar: também sou negro, mulher, índio e negro. Sendo assim, percebe-se que as questões sociais e políticas estavam coladas umas às outras. Veja-se, por exemplo, como o suplemento abria o debate sobre as conquistas das mulheres nos anos setenta:

“Se na década de 60, em sua marcha pela libertação sexual e pela igualdade de direitos, a mulher teve gestos simbólicos, como a famosa ‘queima de sutiãs’, nos anos 70 tais gestos foram substituídos por uma ação mais direta e organizada, alterando a legislação em muitos países, atacando os valores esclerosados da sociedade patriarcal e dando um novo rumo a todo o processo social. No Brasil,

a violência – tanto da repressão policial quanto do arrocho econômico – levou-a a levantar a cabeça e assumir papéis fundamentais no quadro da mobilização social, sem ignorar seus problemas específicos”.¹⁹

Esta terceira hipótese de leitura permite que se perceba a proximidade entre o universo psicanalítico e o “quadro da mobilização social”, pois ela é favorecida por dois movimentos diferentes, mas complementares. Em primeiro lugar, é possível perceber que a queda do *nome do pai* questiona a norma (na medida em que o conjunto das leis é questionado ou modificado); por outro lado, a recorrente re-significação dos “gestos simbólicos” do passado traz um passado diferente (ou seja, ao passado somente se deve retornar quando se está protegido por alguma forma de seletividade, pois, não sendo assim, corre-se o risco de se recuperar a tradição). Além destes dois fatores, a psicanálise ganhava prestígio e se consolidava como método de análise social, tornando-se um importante aliado para se interpretar as sucessivas e cambaleantes mudanças de foco da cena contemporânea.

Todo este clima propício à descoberta de soluções sobre os destinos múltiplos da cultura vai sendo esvaziado em favor das reflexões pormenorizadas dos especialistas, que, a seguir, viriam preencher as páginas do suplemento. Assim, fruto de uma época que desconfia cada vez mais da noção de projeto, o *Folhetim* deixa de significar uma unidade orgânica que optava por oferecer a seu público, semanalmente, um caderno coeso sobre algum assunto vibrante, retirando das discussões culturais os conteúdos ligados, por exemplo, às questões mundanas da cidadania. Ao invés de se apresentar como uma formação coesa e uniforme, a partir de 1982, o *Folhetim* se traduz por uma sorte de fragmentos, ou melhor, como uma Rapsódia cujas reverberações se misturam aos ruídos externos acelerando o seu desvanecimento.

¹ Como se sabe, para ser psiquiatra é necessário ter formação médica. Além disso, a psiquiatria se difere da psicologia e da psicanálise por abordar a mente humana de um ponto de vista exclusivamente bioquímico. Sendo assim, contrária a muitas práticas “obscuras” dos psicólogos e dos psicanalistas, os psiquiatras apostam na “cura” de seus pacientes através da prescrição de drogas, que visam a complementar certas deficiências psíquicas. Esta prática é condenada por boa parte dos psicanalistas e psicólogos, pois eles acreditam que os métodos psicoterapêuticos e a análise, respectivamente, podem oferecer melhores resultados sem causar nenhum tipo de dependência química, minimizando, assim, os efeitos da “cura”. Já a distinção entre psicanálise e psicologia é mais complexa, mas pode ser resumida através de seus métodos. Genericamente, o “tratamento” psicológico visa a uma mudança comportamental. A “cura”, neste caso, obedece outra lógica. Trata-se de detectar um comportamento social “inadequado”, para, através das terapias, redirecionar este indivíduo ao convívio social “adequado”. Se for possível reconhecer um método na psicologia, a psicanálise, por sua vez, questiona a própria noção de “método” e de “cura”. Há um método, mas ele se baseia em regras que não são fixas (as associações livres), variando de acordo com o “caso”. Fundamentalmente, a psicanálise se difere da psicologia e da psiquiatria por não tratar o inconsciente munido de alguma lógica *apriorística*. “Mas o inconsciente tal qual Freud o detectou, o inconsciente estruturado como um ‘rébus’, um enigma, um discurso puramente signifiante, isto é, como ‘uma linguagem’. [Contudo] a psicanálise não é uma gramática, língua ou lingüística, ela é fala”. In: Durval Chechinato. “Psicanálise e poder dominante”, *Folhetim*, n. 308, 12 de dezembro de 1982, p.3.

² A seguir, apresento a relação da série “psiquiatria”, publicada entre 1977 e 1981.

D'AVILA, Roberto Ferrareto; OLIEVENSTEIN, Claude. A droga. n. 030, 14, agos., 1977 p.7-9.

ZIGGIATTI, Laerte; LAING, Ronald D. Ronald Laing: o impasse está criado. n. 072, 4, jun., 1978 p.11-12.

ARNT, Richard. Que abram os manicômios. n. 092, 22, out., 1978 p.6-7.

KLINTOWITZ, Jaime; BASAGLIA, Franco. Liberdade, remédio até para a loucura. n. 130, 15, jul., 1979 p.8-9.

OLIVEIRA, Evilásio. Não há loucos na Pinel. Apenas brasileiros. n. 140, 23, set., 1979 p.14.

FORBES, Jorge F.; PRADA, Cecília. O rico e o pobre, a mesma violência. n. 149, 25, nov., 1979 p.8.

FOLHETIM. Uma palavra proibida na Pinel: viciado. n. 185, 3, agos., 1980 p.13.

WEREBI, Samuel; GOLDSTEJN, Hélio. O que se esconde no uso de drogas. n. 185, 3, agos., 1980 p.13.

MENDES, Oswaldo. As desventuras da divina natureza das coisas. n. 217, 8, mar., 1981 p.2.

VASCONCELOS, Mariângela. A morte da saúde mental. n. 217, 8, mar., 1981 p.7.

FOLHETIM. Quem ganhou com os avanços da psiquiatria? (mesa-redonda). n. 217, 8, mar., 1981 p.9-11.

REIS, Marcos Aarão; VASCONCELOS, Mariângela. O tratamento fora do hospício enfrentando ventos e tempestades. n. 217, 8, mar., 1981 p.8.

WAINBERG, Daisy. A longa jornada até o manicômio. n. 256, 13, dez., 1981 p.4.

³ A seguir, relaciono o grupo de textos que trazem a psicologia como foco das atenções. Acompanha um breve resumo dos textos.

MOUTINHO, Nogueira. Mãe! n. 016, 8, maio., 1977 p.17.

A reportagem pretende passar a limpo o papel da Mãe ao longo de toda a história da humanidade.

GAIARSA, José Angêlo; PENTEADO, Regina. Sem papas na língua, o incrível doutor mente. n. 061, 19, mar., 1978 p.3-6.

Nesta entrevista, José Angêlo Gaiarsa analisa as dificuldades, que a maioria das pessoas possui, em superar a "vontade". Para o entrevistado, a tensão gerada por esta situação pode levar a maioria destes indivíduos a se tornarem pessoas extremamente infelizes.

GOLDENBERG, Jacob Pinheiro; NABARRETE, Sonia. O divã da periferia. n. 112, 11, mar., 1979 p.8-9.

Nesta entrevista, o psicólogo Jacob Pinheiro Goldenberg defende a idéia de se levar à periferia a psicoterapia através da Igreja, sindicatos e sociedades de bairro.

LEITE, Ruth Mattos de Cerqueira. O desenvolvimento sexual do adolescente. n. 174, 18, maio., 1980 p.8.

O depoimento enfatiza as mudanças que ocorrem no corpo humano durante a adolescência, o problema da identidade e da sexualidade.

RIBEIRO, Denise; BORGES, José Paulo. A psicologia faz sucesso na reabilitação individual. n. 217, 8, mar., 1981 p.4.

A primeira reportagem consulta o conselheiro suplente do Conselho Regional de Psicologia, Lazslo Ávila, que fala da emancipação e do reconhecimento da psicologia como um instrumento de recuperação social do indivíduo. A segunda reportagem consulta o presidente da Associação Médica Brasileira, Pedro Kassab, que fala da necessidade de regulamentação da área para definir melhor as responsabilidades de cada profissional. A terceira reportagem (de J.P. Borges) aborda o tratamento desumano recebido pelo paciente mental, quando ele entra em uma instituição particular, cujo tratamento visaria apenas ao lucro.

KNOBEL, Mauricio. O adolescente, perdido entre mercadores de ilusões. n. 217, 8, mar., 1981 p.6.

O depoimento relaciona a exploração exercida pelo mercado de trabalho dos jovens à vulnerabilidade que eles estariam expostos (os mercadores de ilusões) quando o assunto é saúde mental.

FUKUI, Lia; BRANDÃO, Hermínia; BRUSCHINI, Maria Cristina. As forças ocultas do cotidiano. n. 251, 8, nov., 1981 p.11.

Nestas entrevistas, Lia Fukui e Maria Cristina Bruschini falam sobre o caráter autoritário da família, reflexo do autoritarismo da política nacional.

CUNHA, Maria (Manuela) Carneiro da. As paixões e o crime. n. 264, 7, fev., 1982 p.10.

A reportagem procura focar as origens psicológicas dos crimes passionais.

MACHADO, Beatriz. Uma busca epistemológica. n. 471, 16, fev., 1986 p.3-4.

Segundo o texto, "se para a psicologia é fundamental a estrutura material do indivíduo, para a astrologia pouco importa que ele tenha um pai sádico ou uma mãe possessiva".

MASSI, Mariana. Havana, o reatamento do diálogo entre psicanálise e marxismo. n. 501, 14, set., 1986 p.8-11.

O texto analisa o encontro de psicólogos de vários países e orientações, ocorrido em Cuba, em 1986, que novamente colocou em pauta as convergências e as divergências entre a psicanálise e o marxismo.

⁴ Sonia Nabarrete; Jacob Pinheiro Goldenberg, "O divã da periferia". Entrevista, *Folhetim*, n. 112, 11 de março, 1979, p.8.

⁵ “Depoimentos”, *Folhetim*. n. 217, 8 de março, 1981, p.11. Depoimentos de Irene Ravache, Enio Mainardi e Carlito Maia.

⁶ Terry Eagleton reconhecia, em 1983, que a psicanálise padecia deste mal em âmbito mundial.

“Uma crítica a Freud por vezes ainda ouvida na Esquerda política é a de que seu pensamento é individualista - que ele coloca causas e explicações psicológicas ‘particulares’ em lugar das sociais e históricas. Tal acusação reflete uma incompreensão radical da teoria freudiana. De fato existe um problema real em relação à maneira pela qual os fatores sociais e históricos se relacionam com o inconsciente; um dos objetivos da obra de Freud, porém, é tornar possível pensarmos o desenvolvimento do indivíduo humano em termos sociais e históricos. O que Freud produz, na verdade, nada menos é do que uma teoria materialista da criação do sujeito humano. Chegamos a ser o que somos por uma inter-relação de corpos - pelas complexas transações que ocorrem durante a infância entre nossos corpos e aqueles que nos cercam. Isso não é reducionismo biológico: Freud decerto não acredita que sejamos apenas os nossos corpos, ou que nossas mentes sejam simples reflexos deles. Nem constitui a sua teoria um modelo a-social da vida, já que os corpos que nos cercam, e nossas relações com eles, são sempre socialmente específicos. Os papéis dos pais, as práticas do cuidado com a criança, as imagens e crenças associadas a tudo isso são aspectos culturais que podem variar consideravelmente de uma sociedade para outra, ou de um momento histórico para outro. A “infância” é uma invenção histórica recente, e a gama de diferentes cenários históricos abrangida pela palavra “família” dá-lhe um valor limitado. Uma crença que aparentemente não variou nessas instituições é a suposição de que as meninas e as mulheres são inferiores aos meninos e aos homens: tal preconceito parece aproximar todas as sociedades conhecidas. Como se trata de um preconceito com raízes profundas em nosso desenvolvimento sexual e familiar inicial, a psicanálise ganhou grande importância para algumas feministas”. Terry Eagleton. *Teoria da literatura: uma introdução*, pp.176-177.

⁷ Um dos desdobramentos políticos desta crise se tomaria mais claro a partir do *Folhetim* n.280, de 30 de maio de 1982, quando Chaim Samuel Katz, saindo em defesa da SPRJ ou da psicanálise de direita, passaria a questionar a utilização da disciplina como ponta de lança da esquerda, enfatizando que, caso se quisesse reconhecer algum valor na democracia, ele deveria servir, necessariamente, para os dois lados. Estas críticas eram endereçadas ao Ibrapsi (Instituto Brasileiro de Psicanálise) que, três números mais tarde (n. 283, de 20 de junho de 1982), daria continuidade à polêmica.

⁸ Alguns dos principais desdobramentos desta crise pode ser encontrado no *Folhetim* n. 254, de 29 de novembro de 1981. Contudo, como a listagem dos textos apresentada anteriormente demonstra, a polêmica seria ainda protelada por vários meses.

⁹ Maria Rita Kehl, “O mito do psicanalista”, *Folhetim*, n. 254, 29 de novembro de 1981, p.9.

¹⁰ Idem. Ibidem, p.9.

¹¹ A seguir, apresento a relação dos textos que demonstram esta trajetória. Fazem parte dela os principais especialistas que colaboraram no suplemento: Chaim Samuel Katz, Fábio Hermann, Hélio Pelegrino, e Maria Rita Kehl. Entre as colaborações de Hélio Pelegrino e Maria Rita Kehl, fiz questão de manter os poemas e as ficções, respectivamente, para demonstrar que as publicações não ficaram restritas aos temas psicanalíticos.

KATZ, Chaim Samuel.

Um sofista entre nós. n. 254, 29, nov., 1981, p.9.

O depoimento comenta a atuação do psicanalista Eduardo Mascarenhas: "Mascarenhas mostra aquilo que se quer segredo de uma classe (sic) e coloca a

psicanálise como uma coisa a ser pensada e vivida".

Tristão e Isolda. n. 267, 28, fev., 1982, p.12.

O texto reflete sobre a 'postura' do espectador durante a execução da ópera de Richard Wagner.

Censura e psicanálise. n. 275, 25, abr., 1982, p.3.

A partir dos conceitos de Freud, o texto analisa a censura "que se alastrou violentamente nos últimos 18 anos da vida urbana do Brasil, [e que] poderá obrigar a todos a sair da quietude e das 'grandes esperanças' dos últimos 6 anos".

Formação psicanalítica e democracia. n. 280, 30, maio., 1982, p.8.

De acordo com o texto, "a questão da democracia não está colocada apenas para as sociedades psicanalíticas de 'direita', mas também para os que se julgam de 'esquerda'".

Filosofia, saber e poder. n. 287, 18, jul., 1982, p.9.

O texto reflete sobre uma dúvida: "será que o provável ensino de filosofia no curso secundário vai destacar o saber múltiplo de Parmênides, Protágora ou Zenão de Eléia?"

Ordem familiar e limites da loucura. n. 333, 5, jun., 1983, p.10-11.

De acordo com o texto, "no Brasil, cria-se uma unanimidade entre a direita e uma certa esquerda quanto aos doentes mentais. Os primeiros querem devolvê-los a suas famílias, porque estas sendo as 'células mãe' da sociedade, deverão corrigi-los. Os outros buscam acabar com a noção de doença mental - se ela não existe, eles serão refamiliarizados, recobrando seu bem-estar".

Foucault e a loucura. n. 397, 26, agos., 1984, p.4-5.

A partir da "História da loucura", de Foucault, o texto procura rastrear o modo pelo qual "a razão ocidental excluiu cruelmente o louco e despojou-o de seus direitos de cidadania".

HERMANN, Fábio.

A psicanálise encontra o seu lugar, o cotidiano. n. 226, 17, maio., 1981, p.10-11.

O texto reflete sobre a ampliação da ação da psicanálise na sociedade e o seu lugar no cotidiano.

Os atrativos do vazio. n. 254, 29, nov., 1981, p.4.

O texto reflete sobre a ligação que se faz entre a psicanálise e o poder. "Por que apontá-la só neste contexto, se ela está em toda a parte?", pergunta o texto.

Aéreos, subterrâneos: nossos filósofos chegam à psicanálise. n. 428, 31, mar., 1985, p.2-3.

O texto procura avaliar as profundas relações entre a filosofia brasileira e o pensamento freudiano, destacando a revisão da obra de Freud à luz da filosofia contemporânea.

A dor de cotovelo no divã. n. 466, 12, jan., 1986, p.7-9.

"Em entrevista ao Folhetim, Fábio Hermann discute alguns dos tópicos de seu livro, como a possibilidade de uma psicanálise à brasileira, a noção do real, na teoria e no cotidiano, e os casos, agora clínicos, do teimoso, do saudoso, e daquele dono de uma tremenda dor-de-cotovelo".

Psicanálise em São Paulo. n. 488, 15, jun., 1986, p.8-9.

Refletindo sobre a função de psicanalista, o autor sentencia: "o nosso é um ofício absurdo - impossível não é, visto que se exerce. Lidamos com o mundo pelo avesso, é verdade. Mais uma razão para sensatez".

PELEGRINO, Hélio.

A sociedade psiquiátrica e a expulsão dos demônios. n. 217, 8, mar., 1981, p.3.

"O psicanalista - expulso da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro - conta,

neste artigo, porque discorda da entidade, que considera preocupada em manter 'gordos privilégios'".

Poemas - O galo/ Fleshback/ Os suicidas/ Piquenique/ O bêbado Segismundo/ Antônia dorme/

As asas pensadas/ Passarão. n. 295, 12, set., 1982, p.12.

Formação ou deformação. n. 324, 3, abr., 1983, p.3-5.

Segundo o texto, "o didata investido pela instituição, revestido pelas exigências burocráticas que esta lhe faz, vai levar para o espaço analítico um discurso pronto, prévio, fechado e opaco, que não se coaduna com o lugar do analista e com a função simbólica que lhe é reservada".

Poema - Copacabana à tarde. n. 340, 24, jul., 1983, p.12.

Pacto edípico e pacto social. n. 347, 11, set., 1983, p.9-11.

"A ruptura com o pacto social, em virtude de sociopatia grave - como é o caso brasileiro - pode implicar a ruptura ao nível do (sic) inconsciente, com o pacto edípico. Não nos esqueçamos que o pai é o primeiro e fundamental representante da lei da cultura. Se ocorre por retroação uma tal ruptura, fica destruído no mundo interno, o significante paterno, o nome-do-pai, e em consequência o lugar da lei".

Psicanálise da criminalidade brasileira. n. 403, 7, out., 1984, p.6-8.

De acordo com o texto, "a criminalidade é uma forma enlouquecida de protesto, e é preciso que a indignação e a inconformidade do povo possam formular-se em termos políticos, de modo a torná-la desnecessária e, portanto, verdadeiramente ultrapassável".

Poema - As coisas dadas. n. 416, 6, jan., 1985, p.2.

As instituições psicanalíticas no divã n. 434*, 19, maio., 1985p.6-9

(colaboram: BARRETO, Carlos; PELEGRINO, Hélio e MAROJA, Paulo).

De acordo com o texto, "por trás da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro e de seu discurso totalitário ocultam-se mecanismos de recalque, pulsões e compulsões. O analista formado por ela é vítima desse esconde-esconde".

KEHL, Maria Rita.

Sexo, a preços módicos. n. 224, 3, maio., 1981, p.8.

O texto reflete sobre o mercado do sexo, "a sexologia", no contexto da indústria cultural, como ilusão de satisfação sexual.

O sacrifício dos deuses. n. 227, 24, maio., 1981, p.7.

O texto analisa o comportamento dos meios de comunicação que transformaram os atentados terroristas contra o Papa, John Lennon e Ronald Reagan, em show.

Três respostas às senhoras de Santana. n. 230, 14, jun., 1981, p.3.

O depoimento é uma resposta, em tom de severa crítica, ao pedido de maior rigor da censura à televisão feito pelas "Senhoras de Santana".

As modas do colonizado. n. 233, 5, jul., 1981, p.13.

O texto avalia que "a importação de modismos passou da elitização para a democratização dos costumes".

Ficção - O casamento (i)real. n. 238, 9, agos., 1981, p.16.

Elas por elas. n. 240, 23, agos., 1981, p.10.

O texto reflete sobre a expansão do mercado representado pela ascensão econômica e social da mulher.

O rei morreu. Viva o rei. n. 241, 30, agos., 1981, p.12.

Fazendo diversas ressalvas, o depoimento presta homenagem (logo depois da morte) ao "gênio" Glauber Rocha.

O proprietário do pensamento. n. 245, 27, set., 1981, p.10.

O texto entra na polêmica entre Marilena Chauí e José Guilherme Merquior e introduz o questionamento sobre a possibilidade de alguém ter propriedade de uma idéia.

Viver e conviver. n. 251, 8, nov., 1981, p.12.

Segundo o texto, "quando a objetividade compulsória substitui a riqueza das trocas entre subjetividades, caminha-se para o autoritarismo que é a morte em vida".

O mito da psicanalista. n. 254, 29, nov., 1981, p.9.

Segundo o texto, "só a socialização da práxis psicanalítica pode dessacralizar a 'ciência-mito' de nossos dias".

Política da desilusão. n. 259, 3, jan., 1982, p.11.

O depoimento elabora o perfil da sucessão política em São Paulo, lamentando não ter no PT um nome forte para concorrer com Montoro e Maluf e, dos males o menor, acaba por apoiar Montoro.

As raízes cotidianas da corrupção. n. 264, 7, fev., 1982, p.9.

Segundo o texto, "a corrupção doméstica forma o pano de fundo social favorável a todas as grandes corrupções, a todas as grandes traições que escandalizam a nossa má consciência".

Ficção - Carnaval todo desejo. n. 266, 21, fev., 1982p.12

Abaixo os clichês! n. 267, 28, fev., 1982, p.4.

O depoimento enfatiza que a utilização do rótulo "marginal" pode ser demasiado pretensioso.

Antidepressivos para desesperançados. n. 471, 16, fev., 1986, p.5.

O texto discute alguns dos efeitos apaziguadores que as novelas transmitem aos espectadores. De acordo com o texto, "em Roque Santeiro, só as prostitutas e os padres fazem o espectadores felizes; assim, o pálido herói ora se abriga na igreja, ora na casa da viúva".

¹²A seguir, apresento a relação dos "ensaios-literatura" que trazem a palavra-chave "psicanálise" associada.

GAMBOA, Gloria. Uma viagem por Anais Nin. n. 328, 1, maio., 1983, p.10-11.

GONZÁLEZ, Horácio. Werther e a sedução do suicídio. n. 341, 31, jul., 1983, p.10-11.

SUSSEKIND, Flora. Friedrich Schlegel - O chiste e suas relações com o Romantismo. n. 343, 14, agos., 1983, p. 6-7.

MENEZES, Adelia Bezerra de. Literatura e psicanálise. n. 360, 11, dez., 1983, p.4-5.

SUSSEKIND, Flora. Ego-trip. n. 381, 6, maio., 1984, p.9-11.

MENEZES, Adelia Bezerra de. A alquimia da pedra. n. 408, 11, nov., 1984, p.9-11.

POMMER, Mauro Eduardo. Borges e Lacan. n. 408, 11, nov., 1984, p.6-8.

WILLEMART, Philippe. Além da psicanálise, a literatura. n.408, 11, nov., 1984, p.2-3.

FRANCESCHI, Antonio de. Assassinato: modo de usar. n. 431, 21, abr., 1985, p.8-9.

RIBEIRO, Renato Janine. O teatro do grande sedutor. n. 538, 29, maio, 1987, p.6-8

KOSSOVITCH, Elisa. Os cúmplices da sedução. n. 538, 29, maio, 1987, p.4-5

WILLEMART, Philippe. O que procura D. Juan? n. 538, 29, maio, 1987, p.2-3.

¹³ Zeljko Loparic, "Uma leitura filosófica de Freud", *Folhetim*, n.499, 31 de agosto de 1986, p. 7.

¹⁴ Adélia Bezerra de Meneses, "Literatura e Psicanálise", *Folhetim*, n. 360, 11 de dezembro de 1983, p. 4. Grifos da autora.

¹⁵ O quadro a seguir traz a relação das dez palavras-chave mais utilizadas durante a indexação do *Folhetim* (1977-1989). Este quadro reitera a importância que o suplemento tinha em divulgar as discussões, apresentações e questionamentos sobre o tema.

Brasil	4,76
Política	4,70
Literatura	4,67
Comportamento	3,12
Cultura	2,54
Cinema	2,48
Poesia	2,43
Teoria literária	2,34
Psicanálise	1,67
Humor	1,63

¹⁶ Terry Eagleton, *Teoria da literatura: uma introdução*, pp.192-193.

¹⁷ A seguir, relaciono os debates que trataram diretamente da exclusão das mulheres, dos negros, dos homossexuais e dos índios.

A questão da mulher:

E o poder da mulher? n. 059, 5, mar., 1978, p.3-6.

Neste debate, coordenadas pelos jornalistas Irede Cardoso, Nelson Merlin e Licínio de Azevedo, Ruth Escobar (atriz), Sílvia Pimentel (professora), Nilce Trajan (publicitária), Maria Inês Castilho (jornalista), Marlene Crespo (desenhista) e Maria Amélia Teles falam de suas experiências (participação e conquistas) pessoais em áreas diversas da sociedade brasileira.

Educação sexual nas escolas n. 094, 5, nov., 1978, p.10-11.

O *Folhetim* reúne João Alfredo Meireles (psicólogo), Waldenyr Caldas (sociólogo), Atilio del Greco (vendedor autônomo), a esposa Maria de Loudes Fraga Lopes e suas três filhas, Raquel Moreno (jornalista), Cibele de Lima (estudante de sociologia) e a sexóloga Maria Helena Matarazzo para discutirem a questão da educação sexual nas escolas.

Mesa-redonda: a mulher já não queima sutiã. n. 141, 30, set., 1979, p.7-8.

Coordenadas por Cecília Prada, as antropólogas Mariza Corrêa e Verena Stolcke e a socióloga Rosalina Santa Cruz Leite discutem a mudança de comportamento da mulher na década de 70.

O que elas querem? A metade de tudo. n. 143, 14, out., 1979, p.3.

Coordenadas por Maria Carneiro da Cunha, Sílvia Pimentel, Anésia Pacheco Chaves, Marta Suplicy e Maria Malta Campos discutem que tipo de liberdade e quais as conquistas que mais interessam às mulheres.

A mulher pediu a palavra. n. 143, 14, out., 1979, p.7-9.

Coordenadas por Irede Cardoso, Irma Passoni (deputada), Angela Náder (empresária), Ione Cirilo (jornalista), D.Hilda (sindicalista), Marly Cardoni (USP) e Regina Duarte discutem sobre o tamanho da fatia da política que deve ser reservada às mulheres brasileiras.

O que há de novo nesses partidos. n. 162, 24, fev., 1980, p.7-12.

Nesta mesa-redonda, coordenada pelo professor Tércio Sampaio Ferraz Jr., alguns convidados (Jarbas Passarinho - PDS, Almino Afonso - PMDB, Chico de Oliveira, Fábio Munhoz e José Álvaro Moisés - PT, o prefeito de Osasco Guaçu Piteri, Orlando Miranda - PTB, Cláudio Lembo e Aluísio Alves - PP) discutem os novos rumos da política nacional, agora, com liberdade de organização partidária. No final dos depoimentos e do debate, há uma nota sobre a participação da FENEMÊ (Frente Nacional das Mulheres), que pretende reivindicar dos partidos maior participação das mulheres.

E a liberdade sexual, vai bem? n. 165, 16, mar., 1980, p.8-12.

Coordenados pelo jornalista Oswaldo Mendes, a psicanalista Betty Milan, o antropólogo Peter Fry, a professora Marilena Chauí, o psiquiatra Flávio Gikovate, o psicólogo Angel Pino e a professora Sílvia Pimentel discutem os principais objetos e objetivos dos desejos dos brasileiros.

Casamento e maternidade: o que mudou? (mesa-redonda). n. 216, 15, mar., 1981, p.10-15.

Coordenados por Marilena Chauí, Carmem Barroso (psicóloga), Heleith Saffiotti (socióloga), Ireda Cardoso (jornalista), Olgária Férez (filósofa) e Lígia Fagundes Telles (escritora) discutem sobre as novas relações da mulher com o casamento e com a maternidade.

As lutas pela cidadania têm dois séculos de atraso. n. 219, 29, mar., 1981, p.13-16.

Coordenados por Dalmo Dallari, Marilena Chauí, Olívio Dutra, Plínio de Arruda Sampaio, Paulo Francini e Rubens Vaz da Costa discutiram a questão da cidadania e o cumprimento das leis no Brasil.

A democracia passa pela discussão do pluralismo cultural. n. 220, 5, abr., 1981, p.6-9.

Sob a coordenação de Roberto Schwartz (USP), Gilberto Velho (antropólogo), Leda Alves (UFPE), Mário Schenberg (crítico de arte) e Cacaso (poeta) discutiram sobre a questão da identidade cultural brasileira.

O aborto em questão. n. 223, 26, abr., 1981, p.6-8.

Coordenados pelo jornalista Henrique Nunes, D. Luciano Mendes de Almeida (da CNBB) e Carmem Barroso (da Frente de Mulheres Feministas) discutem sobre a questão do aborto.

Feminismo e antropologia - A mulher e a ideologia. n. 227, 24, maio., 1981, p.8-11.

Coordenada por Mariza Correia, Bruna Franchetto, Maria Luiza Heilborn e Maria Laura Cavalcanti refletem sobre a polêmica discussão a respeito da existência ou não de uma identidade feminista universal.

Mulher negra, essa quilombola. n. 253, 22, nov., 1981, p.4.

GONZALES, Lélia. A reportagem informa que "a situação da mulher negra hoje não é muito diferente de seu passado de escravidão".

A mulher, alvo preferencial de violência (mesa-redonda). n. 256, 13, dez., 1981, p.6-8.

Coordenados por Dalmo Dallari, Rachel Moreno, Maria Carneiro da Cunha,

Aparecida Kopcak e Helena de Grammont discutem os efeitos de uma sociedade que exerce, de diversas formas, a violência como forma de conservar a dominação.

A questão do homossexualismo:

Gay, com orgulho. n. 141, 30, set., 1979, p.8-9.

MORAIS, Antonio Carlos. Esta reportagem procura enfocar os problemas decorrentes do comportamento homossexual e a crescente consolidação do poder gay.

Do gueto para o debate público. n. 260, 10, jan., 1982, p.6-8.

Sob a coordenação de Irede Cardoso, o Folhetim reúne Flávio Gikovate (psicanalista), João Batista Breda(deputado), João Silvério Trevisan e Darci Penteado (ambos do jornal Lampião), que discutem os direitos das minorias em uma sociedade que mal respeita a maioria.

O corpo, esse desconhecido. n. 261, 17, jan., 1982, p.6-8.

FERREIRA, Antônio Carlos. O Folhetim transcreve um resumo do debate realizado em 31 de outubro de 1981 em Florianópolis, dentro do X Congresso Brasileiro de Comunicação Social. Trata-se de um debate sobre as políticas do corpo, com a presença de Fernando Gabeira, do sociólogo Manuel Berlinck, da professora Maria Helena Weber, do sociólogo e antropólogo Renato Ortiz, do escritor Paulo Schilling, sob a coordenação da psicóloga Ana Verônica Mautner.

A questão dos negros:

Quilombismo. n. 138, 9, set., 1979, p.7-9.

Coordenados pelo jornalista Antonio Zago, Hamilton B. Cardoso e Mirna Grzych debatem com o líder negro Abdias do Nascimento os princípios e os propósitos do quilombismo (movimento de conscientização política e cultural).

O terceiro tom da liberdade. n. 141, 30, set., 1979, p.2.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon de. O editorial destaca a importância de um número destinado a discutir o comportamento da década de 70 porque ela combinou, às vezes de maneira explosiva, a revolta dos jovens e as minorias sociais.

Mesa-redonda. Comunidades indígenas. n. 170, 20, abr., 1980, p.7-10.

Coordenados pelo professor Carlos Guilherme Mota, Audálio Dantas (jornalista e deputado), Lux Vidal (antropóloga da USP), Carmem Junqueira (antropóloga da PUC-SP), Tenente Brigadeiro João Camarão Telles Ribeiro, Cláudia Andujar (da Funai), Modesto da Silveira (deputado-RJ), Dom Tomás Balduino (bispo de Goiás), Olympio Serra (ex-Funai) e Aracy Lopes da Silva (antropóloga da USP) discutem a sobrevivência das comunidades indígenas no Brasil.

Mesa-redonda. Democracia racial, o mito e o desejo. n. 177, 8, jun., 1980, p.7-11.

Coordenados por José Guilhon de Albuquerque, o historiador Boris Fausto, a cineasta Tizuka Yamazaki, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, o sociólogo Clóvis Moura, o professor Joel Rufino dos Santos, Nilton Barbosa (do Movimento Negro Unificado), o escritor Maurício Segall e o advogado Esmeraldo Tarquínio discutem o mito (ou o desejo) de que vivemos em uma democracia racial.

Mesa-redonda. É o oprimido que se organiza frente ao opressor. n. 220, 5, abr., 1981, p.10-12.

Folhetim. Sob coordenação de José Carlos Dias (advogado), Joel Rufino dos Santos (historiador), Carmem Junqueira (antropóloga), Jacqueline Pitanguy (socióloga), Paulo Ruy de Oliveira (vereador SP) e Peter Fry (antropólogo) discutiram sobre uma possível equação da questão das minorias sociais.

A cor da pele. n. 240, 23, agos., 1981, p.12.

SANTIAGO, Silviano. O texto analisa a poesia de Adão Ventura que, segundo o ensaio, reavalia a condição social do negro.

O hitlerismo revivido. n. 243, 13, set., 1981, p.12

CASTRO, Moacir Werneck de. O texto elabora o quadro político que gerou e continua fortalecendo o regime de segregação racial na África do Sul.

Volta à terra da memória. n. 253, 22, nov., 1981 p.9

NASCIMENTO, Beatriz; GERBER, Raquel. Nesta entrevista, Beatriz Nascimento fala sobre a preservação da cultura negra que era mantida dentro dos Quilombos.

Cultura negra comunicação. n. 253, 22, nov., 1981, p.9.

VASCONCELOS, Mariângela. A reportagem enfoca o enraizamento das influências dos povos africanos em nossos costumes.

A luta continua. n. 253, 22, nov., 1981, p.8.

NASCIMENTO, Abdias do; CARDOSO, Hamilton Bernardes. Nesta entrevista, Abdias do Nascimento fala sobre a necessidade de engajamento da comunidade negra na luta por melhorias sociais.

A consciência negra e a comunidade. n. 253, 22, nov., 1981, p.4-5.

CARDOSO, Hamilton Bernardes. A reportagem consulta José Adão de Oliveira, do Movimento Negro Unificado, que fala sobre a necessidade de um projeto identificado com as necessidades dos negros brasileiros.

A esperança branca. n. 270, 21, mar., 1982, p.5.

GONZALES, Manuel Pedro. A reportagem enfoca a necessidade de a sociedade reconhecer o seu próprio racismo.

Mesa-redonda. Os negros e os partidos. n. 282, 13, jun., 1982, p.10-11.

Coordenados por João Batista Pereira, Teodosina Ribeiro (PDS), Abdias do Nascimento (PDT), Esmeraldo Tarquinio (PMDB), Milton Barbosa (PT) e Antonio Sabino (PTB) discutem sobre o problema dos negros na sociedade brasileira.

A questão dos índios:

A sociedade branca é uma capa, que o índio usa para sobreviver. n. 224, 3, maio., 1981, p.5.

BORGES, José Paulo. Neste depoimento, Marcos Terena, "fundador da União das Nações Indígenas, defende a preservação da identidade do índio".

Direitos humanos, a hora do índio. n. 227, 24, maio., 1981, p.3-4.

CUNHA, Maria (Manuela) Carneiro da. O depoimento da representante da

Comissão Pró-índio enfatiza a necessidade de se restabelecerem os direitos dos índios brasileiros.

A tribo chega à "civilização". n. 227, 24, maio., 1981, p.5-6.

LUPPI, Carlos Alberto. A reportagem consulta o índio tukano Álvaro Fernandes, que fala sobre a destribalização promovida pelos padres salesianos e a construção da Perimetral Norte.

A panela vazia da civilização. n. 232, 28, jun., 1981, p.6.

SCHWADE, Egydwo. O depoimento enfatiza a situação caótica dos últimos seiscentos índios Waimiri e Atroari, que estão ameaçados pela construção de uma usina hidroelétrica.

¹⁸ Aguinaldo Silva, "Primeira carta aos andróginos" (Trecho), *Folhetim*, n. 141, 30 de setembro de 1979, p.9.

¹⁹ *Folhetim*, "A mulher já não queima sutiã!", *Folhetim*, n. 141, 30 de setembro de 1979, p.7.

O ITINERÁRIO

E seja como for, para nós, homens de um século que se reconhece no estilhaçamento de Joyce e Picasso, no absurdo de Kafka, no contrapelo da música serial, — para nós a sua força não vem desta concepção unitária.

Antonio Candido

Se a primeira e a segunda fases do *Folhetim* ofereceram um conjunto de textos que atacavam os principais assuntos e polêmicas da época (formando uma certa unidade de interesses), a terceira fase se apresenta de forma segmentada. Nesta última fase, os colecionadores são obrigados a agir de forma tópica. Alguns temas estão tão distantes das preocupações dos especialistas que as coleções particulares começam a ser orientadas pelos interesses particulares, e não mais pela lógica de se colecionar todos os números. Dependendo do tema veiculado, o suplemento pode ter destinos bem distintos: ora ele é protegido como uma preciosidade, ora ele é condenado à reciclagem. Neste ponto, nota-se um novo direcionamento da coleção. Os especialistas (o economista, o historiador, o sociólogo, o professor de literatura) organizam suas coleções pelos fascículos que falam mais de perto sobre seus interesses imediatos. Assim, a dinâmica da coleção, que havia norteado as duas primeiras fases do suplemento (quando tudo era “interessante” e a coleção tinha valor por ter um ritmo de continuidade), vai sendo substituída pela necessidade do especialista, que imprime um novo perfil à coleção: a parcialidade, o recorte. A lógica do colecionador benjaminiano, embora anacrônica, serve para nossa compreensão do que acontecia. Entre 1977 e 1982, tem-se a figura do colecionador “clássico”, aquele que recolhe “tudo”, que recolhe uma totalidade, aquele que pretende dar forma ao caos universal. Angariando

amostras de tudo, pode-se pensar no colecionador clássico como um enciclopedista, que está preocupado em compreender a totalidade do universal. A partir de 1983, o leitor do *Folhetim* passa a se adequar mais à figura do colecionador moderno, ou seja, este indivíduo passa a recolher os cacos que mais lhe interessam, ou que estão disponíveis, para edificar o seu mosaico particular, obedecendo à “lógica” mais conveniente, talvez a única a seu alcance. Neste caso, o colecionador contemporâneo admite a sua condição parcial; admite, mesmo sem querer, que o paradigma da exclusão está batendo a sua porta. Sendo assim, a coleção “completa” do *Folhetim* começa a ceder espaço a outro regime de prioridades: a urgência dos fragmentos específicos, cujo interesse se direciona a áreas profissionais exclusivas. O interesse declina de forma proporcional ao abandono da idéia da formação enciclopedista. Deixando de lado o caráter “total” da coleção, o *Folhetim* assume o ônus de não mais contemplar às exigências do leitor médio, passando a buscar um filão específico e, em última instância, o suplemento se elitiza.

A existência de um suplemento cultural que atravessou mais de uma década em um país marcado pela perenidade deste tipo de iniciativa é por si um elemento que chama a nossa atenção. Evidentemente, em doze anos de publicação era de se esperar guinadas importantes que nos servissem para esclarecer a atuação em diversos ramos da cultura. O abandono de práticas de consagração e a retomada de atitudes mais críticas em relação aos fenômenos da cultura puderam ser examinados na primeira parte deste trabalho, quando a problemática da identidade e as formulações culturais foram abordadas. Neste momento, interessa-me a questão em torno dos mecanismos que serviram de orientação para que o *Folhetim* se destacasse também como um veículo de discussão sobre os fenômenos literários do final do século XX.

Como pretendo demonstrar, a primeira e a segunda fases do suplemento serviram como uma abertura para se questionar o lugar da

produção da literatura. Carregados pelas crônicas politizadas e pela ampliação do conceito de reportagem, os “jornalistas culturais” começaram a requisitar o termo literatura para suas produções, trazendo, para o campo da teoria da literatura, um problema que se tornaria cada vez mais freqüente entre nós. Paralelamente a esta relativização da produção literária (difundida pelos jornalistas-cronistas), e enquanto nas universidades o currículo oficial da disciplina “literatura brasileira contemporânea” parava em Clarice Lispector, o “jornalismo cultural” construía, à revelia dos cânones acadêmicos, um quadro de referências que pretendia reviver, em alguns anos, décadas da história literária do século XX. Esta seria a tônica dos temas literários que circularam no *Folhetim* até o início de 1982.

A partir de meados de 1982, durante a terceira fase, o suplemento passou a exigir um grau de especialização e de formação dos colaboradores, sendo que os jornalistas não mais puderam resistir às pressões de um mercado que exigia um suplemento destinado aos especialistas. Assim, os jornalistas cedem espaço para o surgimento de um suplemento que passaria a vender a imagem de especificidade, voltando-se, exclusivamente, aos leitores iniciados em literatura, psicanálise, filosofia, história, economia. Talvez a idéia editorial fosse a marcação clara da distância e da diferença entre o antigo e o novo. Neste caso, o antigo seria representado por atitudes literárias engajadas, em sintonia com o desejo de abertura democrática e política. O novo, por sua vez, representava a reconciliação com os bancos universitários e com escritores e poetas de reconhecimento nacional, comprometidos, sobretudo, com a qualidade de suas produções. Quando me refiro à criação de um suplemento voltado à literatura, não penso necessariamente na publicação de escritores, contistas e poetas. Penso, exclusivamente, nas publicações de textos que discutem as diversas maneiras de se lidar com os artefatos literários: ou seja, escrevo a respeito da profusão de teorias da literatura¹. Sem dúvida, a trajetória do *Folhetim* comprova isso: há uma disputa sendo travada entre os defensores da crítica

apadrinhada (somente como mecanismo de consagração) e, por outro lado, os colaboradores, pós 1982, dotados de um arsenal crítico que tornaria a literatura um exercício de difícil e restrita acessibilidade. As teorias literárias vão re-posicionar questões como o valor literário, a autoria e a história literária, por exemplo.

Portanto, ao longo da década de oitenta, o *Folhetim* corroborou a ascensão da idéia de que o ato de leitura do texto literário pode estar cravado por uma pluralidade de acepções e orientações teóricas, ao contrário das abordagens em defesa do “senso comum” que, naquela altura, se encontravam em franco declínio. De um modo geral, esta seria a dinâmica das publicações que povoaram as páginas do suplemento da *Folha de S.Paulo* ao longo dos anos oitenta. Ao mesmo tempo, este será o movimento que pretendo percorrer quando me proponho a discutir as diversas orientações teóricas que foram assegurando espaço à discussão do literário no *Folhetim*.

PRIMEIRA FASE (1977-1979) —

A CRÍTICA APADRINHADA

A teoria voltará, como tudo, e seus problemas serão redescobertos no dia em que a ignorância for tão grande que só produzirá o tédio.

Philippe Sollers, 1980

E os artistas, os escritores principalmente, que imaginam estar fazendo arte pro povo não passam duns teóricos curtos, incapazes de ultrapassar a própria teoria.

Mário de Andrade

A primeira fase (1977-1979) do *Folhetim* pode ser facilmente reconhecida como um período preocupado em divertir informando o leitor. Este período pode ser considerado “literário” não por apresentar textos voltados aos conceitos e à discussão das diversas possibilidades da crítica literária em lidar com os artefatos literários da época, mas sim por preencher um grande percentual de suas páginas com crônicas e “experimentos literários” de seus colaboradores mais próximos². Derivada em larga medida da situação política do país, a crônica política, determinada pela atuação do cronista engajado, teve em Josué Guimarães, João Ubaldo e em Plínio Marcos os principais articuladores da cena literária do período. Percebe-se que a literatura foi um instrumento político para se atingir as finalidades atreladas aos ideais de liberdade e, em última instância, o fato de ser “ficção” funcionava como um trunfo final e um dribble adicional nos mecanismos da repressão e da censura do Estado. Assim, podia-se tratar da situação miserável de uma grande parcela da população, da falta de segurança pública, da situação de descaso na qual se encontrava o “balaio” das questões da cidadania, da corrupção reinante nos meios governamentais, entre outras denúncias. Porém, o problema do valor

literário destes textos persiste. Silviano Santiago³ se refere à produção de dois grupos de textos durante os anos setenta: as ficções de sobrevivência, entre 69 e 74; e as de resistência, de 75 a 79. A primeira fase do *Folhetim* se ajusta não apenas em relação ao segundo período histórico citado, mas sobretudo ao tipo de “resistência” que é propagada pelas crônicas. Vejamos como, em linhas gerais, se definiria a atividade da crônica neste caso:

“O texto de resistência é antes de mais nada uma réplica aos meios de comunicação que foram selecionados pela censura ou pelos zelosos ‘copy-desks’ da imprensa objetiva. E como réplica que é, usa a mesma forma retórica (o discurso jornalístico) (...). Narra o fato ou a notícia de maneira apaixonada; narra subjetivamente o mesmo fato que a imprensa não narrou, ou narrou objetivamente. Sendo jornalístico, trabalhou com o repertório (tanto estético quanto temático) de qualquer leitor brasileiro. Daí o sucesso. Não causou a estranheza como o texto do barato e da metáfora. O texto da resistência, por ser jornalístico, parece negar a literatura ao constituir-se em livro, pois se constrói na descrença de que existam processos propriamente literários. Qualquer forma de desmistificação da retórica literária é sempre bem vinda”.⁴

Nestas crônicas, o literário se encontrava esvaziado porque não produzia *estranhamento*? Não o produz porque não consegue ou porque não quer ver seu público reduzido? À beira do populismo, o regime das crônicas não pretende se distanciar do leitor. A justificativa para este tipo de atuação encontrava respaldo da crítica veiculada pelo suplemento. Como vimos anteriormente, o interesse inicial do *Folhetim* esteve voltado e de certa forma seduzido pelos “brilhos” da televisão, com seus *shows* de variedades; entretanto, houve um espaço mínimo pelo qual puderam se manifestar os porta-vozes da “crítica” literária. Utilizo a palavra crítica entre aspas porque será possível verificar que os jornalistas-cronistas e os romancistas

envolvidos neste período dispensavam um tratamento nada respeitável à crítica: a crítica é aqui entendida como julgamento, como um juízo pessoal.

Contudo, assim como defende Roland Barthes⁵, a crítica não seria apenas um procedimento que pretende homenagear a verdade do passado, ou a verdade do *outro*, a crítica deve ser compreendida como uma construção do inteligível de nosso tempo. Como veremos adiante, a acepção da palavra “crítica” nos primeiros *Folhetins* esteve muito próxima das homenagens e da verdade do “outro”. Para esclarecer a atividade crítica do suplemento durante esta primeira fase, apresento a seguir um trecho de uma entrevista concedida por Jorge Amado a Josué Guimarães. Além de revelar a postura teórica do *Folhetim* (resumindo as principais metas a serem perseguidas), o entrevistado demarca o território a ser protegido, enfatizando quais seriam os alvos de ataque, ao mesmo tempo em que revela o que deveria ser preservado. O principal articulador dessas idéias era o escritor Jorge Amado⁶. Na opinião do escritor,

“A crítica se coloca sempre contra. (...) E eu me honro muito da estima que tem por minha obra certos leitores da mais alta qualidade intelectual – não vou citar nomes – mas até que poderia falar num Alceu, por exemplo, num Antonio Houaiss ou num Antonio Candido, por exemplo. E de ser, além disso, um escritor que qualquer homem do povo pode ler e entender. (...) É um privilégio que hoje estamos pagando caro, nós os homens que estamos criando no Brasil literatura e arte. (...) Uma coisa é você fazer literatura assim e outra é você se trancar no gabinete, ler livros e querer criar personagens, falar da angústia do povo e da coisa que você nem conhece”.⁷

Percebe-se que há uma clara distinção entre “a literatura” (e a arte) e “a crítica”. Há, portanto, uma clara separação: a literatura não deve ser crítica e a crítica não deve ser confundida com a literatura. Crítica, neste caso, se traduz por um juízo de valor positivo ou negativo sobre

determinado texto. Não está em jogo apenas a avaliação sobre a presença ou não da literariedade (que, neste caso, pode ser entendida como estranhamento) nestes textos, aí também se inclui o aval da crítica sobre o que deve ou não ser vendido. O que se exige do crítico é a corroboração e a tácita afirmação a respeito do valor positivo do texto. Quando, por qualquer motivo, se aponta para falhas, repetições ou esgotamentos, a política da crítica se torna pessoal e o ciclo do contra (a crítica do contra) é iniciado novamente. Também se quer atingir o excesso de teorização no qual está imerso o mundo acadêmico, fechado sobre os grandes nomes que fortalecem os cânones ocidentais e nacionais e que, por muitas vezes, se nega a discutir o papel dos novos escritores.

Quando se diz que estas crônicas espelhavam algum ideal de resistência política, contrária ao regime autoritário em voga naquele momento, deve-se acrescentar um outro tipo de resistência, a ser melhor explicitado. Trata-se da resistência à teoria. Procurou-se jogar com “valores literários” que distanciavam cada vez mais o senso comum das formulações teóricas fundadas em especificidades sobre os juízos de valor construídos a partir das teorias literárias. Em *O demônio da teoria*, Antoine Compagnon analisa a história dos enfrentamentos entre o senso comum e a teoria. O maior problema para os defensores de uma teoria *a-teórica* reside nas sucessivas derrotas que o senso comum vem acumulando ao longo do século XX, principalmente depois dos anos sessenta. A teoria questionou as crenças (ou as ilusões, como Compagnon prefere chamar) mais caras dos defensores do senso comum.

“O objetivo da teoria é, na verdade, desconsertar o senso comum. Ela o contesta, o critica, o denuncia como uma série de ilusões — o autor, o mundo, o leitor, o estilo, a história, o valor — das quais lhe parece indispensável se libertar para poder falar de literatura. Mas a resistência do senso comum à teoria é inimaginável. Teoria e

resistência são impensáveis separadamente, como observava Paul de Man; sem a resistência à teoria, a teoria não valeria mais a pena, como não valeria a pena a poesia, para Mallarmé, se o Livro fosse possível. Mas o senso comum não renuncia nunca, e os teóricos se obstinam. Na falta de um acerto de contas final, com suas ovelhas negras, eles se atropalham”.⁸

Sendo assim, era preciso sustentar a produção e a circulação da ficção justificando a sua funcionalidade. A consolidação das universidades acelerou a substituição do crítico não especialista pelo crítico *scholar*. O contorno acadêmico e especializado, que a partir da década de cinquenta suplantava a crítica de rodapé na imprensa brasileira⁹, foi questionado por esta fase do suplemento, que preferiu “reinventar” a figura do jornalista crítico semi-especialista. Todavia, deve-se ressaltar que esta semi-especialização do crítico não foi suficiente para aproximá-lo do crítico de rodapé, com aquela prática impressionista e hierarquizante dos anos quarenta. “Assim sendo, [complementa Silviano Santiago] aquele conhecimento não especializado tem também o seu lugar, lugar de divulgação, que não é a sala de aula ou o seminário, mas a imprensa semi-especializada, ou não, grande ou nanica”.¹⁰ Silviano Santiago¹¹ defendia, em 1979, uma posição mais conciliatória entre professores e jornalistas.

“Vemos então que, para que a discussão entre o nível do ‘especializado’ e do ‘geral’ se possa dar com rendimento para ambas as partes, é preciso que se acertem antes os relógios. Ou então temos o que vemos de maneira geral hoje: certos jornais metendo o pau na crítica universitária por considerá-la ‘estrangeirada’ ou elitista, de difícil acesso ao grande público, ou então certos professores universitários (de reconhecido valor intelectual) usando o espaço-jornal com artigos dificílimos que obviamente lá não deviam estar,

pois não levam em consideração a *competência* de quem, em princípio, os deve ler naquele lugar”.¹²

Mesmo que reconheçamos como justa a reivindicação de Silviano Santiago, a atitude dos editores do suplemento não caminhava a favor do consenso entre acadêmicos e jornalistas. Por outro lado, os argumentos do crítico se ajustam ao perfil do suplemento, pois desconfio que, nesta época, o *Folhetim* não dividia seu espaço com a crítica universitária por considerá-la elitista e obsessivamente estrangeira. Aliás, esta confluência de elementos revela, mais uma vez, que a orientação teórica partilhada por sua equipe de editores, sobre a função da literatura, era em larga medida de origem gramsciana. Camaleônico, o jornalista escrevia crônica, entrevistava “astros” e “estrelas” da televisão, políticos em evidência e outras personalidades, ao mesmo tempo em que escrevia crônicas, poemas e manifestos. No campo literário, gostaria de destacar duas características do período. Em primeiro lugar, observa-se um deslocamento geográfico das atenções: enquanto a crítica acadêmica estética ou sociológica ocupava o horizonte do eixo Rio-São Paulo, o *Folhetim* restringia seu espaço a Jorge Amado e Érico Veríssimo como pontos de referências. A segunda característica, derivada da anterior, é que os *autores referências* do período forneciam o prestígio necessário para assegurar legitimidade aos jornalistas cronistas, reforçando a noção do nacional-popular de suas publicações. Deve-se notar também que não há nenhuma referência direta a Gramsci nestas páginas do *Folhetim*, ausência esta que revela uma sintomática necessidade de se ocultar (ao mesmo tempo em que se enfatizavam os autores nacionais) a herança *estrangeira* desta teoria, que, em última instância, se recusava a ser teórica. Mas o que mais interessa, neste momento, é que este ativista engajado também se fazia de crítico literário, promovendo a literatura nacional-popular. Ressalte-se que esta formação genérica do jornalista corresponde ao perfil traçado por Gramsci, que

também observava, como seu principal defeito, a superficialidade que a postura genérica poderia gerar.¹³

A SEGUNDA FASE (1979-1982) —

OS PRIMEIROS SINTOMAS DO CULTURALISMO BRASILEIRO

Para melhor avaliar os efeitos do debate entre a perspectiva cultural da crítica e a crítica literária (cultura *versus* arte), Silviano Santiago acentua a necessidade de ressaltar uma série de acontecimentos que podem servir como marcos de algumas importantes passagens do final do século XX.

“Quando é que a cultura brasileira despe as roupas negras e sombrias da resistência à ditadura militar e se veste com as roupas transparentes e festivas da democratização? Quando é que a coesão das esquerdas, alcançada na resistência à repressão e à tortura, cede lugar a diferenças internas significativas? Quando é que a arte brasileira deixa de ser literária e sociológica para ter uma dominante cultural e antropológica? Quando é que se rompem as muralhas da reflexão crítica que separavam, na modernidade, o erudito do popular e do pop? Quando é que a linguagem espontânea e precária da entrevista (jornalística, televisiva, etc.) com artistas e intelectuais substitui as afirmações coletivas e dogmáticas dos políticos profissionais, para se tornar a forma de comunicação com o novo público? A resposta às perguntas feitas acima levam a circunscrever o momento histórico da transição do século XX para o seu ‘fim’ pelos anos de 1979 a 1981”¹⁴

A segunda fase do *Folhetim* funciona como uma resposta para várias das questões acima. Esta fase do suplemento responde de duas formas aos

questionamentos enunciados. Em primeiro lugar, corrobora-se a pertinência de se pensar uma certa implosão das esquerdas; ocorrem diversas tentativas de se cogitar uma aproximação entre o erudito e o popular (os textos que debatem a respeito desta questão são os do próprio autor); “a linguagem espontânea e precária” das entrevistas e dos acalorados debates inundam de esperança o horizonte da década de oitenta, embora as “afirmações coletivas e dogmáticas dos políticos” ainda tivessem muito espaço no suplemento. Sendo assim, a segunda fase do suplemento abrange um período de mudanças significativas da vida nacional: a educação, a política, a economia e, sobretudo, a democratização irreversível da cultura. O processo de democratização da cultura servia como a porta dos fundos pela qual entravam alguns pertinentes questionamentos sobre o panorama da crítica literária. Também foram irreversíveis os desdobramentos teóricos do pós-estruturalismo que se assentava, naquele momento, sobre a defesa e a inclusão das minorias culturais como fontes alternativas às abordagens estritamente literárias. Por outro lado, assegurava-se o espaço¹⁵ da crítica literária voltada à grande literatura.

Por exemplo, entre novembro de 1981 e maio de 1982, a professora Bella Jozef publicou quatro textos. Neles, Stefan Zweig, James Joyce, Jorge Luis Borges e Ernesto Sábato foram analisados, tendo-se o formalismo russo e o estruturalismo como principais pontos de referências teóricas. Estes ensaios procuravam se centralizar sobre o problema da leitura e da linguagem empregada por estes consagrados escritores. Enquanto Fábio Lucas escrevia sobre a história do modernismo e Hernani Bruno a respeito da supremacia de Joaquim Manuel de Macedo como romancista, Silviano Santiago aparecia com um incômodo ensaio sobre a poesia de um certo Adão Ventura.

Vale comentar a trajetória dos seis textos¹⁶ de Santiago nesta fase do *Folhetim*. Em “Uma década de onze anos”, o autor realiza um balanço da produção literária de seus contemporâneos. No que pese a destreza para não

citar nomes nem arranhar o verniz de autores consagrados, o texto é ímpar em um contexto de polêmicas acirradas sobre a adesão política dos escritores. Trata-se de um texto que opta por classificar a perspectiva dos autores sem, no entanto, excluí-los. Sendo assim, percebe-se uma certa tendência aos processos de inclusão, que deixa de lado a avaliação sobre o valor literário, ressaltando-se outros aspectos das obras, tais como a inclusão de autores que souberam resistir à repressão e de outros que engendram a perspectiva antropológica em seus textos. Em “A incerteza do sim”, abre-se um outro flanco para se pensar o comprometimento subjetivo que a linguagem opera, da qual sempre se escapa uma parcela da biografia daquele que escreve. Esta ausência de controle das margens da linguagem serve para se analisar a poesia de João Cabral de Melo Neto. Apostando em outro grande nome da literatura brasileira, o ensaio “Entre Marx e Proust” reforça a noção de que a postura política, histórica e literária de Carlos Drummond de Andrade lhe renderam uma posição de destaque dentro do modernismo brasileiro. Este texto fecha um ciclo. A seguir, em “As ondas do cotidiano”, o autor defende, em um ensaio mais teórico, que seria necessário ampliar as margens do fenômeno literário, caso se quisesse entender a situação dos estudos literários à época. Assim, o autor questiona a idéia de se apreender o cotidiano como se houvesse algum princípio de racionalidade geral, que fosse capaz de organizá-lo. Ao contrário, afirma o autor, seria necessário se pensar em um conjunto de medidas para se conceber o cotidiano como processo caótico, pois, somente assim, seria possível pensar em mecanismos de inclusão como, por exemplo, o das minorias sociais. Em “A cor da pele”, o autor exerce um rompimento com a tradição de somente comentar autores consagrados. A perspectiva “culturalista” marca seu primeiro tento. Aquilo que havia ficado indicado indiretamente nos ensaios anteriores se manifesta de forma clara. Neste ensaio, a poesia de Adão Ventura serve como modelo para se pensar não apenas nos modelos excludentes da sociedade, mas reforça a noção de que o

modelo literário precisava ser ampliado para incluir outras preocupações. Então, o valor literário deixava de ser a única moeda de troca e a condição social passava a ter valor semelhante nesta outra forma de hierarquizar a produção contemporânea. Como consequência, era de se esperar o início de uma polêmica, mas como a polêmica não se concretizou, o próprio autor tratou de expor melhor as linhas gerais de atuação do escritor. O sexto ensaio (publicado em três partes nos números 275, 276 e 277) analisa o texto “Teresa Batista cansada de guerra,”¹⁷ de Walnice Nogueira Galvão, no qual se procura rastrear, ao longo da história brasileira, os diferentes posicionamentos dos escritores diante do mercado, do Estado e do público. A tônica do texto gira em torno da posição contemporânea do escritor, que deveria negociar melhor a ampliação dos temas e andar no fio da navalha entre o mercado e o público, não tendo o Estado como único ponto de apoio financeiro. A autora apontaria para o paradoxo que distancia o escritor das garras do Estado, mas joga-o de encontro às velhas fórmulas de sucesso bem ao gosto do grande público. Silviano Santiago problematiza e relativiza o peso da indústria cultural e ressalta que o elitismo artístico começa a ser nefasto quando deixa de lado a sua principal função: a formação do público. Sobretudo, o autor questiona a função da crítica contemporânea de “indicar” o caminho do bom gosto a seus leitores.

“A necessidade que vimos surgir na década de oitenta é a de desvincular a visão de público da concepção que se encontra na tradição clássica ocidental, sem que, por um lado, o intelectual abdique da sua condição de formador do novo público, e, por outro lado, sem que caia na relação imobilista do sucesso pelo Ibope e pelo metal, pregada pelos veículos de comunicação de massa”.¹⁸

Formar um público tendo-se em vista o metal nos leva a uma dúvida sobre os caminhos pelos quais passam esta “função” de legislar em causa

própria. Lembremos que, durante a primeira fase do *Folhetim*, era precisamente esta situação que se desenrolava, quando um grupo de jornalistas havia marcado um encontro com seus leitores, em um futuro próximo, em livros e adaptações televisivas.

“Até há pouco tempo [escreve Silviano Santiago] era impensável que um grupo de intelectuais não encontrasse numa redação de jornal o período inicial da sua metamorfose em geração literária. Como resquício desse estado de coisas, sobrevive hoje a crônica literária. Textos curtos e de fácil leitura, comprometidos em geral com os acontecimentos familiares e do cotidiano que, enfeixados em livros, viram sempre um produto descartável. Mas mesmo assim a crônica jornalística não pode ser facilmente desprezada, pois serve para tornar popular o nome do autor, podendo por isso ajudá-lo a vender seus livros mais ‘sérios’.”¹⁹

Até aqui, por volta de 1981, o *Folhetim* havia percorrido uma trajetória inversa ao que se poderia esperar de um suplemento nascido no final da década de setenta e que perduraria até o limiar dos anos noventa. O *Folhetim* passa de uma perspectiva “cultural” (de um suplemento cultural) para um viés especificamente “literário” (definindo-se, a partir de 1982, como um suplemento literário). As pesquisas apresentadas anteriormente mostram que a primeira fase (1977-79) tenta desfrutar de um certo *desbunde* (entretenimento e diversão) que ainda tinha espaço em fins da década de setenta, para, a seguir, comemorando a abertura democrática, voltar-se ao debate social, cuja amplitude pôde abarcar o surgimento de uma nova concepção da cultura entre nós.

Neste caso, devo enfatizar que o espaço destinado à discussão das idéias de Silviano Santiago neste texto não ocorre por acaso, pois o escritor e crítico se inclinou em direção às mesclas em vários sentidos. Esta inclinação possibilitou-lhe fazer parte e, em larga escala, fomentar o

crescente debate sobre a inclusão de outras perspectivas sobre o fenômeno literário e cultural do período. Percebe-se, igualmente, que são os críticos fluminenses que dominam a cena desta segunda fase do suplemento. A ausência da maioria dos críticos e dos professores das universidades paulistas até este momento no *Folhetim* talvez seja decorrente da colaboração recente destes profissionais com o suplemento literário do jornal concorrente, *O Estado de São Paulo*. Contudo, com a entrada de Caio Túlio Costa na editoria do *Folhetim*, esta situação sofreria uma drástica inversão nos meses subseqüentes.

A TERCEIRA FASE (1982-1989)

CONTRA O TÉDIO — DOS ESTUDOS LITERÁRIOS À FORMAÇÃO CULTURAL

Como vimos através da apresentação de algumas tabelas e do próprio projeto do *Folhetim*, não se pode dizer que a primeira fase do suplemento tenha sido uma época destinada ao debate literário, do mesmo modo, o máximo que se pode dizer em relação à segunda fase é que havia uma preocupação paralela sobre a discussão literária, com destaque, principalmente, para uma certa tendência ao culturalismo. Ao contrário destas linhas tangenciais, a terceira fase é um período marcado, majoritariamente, pela publicação de ensaios teóricos sobre a literatura e também de ficção.

A terceira fase do *Folhetim* é o período mais complexo para se perceber a circulação dos diferentes tipos de orientações teóricas que estavam em jogo. Esta movimentação ocorre em parte porque foi a fase de maior afluxo de textos relacionados aos processos de re-posicionamento da discussão em torno do fenômeno literário. Enquanto a rotina de publicação dos ensaios sobre as mais diversas teorias literárias experimentava uma curva quantitativa ascendente, a publicação de contos, de fragmentos de romances e de poemas, decrescia em ritmo acelerado ao longo do período. O declínio do espaço destinado à ficção não deve ser visto de forma isolada. Reside neste ponto uma crise que começa a se manifestar de maneira mais clara à medida que avançam os anos subseqüentes²⁰.

Paralelamente ao decréscimo da ficção, observa-se o aumento rápido dos ensaios literários; contudo, seria apressado dizer que o suplemento tenha servido a esta ou àquela vertente teórica, pois há, sem dúvida, um certo equilíbrio entre as principais teorias sobre a interpretação das teias literárias, embora, pontualmente, ocorram períodos de desequilíbrio da balança. Antes de observar mais de perto o movimento interno desenhado

pela alternância de opções teóricas dos ensaístas do período, gostaria de lembrar que a principal característica subjacente à segunda fase, quando o culturalismo esteve em voga, será silenciada na medida em que se resgatam as “altas literaturas” e, simultaneamente, um novo nível de compreensão é exigido do leitor. Sendo assim, o clima quente do debate cultural cede lugar a polêmicas tópicas e específicas, destinadas a um público especializado. No mesmo sentido, percebe-se um recrudescimento de teses consagradas pela tradição acadêmica dos estudos literários.

Além do aumento do grau de especificidade das discussões literárias, outros aspectos estavam sendo beneficiados com as mudanças. Talvez a saturação dos veios literários nacionais e a surpresa das gavetas vazias do início da década de oitenta tenham sido o principal combustível das traduções; assim, elas ganham força impulsionando a circulação de literaturas de outras línguas²¹. Esta estratégia reforçava a idéia de uma literatura cosmopolita, cuja estratégia central parece ser a de vender sofisticação e refinamento. Vale lembrar que o retorno gradativo das garantias individuais assegurava espaço para que os colaboradores do suplemento não necessitassem mais marcar, a todo custo, uma postura de engajamento político, mas sim um compromisso com o bom gosto. Além disso, a consolidação da união com os professores paulistas garantia a publicação do que havia de mais “recente” nas pesquisas acadêmicas de uma das principais referências universitárias do país. O *Folhetim* assumia, aos poucos, a tarefa de porta-voz da comunidade acadêmica do país e, concomitantemente, o espaço também se abria para alguns poetas que se destacavam no cenário nacional exercitarem seus domínios críticos e criativos, publicando ensaios e poemas, respectivamente²².

A partir de 1982, começam a proliferar as teorias literárias que dariam forma ao regime de vinculações do suplemento. Ao lado de “antigos colaboradores”, como Silviano Santiago e Wilson Martins (que já havia colaborado em fases anteriores), detectam-se as primeiras publicações de

Haroldo de Campos, Décio Pignatari e José Paulo Paes no *Folhetim*, indicando uma certa tendência às discussões sobre teorias da tradução, e que colocam o Concretismo na berlinda. As publicações de Haroldo de Campos e de Décio Pignatari selam, definitivamente, a aproximação do jornal com os professores das universidades paulistanas. Primeiro, publicam os professores da PUC, posteriormente o leque se abre até a chegada dos professores da USP. Para melhor visualização, indicarei, nas próximas páginas, o *ranking* anual dos colaboradores que mais publicaram ensaios-literatura no suplemento.

Em 1982:

SANTIAGO, Silviano	3.
LEMINSKI, Paulo	3.
MARTINS, Wilson	3.
MERQUIOR, José Guilherme	2.
CACASO	2.
POMPEU, Renato	2.
PIGNATARI, Décio	2.
PAES, José Paulo	2.
CAMPOS, Haroldo de	2.
LIMA, Luiz Costa	2.

Em 1983:

PAES, José Paulo	5.
CAMPOS, Haroldo de	2.
CAMPOS, José Roberto de	2.
ARRIGUCCI JR. Davi	2.
MOTTA, Leda Tenório da	2.
PERRONE-MOISÉS, Leyla	2.
GONZÁLEZ, Horácio	2.

Em 1984:

CAMPOS, Haroldo de	5
WILLEMART, Philippe	3
PAES, José Paulo	3
CAMPOS, Augusto de	2
GONZÁLEZ, Horácio	2
SUSSEKIND, Flora	2
BEZERRA, Paulo	2
SANTIAGO, Silviano	2
DISTANTE, Carmelo	2

Em 1985:

CAMPOS, Augusto de	2
CAMPOS, Haroldo de	2
CARA, Saete de Almeida	2
CHALMERS, Vera	2
GRÜNEWALD, José Lino	2
MOTTA, Leda Tenório da	2
WALDMAN, Berta	2

Em 1986:

ASCHER, Nelson	4
ANTELO, Raúl	3
MOTTA, Leda Tenório da	3
ARRIGUCCI JR., Davi	2
MASSI, Augusto	2
RODRIGUES, Antonio Medina	2
SCHNAIDERMAN, Boris	2
WILLEMART, Philippe	2

Em 1987:

SCHNAIDERMAN, Boris	4
BRITTO, Paulo Henriques	2
CAMPOS, Haroldo de	2
CAMPOS, Augusto de	2
BOLLE, Wille	2
ASCHER, Nelson	2
BARBOSA, João Alexandre	2

Em 1988-89:

CAMPOS, Augusto de	3
CAMPOS, Haroldo de	2
PERLONGHER, Néstor	2
LINDON, Mathieu	2
SANTIAGO, Silviano	2
SCHNAIDERMAN, Boris	2
SUSSEKIND, Flora	2
AUGUSTO, Sérgio	2
ARÉAS, Vilma	2

Os balanços anuais podem servir para diversos propósitos. Eles auxiliam as interpretações que desejam perceber quais foram as prioridades do *Folhetim* no período. Os quadros também ajudam a visualizar a estratégia que o suplemento sempre utilizou: as passagens gradativas, sem muitos saltos, tornando, ao mesmo tempo, visíveis alguns expurgos. Além disso, os quadros demonstram que, entre os ensaios-literatura, o *Folhetim* procurou manter um certo equilíbrio, embora a preponderância das tramas concretistas seja perceptível, na apresentação das diversas perspectivas das teorias literárias, adquirindo influências de outras disciplinas. Do mesmo modo, os balanços tornam possível a percepção, como procurei indicar, da dança dos nomes que, por sua vez, pode revelar a política do jornal quando o assunto estava associado com a sua aproximação das universidades. Procurando se afastar de qualquer conotação regionalista, percebe-se a estratégia do suplemento de dar espaço a colaboradores radicados fora do eixo Rio-São Paulo, visto que, desta forma, a amplitude e o tom nacional do *Folhetim* não poderiam ser questionados.

Em 1982, surgem os primeiros sinais de uma longa série de ensaios que tinham como meta principal a consolidação da tradução como uma das principais bases de uma teoria da literatura fundada em Pound e Benjamin. Inicialmente, a Teoria Concreta encontra resistência em nomes díspares como, por exemplo, José Paulo Paes²³ e Wilson Martins²⁴. Mais tarde, em 85, seria a vez de Roberto Schwarz travar uma polêmica, talvez a mais conhecida, com Augusto de Campos. Contudo, nos anos subsequentes a 82, percebe-se, e os números apresentados acima confirmam, o fortalecimento de nomes ligados ao Concretismo, seja através da publicação de ensaios, seja por meio da publicação de poetas-tradutores originários ou simpáticos ao movimento. Nelson Ascher, João Moura Júnior, Régis Bonvicino e Paulo Leminski formavam o segundo esquadrão, que tinha nos Irmãos Campos os principais protagonistas e difusores das idéias vinculadas ao movimento. Não por acaso, Nelson Ascher, João Moura Júnior e Régis

Bonvicino, ao lado de Augusto de Campos, destacam-se como os principais tradutores do período²⁵. Ajustados ao “Plano piloto da poesia concreta”, o regime das publicações oriundas e associadas ao Concretismo asseguraram, nas páginas do suplemento, um precioso espaço de divulgação e ganharam, a partir de então, um amplo reconhecimento nacional, tornando-se uma passagem “obrigatória”, para muitos jovens poetas, escritores e candidatos às fileiras universitárias.

Enquanto a proliferação concreta ganhava defensores apaixonados, não se pode perder de vista que o suplemento também fazia circular outras formas de se lidar com as tramas literárias. A diferença, neste caso, se encontra no caráter individual das outras propostas. Enquanto o Concretismo agia como uma vanguarda, possuindo “esquadrões” que cumpriam tarefas específicas e tendo um núcleo dirigente, como, aliás, tinha sido apontado por Roberto Schwarz, as outras alternativas de análise quase sempre pareciam desarticuladas diante de um emaranhado de textos. Consequentemente, não se pode dizer que havia um outro grupo fazendo frente ao Concretismo. Convivia-se com a situação. Contudo, as alternativas teóricas desenham, retrospectivamente, outras séries que passam a coexistir, adquirindo importância fundamental para se compreender que o perspectivismo começava a fazer parte da rotina teórica da década de oitenta. Ao se observar a circulação dos textos entre 1982 e 1989, tem-se a exata noção do jogo que era colocado em prática pelo *Folhetim*. A partir de 1982, para usar as categorias de Raymond Williams²⁶, o Concretismo já surge como uma série dominante. O Concretismo adquire o *status* de uma série dominante porque, além da presença constante entre os ensaios-literatura mais publicados (criando impacto em outras séries), passa a atuar com amplo domínio na seleção do que era traduzido, emplacando também tradutores afinados com o movimento.

Nesta perspectiva, Wilson Martins faria parte de uma série residual, já que havia colaborado com o suplemento desde sua criação, mas

desapareceria após 1982. Este conjunto de textos se preocupava com um estilo de crítica literária baseada no julgamento de valor e na difusão de obras e autores bem próxima do rodapé literário, que vinha sendo abolida de um cenário extremamente marcado pelo surgimento de diversas teorias literárias.

A série mais complicada para ser nomeada é a emergente. Esta série, no *Folhetim*, é representada por um grupo de jovens professores, que tinham obtido titulações nos fins dos setenta ou estavam finalizando seus trabalhos acadêmicos à época, e começam a emplacar seus nomes, ao lado de seus consagrados “orientadores”, nas páginas do suplemento. Esses nomes, por terem formações diferenciadas, muitas vezes fora do núcleo das preocupações específicas do Concretismo, ofereciam alternativas de leitura do fenômeno literário, ao mesmo tempo em que se afastavam das polêmicas associadas à “ordem do dia”. Esses autores passam a ter destaque e se consolidam depois de 1984. Para ficar em apenas dois exemplos, já que eles figuram entre os mais publicados de alguns anos e, ao mesmo tempo, tiveram suas formações em universidade localizadas nos dois extremos do eixo Rio-São Paulo (embora não se possa esquecer de vários outros nomes que não aparecem por terem, ou publicado menos ou de forma mais esporádica), Flora Süssekind e Raul Antelo constituiriam duas referências da série emergente, que venho tentando nomear. Porém, ao contrário do Concretismo (que pode e quer ser localizado como um grupo com ramificações diversificadas sobre os ramos da cultura), a série emergente poderia ser melhor explicitada se a tomássemos como uma formação, já que seria impossível pensar em eixo capaz de oferecer continuidade, ou que fosse adequado para definir um núcleo central. Em outras palavras, esta série pode ser melhor compreendida se a aceitarmos como uma formação que não possui, necessariamente, objetivos comuns, mas expressam individualidades e trajetórias distintas.

Resta, e, neste caso, a categoria residual de Raymond Williams pode oscilar, a presença de Silviano Santiago, que foi o único colaborador a ser mantido em todas as fases do suplemento. Esta performance ou é, às avessas, residual (e desta forma teríamos duas formas de resíduos: uma que permanece e outra que desaparece), ou esta presença pode ser lida como uma categoria à parte, cuja principal característica é a regularidade. Neste caso, prefiro pensar na série “Silviano Santiago” como um *residual regular*. Porque ela seria regular parece-me claro. Mas, por que ela seria também residual? Esta série procurou, como tentei demonstrar na primeira parte deste trabalho, ser tolerante e camaleônica para se manter dentro dos limites do jornal. Para obter resultados, seus textos tiveram que, muitas vezes, fazer concessões e, em muitos casos, abraçar o relativismo para se fazer entendido. A série “Silviano Santiago” também procurou denunciar os excessos teóricos dos professores no campo jornalístico, buscando um consenso que unisse a grande imprensa, e a divulgação acadêmica sem os excessos e pedantismos comuns ao meio universitário. Todo este enorme esforço para se manter entre a ficção, a reportagem, o ensaio e o relato biográfico não serviram, contudo, para tornar esta prática dominante entre os meios acadêmicos. Esta série andou no fio da navalha: bom gosto demais para ser dominante entre os jornalistas engajados; tolerante e de mau gosto para se tornar parâmetro entre o meio universitário da década de oitenta. O bom gosto esperado e a sedução desejada viriam, mais tarde, com o adensamento de nomes ligados ao Concretismo.

Todavia, para aqueles que apostavam em um regime de textos mais flexíveis e menos teóricos, este movimento representou um aumento significativo do abismo entre o suplemento e o leitor. Por outro lado, não se deve perder de vista que o micro-arquivo “Silviano Santiago” afeta direta e indiretamente a série emergente, influenciando-a a promover vários deslocamentos que marcarão os rumos dos estudos literários,

transformando-os e ampliando seus limites até a abertura de seus canais para a discussão sobre o fenômeno da cultura.

Desse modo, gostaria de insistir em um ponto, um ponto que une e para o qual convergem dois diferentes modos de se estimular, na série emergente, a ascensão da preocupação com os fenômenos da cultura, relativizando-os às questões de domínio restrito dos estudos literários. Se a série concretista permitia alguns abandonos relacionados ao cânone dos estudos literários (mesmo que isso significasse a instauração de um outro cânone), questionando as formas diacrônicas de se interpretar as questões literárias; se a série “Silviano Santiago” apontava, talvez de forma mais clara, que seriam necessárias mudanças de perspectiva para se ampliar os limiares da compreensão dos traços culturais de nossa literatura; existe neste momento um apelo sintomático que modificaria a nossa compreensão das tramas literárias do final do século XX.

A partir de 1982, a influência do *paideuma* poundiano e da teoria da tradução de Walter Benjamin passam a servir, cada vez mais, de norte para se implementar e disseminar os ideais concretistas entre nós. Neste contexto, o debate entre Augusto de Campos e Roberto Schwarz, que fora apenas indicado anteriormente, precisa ser retomado agora para esclarecer algumas passagens deste itinerário, que, sem dúvida, auxiliou na ampliação da liberdade do trabalho teórico da série emergente.

Como resposta à publicação do polêmico poema “Póstudo” (*Folhetim*, nº 419, jan., de 1985), de Augusto de Campos, Roberto Schwarz escreve “Marco histórico” (*Folhetim*, nº 428, 1985), um ensaio no qual atacava o Concretismo por seu excesso de centralização do poder. De acordo com o autor, “o poema ‘Póstudo’ é um exemplo do procedimento chave dos concretistas, sempre empenhados em armar a história da literatura brasileira e ocidental de modo a culminar na obra deles mesmos, o que instala a confusão entre teoria e a auto-propaganda”. O número seguinte do *Folhetim* (nº 429, 1985) trazia a resposta de Augusto de

Campos ao ataque “sociológico e reducionista” de Schwarz. O texto procurava enfatizar o caráter vanguardista e visionário do Concretismo e a sintonia do movimento ao que havia de mais sofisticado e atual em matéria de teorias contemporâneas. Ao contrário de Schwarz, que representaria o passado das análises literárias brasileiras, os concretistas estavam revestidos pela representação do futuro. Em dezembro de 1985, Schwarz publica “Mão no pau”, um poema “dedicado” aos concretistas; o recado, segundo o poema indica, apontava para o onanismo teórico e ao egocentrismo das iniciativas concretistas no campo da teoria literária.

Deixando os ataques pessoais de lado, deve-se reter que o debate trouxe à tona um problema de interpretação histórica, que subjaz à discussão. Quando Augusto de Campos acusa Roberto Schwarz de ser um guardião da tradição, portanto, incapaz de reconhecer o valor e a importância da vanguarda que o Concretismo significava, parece-me, exageros à parte, que Augusto de Campos está insinuando, apoiado em Haroldo de Campos, que a noção diacrônica da história literária havia sido, de uma vez por todas, derrocada com o advento do Concretismo. Sendo assim, a perspectiva diacrônica da história, impregnada pela noção de progresso, não seria mais suficiente como metodologia capaz de explicar o fenômeno literário contemporâneo. Distendendo-se um pouco mais, urgia-se por entender com maior amplitude a proposta de se efetivar análises sincrônicas do fenômeno literário. Neste contexto, Roman Jakobson e Walter Benjamin foram instalados como estandartes “vanguardistas”, que respondiam, respectivamente, pelos princípios gerais dos eixos interpretativos (sincrônicos e diacrônicos) e pela crítica da noção de progresso oriunda da tradição linear da história.

Baseado nesta exposição de motivos, entendo que o *Folhetim* — e o espírito da época exigia a mudança — estimulava a consolidação de análises e interpretações centradas na literatura, mas que já ultrapassavam alguns limites dos estudos literários “puros”, que não admitiam a excessiva

aproximação com outros campos associativos. Sendo assim, tanto a série *residual regular* quanto a série dominante serviam de estímulo, mesmo que os pontos de contato fossem, muitas vezes, apenas tangenciais, para que a série emergente se desvencilhasse da *praxis* mais tradicional. Este seria um dos possíveis cenários criados a partir do suplemento, embora, fugindo de meu alcance, não se possa perder de vista que outros re-arranjos estavam sendo processados do ponto de vista externo à circulação de idéias no *Folhetim*.

Ao se optar pela colaboração em um suplemento com as características do *Folhetim*, tinha-se em mente as restrições de espaço inerentes às regras nada ortodoxas do ensaio. O ensaio advoga várias renúncias por parte daquele que o escreve: o trabalho das citações, bem como a extensão delas devem ser repensados, já que o espaço destinado ao texto tem limites precisos. A exposição das idéias, a argumentação, não poderia obedecer à mesma metodologia de trabalhos acadêmicos, devido à redução do espaço. O uso de dados, estatísticas, depoimentos, gráficos, fotografias, úteis para se comprovar uma ou outra afirmação ficam prejudicados, comprometendo, muitas vezes, a compreensão do texto. Para além das restrições espaciais, e já que a defesa de teses está comprometida, o ensaio se limita a uma urdidura mais leve e possibilita o lançamento de alguma hipótese parcial de análise, sob medida para o escasso tempo do leitor e o espaço, não menos limitado, da grande imprensa.

Neste contexto, o ensaísmo tinha a função de explicitar boa parte das mudanças que foram engendradas no interior das redes teóricas significando alterações importantes entre a “literatura” e a “teoria”. Portanto, o início do movimento de substituição da literatura pela “ficção teórica” seria reforçado, embora, naquela altura, não se reconhecesse boa parte da dinâmica do processo. Aliás, pode-se tomar a expressão “ficção teórica” como um dos possíveis sinônimos para o termo ensaio, já que os rigores do cientificismo não se satisfazem com sua diversidade de incoerências.

Em “A crítica literária no jornal”²⁷, de 1995, Silviano Santiago procurava recolocar o problema do declínio e morte da crítica literária nos jornais, enfatizando a necessidade de se pensar em alternativas que unissem a atividade da imprensa, da universidade e da literatura. Neste texto, o autor aponta para o beco-sem-saída no qual haviam aportado o gênero ensaio, que pecava pelo “excesso de pedantismo e de notas de pé-de-página”; e a crítica literária, por perder de vista a preocupação com o “exercício criterioso da razão”. De acordo com Silviano, foi durante a segunda metade do século XX que começaram a surgir os suplementos literários (ligados à grande imprensa) com a preocupação de minimizar o estado litigioso no qual se encontravam os críticos impressionistas e os professores universitários. Este litígio, conseqüentemente, exigia, dos críticos impressionistas, uma especialização fundamentada em princípios mais rígidos de análise do texto literário. Contudo, a formação ensaística derivada do *Folhetim* nesta terceira fase reorganiza o cenário desta disputa. Este conjunto de textos reorganizará o campo para uma batalha que ainda estaria por vir.

Quando o *Folhetim* é ocupado por consagrados professores universitários ao lado dos estrepantes, o resultado não traz de volta a retomada do “exercício criterioso da razão”, revigorando, por outro lado, o adensamento do “pedantismo” presente no ensaio. O abismo entre a crítica literária e os professores universitários alarga-se quando se percebe, durante os anos oitenta, a importância crescente das teorias que mesclam e ampliam sua circulação por áreas até então pouco conhecidas da maioria dos especialistas. Se os críticos impressionistas foram criticados no passado pela falta de rigor científico²⁸, os sucedâneos da crítica científica encontravam mesclas junto ao formalismo, ao estruturalismo, à semiótica, ao marxismo, à psicanálise; ou encontravam respaldo em outras áreas do conhecimento como a história, a sociologia, a antropologia, a filosofia; ou se abrigavam em abordagens culturais que incluíam o cinema, a música, o teatro. Nestes textos provenientes do ensaísmo do suplemento, ao contrário

de estamparem novos escritores, como se esperava do rodapé literário, ensaiavam-se análises e interpretações sobre especificidades relacionadas, por exemplo, ao ato de traduzir; do mesmo modo, eram propostos estudos sobre a linguagem, e seus usos, em romances consagrados, principalmente da primeira metade do século XX; proliferavam as análises de poemas, algumas de tanto impacto que se tornavam “parte” do poema; alguns temas se tornam recorrentes: literatura e história, literatura e psicanálise, literatura e filosofia. Estas aproximações se tornam uma rotina nos anos oitenta, transformando a interdisciplinariedade em uma consequência “natural”.

É neste contexto, de abordagens literárias interdisciplinares somadas ao suporte ensaístico e à atmosfera volátil e provisória do jornal, que se percebem as transmutações e os usos meta-teóricos que esta formação passa a desencadear. Neste caso, haveria pelo menos duas importantes formas para se enfrentar a formação ensaística proveniente da terceira fase do *Folhetim*. A primeira forma é individual e a outra, coletiva. Caso fôssemos examinar, texto a texto, a dinâmica das abordagens literárias publicadas neste período, poderíamos averiguar a regularidade persistente dos estudos literários. Entretanto, quando pensamos neste conjunto de textos como uma formação, o foco de interesse se desloca para interpretações de outra natureza. Por exemplo, se pensarmos no ensaio como suporte destas análises literárias, este gênero, assistemático por natureza, enfraquece o método que ele carrega. Sendo assim, ao se interpretar o fenômeno ensaístico como um sintoma da ascendência dos estudos literários, estaríamos, paradoxalmente, enfraquecendo este enfoque. Este enfraquecimento da vertente dos estudos literários oferece uma brecha pela qual começam a brotar outras séries que minam a preponderância dos estudos literários. Não se discute que a maioria dos textos publicados seja orientada pela perspectiva dos estudos literários (cujas principais características podem ser facilmente reconhecidas pela manutenção de uma

ordenação canônica e um rígido sistema de valores de reconhecimento universal).

Assim, pode-se pensar nas exceções. A série de ensaios que politizam a literatura latino-americana²⁹ vem reforçar a perspectiva cultural da teoria literária que, neste caso, precisa demonstrar as implicações políticas de suas escolhas. Portanto, esta série abandona, gradativamente, os métodos puros da crítica literária. Em outro sentido, devo citar um exemplo que utiliza a interdisciplinariedade para reforçar o apelo literário. Dos quatro ensaios publicados pela professora Leyla Perrone-Moisés³⁰ no suplemento, dois deles ampliam os limites da literatura, pois dependem diretamente de outras áreas de conhecimento para dar conta das implicações interpretativas. Em “A querela de Fassbinder x Genet”, a autora analisa a transposição de *Querelle* de Jean Genet em filme homônimo, dirigido pelo diretor alemão Fassbinder. O texto ressalta o reconhecido talento do diretor, que consegue, através da utilização de numerosos recursos cinematográficos, recompor as perdas que a linguagem do cinema impõe às adaptações de romances. Segundo o texto, “Fassbinder, optando pelo mundo dos machos, resgata o feminino, não como poder que vence, mas como a soberania do amor, desejado e impossível”. Em “Uma leitura plástica de Pessoa”, a autora, interpretando alguns efeitos plásticos dos quadros do pintor português Costa Pinheiro, ressalta os principais aspectos gerados pela influência do universo literário de Fernando Pessoa. Neste caso, o texto indica, mais uma vez, a supremacia do campo literário sobre o universo das artes plásticas.

Nestes exemplos, percebem-se os usos políticos que o termo interdisciplinaridade suporta. Se a série “latino-americana” apontava um sentido que, muitas vezes, já indicava que o literário precisava equacionar melhor a divisão de seu espaço com outras áreas do conhecimento, o segundo exemplo, mesmo que lançasse mão de um expediente parecido, deixava claro que o reconhecimento da supremacia do literário sobre áreas

tão próximas e, às vezes dependentes, determinavam um uso do interdisciplinar como resistência.

Atravessando os exemplos anteriores, gostaria de intercalar um terceiro caso que mostra uma outra faceta da crise na qual se encontravam os estudos literários nos anos oitenta e, ao mesmo tempo, pode auxiliar na compreensão das complicações adicionais que a formação *Folhetim* carrega. Em “Anch’io sono scrittore! (Eu também sou escritor!)” (*Folhetim*, n. 495, 3 de agosto de 1986, p.2-3), a professora Leda Tenório da Motta mostrava seu desespero e indignação diante da configuração de um cenário pouco profícuo ao desenvolvimento da literatura e, conseqüentemente, isto poderia indicar um declínio de seus estudos. De acordo com o texto - que analisava uma enquête, realizada pelo jornal francês *Libération*, com vários escritores que respondiam a pergunta: por que eles escreviam? -, os depoimentos dos escritores europeus serviam apenas para enfatizar a imensa falta de espírito e a completa perda de sentido da literatura, demonstrando a excessiva pobreza de idéias e de ações associadas ao campo literário. O texto nos interessa, especialmente, porque dialoga com a série “América Latina”, comprovando, de certa forma, a necessidade de se apoiar em outras disciplinas para continuar “a fornecer sentido” à matéria literária, mesmo que isso significasse uma guinada cultural. Por outro lado, o texto instala um grande problema para os defensores da supremacia literária, pois ele advoga a ineficiência da literatura de toda uma época, empurrando, inexoravelmente, esta justificação do literário aos limites de uma defesa do passado, na medida em que questiona a falta de sentido do fenômeno literário contemporâneo.

Durante a década de oitenta, como foi lembrado anteriormente com o auxílio da reflexão da professora Eneida de Souza, a teoria passa a suplantando a produção ficcional para poder, de algum modo, retomar o papel anterior da literatura, que havia sido o de delinear os principais traços de nossa identidade, oferecendo os contornos de uma unidade racial, nacional,

política e, sobretudo, cultural. Portanto, a retomada cultural da literatura, mesmo que esta retomada seja apoiada muito mais no ensaio do que na ficção (ou, de outro modo, o ensaio como ficção teórica), substitui e questiona várias tentativas de se solucionar a crise estética dos anos oitenta: neste caso, o ensaísmo se apresenta como uma resposta estética da época. Sendo assim, a terceira fase do suplemento reforça o argumento da derrocada do *sensu comum* como crítica e, ao mesmo tempo, potencializa a idéia de que a crítica da década de oitenta não se encontraria mais localizada na literatura (de resistência ou não), mas, longe dali, o poder da crítica estava sendo recuperado pelas diversas versões do ensaísmo teórico.

Ao que parece, é a perspectiva cultural que sai revigorada, diante de tantas diferentes tentativas de mesclas metodológicas mais ou menos felizes. Uma época que necessita do “antiparadigma” da ficção teórica e que não objetiva encontrar o cientificismo a todo custo parece ser um período ideal para a proliferação de linhas de fuga e desvios, onde o imperativo “cortar caminhos!” serve como linhas gerais de uma arquitetura rica em crises (econômicas, políticas, sociais) que, invariavelmente, afetavam os domínios literários.

O redemoinho dos textos que circularam durante a terceira fase do *Folhetim* parecem estar respondendo de forma geral à queda dos grandes modelos interpretativos que, formando modulações parciais dotadas de potenciais mesclas, iniciam um processo de passagem do modelo exclusivamente literário para o perspectivismo cultural. O cultural parece iniciar um movimento emergente que traz consigo uma nova categoria crítica. Refletindo sobre a questão, Fredric Jameson define a ascensão dos estudos culturais nos seguintes termos:

“Na realidade, eu deveria pôr as cartas sobre a mesa e dizer que assim como acredito que é importante agora (e interessante desde o ponto de vista teórico) discutir e debater sobre os Estudos Culturais,

não me preocupa particularmente que tipo de programa finalmente se levará adiante ou se, em primeira instância, surgirá uma disciplina acadêmica oficial deste tipo. Provavelmente isto se deve a que, para começar, não creio muito nas reformas dos programas acadêmicos, mas sobretudo porque suspeito que uma vez que se tenha levado a cabo publicamente o tipo de discussão apropriada, se terá cumprido o propósito dos Estudos Culturais, para além do marco departamental em que tenha lugar dita discussão. (E este comentário se relaciona especificamente com o que considero a questão prática mais importante que está em jogo aqui, a saber, a proteção dos jovens que estão escrevendo artigos nesta nova 'área', e a possibilidade de que essas pessoas conquistem postos de trabalho.)

Também deveria dizer, contra as definições (Adorno gostava de recordar-nos do rechaço de Nietzsche frente a tentativa de definir os fenômenos históricos como tais), que acredito que, de alguma forma, já sabemos o que são os Estudos Culturais; e que 'defini-los' implica descartar o que não é, extraindo a argila supérflua da estátua que emerge, traçando um limite a partir de uma percepção instintiva e visceral, tentando identificar o porquê de ele não ser tão abrangente. Finalmente, se chega ao objetivo, embora em algum momento deva surgir uma 'definição' positiva do termo.

Seja o que for, os Estudos Culturais surgiram como resultado da insatisfação a respeito de outras disciplinas, não só por seus conteúdos, como também por suas muitas limitações. Neste sentido, os Estudos Culturais são pós-disciplinares; porém, apesar disso, ou talvez precisamente por esta razão, uma das idéias fundamentais que o define é a sua relação com as disciplinas estabelecidas. Pareceria apropriado, então, começar pelos protestos que fazem os 'aliados' dessas disciplinas com relação ao abandono, por parte dos Estudos Culturais, de objetivos que consideram fundamentais".³¹

Esta alternativa crítica, que vinha se incorporando e dava seus primeiros passos nos anos oitenta, se nutria de algumas desconfianças em relação aos becos-sem-saída que os caminhos tradicionais da crítica haviam criado, impedindo os movimentos de ampliação de seus limites. Pretendeu-se, inicialmente, denunciar o conservadorismo e a resistência do meio universitário em dialogar e dividir espaço com os jornalistas; depois, fechou-se o foco das preocupações (quase as esgotando) em torno de nomes consagrados; a seguir, foram as tentativas de interdisciplinaridade que foram, a todo custo, subvertidas para funcionarem como resistência; finalmente, os processos de exclusões literárias passam a conviver com os regimes de cotas sociais. Os estudos culturais não são a única resposta para as prementes questões *finisseculares*, mas funcionam como a principal oposição, capaz de “atravessar” os discursos constituídos.

Ao gosto dos modernistas brasileiros, Otávio Frias³² se referia às fases do *Folhetim* utilizando a metáfora biológica das “dentições”. Ao longo de minha exposição, preferi não utilizá-la porque as dentições humanas sugerem uma interpretação que pode ser excessivamente mecânica, embora, neste momento, valha a pena lembrá-la. A primeira dentição é a mais breve e é aquela adequada à digestão dos alimentos mais tenros e, ao mesmo tempo, ela nos prepara, moldando-se ao espaço interno da boca, a um período de tempo maior. A segunda dentição deveria ser aquela que nos acompanharia pelo resto de nossas vidas; embora isso raramente aconteça, esta segunda dentição é, como a primeira, natural. A terceira dentição não é natural e inaugura, às vezes de forma prematura, uma época de implantes, o que transforma a nossa boca em um espaço destinado às mesclas e ao hibridismo, onde se pode encontrar o natural ao lado do artificial em perfeita harmonia. Contudo, à primeira vista ou ao primeiro sorriso, é muito difícil aos olhos dos leigos detectar a existência ou não de implantes artificiais. Nesta chave, o ensaio poderia ser entendido como uma série de textos “artificiais” dotados de mesclas e hibridizações.

É neste cenário que o ensaísmo poderia ser compreendido como uma decorrência da síndrome moderna do fragmento, que, transformando o instantâneo em estética, assume o ônus de inaugurar uma dialética sem síntese, ou, para além da dialética, os sofismas inspiram uma jornada estéril, cuja hibridez não permite, pelo menos nas formas tradicionais, a geração de herdeiros. Iniciei este texto depositando muitas expectativas em relação ao poder reativo do ensaio frente aos dilemas dos anos oitenta. Apostei na idéia de que o ensaio pudesse arcar com o peso e a responsabilidade de mover estruturas culturais já consolidadas. Porém, creio ter percebido que, de alguma forma, o teor “revolucionário” do ensaio fora sendo subvertido, transformando-o em um “gênero conservador” e, embora jovem, quase caduco.

¹ Por teorias da literatura entendo a circulação de novos procedimentos em relação às textualidades. Formalismo, estruturalismo, marxismo, *close reading*, por um lado, e as uniões a outras disciplinas como a psicanálise, a história, a sociologia, por outro, fazem parte deste novo universo acadêmico abrigado dentro da área da teoria literária, que, com a proliferação de suplementos e das revistas institucionais no final da década de setenta, ganha um novo impulso entre nós.

² Veja na tabela abaixo os valores percentuais correspondentes aos tipos de textos mais publicados durante a primeira fase do *Folhetim*.

FICÇÃO	26,79
REPORTAGEM	16,31
INFORME	11,43
ENTREVISTA	11,23
HQ / CHARGE	10,89
CARTAS DO LEITOR	7,78
DEPOIMENTO	2,23
ENSAIO – Cultura	1,42
ENTREVISTA - Literatura	0,88
ENSAIO – Literatura	0,54
DEBATE	0,41
ENSAIO – História	0,41
POEMA(S)	0,34
CORRESPONDÊNCIA(S)	0,27
RESENHA - Literatura	0,20
RESENHA – Cultura	0,20
APRESENTAÇÃO Lit.	0,14
EDITORIAL	0,14
ENSAIO – Fotográfico	0,14
ENSAIO – Economia	0,07
ENSAIO	0,07
ENSAIO – Política	0,07
ENSAIO – Sociologia	0,07

A tabela abaixo traz o percentual dos autores que mais publicaram “ficção” no período.

QUINTANA, Mário	23,93
FORTUNA,	22,92
GUIMARÃES, Josué	14,36
RIBEIRO, João Ubaldo	12,09
MARCOS, Plínio	3,27
ARIZIO, Jorge	2,27
CASTRO, Tarso de	2,02
ALBERTO, Aloísio	2,02
SILVEIRA, Helena	1,76
LEITE, Arquimedes	1,26
MACIEL, Luís Carlos	1,26
ANDRADE, Mário de	0,76
JOTA,	0,50
GARINI,	0,50

FARIA, Álvaro de	0,50
FLOSI, Edson	0,50
NADER, Wladyr	0,50
FREIRE, Roberto	0,50
PEDROSO, Bráulio	0,50
TAVARES, Neila	0,50
SOARES, Dirceu	0,50
DIAFÉRIA, Lourenço	
Carlos	0,25
CORTÁZAR, Julio	0,25
CHAPLIN, Charles	0,25
CERQUEIRA, Paulo Mayr	0,25
CELIDÔNIO, José Hugo	0,25
CABRAL, Reinaldo	0,25
CARNEIRO, Glauco	0,25
AREIAS, Adalberto	0,25
PINTO, Christina Carvalho	0,25
BRITO, Caio	0,25
BRANDÃO, Ignácio	de
Loyola	0,25
BARRETO, Francisco Paes	0,25
ARROJO, Maria José	0,25
SANTAYANA, Mauro	0,25
WOLFF, Fausto	0,25
LOUZEIRO, José	0,25
MARCONDES NETO,	0,25
KUBRUSLY, Maurício	0,25
MELQUÍADES, João	0,25
HOLZMANN, Sérgio	
Neville	0,25
EGYPTO, Luiz	0,25
HATOUM, Milton	0,25
FARAH, Nicolau	0,25
FRANCIS, Paulo	0,25
PEIXOTO, Carlos	0,25
FOMM, Joana	0,25
PEREIRA, Aldo	0,25
FAVIERE, Cláudio	0,25
MACHADO, Sérgio	0,25
HENFIL,	0,25

Confira as tabelas comparativas dos autores que publicaram ensaios-literatura nas três fases do *Folhetim*.

Autores que publicaram ensaios-literatura durante a primeira fase:

FARIA, Álvaro de	37,5
ROCHA, Glauber	12,5
NATALI JR., João Baptista	12,4
NADER, Wladyr	12,3

KAWALL, Luiz Ernesto	12,2
FRANCIS, Paulo	12,1

Autores que publicaram ensaios-literatura durante a segunda fase:

SANTIAGO, Silvano	16,7
JOZEF, Bella	10,0
BRUNO, Hernani da Silva	6,7
LUCAS, Fábio	6,7
PERALVA, Oswaldo	3,3
BELINKY, Tatiana	3,3
BERRINI, Beatriz	3,3
BOSI, Alfredo	3,3
CARONE, Modesto	3,3
CERQUEIRA FILHO, Gisálio	3,3
ABRAMO, Cláudio	3,3
ORTIZ, Alicia Dujovne	3,3
ZAGO, Antonio	3,3
PEREIRA, Carlos A Messeder	3,3
QUEIROZ, Renato da Silva	3,3
REY, Marcos	3,3
RODRIGUES, Carlos Roberto	3,3
ROSAS, Clemente	3,3
SANTAYANA, Mauro	3,3
SEBE, José Carlos	3,3
WILLER, Cláudio	3,3
MAFFEI, Eduardo	3,3

Autores que publicaram ensaios-literatura durante a terceira fase (não foram considerados valores inferiores a 0,74 %):

CAMPOS, Haroldo de	3,95
PAES, José Paulo	2,72
SCHNAIDERMAN, Boris	2,47
MOTTA, Leda Tenório da	2,22
SUSSEKIND, Flora	1,98
SANTIAGO, Silvano	1,73
CAMPOS, Augusto de	1,73
WILLEMART, Philippe	1,73
ASCHER, Nelson	1,48
ARRIGUCCI JR., Davi	1,23
DISTANTE, Carmelo	1,23
GONZÁLEZ, Horácio	1,23
LIMA, Luiz Costa	1,23
RODRIGUES, Antonio Medina	1,23
LEMINSKI, Paulo	1,23
BARBOSA, João Alexandre	0,99
ARÊAS, Vilma	0,99
ANTELO, Raúl	0,99
GRÜNEWALD, José Lino	0,99

MOURA JR., João	0,74
ROBAYNA, Andrés Sánchez	0,74
PERLONGHER, Néstor	0,74
BOLLE, Wille	0,74
CAMPOS, José Roberto de	0,74
CARA, Salete de Almeida	0,74
REZENDE, Luiz Carlos de Brito	0,74
BOSI, Alfredo	0,74
MENEZES, Adelia Bezerra de	0,74
PERRONE-MOISÉS, Leyla	0,74
MARTINS, Wilson	0,74
MENDES, Murilo	0,74
PIGNATARI, Décio	0,74

³ Silviano Santiago, “Uma década de onze anos”, *Folhetim*, 13 de janeiro de 1980, n. 156, p.2.

⁴ Idem. Ibidem, p.2. Em virtude dos referidos textos aparecerem, principalmente, em jornais, talvez fosse mais preciso se referir a eles como crônicas. Antonio Candido enfatiza que o gênero se proliferou por causa de sua extrema dependência ao jornal. O autor resume sua história: “No Brasil ela tem uma boa história, e até se poderia dizer que sob vários aspectos é um gênero brasileiro, pela naturalidade com que se aclimatou aqui e a originalidade com que aqui se desenvolveu. Antes de ser crônica propriamente dita foi ‘folhetim’, ou seja, um artigo de rodapé sobre as questões do dia – políticas, sociais, artísticas, literárias. Assim eram os da seção ‘Ao correr da pena’, título significativo a cuja sombra José de Alencar escrevia semanalmente para o *Correio Mercantil*, de 1854 a 1855. Aos poucos o ‘folhetim’ foi encurtando e ganhando certa gratuidade, certo ar de quem está escrevendo à toa, sem dar muita importância. Depois, entrou francamente pelo tom ligeiro e encolheu de tamanho, até chegar ao que é hoje”. CANDIDO, Antonio et al. “A vida ao rés-do-chão”, in: *A crônica*, p. 15.

⁵ Roland Barthes, “Essais critiques”.

⁶ Não devo esquecer de mencionar a importância de Érico Veríssimo neste contexto. Seu nome foi sempre lembrado pela equipe de editores e pelo próprio escritor baiano. A dupla formada por Érico Veríssimo e Jorge Amado desempenhou um papel mais amplo dentro do cenário político da repressão. Silviano Santiago lembra (em “O teorema de Walnice e sua recíproca”, *Folhetim*, n. 275, 25 de abril de 1982) que os exemplos de Érico Veríssimo e de Jorge Amado tinham sido utilizados por Walnice N. Galvão por conta de dois fatos: primeiro, porque eles podiam e falaram contra a repressão militar e, em segundo lugar, eles eram os grandes exemplos de escritores que não dependiam do Estado.

⁷ Jorge Amado; Josué Guimarães, “Meu encontro com Jorge Amado”, *Folhetim*, n.43, 13 de novembro de 1977, p.2-6. No final da entrevista, Josué Guimarães intervém: “Eu também sou da mesma opinião, estou inteiramente contigo, penso assim”. Embora publicada no número 43 (o primeiro sob a direção de Nelson Merlin), a entrevista reforça o perfil antiacadêmico do suplemento, enfatizando o regime de concessões do *Folhetim*. Desta forma, também fica evidente que a saída de Tarso de Castro da editoria não significaria nenhuma mudança no perfil da publicação, continuando a prevalecer a linha editorial anterior e a manutenção de seus colaboradores.

⁸ Antoine Compagnon, *O demônio da teoria. Literatura e senso comum*, p.257.

⁹ Em texto publicado no *Folhetim* alguns anos mais tarde, Flora Süssekind (1986) fornece algumas informações para se aprofundar um pouco mais esta questão. Rastreado o movimento da crítica literária dos rodapés dos jornais nos anos quarenta e cinquenta (quando Afrânio Coutinho, defendendo a especialização do crítico, lançava-se contra

Álvaro Lins, um dos principais e últimos expoentes da crítica de rodapés), a autora também comenta o segundo movimento desta disputa, que se instalava no interior da crítica acadêmica, entre Afrânio Coutinho e Antonio Candido. (O debate entre Antonio Candido e Afrânio Coutinho foi iniciado depois de publicados os livros *Formação da literatura brasileira* (1959) e *Introdução à literatura no Brasil* (1959), respectivamente. Durante os anos setenta, as publicações de Candido na revista *Argumento* e de Coutinho na revista *Boletim de Ariel* continuaram a fornecer munição para o debate). Estas duas perspectivas (a de Afrânio, estética, e a de Candido, dialética ou sociológica) tensionaram o círculo acadêmico brasileiro. Para completar o cenário das tendências críticas do período, deve-se notar que nesta época, durante os anos setenta, surgia uma terceira vertente de análise, derivada do estruturalismo francês, ganhando evidência nos círculos acadêmicos brasileiros. Esta tendência crítica, de orientação estruturalista, surgia através dos textos de Luiz Costa Lima e de Silviano Santiago.

¹⁰ Silviano Santiago, *Vale quanto pesa*, p. 198.

¹¹ “As incertezas do sim”, “Arrumar a casa, arrumar o país”, “O teorema de Walnice e a sua recíproca”, “A cor da pele” e “As ondas do cotidiano” foram os textos de Silviano Santiago publicados entre 1979 e 1982, portanto, durante a segunda fase do *Folhetim*.

¹² Silviano Santiago, *Vale quanto pesa*, p. 198.

¹³ Retornemos aos ideais de Gramsci: o papel de controlador da produção cultural da sociedade contemporânea deve ser creditado ao intelectual, mais especificamente ao intelectual-jornalista. Este intelectual deve assumir, portanto, a função de legislar sobre a conduta de um amplo público: os leitores dos periódicos. Talvez seja a partir desta nova atribuição que, na acepção de Marlyse Meyer (1978), “o jornalista transformou-se no homem de letras”. Deve-se notar, contudo, que uma parte dos leitores do jornal estava sendo atingida: a receita deste *folhetim* previa, através da seção de cartas, a participação do público, que respondia aos chamados dos repórteres, complementando algumas informações e participando, posicionando-se sobre uma ou outra polêmica divulgada pelo suplemento. A seção de cartas também servia para desabafos e críticas genéricas aos acontecimentos mais próximos, funcionando como uma tribuna do leitor. Sendo assim, gostaria de retomar o parentesco entre esta fase do *Folhetim* com aquele momento, descrito por Brito Broca (*Vida literária no Brasil – 1900*), no qual o jornalismo havia se transformado após as modernizações ocorridas em 1900. Naquele ponto, Brito Broca observava que o declínio do romance em fatias se ligava inversamente à ascensão da crônica, da reportagem e da entrevista. Esta ordem obedece, curiosamente, a um perfil semelhante ao do *Folhetim* verificado através da tabela que mostra os tipos de textos que mais circularam naquelas páginas. A literatura de subsistência (do homem-artista e do artista-família, conforme Silviano) dos anos setenta se transformava, rapidamente, em literatura de escala industrial. Os escritores passavam a explorar, agora protegidos por suas respectivas editoras, os anos dedicados a causa do jornalismo de compromisso, que haviam proporcionado amplo reconhecimento público. “O amaciamento ou a supressão lenta da censura arbitrária” (Silviano Santiago. *Vale quanto pesa*, p. 49) contribuía para a abertura de novos filões de mercado (literatura infantil, infanto-juvenil, quadrinhos), produzindo algumas migrações do campo jornalístico para o mercado editorial. Retornando ao modelo das crônicas com maior evidência nesta fase do *Folhetim*, observa-se a preponderância de textos marcados pelo imediatismo e pela cor local; entretanto, deve-se ressaltar que o sucesso de público retornava e pode ser medido através da seção de cartas, que legitimava o acesso de mão dupla entre o público e jornal. Talvez estes textos moldem o gosto de um público específico, porque neles se reconhece o exercício das liberdades individuais desejado por muitos, mas praticado por poucos. Conseqüentemente, os agentes desta ação passam a carregar as esperanças de uma enorme legião de insatisfeitos. Sendo assim, as crônicas correspondiam aos seus desejos censurados. Um dos efeitos difusos desta relação postulava um posicionamento na

hierarquia literária: eles estavam acima de qualquer suspeita porque eram contra a ditadura e, ao mesmo tempo, eram os mais importantes porque carregavam a informação. Este efeito de sùmula vinculante sufocava outras versões do fenômeno literário, além disso, o seu valor de verdade também expressa a unicidade maniqueísta com a qual se apresentam as versões: neste caso, os textos carregam uma visão da democracia, que significava estar contra a ditadura.

¹⁴ Silviano Santiago, “Democratização no Brasil – 1979-1981 (cultura versus arte)”, in: *Declínio da arte Ascensão da cultura*, p. 11.

¹⁵ Veja a seguir a lista dos ensaístas que mais publicaram “crítica literária” durante a segunda fase do *Folhetim*:

Autor	Quantidade de textos
SANTIAGO, Silviano	6
JOZEF, Bella	4
BRUNO, Hernani da Silva	2
LUCAS, Fábio	2
PERALVA, Oswaldo	1
BELINKY, Tatiana	1
BERRINI, Beatriz	1
BOSI, Alfredo	1
CARONE, Modesto	1
CERQUEIRA FILHO, Gisálio	1
ABRAMO, Cláudio	1
ORTIZ, Alicia Dujovne	1
ZAGO, Antonio	1
PEREIRA, Carlos A Messeder	1
QUEIROZ, Renato da Silva	1
REY, Marcos	1
RODRIGUES, Carlos Roberto	1
ROSAS, Clemente	1
SANTAYANA, Mauro	1
SEBE, José Carlos	1
WILLER, Cláudio	1
MAFFEI, Eduardo	1

¹⁶ Silviano Santiago, “Uma década de onze anos”, *Folhetim*, n. 156, 13 de janeiro de 1980, p.2.

“A incerteza do sim”, *Folhetim*, n. 226, 17 de maio de 1981, p.3.

“Entre Marx e Proust”, *Folhetim*, n. 231, 21 de junho de 1981, p.3-5.

“As ondas do cotidiano”, *Folhetim*, n. 237, 2 de agosto de 1981, p.5-6.

“A cor da pele”, *Folhetim*, n. 240, 23 de agosto de 1981, p.12.

“O teorema de Walnice e sua recíproca (I parte)”, *Folhetim*, n. 275, 25 de abril de 1982, p.6-7.

II parte, *Folhetim*, n. 276, 2 de maio de 1982, p.8-9.

III parte, *Folhetim*, n. 277, 9 de maio de 1982, p.9.

¹⁷ Walnice Nogueira Galvão, in: *Saco de gatos*.

¹⁸ Silviano Santiago, “O teorema de Walnice e sua recíproca”, *Folhetim*, n. 275, 25 de abril de 1982, p.8.

¹⁹ Idem. “A crítica literária no jornal”, in: *Nuevo texto crítico*, p. 64.

²⁰ Em anúncio de capa, a revista *Escrita* (ano XI n. 35, 1986) expunha uma versão do problema:



PROCURAM-SE ESCRITORES DESESPERADAMENTE

Revista literária de prestígio, disposta a descobrir talentos, oferece suas páginas a escritores imaginosos e de fino estilo. Não é preciso ser bonito ou bonita, ter dinheiro ou vestir-se com bom gosto. Capricho, só no texto. Poetas e ficcionistas são bem-vindos, sem distinção. Detalhes na página 36.



²¹ A listagem abaixo traz os escritores e poetas traduzidos durante a terceira fase do *Folhetim*. A relação está organizada por ordem alfabética dos tradutores, número do *Folhetim*, data, página, título e autor traduzido. Antes, porém, gostaria de ressaltar que durante a primeira e a segunda fases do *Folhetim* (entre os números 1 e 275) apenas um texto foi traduzido: Os saltimbancos, de BARDOTTI, Sérgio e ENRIQUEZ, Luiz, traduzido por Chico Buarque de Holanda. *Folhetim*, n. 014, 24, abr., 1977, p.12-13.

ALENCAR, Celso de. n. 533, 24, abr., 1987, p.2. Programa matinal - DARÍO, Rubén

AMOROSO, Maria Betânia. n. 324, 3, abr., 1983, p.12. Vira a morte e terá os teus olhos/ Trabalhar cansa/ As manhãs passam claras - PAVESE, Cesare

ANDRADE, Carlos Drummond de. n. 497, 17, ago., 1986, p.12. A casada infiel e 1910 (Intermezzo) -LORCA, Federico Hernandez García.

ANTELO, Raul. n. 396, 19, ago., 1984, p.12. Cinzas/ O nosso/ As guerras - BORGES, Jorge Luis.

ANTUNES, Dony. n. 613, 15, out., 1988, p.12. Paradoxos e oxímoros - ASHBERY, John.

ASCHER, Nelson. n. 312, 9, jan., 1983, p.3. "Nesta cidade enorme - é noite. (...)"/ "Se minha alma nasceu alada- (...)"/ "O verso nasceu: estrela ou rosa, (...)"/ "Quem não fez casas, erra, (...)"/ Madrugada sobre os trilhos/ Poemas para as terras tchecas - TZVIETAIEVA, Marina

n. 325, 10, abr., 1983, p.12. Noite no subúrbio - JOZSEF, Attila

n. 360, 11, dez., 1983, p.3. Sexta-feira/ Primera écloga/ Raiz - RADNÓT, Miklós

n. 371, 26, fev., 1984, p.9. No second Troy/ Nenhuma nova Tróia/ The Second Coming/ A Segunda Vinda/ Leda and the swan/ Leda e o cisne/ A Coat/ Um Manto - YEATS, William Butler

n. 416, 6, jan., 1985, p.3. Sussurros de imortalidade - ELIOT, T. S.

n. 424, 3, mar., 1985, p.12. A fama é reles - PASTERNAK, Bóris

n. 455, 13, out., 1985, p.3. A violação da Terra/Homem com Candeia/ Simiolândia - WEORES, Sándor

n. 489, 22, jun., 1986, p.3. Rafael Cansinos-Asséns por Jorge Luis Borges - BORGES, Jorge Luis

n. 491, 6, jul., 1986, p.2. Em tempos difíceis - PADILLA, Heberto

n. 498, 24, ago., 1986, p.12. Festa da Reforma - LUTERO, Martinho

n. 509, 9, nov., 1986, p.12. O nome de Virgílio - ROBAYNA, Andrés Sánchez

n. 518, 9, jan., 1987, p.2. Intermittências do Ocidente - PAZ, Octavio

n. 520, 23, jan., 1987, p.12. Morfina - HEINE, Einrich
n. 520, 23, jan., 1987, p.12. Morrer - WEORES, Sándor
n. 522, 6, fev., 1987, p.6-7. Aleksander Siergueievitch Púchkin - PÚCHKIN,
Aleksander Sergeievitch
n. 533, 24, abr., 1987, p.12. "Batiam cascos, (...) " - MAIAKÓVSKI, Vladímir
n. 551, 28, ago., 1987, p.2. Passeando com Laforgue - NERUDA, Pablo
n. 558, 16, out., 1987, p.2. "O amor é mais muito que olvido (...)" - CUMMINGS,
E. E.
n. 630, 11, fev., 1989, p.8. Les pas/ O passo - VALÉRY, Paul

ASSIS, Jesus de Paula. n. 636, 25, mar., 1989, p.8. Al idioma alemán/ Ao idioma
alemão -
BORGES, Jorge Luis

BANDEIRA, Manuel. n. 530, 3, abr., 1987, p.12. Macbeth - SHAKESPEARE,
William

BELO, Ruy. n. 396, 19, ago., 1984, p.9. O Golem - BORGES, Jorge Luis

BERNARDINI, Aurora Fornoni. n. 441, 7, jul., 1985, p.12. Marina, a russa letal -
TZVIETAIÉVA, Marina

BONVICINO, Régis. n. 317, 13, fev., 1983, p.12. Sem essa palavra/ Nas paredes
de um quarto mal mobiliado/ Extravanza italiana - CORSO, Gregory
n. 504, 5, out., 1986, p.2. Os justos - BORGES, Jorge Luis
n. 521, 30, jan., 1987, p.12. Poemas verticais - JUARROZ, Roberto
n. 551, 28, ago., 1987, p.6. Lamento-epitáfio/ Lamento da boa defunta/ Lamento-
petição do filho fausto - LAFORGUE, Jules
n. 586, 29, abr., 1988, p.12. Litanias dos quartos crescentes da lua/ Litanies des
premiers quartiers de la lune - LAFORGUE, Jules
n. 635, 18, mar., 1989, p.8. A face/ O rosto - MOORE, Marianne

BOSI, Ecléa. n. 377, 8, abr., 1984, p.2-3. Seis poemas de Giuseppe Ungaretti -
UNGARETTI, Giuseppe

BRITO, Ronaldo. n. 364, 8, jan., 1984, p.3-5. Treze formas de olhar um melro -
STEVENS, Wallace
n. 407, 4, nov., 1984, p.11. Tranche de savoir - MICHAUX, Henri

BRITTO, Paulo Henriques. n. 379, 22, abr., 1984, p.12. Manhã de Domingo -
STEVENS, Wallace
n. 388, 24, jun., 1984, p.6-9. Um poema de Wallace Stevens - O homem do violão
azul - STEVENS, Wallace
n. 588, 13, maio., 1988, p.20. Uma agonia - Como agora. BARAKA, Imamu Amiri
(Ver LeRoi Jones)

CAMPOS, Augusto de. n. 303, 7, nov., 1982, p.10-11. "Mauberley", o documento
de uma era - POUND, Ezra
n. 323, 27, mar., 1983, p.12. Canção treze - DANIEL, Arnaut
n. 371, 26, fev., 1984, p.12. Sailing to Byzantium/ Viajando para Bizâncio/ The
fascination of what's difficult/ O prazer do difícil - YEATS, William Butler
n. 375, 25, mar., 1984, p.11. Elegia: antes de acostarse / Elegia: indo para o leito -

PAZ, Octavio

- n. 383, 20, maio., 1984, p.5. "l(a (...)" / "so (...)" - CUMMINGS, E. E.
n. 387, 17, jun., 1984, p.12. Dois poetas russos modernos - KRUTCHÔNIKH, (Aleksiéi); MAIAKÓVSKI, Vladímir
n. 394, 5, ago., 1984, p.10. Ode a um rouchinol - KEATS, John
n. 394, 5, ago., 1984, p.10. Bizâncio - YEATS, William Butler
n. 408, 11, nov., 1984, p.12. Ode on a Grecian Urn/ Ode sobre uma urna grega - KEATS, John
n. 483, 11, maio., 1986, p.6-7. Dez poemas - DICKINSON, Emily
n. 496, 10, ago., 1986, p.11-12. Dante: um corpo que cai - Dante Alighieri: inferno, canto 5. ALIGHIERI, Dante
n. 523, 13, fev., 1987, p.12. O dia do juízo/ Er giorno der giudizzio/ O cemitério da morte/ Er cimiterio de la morte - BELLI, Giuseppe Gioachino
n. 531, 10, abr., 1987, p.6-7. Herodias - cena - MALLARMÉ, Stéphane
n. 551, 28, ago., 1987, p.7. Spleen/ Nossa cara metade - LAFORGUE, Jules
CAMPOS, Haroldo de. n. 277, 9, maio., 1982. p.12. Poema - PASTERNAK, Bóris
n. 369, 12, fev., 1984, p.12. Bereshit - Gênese
n. 412, 9, dez., 1984, p.2. A morte voluntária do fugitivo W.B. - BRECHT, Bertolt
n. 487, 8, jun., 1986, p.12. Qohélet III (fragmento) - QOHÉLET
n. 490, 29, jun., 1986, p.7. Acróstico - CARRIÓN, Sem Tob de
n. 522, 6, fev., 1987, p.12. Aleksandr Púchkin - Do "Ievguêni Oniéguin" PÚCHKIN, Aleksander Sergeievitch
n. 545, 17, jul., 1987, p.12. Nuvens - AIGUI, Guenádi
n. 580, 18, mar., 1988, p.12. Rosas desde o fim/ Morte da menina/ De noite: em sobressalto - AIGUI, Guenádi
n. 583, 8, abr., 1988, p.2. Li Po - POUND, Ezra
n. 583, 8, abr., 1988, p.5-6. Três poemas de Wang Wei - WEI, Wang

CARONE, Modesto. n. 313, 16, jan., 1983, p.12. Paisagem/ Canção de Kaspar Hauser/ Karl Kraus/ Aos emudecidos/ A Novalis/ Na primavera/ Ao menino Elis - TRAKL, Georg
n. 528, 20, mar., 1987, p.12. Grodek - TRAKL, Georg

CARVALHO, Bernardo.

- n. 616, 5, nov., 1988, p.12. Les couleurs de boucherie/ As cores da carniça - SAVITZKAYA, Eugène

CASTRO, Ruy. n. 564*, 4, dez., 1987, p.12. Uma rosa perfeita/ One perfect rose - PARKER, Dorothy

CAVALCANTI, Geraldo Holanda. n. 521, 30, jan., 1987, p.12. Tríptico da Alhambra (Fragmento)/ Anotações para um funeral (Fragmento) - MUTIS, Alvaro

CESAR, Ana Cristina. n. 305, 21, nov., 1982, p.12. A condição poética - MILOSZ, Czeslaw
n. 355, 6, nov., 1983, p.12. 1272/ 485/ 1203/ 1263/ 1026 - DICKINSON, Emily
n. 439, 23, jun., 1985, p.12. Poetas da Polónia sitiada - JASTRUN, Tomasz; KOWALSKA, Anka; KRYNICKI, Ryszard; ZAGAJEWSKI, Adam
n. 445, 4, ago., 1985, p.12. O Senhor Cógito, segundo Zbigniew Herbert - HERBERT, Zbigniew

COSTA, José Francisco C. n. 495, 3, ago., 1986, p.12. "Curto o meu corpo quando

-
- está com seu (...)” - CUMMINGS, E. E.
n. 507, 26, out., 1986, p.2. Rio de Janeiro/ Poema 7 - GIRONDO, Olivério
n. 534, 1, maio., 1987, p.12. Morte pela água - ELIOT, T. S.
n. 548, 7, ago., 1987, p.12. Um pacto/ A pact - POUND, Ezra
- COSTA, Mônica. n. 426, 17, mar., 1985, p.11. Cor, palavra e violência - Menino verde. SCHWITTERS, Kurt
- COSTA, Walter. n. 396, 19, ago., 1984, p.12. Cinzas/ O nosso/ As guerras - BORGES, Jorge Luis
n. 418, 20, jan., 1985, p.6-7. Poemas Paul Van Ostayen - OSTAYEN, Paul van
DANTAS, Vinicius. n. 347, 11, set., 1983, p.12. Descender - WILLIAMS, William Carlos
n. 347, 11, set., 1983. p.2-3. O tordo/ Uma espécie de canção/ O termo/ O crisântemo/ El hombre/ Canção/ Morte/ Medrar e mais - WILLIAMS, William Carlos
- DRABIK, Grazyna. n. 305, 21, nov., 1982, p.12. A condição poética - MILOSZ, Czeslaw
n. 439, 23, jun., 1985. p.12. Poetas da Polônia sitiada - JASTRUN, Tomasz; KOWALSKA, Anka; KRYNICKI, Ryszard; ZAGAJEWSKI, Adam
n. 445, 4, ago., 1985, p.12. O Senhor Cógito, segundo Zbigniew Herbert - HERBERT, Zbigniew
- DUARTE, Adriane da Silva. n. 564, 27, nov., 1987, p.12. A musa de Alcman - ALCMAN
- ESCOBAR, Pepe. n. 290, 8, ago., 1982, p.12. Hoje - PÉRET, Benjamin
n. 304, 14, nov., 1982, p.12. Seus olhos sempre puros - ÉLUARD, Paul
- FERREIRA, Mário. n. 607, 3, set., 1988, p.12. Três poemas de amor - AMARU
- FIGUEIREDO, Luis A. n. 366, 22, jan., 1984, p.2. Poema do quarto elemento - BORGES, Jorge Luis
- FINKEL, Margarida. n. 427, 24, mar., 1985, p.12. O barco - BRECHT, Bertolt
- FREITAS, Lenilde. n. 407, 4, nov., 1984, p.2. Clown - MICHAUX, Henri
n. 421, 10, fev., 1985, p.10-11. Poemas. Yves Bonnefoy - BONNEFOY, Yves
- FRIAS FILHO, Otávio. n. 573, 29, jan., 1988, p.12. "posso pegar disse ele (...)" / "may i feel said he (...)" - CUMMINGS, e.e.
- GARDINALLI FILHO, Eugênio. n. 422, 17, fev., 1985, p.11. Soneto 15 - SHAKESPEARE, William
- GOLDMAN, Newton. n. 469, 2, fev., 1986, p.2. Poema para Cissy - CHANDLER, Raymond
- GRÜNEWALD, José Lino. n. 347, 11, set., 1983, p.6-7. A Phoenix e a Tortoise/ Telefones hermafroditas/ A tempestade/ A mente indecisa/ O poema/ Prelúdio ao - WILLIAMS, William Carlos
n. 457, 27, out., 1985, p.12. Canto I - POUND, Ezra

-
- GUIMARÃES, Júlio Castañon. n. 570, 8, jan., 1988, p.12. Três poemas de Samuel Beckett - BECKETT, Samuel
n. 597, 24, jun., 1988, p.12. Episódio - VALÉRY, Paul
- HUMBLÉ, Philippe. n. 418, 20, jan., 1985, p.6-7. Poemas Paul Van Ostayen - OSTAYEN, Paul van
- INFANTE, Ulisses. n. 345, 28, ago., 1983, p.12. De "Poemas em Prosa" - Um homem satisfeito. TURGUÊNIEV
- JAVANOVIC, Aleksandar. n. 536, 15, maio., 1987, p.12. Defendo/ Não houvesse teus olhos - brinde (mallarmeano) a vasko popa - POPA, Vasko
- KEMPF, Roswitha. n. 427, 24, mar., 1985, p.12. O barco - BRECHT, Bertolt
- MACHADO, Duda. n. 574, 5, fev., 1988, p.12. Som tardio - ASHBERY, John
- MARTINS, Floriano. n. 603, 6, ago., 1988, p.12. No hospício - LAMBORGHINI, Leónidas
- MOURA JR., João. n. 347, 11, set., 1983, p.5. Os iates - WILLIAMS, William Carlos
n. 364, 8, jan., 1984, p.3-5. Treze formas de olhar um melro - STEVENS, Wallace
n. 369, 12, fev., 1984, p.2. O paraíso - VALEIJE, Sara Zapata
n. 384, 27, maio., 1984, p.2. Um poema de Malcolm Lowry - Ele gostava dos mortos/ He liked the dead LOWRY, Malcolm
n. 391, 15, jul., 1984, p.2. Um soneto de Umberto Saba (1883-1957) - SABA, Umberto
n. 444, 28, jul., 1985, p.12. Só - POE, Edgar Allan
n. 444, 28, jul., 1985, p.12. A manta - YEATS, William Butler
- MOURÃO, Gerardo de Mello. n. 294, 5, set., 1982, p.12. Os velhos italianos à espera da morte - FERLINGHETTI, Lawrence
- NAGIB, Lúcia. n. 327, 24, abr., 1983, p.12. Quando fazia noites claras/ Binho moinho/ Rai-in-the-face/ Seis leitões sugavam o leite/ Ontem à noite, HERZOG, Werner
- OLIVEIRA, Celso Lemos de. n. 386, 10, jun., 1984, p.10-11. Um poema de Allen Tate - Ode aos mortos confederados. TATE, Allen
- PAES, José Paulo. n. 278, 16, maio., 1982, p.5. Kaváfis, mestre da poesia grega moderna - KAVÁFIS, Konstantinos
n. 335, 19, jun., 1983, p.12. O naufrágio do "Tordo" - SEFÉRIS, Giorgos
n. 404, 14, out., 1984, p.9-10. Kálas: o corrosivo da lucidez - RANDOS, Nikita (Pseud.Kálas)
n. 531, 10, abr., 1987, p.2. "Assim também a morte" - VARVITSÍOTIS, Táxis
n. 537, 22, maio, 1987, p.12. Towards break of day/ Na quase madrugada - YEATS, William Butler
- PIGNATARI, Décio. n. 317, 13, fev., 1983, p.12. Sem essa palavra/ Nas paredes

-
- de um quarto mal mobiliado/ Extravanza italiana - CORSO, Gregory
n. 333, 5, jun., 1983, p.12. Ode 28, Livro 3 - HORÁCIO
n. 388, 24, jun., 1984, p.12. O rei do sorvete - STEVENS, Wallace
n. 417, 13, jan., 1985, p.3. A Neóbula, ausente - AQUÍLOCO
n. 458, 3, nov., 1985, p.12. A gigante - BAUDELAIRE, Charles
n. 479, 13, abr., 1986, p.12. De estrelas e homens - GOETHE; HEINE, Einrich
n. 497, 17, ago., 1986, p.12. A casada infiel e 1910 (Intermezzo) - LORCA,
Federico Hernandez García
- QUINTELA, Paulo. n. 542, 26, jun., 1987, p.12. Aos alemães - HÖLDERLIN,
Friedrich
- RAMOS JUNIOR, José de Paula. n. 499, 31, ago., 1986, p.12. Canção - RUDEL,
Janfré
- RENAUX, Marcos. n. 599, 8, jul., 1988, p.2. Brecht (1956) - MUELLER, Heiner
n. 599, 8, jul., 1988, p.12. Maiakóvski (1956) - MUELLER, Heiner
- REZENDE, Luiz Carlos de Britto. n. 371, 26, fev., 1984, p.3-5. The Applicant/ O
Candidato/ Elm (for Ruth Fainligh)/ Olmo/ Getting there/ Chegando lá/ Edge/
Limite/ The rival/ Rival/ The couriers/ Os mensageiros/ Words/ Palavras - PLATH,
Sylvia
- RIBEIRO, Renato Janine. n. 321, 13, mar., 1983, p.2. Duas canções de amor e duas
"traduções" de exílio - MACAULAY, Thomas
- RISÉRIO FILHO, Antonio. n. 490, 29, jun., 1986, p.8-9. Fragmentos de "Altazor"
- HUIDOBRO, Vincente
- RODRIGUES, Antonio Medina. n. 602, 30, jul., 1988, p.12. Às parcas -
HÖLDERLIN, Friedrich
n. 614, 22, out., 1988, p.12. Fragmento 2 Diehl - MIMNERMO
- RODRIGUES, Luzia. n. 315, 30, jan., 1983, p.2. 45º/ Meus versos/ Árvore da
minha vida - MARTÍ, José Farabundo
- ROEHRIG, Christine. n. 599, 8, jul., 1988, p.12. Maiakóvski (1956) - MUELLER,
Heiner
n. 599, 8, jul., 1988, p.2. Brecht (1956) - MUELLER, Heiner
- SALOMÃO, Waly. n. 420, 3, fev., 1985, p.12. Uma vez atravessei uma cidade
populosa - WHITMAN, Walt
- SANTOS, Jair Ferreira dos. n. 421, 10, fev., 1985, p.5. O regresso - LOWELL,
Robert
- SCHNAIDERMAN, Boris. n. 277, 9, maio., 1982, p.12. Poema - PASTERNAK,
Bóris
n. 312, 9, jan., 1983, p.3. "Nesta cidade enorme - é noite. (...)"/ "Se minha alma
nasceu alada- (...)"/ "O verso nasceu: estrela ou rosa, (...)"/ "Quem não fez casas,
erra, (...)"/ Madrugada sobre os trilhos/ Poemas para as terras tchecas -
TZVIETAIÉVA, Marina
n. 424, 3, mar., 1985, p.12. A fama é reles - PASTERNAK, Bóris

-
- n. 522, 6, fev., 1987, p.12. Aleksandr Púchkin - Do "Ievguêni Oniéguin"
PÚCHKIN, Aleksander Sergeievitch
- n. 522, 6, fev., 1987, p.6-7. Aleksander Siergueievitch Púchkin - PÚCHKIN,
Aleksander Sergeievitch
- n. 533, 24, abr., 1987, p.12. "Batiam cascos, (...) " - MAIAKÓVSKI, Vladímir
- n. 545, 17, jul., 1987, p.12. Nuvens - AIGUI, Guenádi
- n. 580, 18, mar., 1988, p.12. Rosas desde o fim/ Morte da menina/ De noite: em
sobressalto - AIGUI, Guenádi
- SCLIAR-CABRAL, Leonor. n. 474, 9, mar., 1986, p.12. Duas traduções -
QUEVEDO, Francisco de; VEGA, Lope
- n. 581, 25, mar., 1988, p.2. "Sabem vocês o que é a (...)" - ARTAUD, Antonin
- SEVCENKO, Nicolau. n. 608, 10, set., 1988, p.12. A confissão do erudito
moribundo - STRICKLAND, Geoffrey
- SILVEIRA, Maria José. n. 575, 12, fev., 1988, p.12. Axioma/Axiom - ATWOOD,
Margaret
- SOARES, Pedro Maia. n. 557, 9, out., 1987, p.12. O despertar/ The waking -
ROETHKE, Theodore
- SOUZA, José Cavalcante de. n. 381, 6, maio., 1984, p.8. Para Hiéron de Siracusa
pelo cavalo misterioso - PÍNDARO.
- SOUZA, Paulo Cesar. n. 466, 12, jan., 1986, p.12. Lista de preferências -
BRECHT, Bertolt
- n. 490, 29, jun., 1986, p.8-9. Fragmentos de "Altazor" - HUIDOBRO, Vincente
- n. 532, 17, abr., 1987, p.2. O infinito - L'Infinito. LEOPARDI, Giacomo
- n. 562, 13, nov., 1987, p.2. La figlia che piange - ELIOT, T. S.
- n. 571, 15, jan., 1988, p.12. Fuga - morte. CELAN, Paul
- n. 576, 19, fev., 1988, p.12. Mulheres de amigos - TUCHOLSKY, Kurt
- n. 584, 15, abr., 1988, p.12. Vigília - UNGARETTI, Giuseppe
- n. 593, 27, maio., 1988, p.12. Soneto - FICHTE, Johan Gotlieb
- n. 610, 24, set., 1988, p.2. Uma dedicatória a minha mulher - ELIOT,
T. S.
- n. 625, 7, jan., 1989, p.12. Três poemas de Giuseppe Ungaretti - UNGARETTI,
Giuseppe
- n. 631, 18, fev., 1989, p.8. Nietzsche - SABA, Umberto
- SPERBER, George Bernard. n. 454, 6, out., 1985, p.12. Para Samay/ Para o Beuys
pelos 60 anos - BÖLL, Heinrich
- SUZUKI JR., Matinas. n. 475, 16, mar., 1986, p.12. Aqui - PAZ, Octavio
- n. 559, 23, out., 1987, p.2. Eros é (ã) vida - RAY, Man
- SUZUKI, Márcio. n. 538*, 5, jun., 1987, p.12. Da mulher - KRAUS, Karl
- n. 554, 18, set., 1987, p.12. Ditirambos de Dionísio (Fragmento 67)/ Bruchstuecke
zu Dionisos-Dithyramben (Nr.67) - NIETZSCHE, Friedrich
- TEIXEIRA, Cleber. n. 396, 19, ago., 1984, p.12. Cinzas/ O nosso/ As guerras -
BORGES, Jorge Luis

TORRES FILHO, Rubens Rodrigues. n. 549, 14, ago., 1987, p.12. Patmos (Primeira estrofe)/ Patmos - HÖLDERLIN, Friedrich
n. 561, 6, nov., 1987, p.12. O invento de Korf/ "Korf erfindet eine Art von Witzen (...)" - MORGENSTERN, Christian

TORRES, Maria Lúcia. n. 575, 12, fev., 1988, p.12. Axioma/Axiom - ATWOOD, Margaret

TREVISAN, João Silvério. n. 577, 26, fev., 1988, p.12. Elegia para exorcizar as trevas - (após os assassinatos do prefeito George Moscone e do vereador Harvey Milk em São Francisco, novembro de 1978) FERLINGHETTI, Lawrence

VENÂNCIO, Paulo. n. 364, 8, jan., 1984, p.3-5. Treze formas de olhar um melro - STEVENS, Wallace

VIEIRA, Trajano. n. 404, 14, out., 1984, p.2. Três poemas de Vielimir Khlébnikov - Os números KHLIÉBNIKOV, Vielimir

n. 474, 9, mar., 1986, p.2. Poesia da Grécia antiga - ANACREONTE; ARQUILOCO; SAFO

n. 494, 27, jul., 1986, p.12. Romança - MAIAKÓVSKI, Vladímir

n. 516, 26, dez., 1986, p.12. La belle dame sans merci/ Para Georgina Augusta Wylie - KEATS, John

n. 522, 6, fev., 1987, p.6-7. Aleksander Siergueievitch Púchkin - PÚCHKIN, Aleksander Sergeievitch

n. 596, 17, jun., 1988, p.12. Para Afrodite - SAFO

n. 609, 17, set., 1988, p.12. 12ª Olímpica de Píndaro - PÍNDARO

n. 632, 25, fev., 1989, p.8. "Morremos na Petrópolis luzente (...)" - MANDELSHTAM, Óssip

VOGT, Carlos. n. 507, 26, out., 1986, p.12. Shakespeare-soneto 76 - SHAKESPEARE, William

WILLER, Cláudio. n. 375, 25, mar., 1984. p.2-3. Noite em claro - PAZ, Octavio

²² Abaixo reproduzo a relação dos colaboradores que tiveram seus ensaios-literatura publicados durante a terceira fase do *Folhetim*. A relação traz os colaboradores por ordem alfabética, e os textos são apresentados por ordem de número (do *Folhetim*), data, páginas e título, respectivamente.

ACHCAR, Francisco. nº 352, 16, out., 1983, p.4-5. As Bacantes, carne, carnaval e misticismo. nº 578, 4, mar., 1988, p.4-7. Contra a poesia.

AIDAR, José Luiz. nº 435, 26, maio, 1985, p.4-5. Víctima e vampiro: quem aproveita mais?

ALBERGARIA, Consuelo. nº 563, 20, nov., 1987, p.11. O evangelho de Rosa.

ANDRADE, Fábio R. de Souza. nº 618, 19, nov., 1988, p.6-11. Canto mudo.

ANTELO, Raúl. nº 489, 22, jun., 1986, p.10-11. O morto não requer atenções. nº 492, 13, jul., 1986, p.3-5. Sermão da barbárie. nº 508, 2, nov., 1986, p.5-7. João do Rio e o belo em máscara. nº 564, 27, nov., 1987, p.3-5. Emílio Renzi, Ricardo Piglia e outros.

- ARBASINO, Alberto. nº 383, 20, maio, 1984, p.8-9. Carlo Emilio Gadda.
- ARÊAS, Vilma. nº 372, 4, mar., 1984, p.10. Outros carnavais. nº 460, 24, nov., 1985, p.8-9. Fernando (talvez) Pessoa. nº 515, 19, dez., 1986, p.10-11. Contrariedades, cristalizações. nº 585, 22, abr., 1988, p.10-12. Branco como o mel.
- ARON, Irene. nº 527, 13, mar., 1987, p.8. Biografia: um jogo.
- ARON, Raymond. nº 320, 6, mar., 1983, p.4-5. Sobre Saint-Exupéry, o escritor na guerra.
- ARRIGUCCI JR., Davi. nº 314, 23, jan., 1983, p.3-5. Minas, assombros e anedotas. I. nº 315, 30, jan., 1983, p.10-12. Minas, assombros e anedotas. Os contos fantásticos de Murilo Rubião. Final. nº 467, 19, jan., 1986, p.4-5. Pedra e silêncio. nº 480, 20, abr., 1986, p.2-12. Ensaio sobre 'Maçã' (do sublime oculto). nº 534, 1, maio, 1987, p.6-9. Fragmentos sobre a crônica.
- ARROJO, Rosemary. nº 436, 2, jun., 1985, p.10-11. Ler "Grande Sertão" enquanto a Globo não vem.
- ASCHER, Nelson. *Folhetim*. nº 491, 6, jul., 1986, p.4-5. Visões do paraíso. nº 494, 27, jul., 1986, p.6-7. I like Roman Jakobson. nº 497, 17, ago., 1986, p.2-3. O poeta assassinado. nº 512, 28, nov., 1986, p.8. A infâmia universal da história. nº 522, 6, fev., 1987, p.5. Os duelistas. nº 551, 28, ago., 1987, p.5. Sob o signo da lua.
- AUBERT, Francis Henrik. nº 348, 18, set., 1983, p.3. O tradutor e seus direitos.
- AUGUSTO, Sérgio. nº 577, 26, fev., 1988, p.10-11. A ficção como metáfora. nº 613, 15, out., 1988, p.4-6. Uma curta jornada através do o'neillismo.
- AZEREDO, Ecila de. nº 458, 3, nov., 1985, p.6-7. Axel.
- BALDERSTON, Daniel. nº 396, 19, ago., 1984, p.11. Tradição e traição: Borges e Stevenson.
- BARBOSA, Frederico Tavares Bastos. nº 620, 3, dez., 1988, p.8-9. As dobras da obra.
- BARBOSA, João Alexandre. nº 362, 25, dez., 1983, p.6-7. A paixão crítica. Como ler na forma literária a historicidade da literatura?. nº 513, 5, dez., 1986, p.2-3. Nas origens do concretismo. nº 523, 13, fev., 1987, p.3-5. Dostoiévski e as sementes da rebelião. nº 531, 10, abr., 1987, p.8-9. Nas trilhas de Augusto Meyer.
- BARBOSA, Sidney. nº 548, 7, ago., 1987, p.4. Repulsa à escritura.
- BEHAR, Lisa Block de. nº 489, 22, jun., 1986, p.5-7. Pierre Menard "leitor" do Quixote.
- BELLEI, Sérgio Luiz Prado. nº 380, 29, abr., 1984, p.6-8. A leitura de "Avalovara": texto e tentativa logocêntrica. nº 520, 23, jan., 1987, p.10-11. Emily Dickinson no Brasil.
- BENATI, Luiz Roberto. nº 517, 2, jan., 1987, p.2-3. Namoros com o simbolismo.
- BENEDETTI, Mario. nº 276, 2, maio, 1982, p.2. Também a verdade se inventa.
- BERNARDINI, Aurora Fomoni. nº 345, 28, ago., 1983, p.3-5. Turguêniev e a intelligentsia russa. nº 387, 17, jun., 1984, p.6-7. Formalismo e poesia.
- BEZERRA, Paulo. nº 372, 4, mar., 1984, p.6-9. Carnaval na literatura. nº 387, 17, jun., 1984, p.8-9. Vladimir Propp e as dimensões do teórico.

-
- BLANCHOT, Maurice. nº 593, 27, maio, 1988, p.2-5. O "Athenaeum".
- BOAVENTURA, Maria Eugênia. nº 407, 4, nov., 1984, p.3-5. Oswald de Andrade: entre a política e a arte.
- BOLLE, Wille. nº 337, 3, jul., 1983, p.10-11. O processo da literatura. nº 527, 13, mar., 1987, p.4. Uma dramaturgia pós-emoções. nº 562, 13, nov., 1987, p.6-9. Literatura e técnica: a modernidade fascista.
- BONALUME NETO, Ricardo. nº 448, 25, ago., 1985, p.2-3. Romântico e drogado.
- BONVICINO, Régis. nº 358, 27, nov., 1983, p.3. Uma trajetória crítica. nº 551, 28, ago., 1987, p.4. Anarquia, verso livre.
- BORNEBUSCH, Herbert. nº 527, 13, mar., 1987, p.2-3. Em busca do passado perdido.
- BOSI, Alfredo. nº 377, 8, abr., 1984, p.10-11. O "Auto do Frade": as vozes e a geometria. nº 550, 21, ago., 1987, p.6-7. A máquina do mundo. Entre o símbolo e a alegoria. nº 588, 13, maio, 1988, p.10-11. O exílio na pele.
- BRANDÃO, Jacyntho José Lins. nº 378, 15, abr., 1984, p.10-11. Os (des)caminhos de Ulisses.
- BRANDÃO, Roberto. nº 380, 29, abr., 1984, p.9-11. "O Ateneu" e a retórica. nº 416, 6, jan., 1985, p.9-11. A ambivalência oratória.
- BRESCIANI, Maria Setella Marins. nº 562, 13, nov., 1987, p.10-11. A literatura na era mecânica.
- BRITO, Ronaldo. nº 620, 3, dez., 1988, p.4-6. Entre páginas e ruas.
- BRITTO, Paulo Henriques. nº 558, 16, out., 1987, p.3-4. Esteticismo e modernidade. nº 564, 27, nov., 1987, p.11. Os equívocos da crítica.
- BRODT, Gerhard. nº 528, 20, mar., 1987, p.9. Contra a indignação cômoda.
- CACASO, (Pseud. de Antonio Carlos de Brito). nº 285, 4, jul., 1982, p.4. Melhor a emenda que o soneto. nº 302, 31, out., 1982, p.9. Os drummondianos manuelinos.
- CAMPOS, Augusto de. nº 340, 24, jul., 1983, p.6-7. O "testamento" de Ezra Pound: uma anti-ópera. nº 383, 20, maio, 1984, p.3-5. Intradução de Cummings. nº 404, 14, out., 1984, p.6-8. Nuvem espelho para Sinisgalli. nº 429, 7, abr., 1985, p.6-8. Dialética da maledicência. nº 431, 21, abr., 1985, p.10-11. Dos que ficam em cima do muro. nº 523, 13, fev., 1987, p.6-7. Belli, diabolus in poesia. nº 531, 10, abr., 1987, p.3-5. Mistério de Mallarmé: Herodias.
- CAMPOS, Geir. nº 348, 18, set., 1983, p.4-5. Tradução e criação.
- CAMPOS, Haroldo de. nº 296, 19, set., 1982, p.4-5. O arco-íris branco de Goethe. nº 301, 24, out., 1982, p.4-5. Crepúsculo da ceguilocura cai sobre Swift. nº 339, 17, jul., 1983, p.6-8. "Bossa-nova" na Itália do "ducento". nº 348, 18, set., 1983, p.6-7. Tradução: fantasia e fingimento. nº 375, 25, mar., 1984, p.6-7. Transblanco. nº 377, 8, abr., 1984, p.6-7. Ungaretti: o efeito de fratura abissal. nº 403, 7, out., 1984, p.2-4. Poesia e modernidade: da morte, da arte à constelação. nº 404, 14, out., 1984, p.3-5. Poesia e modernidade: o poema pós-utópico. nº 412, 9, dez., 1984, p.6-8. Para além do princípio da saudade. nº 419, 27, jan., 1985, p.3-5. Paul Valéry e a poética da tradução. nº 428, 31, mar., 1985, p.10-11. Tributo a Cesar Vallejo. nº 487, 8, jun., 1986, p.4-8. Qohélet. o-que-sabe. nº 518, 9, jan., 1987, p.3-5. Octavio Paz e a poética da tradução. nº 522, 6, fev., 1987, p.2-4. Púchkin: a poesia da gramática. nº 583, 8, abr., 1988, p.3-5. Três versões do impossível.

-
- CAMPOS, José Roberto de. n° 306, 28, nov., 1982, p.3. Kerouac, o anjo 'beat'. n° 340, 24, jul., 1983, p.3. Uma luta no ventre da morte. n° 360, 11, dez., 1983, p.6-7. O fim dos anjos positivistas.
- CANDIDO, Antonio. n° 457, 27, out., 1985, p.3-4. Notas sobre dois aspectos de Ezra Pound.
- CARA, Salete de Almeida. n° 430, 14, abr., 1985, p.2-3. Partida empatada. n° 434*, 19, maio, 1985, p.3-4. O tempo e a pena. n° 564, 27, nov., 1987, p.6-7. Intervalo e enigma.
- CARELLI, Mario. n° 605, 20, ago., 1988, p.9-11. Vestígios de um "amor impossível".
- CARONE, Modesto. n° 313, 16, jan., 1983, p.3-5. Georg Trakl: declínio e utopia.
- CARONI, Ítalo. n° 495, 3, ago., 1986, p.9-10. Por que reler Victor Hugo hoje? . n° 548, 7, ago., 1987, p.2-3. Um choque contra a hipocrisia.
- CARVALHO, Bernardo. n° 527, 13, mar., 1987, p.10-11. Por uma literatura descritiva. n° 613, 15, out., 1988, p.9-11. O aprendizado do êxtase.
- CARVALHO, Reianete Leão de. n° 357, 20, nov., 1983, p.8-9. O apocalíptico e o grotesco.
- CECHELERO, Vicente. n° 489, 22, jun., 1986, p.8-10. Autoprogramado para a eternidade.
- CESAR, Ana Cristina. n° 295, 12, set., 1982, p.4-5. Riocorrente, depois de Eva e Adão. n° 613, 15, out., 1988, p.7-9. Paixão e técnica.
- CHALMERS, Vera. n° 441, 7, jul., 1985, p.4-5. Sangria desatada. n° 462, 15, dez., 1985, p.10-11. O inseto filosofal.
- CHAVES, Flávio Loureiro. n° 396, 19, ago., 1984, p.10. Sobre "O livro dos seres imaginários".
- CHIAMPI, Irleamar. n° 508, 2, nov., 1986, p.3-4. José Lezama Lima, o etrusco de Havana.
- CHIARETTI, Marco. n° 328, 1, maio, 1983, p.2. Fenoglio, entre a solidão e a guerra.
- COELHO, Eduardo Prado. n° 585, 22, abr., 1988, p.6-7. A poesia portuguesa contemporânea.
- COELHO, Ruy. n° 337, 3, jul., 1983, p.8-9. Kafka no mundo atual.
- CONCAGH, Viviana Bosi. n° 537, 22, maio, 1987, p.9-10. Yeats: no limiar do dia.
- CONRAD, Joseph. n° 328, 1, maio, 1983, p.6-7. O talhe e o timbre das frases.
- CONTI, Mário Sérgio. n° 303, 7, nov., 1982, p.4-5. Vivem os mortos de novembro.
- CORTÁZAR, Julio. n° 300, 17, out., 1982, p.4-5. Literatura e identidade.
- COSTA, Flávio Moreira da. n° 442, 14, jul., 1985, p.10-11. Memórias do cárcere que não foram escritas.
- COSTA, Horácio. n° 598, 1, jul., 1988, p.9-11. Uma biografia literária.
- CUNHA, Fausto. n° 354, 30, out., 1983, p.9-10. A morte dentro da gruta. n° 410, 25, nov., 1984, p.6-7. Aproximações a Augusto dos Anjos.
- CUNHA, Maria Helena Ribeiro da. n° 540, 12, jun., 1987, p.10-11. A modernidade

de Camões.

DAFOE, Ruth Adele. nº 558, 16, out., 1987, p.5-7. Idéias: tão só nas coisas.

DANTAS, Vinicius. nº 357, 20, nov., 1983, p.4-5. Meninos impossíveis.

DISTANTE, Carmelo. nº 377, 8, abr., 1984, p.4-5. Giuseppe Ungaretti: do grito poético absoluto ao canto classicamente modulado. nº 390, 8, jul., 1984, p.9-10. Laudes Creaturarum (ou Cantico di Frate Sole) de São Francisco de Assis. nº 456, 20, out., 1985, p.10-11. A personalidade de Alessandro Manzoni. nº 477, 30, mar., 1986, p.9-10. Sons e cores em difícil poesia. nº 567, 18, dez., 1987, p.9-11. Três grandes contos.

DORIA, Francisco Antônio. nº 297, 26, set., 1982, p.8-9. As matemáticas do homem.

DRABIK, Grajina. nº 445, 4, ago., 1985, p.10-11. Fiel à incerta luz.

EULALIO, Alexandre. nº 357, 20, nov., 1983, p.6-7. A obra e os andaimes. nº 598, 1, jul., 1988, p.3-7. Posfácio.

FARIA, Maria Alice. nº 419, 27, jan., 1985, p.11. Sem essa, Aranha.

FERNÁNDEZ, Liliana Marta. nº 495, 3, ago., 1986, p.4-5. Do tamanho rioplatense.

FERREIRA, Margarida Alves. nº 585, 22, abr., 1988, p.8-9. A paixão em demanda.

FIGUEIREDO, Vera Lucia. nº 393, 29, jul., 1984, p.6-7. A palavra como arma: o romance policial de Rubem Fonseca.

FIKER, Raul. nº 300, 17, out., 1982, p.9. Arquétipos e esteriótipos da ficção científica. nº 379, 22, abr., 1984, p.8-9. O romance policial.

FONSECA, Carlos Alberto da. nº 607, 3, set., 1988, p.2-4. O belo com sabor.

FORTUNA, Felipe. nº 508, 2, nov., 1986, p.8-9. Clarice Lispector e Deus. nº 560, 30, out., 1987, p.11. O antimoderno necessário.

FRANCESCHI, Antonio Fernando de. nº 431, 21, abr., 1985, p.8-9. Assassinato: modo de usar.

FRANCHETTI, Paulo. nº 584, 15, abr., 1988, p.2-5. O sexo dos anjos.

FRANCIS, Paulo. nº 613, 15, out., 1988, p.2-4. Cem anos de solidão.

FREITAS, Maria Teresa. nº 438, 16, jun., 1985, p.2-3. Poder, mau negócio para artista. nº 516, 26, dez., 1986, p.10-11. Um esteta no poder.

FRESNOT, Daniel. nº 306, 28, nov., 1982, p.4-5. Os EUA na literatura.

FRIAS FILHO, Otavio. nº 435, 26, maio, 1985, p.2-3. Horror romântico.

FULLGRAF, Frederico. nº 393, 29, jul., 1984, p.8-10. Berlim. insólita proussiana, tu!

GAMA, Rinaldo. nº 620, 3, dez., 1988, p.10. O osso branco da poesia.

GAMBOA, Gloria. nº 328, 1, maio, 1983, p.10-11. Uma viagem por Anais Nin°

GOMES, Eustáquio Teixeira. nº 308, 12, dez., 1982, p.6-7. A morte do leão Hemingway.

GONZÁLEZ, Horácio. nº 341, 31, jul., 1983, p.10-11. Werther e a sedução do suicídio. nº 354, 30, out., 1983, p.6-8. Pierre Menard, autor de "Os sertões". nº 367, 29, jan., 1984, p.9-11. A USP e Serra Pelada: literaturas de viagem. nº 379, 22, abr., 1984, p.6-7. O espírito de Max Weber e a ética de Sam Spade. nº 416, 6, jan., 1985,

p.6-8.Camus no Rio da Prata.

GRÜNEWALD, José Lino. nº 453, 29, set., 1985, p.3.O franco atirador. nº 457, 27, out., 1985, p.6-7.As antenas pagãs. nº 497, 17, ago., 1986, p.4-5.O mínimo múltiplo comum da poesia. nº 551, 28, ago., 1987, p.3.Vida breve, arte longa.

GUINSBURG, Jacó. nº 345, 28, ago., 1983, p.8-9.Religião e religiosidade em Kafka. nº 487, 8, jun., 1986, 2-3.Qohélet, o-que-sabe que não sabe.

HANSEN, João Adolfo. nº 563, 20, nov., 1987, p.2-5.Terceira margem. nº 581, 25, mar., 1988, p.5-7.O bem do monstro.

HAZIN, Elizabeth. nº 620, 3, dez., 1988, p.2-4.A essência do espelho.

HEISE, Eloá di Pierro. nº 527, 13, mar., 1987, p.6-7.1945: "ano zero" para a literatura?

HELENE, Maria Augusta da Costa Vieira. nº 497, 17, ago., 1986, p.9-10.Entre sol e sombra, vida e morte.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. nº 513, 5, dez., 1986, p.6-7.A difícil alvorada.

HOLZERMAYR, Katharina. nº 362, 25, dez., 1983, p.8-9.Literatura e possibilidade histórica.

IGLESIAS, Francisco. nº 550, 21, ago., 1987, p.4-5.A recusa da biografia.

JAVANOVIC, Aleksandar. nº 536, 15, maio, 1987, p.11.A forja mágica de Vasko Popa.

JOVANOVIĆ, Akeksandar. nº 580, 18, mar., 1988, p.5-8.A invenção de uma língua.

JOZEF, Bella. nº 277, 9, maio, 1982, p.4-5.Ernesto Sábato.Um escritor como testemunha

KAK, Eduardo. nº 584, 15, abr., 1988, p.10-11.A poesia da letra.

KATINSZKI, Vilma de. nº 567, 18, dez., 1987, p.7-8.Os diálogos do mito.

KLINGER-CLAVIJO, Margrit. nº 527, 13, mar., 1987, p.5.Entre dominação e autonomia.

KOSHIYAMA, Jorge. nº 521, 30, jan., 1987, p.8-10.Travessia e retorno para o sem-fim.

KOSSOVITCH, Elisa. nº 538, 29, maio, 1987, p.4-5.Os cúmplices da sedução.

LEENHARDT, Jacques. nº 635, 18, mar., 1989, p.2-5.A escrita e a violência da imagem.

LEITE, Sebastião Uchôa. nº 478, 6, abr., 1986, p.2-3.François Villon, nosso próximo.

LEMINSKI, Paulo. nº 278, 16, maio, 1982, p.3.O veneno das revistas da invenção. nº 285, 4, jul., 1982, p.5.Forma é poder. nº 303, 7, nov., 1982, p.6-7.Os últimos dias de um romântico. nº 322, 20, mar., 1983, p.6-7.Tudo, de novo. nº 381, 6, maio, 1984, p.3-5.Poesia a gente encontra em toda a parte.

LEONEL, Maria Célia de Moraes. nº 574, 5, fev., 1988, p.9-11.Procedimentos de criação.

LESSA, Ivan *Folhetim*. nº 303, 7, nov., 1982, p.2.Um voto para Burgess.

LIMA, Alceu Amoroso. nº 302, 31, out., 1982, p.11.Os extremos se tocam.

-
- LIMA, Luiz Costa. n° 289, 1, ago., 1982, p.11.O leitor e a crítica. n° 302, 31, out., 1982, p.6-8.As entranhas das sombras. n° 311, 2, jan., 1983, p.5.A mínima linguagem. n° 513, 5, dez., 1986, p.8-9.A releitura do passado. n° 582, 1, abr., 1988, p.2-5.Dependência cultural e estudos literários.
- LINDON, Mathieu. n° 605, 20, ago., 1988, p.2-4.Proust e as cartas. n° 616, 5, nov., 1988, p.2-4.Depois do "Nouveau Roman".
- LOURENÇO, Eduardo. n° 595, 10, jun., 1988, p.6-8.Pessoa e o tempo.
- LUYTEN, Joseph. n° 300, 17, out., 1982, p.10-11.As eleições vistas pelo cordel.
- MACEDO, Sílvia Quintanilha. n° 357, 20, nov., 1983, p.2-3.Crítica e poética.
- MALLARMÉ, Stéphane. n° 548, 7, ago., 1987, p.10-11.Villiers de L'Isle-Adam.uma conferência.
- MARTINS, Wilson. n° 287, 18, jul., 1982, p.10-11.Zola, modelo ignorado e inesperado de Taunay. n° 305, 21, nov., 1982, p.10-11.25 séculos de concretismo. n° 310, 26, dez., 1982, p.10-11.Entre o realismo e o simbolismo.
- MASSI, Augusto. n° 497, 17, ago., 1986, p.6-8.O coração arcaico do arlequim. n° 509, 9, nov., 1986, p.6-7.O arquipélago e as palavras.
- MENEZES, Adelia Bezerra de. n° 360, 11, dez., 1983, p.4-5.Literatura e psicanálise. n° 408, 11, nov., 1984, p.9-11.A alquimia da pedra. n° 573, 29, jan., 1988, p.3-7.Do poder da palavra.
- MERQUIOR, José Guilherme. n° 280, 30, maio, 1982, p.3.Scholem, o grau zero da mística. n° 292, 22, ago., 1982, p.3.Meu "plágio".
- MOISÉS, Carlos Felipe. n° 402, 30, set., 1984, p.6-8.O poeta é um sonhador (Marília e Dirceu revisitados). n° 460, 24, nov., 1985, p.2-5.Quem tem medo de Fernando Pessoa?
- MOISÉS, Massaud. n° 363, 1, jan., 1984, p.3-5.Avalovara: romance de amor?
- MORICONI, Italo. n° 616, 5, nov., 1988, p.9-11.Lendo além fronteiras.
- MOSTAÇO, Edécio. n° 479, 13, abr., 1986, .Esperando o fim do jogo.
- MOTTA, Leda Tenório da. n° 335, 19, jun., 1983, p.10-11.Sainte-Beuve: que traste! . n° 354, 30, out., 1983, p.10-11.O gênio do mal e o duplo. n° 374, 18, mar., 1984, p.10-11.Celine: sobre o estilo. n° 420, 3, fev., 1985, p.11.Atropelos proustianos. n° 441, 7, jul., 1985, p.2-3.Fatalmente Odete. n° 476, 23, mar., 1986, p.10-11.Realismo versus poética. n° 495, 3, ago., 1986, p.2-3.Anch'io sono scrittore! (Eu também sou escritor!). n° 516, 26, dez., 1986, p.8-9.Para introduzir Céline. n° 568, 25, dez., 1987, p.2-3.O desespero como tentação.
- MOURA JR., João. n° 364, 8, jan., 1984, p.2-3.Um cidadão de terno cinzento. n° 428, 31, mar., 1985, p.4-5.Emily Dickinson ou a poesia de ninguém. n° 581, 25, mar., 1988, p.8-9.Um vampiro na Londres da Rainha Vitória.
- MUELLER, Heiner. n° 599, 8, jul., 1988, p.8.Uma contribuição ao debate.
- MURICY, Katia. n° 334, 12, jun., 1983, p.4-5.As delícias do banal.
- NAZÁRIO, Helena. n° 522, 6, fev., 1987, p.10-11.Humor e irreverência na prosa de Púchkin°
- NESTROVSKI, Arthur. n° 545, 17, jul., 1987, p.2-5.James Joyce e as sereias.
- NITRINI, Sandra. n° 568, 25, dez., 1987, p.10-11.Bernanos no Brasil.

- NOVALIS, (Pseud. de Friedrich von Hardenberg). nº 593, 27, maio, 1988, p.6-9. Fragmentos de Pólenº
- NOVIS, Vera. nº 563, 20, nov., 1987, p.8-10. Iniciação a "Tutaméia". nº 605, 20, ago., 1988, p.5-8. Depositário de revelações.
- NUNES, Benedito. nº 303, 7, nov., 1982, p.8-9. Mário Faustino revisitado. nº 513, 5, dez., 1986, p.4-5. Poesia-experiência e o concretismo.
- OLIVEIRA, Marly de. nº 309, 19, dez., 1982, p.10-11. Clarice, cinco anos depois. nº 377, 8, abr., 1984, p.8. Entre a memória e a inocência.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. nº 358, 27, nov., 1983, p.4-5. A incompletude do sujeito. (E quando o outro somos nós?)
- OSAKABE, Haqira. nº 301, 24, out., 1982, p.3. Mulheres de Tijucoapapo. (FILINTO, Marilene. "Mulheres do Tijucoapapo". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982). nº 595, 10, jun., 1988, p.2-5. Fernando Pessoa e a tradição do Graal.
- PAES, José Paulo. nº 276, 2, maio, 1982, p.3. Literatura, pornografia e censura. nº 304, 14, nov., 1982, p.10-11. A poesia no purgatório. nº 329, 8, maio, 1983, p.8-9. Frankstein e o tigre. nº 335, 19, jun., 1983, p.8-9. Entre mortos e vivos. nº 348, 18, set., 1983, p.12. Grandezas e misérias da tradução. nº 348, 18, set., 1983, p.8-11. A tradução no Brasil. nº 354, 30, out., 1983, p.3-5. A armadilha de Narciso. nº 383, 20, maio, 1984, p.6-7. Karyotákis: amargura e humor. nº 410, 25, nov., 1984, p.3-5. Augusto dos Anjos e o "art nouveau". nº 415, 30, dez., 1984, p.6-9. O surrealismo na literatura brasileira. nº 507, 26, out., 1986, p.4-5. Um sequestro do divino.
- PAIXÃO, Fernando. nº 620, 3, dez., 1988, p.11-12. O tempo e outros sonhos.
- PAZ, Octavio. nº 375, 25, mar., 1984, p.9-10. Um poema de John Donne.
- PEÇANHA, José Américo. nº 416, 6, jan., 1985, p.4-5. Camus: o absurdo na paisagem.
- PENNA, João Camillo. nº 567, 18, dez., 1987, p.2-4. A imitação da barata.
- PERLONGHER, Néstor. nº 491, 6, jul., 1986, p.6-10. O neobarroco e a revolução. nº 579, 11, mar., 1988, p.10-11. A barroquização. nº 603, 6, ago., 1988, p.9-11. Neobarroso transplatino.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. nº 341, 31, jul., 1983, p.6-7. Promessas, encantos e amavios. nº 361, 18, dez., 1983, p.10-11. A querela de Fassbinder x Genet. nº 512, 28, nov., 1986, p.9-10. O inventário de Danilo Kis.
- PIGLIA, Ricardo. nº 396, 19, ago., 1984, p.6-7. A heráldica de Borges.
- PIGNATARI, Décio. nº 284, 27, jun., 1982, p.6-7. Psicografando Oswald de Andrade. nº 302, 31, out., 1982, p.4-5. Drummond: orientação. nº 437, 9, jun., 1985, p.9-10. Fernando Pessoa, o cata-corpo.
- PINHEIRO, Amálio. nº 520, 23, jan., 1987, p.4-5. Tradução, produção, subversão. nº 584, 15, abr., 1988, p.8-9. A viagem da língua.
- PINTO, Maria Cecília de Moraes. nº 568, 25, dez., 1987, p.4-5. Vomitar os mornos.
- PIRES, Álvaro Roberto Margarido. nº 400, 16, set., 1984, p.10-11. Édipo e o detetive.
- POLINESIO, Julia Marchetti. nº 567, 18, dez., 1987, p.5-6. Pavese através de um diário.

-
- POMMER, Mauro Eduardo. nº 408, 11, nov., 1984, p.6-8. Borges e Lacanº
- POMPEU, Renato. nº 291, 15, ago., 1982, p.3. Merquior e os conceitos alheios. nº 304, 14, nov., 1982, p.3. O romance em videotexto.
- PRADO JR., Bento. nº 302, 31, out., 1982, p.10. O boi e o marciano.
- PROUST, Marcel. nº 538*, 5, jun., 1987, p.10-11. O que significa o estilo de Flaubert.
- RAMA, Angel. nº 320, 6, mar., 1983, p.8-10. Os Estados Unidos e os escritores latino-americanos.
- RAMOS JR., José de Paula. nº 520, 23, jan., 1987, p.2-3. Natureza e tradução do canto mítico.
- RAMOS, Fernão. nº 435, 26, maio, 1985, p.8-9. A máquina de fazer medo.
- REIMÃO, Sandra. nº 379, 22, abr., 1984, p.10-11. Sobre uma das linhas da trajetória de Rubem Fonseca. nº 418, 20, jan., 1985, p.10-11. Algumas questões acerca da literatura policial brasileira.
- REIS, Zenir Campos. nº 393, 29, jul., 1984, p.3-5. Memórias do cárcere: compreender, resistir.
- REZENDE, Luiz Carlos de Brito. nº 388, 24, jun., 1984, p.5. O texto e a sombra. nº 512, 28, nov., 1986, p.11. O escritor se faz de dor. nº 551, 28, ago., 1987, p.8-11. Do que riu o Pierrô?
- RIBEIRO, Renato Janine. nº 314, 23, jan., 1983, p.6-7. Nem lorde nem brumas. nº 538, 29, maio, 1987, p.6-8. O teatro do grande sedutor.
- RISÉRIO (FILHO), Antonio. nº 475, 16, mar., 1986, p.6-7. Uma América em aberto.
- ROBAYNA, Andrés Sánchez. nº 509, 9, nov., 1986, p.8. Roland Barthes. nº 518, 9, jan., 1987, p.11. O poema e sua sombra. nº 633, 4, mar., 1989, p.6-7. Aurificação.
- RODRIGUES, Antonio Medina. nº 457, 27, out., 1985, p.8-9. A crítica gestual. nº 477, 30, mar., 1986, p.10-11. Deuses e heróis na Iliada. nº 494, 27, jul., 1986, p.8-11. Literatura e verdade. nº 540, 12, jun., 1987, p.6-8. A lira e a vida. nº 604, 13, ago., 1988, p.7-11. Os dois Brás Cubas na epopéia do fastio.
- ROHL, Ruth. nº 527, 13, mar., 1987, p.9-10. Uma poesia amarga de saudade.
- ROMANO, Roberto. nº 513, 5, dez., 1986, p.10-11. A luta das ciências contra a escrita.
- RONCARI, Luiz. nº 312, 9, jan., 1983, p.8-9. A crônica: duas ou três coisas que penso dela. nº 413, 16, dez., 1984, p.3-5. Lugar do sertão.
- RUBINSTEIN, Zipora. nº 396, 19, ago., 1984, p.8-9. "O Golem": Borges e a cabala. nº 490, 29, jun., 1986, p.5-7. Um elo entre três culturas.
- SANT'ANNA, Catarina. nº 441, 7, jul., 1985, p.10. E o verbo se fez Carmenº
- SANTAELLA, Lucia. nº 558, 16, out., 1987, p.10-11. Os sentidos coreográficos do verbo.
- SANTIAGO, Silviano. nº 275, 25, abr., 1982, p.6-7. O teorema de Walnice e sua recíproca (I parte). nº 276, 2, maio, 1982, p.8-9. O teorema de Walnice e sua recíproca (II parte). nº 277, 9, maio, 1982, p.9. O teorema de Walnice Galvão e sua recíproca (conclusão). nº 407, 4, nov., 1984, p.8-9. Singular e anônimo. nº 413, 16,

-
- dez., 1984, p.6-8.Por que e para que viaja o europeu. nº 604, 13, ago., 1988, p.3-6.Toda a memória do mundo. nº 626, 14, jan., 1989, p.2-7.Poder e alegria.
- SANTOS, Jair Ferreira dos. nº 443, 21, jul., 1985, p.3-5.Barth, Pynchon e outras absurdetes (o pós-modernismo na ficção americana).
- SANTOS, Laymert Garcia dos. nº 328, 1, maio, 1983, p.3-5.Lautréamont e a agonia do leitor.
- SANTOS, Magda Guadalupe dos. nº 378, 15, abr., 1984, p.10-11.Os (des)caminhos de Ulisses.
- SARAMAGO, José. nº 460, 24, nov., 1985, p.10.As máscaras que se olham.
- SCALZO, Fernanda. nº 595, 10, jun., 1988, p.9-10.O simbolismo inevitável.
- SCHLEGEL, Friedrich. nº 593, 27, maio, 1988, p.10-11.Diálogo sobre poesia.
- SCHNAIDERMAN, Boris. nº 319, 27, fev., 1983, p.3.Maiakóvski, poesia e coerência. nº 387, 17, jun., 1984, p.3-5.Informalmente, o "formalismo". nº 492, 13, jul., 1986, p.6-7.Aldeia dos escritores. nº 507, 26, out., 1986, p.10-11.Uma literatura quase escondida. nº 522, 6, fev., 1987, p.8-9.Um texto à espera de tradução. nº 531, 10, abr., 1987, p.10-11.A tradução como ato desmedido. nº 545, 17, jul., 1987, p.9-11.Entre a abstração e a história. nº 560, 30, out., 1987, p.5-7.Permanência de Khlébnikov. nº 573, 29, jan., 1988, p.8-11.O percevejo, Luís Antonio, Maiakóvski. nº 623, 24, dez., 1988, p.10-12.Em torno de duas culturas.
- SCHWARTZ, Gilson^o*Folhetim*. nº 333, 5, jun., 1983, p.8-9.Um pássaro raro.
- SCHWARTZ, Jorge. nº 448, 25, ago., 1985, p.4-5.O argentino perplexo. nº 489, 22, jun., 1986, p.2-4.Um vínculo (anti) vanguardista?
- SCHWARZ, Roberto. nº 428, 31, mar., 1985, p.6-9.Marco histórico.
- SCLIAR, Moacyr. nº 503, 28, set., 1986, p.11.Judaísmo e literatura.
- SEBE, José Carlos. nº 545, 17, jul., 1987, p.6-8.Fausto chega à província.
- SIEWIERSKI, Henryk. nº 580, 18, mar., 1988, p.2-4.O mito da "Europa Central".
- SILVA, Franklin Leopoldo e. nº 323, 27, mar., 1983, p.8-9.O tempo como dissolução.
- SILVA, Lília Ledon da. nº 574, 5, fev., 1988, p.4-5.Em busca de uma busca.
- SILVEIRA, Jorge Fernandes da. nº 417, 13, jan., 1985, p.8-9.O bom romance português. nº 585, 22, abr., 1988, p.2-5.Os portugueses.
- SOMLYO, Gyorg. nº 375, 25, mar., 1984, p.4-5.O poeta do tempo capturado.
- SOUZA, Agostinho Potenciano de. nº 357, 20, nov., 1983, p.10-11.Janáina dá licença pra Jorge de Lima.
- SOUZA, José Cavalcante de. nº 352, 16, out., 1983, p.6-7.A palavra de Zeus no segundo canto da *Ilíada*. nº 381, 6, maio, 1984, p.6-7.Píndaro: "1ª Olímpica".
- SOUZA, Márcio. nº 284, 27, jun., 1982, p.3.Escritores e abertura política.
- SPERBER, Suzi Frankl. nº 314, 23, jan., 1983, p.10-11.Borges, em busca de uma identidade.
- SUSSEKIND, Flora. nº 343, 14, ago., 1983, p.6-7.Friedrich Schlegel.O chiste e suas relações com o Romantismo. nº 381, 6, maio, 1984, p.9-11.Ego-trip.Uma pequena história das metamorfoses do sujeito lírico. nº 399, 9, set., 1984, p.3-5.Bernardo Guimarães: romantismo com pé de cabra. nº 418, 20, jan., 1985, p.3-

5. O romance epistolar e a virada do século. nº 514, 12, dez., 1986, p.7-12. Rodapés, tratados & ensaios. nº 550, 21, ago., 1987, p.11. Um poeta invade a crônica. nº 574, 5, fev., 1988, p.6-8. A página do lado. nº 588, 13, maio, 1988, p.2-4. Construção em branco.
- TEIXEIRA, Ivan *Folhetim*. nº 508, 2, nov., 1986, p.10-11. A poesia de Machado de Assis.
- TELLES, Sergio. nº 634, 11, mar., 1989, p.5-7. Espelhos, espelhos.
- THIBAUDAT, Jean-Pierre. nº 599, 8, jul., 1988, p.10-11. "Posso lhes dizer uma coisinha?".
- TOLSTOI-DUCHÉNE, Tatiana. nº 474, 9, mar., 1986, p.10-11. Golpe duplo em Petersburgo.
- TORRANO, Jaa. nº 352, 16, out., 1983, p.10-11. O mito de Prometeu. nº 564, 27, nov., 1987, p.8-10. Mito e culto das musas.
- TORRES FILHO, Rubens Rodrigues. nº 540, 12, jun., 1987, p.9-10. Inês de Castro e a Doutrina-da-ciência.
- TURGUÊNIEV, . nº 345, 28, ago., 1983, p.6-7. A propósito de "Pais e filhos".
- VENTURA, Roberto. nº 588, 13, maio, 1988, p.5-7. Saudades do engenho e a nostalgia do escravo.
- VIEIRA, Trajano. nº 504, 5, out., 1986, p.10-11. Juó Bananere e a caricatura verbal. nº 534, 1, maio, 1987, p.10-11. O diabo da crítica.
- VIEIRA, Yara Maria. nº 540, 12, jun., 1987, p.4-5. Camões e a literatura emblemática.
- VILLAÇA, Alcides Celso. nº 410, 25, nov., 1984, p.8-9. Machado de Assis: planos de um contista. nº 550, 21, ago., 1987, p.2-3. Faces de Drummond.
- VIZIOLI, Paulo. nº 558, 16, out., 1987, p.8-9. A "percepção do outro lado".
- VOGT, Carlos. nº 441, 7, jul., 1985, p.9-10. A estrela desce.
- WAKISAKA, Geni. nº 594, 3, jun., 1988, p.10-11. Um esteta na literatura moderna japonesa.
- WALDMAN, Berta. nº 438, 16, jun., 1985, p.9-11. Na mira das "vergonhas" encobertas. nº 441, 7, jul., 1985, p.9-10. A estrela desce.
- WANDERLEY, Jorge. nº 402, 30, set., 1984, p.4-5. O poema, a tradução. nº 510, 14, nov., 1986, p.10-11. O soneto 15 de Shakespeare.
- WILLEMART, Philippe. nº 380, 29, abr., 1984, p.4-5. O proto-texto: edição crítica e gênese do texto. nº 388, 24, jun., 1984, p.10-11. Ainda o proto-texto. argumentos para um novo campo de pesquisa. nº 408, 11, nov., 1984, p.2-3. Além da psicanálise, a literatura. nº 495, 3, ago., 1986, p.10-11. O autor não morreu. nº 510, 14, nov., 1986, p.5. Um ladrão de si mesmo. nº 538, 29, maio, 1987, p.2-3. O que procura D. Juan? . nº 574, 5, fev., 1988, p.2-3. Conceitos de manuscritologia.
- WILLER, Cláudio. nº 328, 1, maio, 1983, p.8-9. Artaud, o caminho da pedra. nº 379, 22, abr., 1984, p.3-5. Um vôo nas asas do falcão maltês.
- XIDIEH, Oswaldo Elias. nº 532, 17, abr., 1987, p.6-10. Da Semana Santa e das múltiplas paixões.
- YAMAMOTO, Nelson Pujol. nº 433, 5, maio, 1985, p.9-11. O "1º de maio" clássico da ficção brasileira está mais para "1º de abril". A teoria da catástrofe

YANG, Alexander Chung Yuan^o*Folhetim*. n° 583, 8, abr., 1988, p.10-11.A passagem de um cometa.

YUSTA, Jan G. n° 475, 16, mar., 1986, p.10-11.Graham Greene e o barão de Samedi.

ZUMTHOR, Paul. n° 622, 17, dez., 1988, p.2-5.Poesia, tradição e esquecimento.

²³ José Paulo Paes não travou nenhuma polêmica direta com os representantes do Concretismo. O autor apenas publica “A tradução no Brasil” (*Folhetim*, n. 348, 18 de setembro de 1983), procurando mostrar que a tradução tinha, antes mesmo do Concretismo surgir, uma história no Brasil e, além disso, a tradução possuía uma tradição com diversos representantes contemporâneos que não estariam preocupados com os rumos requisitados pelo movimento paulista.

²⁴ Wilson Martins, por sua vez, publica “25 séculos de concretismo” (*Folhetim*, n. 305, 21 de novembro de 1982), texto que defende a idéia de que o concretismo, ao contrário do que propagava, representava um retrocesso, já que o seu processo criativo se apoiaria em uma ontologia linear. Sendo assim, no que se refere a suas origens, o concretismo seria, no mínimo, uma representação do anacronismo histórico. O texto não teve resposta de nenhum representante do movimento e, sintomaticamente, a colaboração de Wilson Martins no *Folhetim* se encerra em 1982.

²⁵ Indico apenas os tradutores que tiveram desempenho acima de um por cento das traduções, na terceira fase do suplemento.

ASCHER,Nelson	6,55
ROCHA,Cássia	4,27
CAMPOS, Augusto de	4,27
SOUZA, Paulo Cesar	3,42
CAMPOS, Haroldo de	2,85
MOURA JR., João	2,56
PAES, José Paulo	2,28
SCHNAIDERMAN, Boris	2,28
PIGNATARI, Décio	2,28
SUZUKI, Márcio	2,28
VIEIRA, Trajano	2,28
CARONE, Modesto	1,99
CARVALHO, Bernardo	1,99
TORRES FILHO, Rubens Rodrigues	1,99
BONVICINO, Régis	1,71
ESCOBAR, Pepe	1,42
COSTA, Leila de Aguiar	1,14
RENAUX, Marcos	1,14
ROEHRIG, Christine	1,14
COSTA, José Francisco C.	1,14
CESAR, Ana Cristina	1,14
SUZUKI JR., Matinas	1,14
BERNARDINI, Aurora Fornoni	1,14

²⁶ Para Raymond Williams, é fundamental entender o funcionamento destes três conceitos (dominante, residual e emergente) para que nós reconheçamos com propriedade os processos históricos que modificam a compreensão a respeito do fenômeno cultural. Segundo o autor, “dominante” significa a apreensão de um processo histórico que evidenciou e cristalizou certas formas de dominação. Assim, reconhece-se uma cultura

dominante quando “um processo cultural é tomado como sistema cultural, com determinadas características dominantes (...)”. A cultura feudal, a cultura burguesa e a cultura socialista — e as passagens e tensões entre elas — seriam os grandes exemplos de uma “dominante” cultural, porque formam um sistema que depende de uma série de variáveis até a consubstanciação de seus respectivos processos históricos. Diante da magnitude dos exemplos utilizados pelo autor (cultura feudal, cultura burguesa e cultura socialista), limito-me a reconhecer como dominante, neste caso, um sistema “menor”, já que o Concretismo possui implicações pertinentes ao espaço nacional, mas os seus desdobramentos no campo da política e da economia são elos improváveis de serem admitidos, embora sejam variáveis que devam ser acrescentadas à equação do “nacional”. Evidentemente, ao requisitar o Concretismo como uma dominante cultural, a minha preocupação se refere, quase exclusivamente, ao reconhecimento de uma política cultural dotada de uma “ação criativa” que dominou o espaço da crítica e da teoria literária. Sendo assim, o uso que faço das categorias de Raymond Williams exige um deslocamento metafórico dos termos em questão. Feitos estes esclarecimentos, passo aos dois termos que restam desta trama. “O residual, por definição, foi efetivamente formado no passado, mas ainda está ativo no processo cultural, não só como elemento do passado, mas como elemento efetivo do presente. Assim, certas experiências, significados e valores que não podem expressar, ou verificar substancialmente, em termos da cultura dominante, ainda são vividos e praticados à base de resíduo — cultural bem como social — de uma instituição ou formação social e cultural anterior. É importante distinguir esse aspecto do residual, que pode ter uma relação alternativa ou mesmo oposta com a cultura dominante, daquela manifestação ativa do residual (distinguindo-se este do arcaico) que foi incorporada, em grande parte ou totalmente, pela cultura dominante”. “Por ‘emergente’ entendo, primeiro, que novos significados e valores, novas práticas, novas relações e tipos de relação estão sendo continuamente criados. Mas é excepcionalmente difícil distinguir entre os que são realmente elementos de alguma fase nova da cultura dominante (e nesse sentido ‘específico da espécie’) e os que lhe são realmente alternativos ou opostos: emergente no sentido rigoroso, e não simplesmente novo. Como estamos sempre considerando relações dentro de processo cultural, as definições do emergente, bem como do residual, só podem ser feitas em relação com o sentido pleno do dominante”. Raymond Williams. *Marxismo e literatura*, pp. 124-129.

²⁷ Silviano Santiago se apóia em Antonio Candido para concluir que a crítica havia perdido toda a sua força. “Antonio Candido, em entrevista concedida à revista *Veja* em outubro de 1975, comentava a vida e morte dessa produção: ‘No Brasil, até trinta anos atrás, a crítica se fazia em artigos de cinco a dez páginas nos rodapés dos jornais, semanalmente. Escritos por pessoas intelectualmente sérias, produziam uma visão empenhada, que ao mesmo tempo informava e formava o leitor. Isso acabou’”. Silviano Santiago, “A crítica literária no jornal”, in: *Nuevo texto crítico*, p. 65.

²⁸ “Desde 1948, com a sua coluna dominical ‘Correntes cruzadas’, Afrânio Coutinho defendia a tese de ser impossível ‘tratar o fenômeno literário em termos puramente jornalísticos, como fazia a crítica tradicional’, já que o ‘estudo da literatura em bases rigorosas, inclusive científicas’ superava ‘o velho impressionismo diletante e vazio, baseado no gosto e na opinião’”. Silviano Santiago. *Ibidem*, p. 67.

²⁹ Como se pode perceber, a série dedicada à América Latina não apresenta um grande número de textos. A média passa um pouco de um por ano, entretanto são as formulações sobre o tema que despertam a atenção. Quando se pensa a literatura latino-americana se radicaliza o viés político e se ressalta a necessidade de se pensar o literário como cultural. Talvez constituam exceções às minhas observações os textos de Haroldo de Campos e de Gyorg Somlyo, que se centralizam nos “estudos literários”. Por outro lado, o texto de Antonio Risério atinge o foco principal do que venho procurando ressaltar. Neste ensaio, o autor questiona tanto a precisão conceitual, quanto à definição geográfica, política e

colonialista, que o termo América Latina carrega.

CORTÁZAR, Julio. Literatura e identidade. n. 300, 17, out., 1982 p.4-5.

Tomando como paradigma a obra de Lezama Lima, o texto reflete sobre as políticas culturais na América Latina, critica os modelos baseados na identidade homogênea latino-americana e as políticas culturais implementadas a partir deste modelo.

SPERBER, Suzi Frankl. Borges, em busca de uma identidade. n. 314, 23, jan., 1983, p.10-11. Segundo o texto, "há nas obras de Jorge L. Borges uma permanente ausência, um nome não pronunciado, uma lacuna que tende a ser preenchida".

RAMA, Angel. Os Estados Unidos e os escritores latino-americanos. n. 320, 6, mar., 1983, p.8-10.

O escritor e teórico Angel Rama relata suas dificuldades de permanecer trabalhando nos Estados Unidos, depois de ter sido acusado de exercer atividades comunistas.

SOMLYO, Gyorg. O poeta do tempo capturado. n. 375, 25, mar., 1984, p.4-5.

"Neste ensaio de 1971, um dos mais importantes poetas húngaros contemporâneos, tradutor de Fernando Pessoa e Octavio Paz, analisa (principalmente a condição periférica e modernista) a obra do poeta mexicano". [Nota introdutória do tradutor.]

CAMPOS, Haroldo de. Transblanco. n. 375, 25, mar., 1984, p.6-7.

Analisando o poema "Transblanco" de Paz, o texto procura evidenciar a posição de destaque que o poeta ocupa dentro da tradição hispano-americana. A poesia de Paz é uma crítica da linguagem, cuja prática se materializa no poema "Blanco". Depois de traduzi-lo ao português, Haroldo de Campos comenta o método da transcrição.

SANTIAGO, Silviano. Por que e para que viaja o europeu. n. 413, 16, dez., 1984, p.6-8.

O texto discute a relação de influência que existe entre colonizador e colonizado a partir da relação entre o novo mundo e o velho mundo, entre cópia e modelo. [Consta dedicatória: "Para o Renato".] [Consta epígrafe de Paul Valéry traduzida por Augusto de Campos].

CAMPOS, Haroldo de. Tributo a Cesar Vallejo. n. 428, 31, mar., 1985, p.10-11.

De acordo com o texto, "a singularidade exponencial de 'Trilce' (poema de Vallejo) não impediu que o grande poeta peruano, morto em 1938, tenha deixado as marcas de seu gênio inovador nas demais fases de sua produção".

RISÉRIO (FILHO), Antonio. Uma América em aberto. n.475, 16,mar.,1986, p.6-7.

De acordo com o texto, "América Latina é um conceito impreciso, que não corresponde à realidade; seria melhor substituí-lo por uma designação menos enviesada, mais neutra".

ANTELO, Raúl. Emilio Renzi, Ricardo Piglia e outros. n. 564, 27,nov.,1987, p.3-5.

De acordo com o ensaio, os textos do escritor argentino Ricardo Piglia "mostram o romance e a história como invenções que elevam o falso a um poder afirmativo".

PERLONGHER, Néstor. Neobarroco transplatino. n. 603, 6, ago., 1988, p.9-11.

O texto analisa o Neobarroco argentino (entendido, neste caso, como autoperódia), que teria gerado um grande impulso na literatura argentina com a finalidade de radicalizar e desrealizar os estilos oficiais.

³⁰ São estes os ensaios publicados pela autora: "Promessas, encantos e amavios", *Folhetim*, n. 341, 31, jul., 1983, p.6-7. "A querela de Fassbinder x Genet", *Folhetim*, n. 361, 18, dez., 1983, p.10-11. "O inventário de Danilo Kis", *Folhetim*, n. 512, 28, nov., 1986, p.9-10. "Uma leitura plástica de Pessoa", *Folhetim*, n. 595, 10, jun., 1988, p.11-12.

³¹ Fredric Jameson, "Sobre los 'Estudios Culturales'", in: *Estudios Culturales. Reflexiones sobre el multiculturalismo*, pp. 71-72.

³² Otavio Frias, "Terceira dentição" Editorial, *Folhetim*, n.221, 12 de abril de 1981, p.2.

POSTERIOR

Partir eu parto...
Mas essa música é mentira.
Mas partir eu parto.
Mas eu não sei onde vou.

Mário de Andrade, *Lira Paulistana*.

Pouco mais de vinte anos se passaram desde o surgimento do *Folhetim* e pouco mais de dez nos separam de seu desaparecimento. Pode parecer pouco tempo, principalmente quando se pensa nos longos processos históricos que levaram para se consolidar análises e interpretações sobre o passado até meados do século XX. A marcha veloz dos acontecimentos dos últimos decênios, contudo, nos fez rever a nossa capacidade de absorver e lidar com o presente.

“E, sem dúvida, ocorre que estas velocidades relativas são muito grandes, a ponto de simularem o absoluto; só são porém velocidades variáveis de opinião, de discussão ou de ‘réplicas’, como entre os infatigáveis jovens cuja rapidez de espírito é celebrada, mas também entre os velhos cansados, que seguem opiniões desaceleradas e entretêm discussões estagnantes, falando sozinhos no interior de sua cabeça esvaziada, como uma longínqua lembrança de seus antigos conceitos, aos quais se agarram ainda, para não caírem inteiramente no caos”.¹

É verdade que muitas características das discussões produzidas ao longo dos anos oitenta ainda se fazem presentes, reverberando entre nós. Mas o abandono de várias práticas e crenças políticas, educacionais, econômicas e, sobretudo, as mudanças das perspectivas literárias têm-nos deixado atônitos e, em muitos casos, têm provocado reações apáticas sobre

a importância da nossa atividade crítica no futuro próximo que, aliás, insiste em chegar muito antes de nossas expectativas e antes de podermos armar estratégias eficazes para se combater o caos.

Conseqüentemente, a dissolução de boa parte de nossas crenças políticas, que prometiam um futuro diferente daquele que experimentamos, tem orientado, em alguns casos, ações excessivamente *integradas* às correntezas que carregam a matéria flutuante a locais de repouso muito próximos da terceira margem; as iniciativas *apocalípticas*, por outro lado, provocaram um profundo sentimento de desilusão e mal estar sobre os destinos de nossa civilização que, nesta ótica, está mais para a barbárie.

Não havendo, portanto, muitas escolhas, os redemoinhos decorrentes dos acontecimentos dos últimos decênios tornaram irreduzíveis as categorias, assim como o conceito evolutivo que tínhamos sobre o passado, o presente e o futuro.

Tomando-se uma folha de papel em branco, faz-se um ponto em cada extremidade, o ponto A e o ponto B, que podem representar o passado e futuro, por exemplo. Para unir estes dois extremos, obedecia-se à lógica: traçava-se uma linha reta (até então, a menor distância entre dois pontos), atingindo as extremidades. Esta união definia a linearidade também denominada como o presente. Assim, de pronto, tinha-se atingido os dois limiares percorrendo a menor distância. Todavia, em nossa época, alguns filósofos talentosos puderam pensar em uma alternativa que subverte a lógica deste problema: dobra-se este papel ao meio e a menor distância deixa de ser uma linha reta e passa a ser determinada por uma curva imaginária ou ficcional, também conhecida como dobra espacial.²

Neste rústico exemplo, é permitido perceber-se materialmente a simultaneidade entre o passado e o futuro. Neste novo plano reconfigurado, pontos A e B se tornam simultâneos em decorrência do que ocorre na outra extremidade, a dobra. É preciso considerar que, sendo simultâneos, passado e futuro se tornam relativizações. Exige-se, portanto,

termos e conceitos hibridizados para se “atravessar” os planos taoutocrônicos. Termos e conceitos “puros” exigem a compreensão de processos históricos; necessitam de reconhecimento de valores; pedem legitimidade e procedimentos transparentes para se chegar a conclusões minimamente fechadas, tornando a exigir sistemas metodológicos claros. Pede-se, exige-se, necessita-se de respostas que o plano das hibridizações apenas tangencia, porque há de fato uma dissolução e um vácuo entre o que é pedido e o que resta como resposta.

Esta justaposição responde com espantosa rapidez ao sentimento de “desaparecimento” do presente: neste caso, de um presente continuado, que não suporta muitas projeções quanto ao futuro. Não resolve muito, como quer Gilles Deleuze, saber que tudo não passa de simulação, já que o próprio conceito de *simulação* vem sofrendo deslocamentos que o tornam cada vez mais *real* e presente entre nós. Nietzsche tinha razão: o despertar de Zarathustra, este super-homem viajante que retornou do mundo dos mortos trazendo variações e variedades de vida, carregava o fardo do novo Aion. Em uma época de declínio da mais valia e do inconsciente, este deus grego protetor do tempo segmentado e circular parece exercer um intenso fascínio, e continua a transformar a nossa compreensão do eterno retorno em um enigma continuado.

Se assim for, persistem muitas lembranças residuais daqueles discursos produzidos há quinze ou vinte anos atrás, embora, como ocorre em qualquer memória, não seja possível resgatá-la completamente. Talvez esta dificuldade de resgate ocorra porque o que havia de determinante, e mais “pesado” e persistente, tenha sucumbido aos constantes pedidos de relativização e, como conseqüência, afundaram em águas turvas, restando apenas a matéria mais volátil daquela “antiga” produção. A desvantagem do naufrágio em águas turvas reside na impossibilidade de escolher coerentemente o que vai ser resgatado. Com o auxílio de uma rede ou algo similar, resgata-se uma parte destes dejetos reorganizando-os e

constantemente reinterpretando-os, mas o procedimento de resgate depende, sobretudo, do movimento das marés. Na verdade, nunca se sabe ao certo sob qual configuração o resgate dos restos pode ser recomposto, visto que, sendo matéria desorganizada, o material suporta e até mesmo exige recomposições desejáveis e, às vezes, desagradáveis.

Lidar com o caos e a impossibilidade clara de não se poder exigir do material lido e indexado a extração de uma lógica apaziguadora fez parte da ansiedade que me orientou durante a produção das análises deste redemoinho caótico produzido pelos seiscentos e trinta e seis números do *Folhetim*. O plano de correspondência entre o trabalho de indexação e os diversos procedimentos de interpretação que o material suportaria sugerem, por definição, a existência de uma série caóide. Caóides, para Deleuze e Guattari, são “as realidades produzidas em planos que recortam o caos”. De acordo com esta *nova* mitologia, “o caos tem três filhas segundo o plano que a recorta: são as Caóides, a arte, a ciência e a filosofia, como forma de pensamento e de criação”.³

Delinear minimamente uma seqüência de acontecimentos capazes de organizarem, ou de se auto-organizarem, fez parte da rotina e definiram boa parte dos objetivos desta pesquisa; contudo, estes objetivos pareciam escapar por alguma fresta desguarnecida ou pela falta de uma estratégia eficaz para se manobrar os vários desdobramentos que, contra minha vontade, iam ficando pelo caminho; ou, para ser mais exato, descaminhos. Faltou, portanto, o que há em excesso hoje: controle. Rédea curta para controlar um banco de dados que, em última instância, corrobora uma das principais características de nossa época, magistralmente vislumbrada por Kafka em *O Castelo*, quando o autor conseguiu vislumbrar um futuro dominado por uma infinidade de arquivos. Controlar o fluxo de uma década tão presente (no passado) e, ao mesmo tempo, tão inoperante em sua presença (no futuro) não ajuda a explicitar as dificuldades para se “operacionalizar” e “viabilizar” sentido e objetivos precisos que fossem

capazes de oferecer um foco direcional e uma trilha a ser seguida. Desgovernado e descontrolado, o rumo da pesquisa parecia, paradoxalmente, se manter firme, embora a presença de uma redoma invisível protegesse, de alguma forma, o fluxo interno da exterioridade caótica. Eventualmente, percebia-se a troca de fluidos entre estas duas esferas, surgiam zonas com hachuras formando espaços de interseção entre o interior e o exterior. Talvez tenha sido este estranho equilíbrio o fator decisivo que tornou possível a mínima organicidade, possível e desejada, para se levar adiante o trabalho.

Finalmente, gostaria de encerrar meu trabalho demonstrando como um dos arquivos mais completos dos anos oitenta também possui suas falhas. O episódio ocorreu nos números 09 e 10 do *Folhetim* de 20 e 27 de março de 1977, quando o suplemento decidiu publicar (“em fatias”) *O Banquete*⁴, de Mário de Andrade. Em virtude de problemas decorrentes de disputas sobre os direitos autorais e também a respeito do pagamento dos mesmos, “a coisa toda encencou” e a publicação, prevista para perdurar mais de dois meses, foi abortada quinze dias depois. A idéia era clara: utilizar *O Banquete* como alegoria “dos anos de chumbo”. Como se sabe, o livro é um “diálogo” platônico tupiniquim, no qual desfilam as personagens (representadas por artistas, músicos, intelectuais, mecenas, religiosos e políticos) em situações hilariantes, que servem para ilustrar as relações entre a Cultura e o Estado. *O Banquete* se passa no país de Mentira, que faz fronteira com o Brasil, mas não deve ser confundido com ele. O clímax do livro ocorre em um banquete oferecido pela milionária e mecenas Sarah Ligth, em um subúrbio de Mentira chamado Alta Paulista, que tinha por finalidade aproximar o cético músico Janjão do político (o homem das verbas) Félix de Cima, promovendo, assim, a Cultura de Mentira.

A chave irônica, quando o jocoso e a seriedade se misturam, que creio ser a mais apropriada para se ler o livro, é a minha alegoria para aproximar *O Banquete* ao *Folhetim* (aliás, curiosamente, os dois chegaram

ao público no mesmo ano, 1977). Vimos, ao longo deste texto, como as três fases do suplemento são diferentes entre si. A diferença básica entre a primeira e a segunda fase encontra-se na mudança de ambientação entre o clima de variedades da primeira e a seriedade dos temas políticos da segunda. Já a diferença entre a segunda e a terceira ocorreu em virtude da especialização temática e acadêmica operacionalizada depois de 1982. Humor, política (em um sentido restrito) e literatura resumem as três chaves de leitura do suplemento. Quando pensamos no assunto principal de *O Banquete* somos forçados a admitir que, paralelamente ao que acontece no *Folhetim*, está em questão a política (também em sentido restrito), a literatura (arte, neste caso) e o combustível que as une: o diálogo bem humorado.

Tive dúvidas sobre o título desta pesquisa. Ela poderia se chamar *O Banquete de uma década perdida*, mas preferi o tom menos direto, que também me veio à cabeça lendo Mário, que é o sentido parcial e incompleto que nos dá uma rapsódia.

¹ Gilles Deleuze e Félix Guattari, *O que é filosofia?*, p. 274.

² A dobra pode ser entendida como uma espécie de distorção nas leis de estabilidade do universo, a dobra seria então uma passagem que permitiria o encontro, dentro do mesmo espaço, entre a matéria e a antimatéria, contudo, este encontro não pode ocorrer no plano físico porque ele acarretaria o aniquilamento das forças. Conseqüentemente, a manutenção de todo e qualquer sistema se tornaria inviável, instável e, talvez, impossível. O ponto no qual se pode imaginar este encontro, ou o caos, constituiria a base das ficções que resgatam o firmamento das variações da filosofia, das variáveis da ciência e das variedades dos artistas.

³ Gilles Deleuze e Félix Guattari. *Ibidem*, p. 267.

⁴ Mário de Andrade. *O Banquete*, 1977.

BIBLIOGRAFIA

- ABRALIC. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. Florianópolis: abralic, n.4, 1998.
- ABREU, Alzira Alves de et al. *A imprensa em transição*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ACHEBE, Chinua. "Colonialist criticism". In: *The post-colonial studies: reader*. ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (edited by). London and New York: Routledge, 1995, p.57-61.
- ACHUGAR, Hugo. "Repensando la heterogeneidad latinoamericana (a propósito de lugares, paisajes y territorios)". In: *Revista Iberoamericana*, vol. LXII, n. 176-177, julho - dezembro de 1996, p. 955-961.
- ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Trad. Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- _____. "O ensaio como forma". In: *Theodor W. Adorno*. São Paulo: Ed. Ática, 1986, p.167-87.
- ALLIEZ, Eric. "Introdução à filosofia (II): arqueológicas da ficção (entre Aristóteles e Descartes)". In: *34 Letras*, Rio de Janeiro, n.5/6, setembro, 1989, p.113-129.
- AMARAL, Luiz. *Jornalismo: matéria de primeira página*. Rio de Janeiro/ Fortaleza: Tempo brasileiro/ Universidade Federal do Ceará, 1982.
- ANDRADE, Mário de. *O banquete*. São Paulo: Duas cidades, 1977.
- ANDRADE, Ana Luiza. *Transportes pelo olhar de Machado de Assis*. Chapecó: Ed. Grifos, 2000.
- ANTELO, Raúl. *Literatura em revista*. São Paulo: Ática, 1984.
- _____. "Uma literatura centáurica". In: *Revista Iberoamericana*, vol. LXIV, n. 182-183, janeiro/junho de 1998, p. 81-94.
- _____. "Nietzsche e a literatura". Florianópolis: UFSC, Mimeo, s/d.
- _____. *Algaravia: discursos de nação*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1998.
- _____. "João do Rio = Salomé". In: CANDIDO et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas/ Rio de Janeiro: Ed. da UNICAMP/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p.153-164.
- _____; CAMARGO, Maria Lúcia de B.; ANDRADE, Ana Luiza; ALMEIDA, Tereza Virgínia de. (Orgs.) *Declínio da arte/ascensão da cultura*. Florianópolis: abralic / Letras Contemporâneas, 1998.
- ARGAÑA, Aristides Escobar. "Acerca de identidades, globalidades y fragmentos: una conversación com Fredric Jameson". In: *Revista Iberoamericana*, vol. LXII, n. 176-177, julho - dezembro de 1996, p. 955-961.
- ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Vol. III. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 1994.

- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Trad. Antonio Gonçalves. Lisboa: Ed. 70, 1984.
- _____. “Essais critiques” e “Texte (théorie du)”. In: *Oeuvres complètes*. Paris: Éditions du Seuil, 1994, p. 1165-1378 (Tomo I), 1677-89 (Tomo II).
- _____. *S/Z*. Trad. Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1992.
- BAUMAN, Zygmunt. *Legisladores e intérpretes*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1997.
- _____. *O mal-estar da pós-modernidade*. Trad. Mauro Gama e Cláudia M. Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____. *Modernidade e ambivalência*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BÉHAR, Henri; FAYOLLE, Roger. (org.) *L’histoire littéraire aujourd’hui*. Paris: Armand Collin, 1990.
- BÉNÉTON, Philippe. *Histoire des mots culture et civilisation*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1975.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I. Magia, técnica, arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.
- BHABHA, Homi. “Cultural diversity and cultural differences”. In: *The post-colonial studies: reader*. ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (edited by). London and New York: Routledge, 1995. p. 206-212.
- _____. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Rocco, 1987.
- BORGES, Jorge Luis. *Sete noites*. São Paulo: Max Limonad Ltda, 1980.
- _____. “O escritor argentino e a tradição”. In: *Discussão*. Trad. Claudio Fornari. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Bertrand Brasil S.A., 1994, p.115-126.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os anos 70*. Brasília: Ed. da UNB, 1991.
- BROCA, José Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- BUCK-MORSS, Susan. “Estética e anestética: o ‘ensaio sobre a obra de arte’ de Walter Benjamin reconsiderado”. In: *Travessia – revista de literatura*, Florianópolis: Ed. UFSC, n. 33., ago./dez., 1996, p.11-46.
- BURKE, Peter. *Montaigne*. Madri: Alianza editorial, 1981.
- CALADO, Carlos. *Tropicália: a história de uma revolução musical*. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- CAMARGO, Maria Lúcia de Barros. “A síndrome do fim”. In: *Travessia – revista de literatura*. Florianópolis: Ed. UFSC, n. 31, ago. 1995 - julho 1996, p. 23-32.

- CAMPOS, Haroldo de. *Metalinguagem & outras metas: ensaio de teoria e crítica literária*. 4ªed. (revista e ampliada). São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 2 ed. Trad. Ana Regina Lessa; Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: Edusp, 1998.
- _____. *Cultura y comunicación: entre lo global y lo local*. Mexico: Ediciones de Periodismo y Comunicación, s/d.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Ed. Nacional, 1967.
- _____. “Professor, escola e associações docentes”. In: *Almanaque – Cadernos de Literatura e Ensaio*. São Paulo: Brasiliense, n. 11, 1980, p.83-87.
- _____. “Literatura e subdesenvolvimento”. In: *Argumento — revista mensal de cultura*. Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, v. 1, n. 1, out., 1973, p.6-24.
- _____. “A vida ao rés-do-chão”. In: CANDIDO et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas/ Rio de Janeiro: Ed. da UNICAMP/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p.13-22.
- CARVALHAL, Tania Franco. (Org.) *Literatura Comparada no mundo*. Porto Alegre: Vitae, Allc e LPM Editores, 1997.
- _____. (Org.) *O discurso crítico na América Latina*. Porto Alegre: IEL-RG / Ed. Unisinos, 1996.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria M. Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.
- CHIAPPINI, Ligia e AGUIAR, Flávio Wolf de. (Orgs.) *Literatura e história na América Latina*. São Paulo: Edusp, 1993.
- CHIARETTI, Marcos. “Os tempos modernos chegam ao mercado editorial brasileiro”. In: *Letras, Folha de S. Paulo*, 1º de abril de 1989, p.1.
- COMPAGNON, Antoine. *Cinco paradoxos da modernidade*. Trad. Cleonice P. B. Mourão, Consuelo F. Santiago, Eunice D. Galéry. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1996.
- _____. *O trabalho da citação*. Trad. Cleonice P. M. Mourão. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1996.
- _____. *O demônio da teoria. Literatura e senso comum*. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- COMINETTI, Rosa Maria. *Dez anos em revista: Tempo Brasileiro e Novos Estudos Cebrap*. Florianópolis, UFSC, dissertação de mestrado, 1996.
- CORNEJO-POLAR, Antonio. “Mestizaje e hibridez: los riesgos de las metáforas, apuntes”. In: *Revista Iberoamericana*, vol. LXIII, n. 180, julho- setembro de 1997, p. 341-344.
- CUETO, Sergio. “Fragmentos sobre la entonacion ensayística”. In: *Borges y Bioy Casares ensayistas*. Rosario: Ed. Paradoxa, 1988.
- CULLER, Jonathan. *Sobre a desconstrução*. Trad. Patricia Burrowes. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 1997.
- DARNTON, Robert. “Rede de intrigas”. In: *Mais! Folha de S. Paulo*. São Paulo, 30 de julho de 2000, p.4-13.

- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* 2. ed. Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.
- DE MAN, Paul. *Alegorias da leitura*. Trad. (revisão) Arthur Nestrovski. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1996.
- DEMARCHI, Ademir. *Letras & Artes*. Florianópolis, UFSC, dissertação de mestrado, 1991.
- DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. Trad. Maria B. M. N. da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- _____. *La dissemination*. 7.ed. Trad. José Martín Arancibia. Caracas /Madrid, 1997.
- _____. *L'autre cap*. Paris: L'Édition de Minuit, 1991.
- DIAS, Simone. *José e 34 Letras através do espelho*. Dissertação de Mestrado em Teoria Literária/Literatura Brasileira, UFSC, 2001.
- DIMAS, Antonio. *Tempos eufóricos*. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. Trad. Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- FANON, Frantz. "National culture". In: *The post-colonial studies: reader*. ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (edited by). London and New York: Routledge, 1995, p.153-157.
- FORSTER, Ricardo. "El encogimiento de las palabras". In: *Babel: revista de libros*, Buenos Aires, ano III, n.18, agosto de 1990, p.27-28.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 5. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- _____. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail e Roberto Cortes de Lacerda. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- _____. *Resumo dos cursos do Collège de France*. Trad. Andrea Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. *História da sexualidade II – O uso dos prazeres*. 8. ed. Trad. Maria T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1998.
- GLANDES, Pierre. *Essais*. Paris: Hachette, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. *Literatura e vida nacional*. 2. ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- HALL, Stuart. *Identidade cultural*. Trad. Vanderli Silva. São Paulo: Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo / Fundação Memorial da América Latina, 1996.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1983.

- _____. *Visão do paraíso*. 6ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- HUTCHEON, Linda. "Circling the downspout of empire". In: *The post-colonial studies: reader*. ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (edited by). London and New York: Routledge, 1995, p.130-135.
- JAMESON, Fredric; ZIZEK, Slavoj. *Sobre los Estudios culturales. Reflexiones sobre el multiculturalismo*. Int. de Eduardo Grüner. Trad. Moira Irigoyen. Buenos Aires, Barcelo e México: Ed. Paidós, 1998.
- _____. *Pós modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Trad. Maria Elisa Cvasco. São Paulo: Ed. Ática, 1996.
- KLAGSBRUNN, Marta; RESENDE, Beatriz (Orgs.) *Quase catálogo 4. A telenovela no Rio de Janeiro 1950-1963*. Rio de Janeiro: CIEC/ Secretaria de Estado de Cultura/ MIS (Fundação Museu da Imagem e do Som), 1991.
- KONDER, Leandro. "Gramsci e o Brasil: algum ponto de contato?". In: *Leia livros*. São Paulo: Brasiliense, ano I, n.10, 1979, p.8.
- LANDI, Oscar. "Cuestiones de genero". In: *Babel: revista de libros*, Buenos Aires, ano III, n.18, agosto de 1990, p.28-29.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Trad. Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LIMA, Luiz Costa. "Dependência cultural e estudos literários". In: *34 Letras*. Rio de Janeiro: Ed. 34 Literatura S/C e Marca D'água, n. 02, dez., 1988, p.116-127.
- _____. "Literatura e nação: esboço de uma releitura". In: *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. n. 3. Rio de Janeiro: abralic, 1996. p.33-40.
- _____. "Esboço de uma autobiografia intelectual". *Vida e mimesis*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- LOBATO, Monteiro. "Programa". In: *Revista do Brasil*. Rio de Janeiro, n.47, ano IV, Vol. XII, nov. de 1919, p. 193-196.
- LUDMER, Josefina. "El delito: ficciones de exclusion y sueños de justicia". In: *Revista de critica literaria latinoamericana*, vol. XIX, n. 38, 2º semestre de 1993; p.145-153.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. Campinas: Ed. Unicamp / Pontes, 1989.
- MAZZARI, Marcus Vinicius. *Romance de formação em perspectiva histórica*. São Paulo: Ateliê ed., 1999.
- MEYER, Marlyse. "Folhetim para almanaque ou rocambole, a iliada de realejo". In: *Almanaque – Cadernos de Literatura e Ensaio*. São Paulo: ed. Brasiliense, n.14, 1982, p.7-22.
- _____. "Voláteis e versáteis. De variedades e folhetins se fez a chronica". In: CANDIDO et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas/ Rio de Janeiro: Ed. da UNICAMP/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p.93-133.
- MICELLI, Sérgio. (org.) *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

- MIGNOLO, Walter D. "Posoccidentalismo: las epistemologías fronterizas Y el dilema de los estudios (latinoamericanos) de areas". In: *Revista Iberoamericana*, vol. LXII, nº 176-177, julio – diciembre de 1996, p. 679-696.
- MONTAIGNE, Michel de. *Ensaio*. Trad. Sérgio Milliet. Col. Os pensadores. São Paulo: Nova cultural, 1996.
- MONTALDO, Graciela. "Espaço e nação". In: *Travessia – revista de literatura*. Florianópolis: Ed. UFSC, n. 33, ago./dez., 1996, p.77-87.
- MORICONI, Ítalo. "Provocação ao debate: três proposições auto-reflexivas sobre *A provocação pós-moderna*". In: *Travessia – revista de literatura*. Florianópolis: Ed. UFSC, n.31, ago. 1995 - julho 1996, p.33-38.
- MOTA, Carlos Guilherme e Capelato, Maria Helena. *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)*. São Paulo: Impres, 1980.
- MUDROVICIC, Maria Eugenia. *Mundo Nuevo: cultura y guerra fría en la década del 60*. Buenos Aires: Beatriz Viterbo Editora, 1997.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falou Zaratustra*. Trad. Mario da Silva. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1986.
- _____. *Genealogia da moral*. Trad. Paulo Cesar Souza. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- OLINTO, Heidrun Krieger. "Reflexões sobre uma falsa dicotomia: moderno/ pós-moderno". In: *Travessia – revista de literatura*, n. 31. Florianópolis, ed. UFSC, ago. 1995 - julho 1996. p. 39-64.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- _____. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *Retrato de época: poesia marginal anos 70*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1981.
- PONTES, Heloisa. *Destinos mistos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- PIGLIA, Ricardo. "Ficção e teoria: o escritor enquanto crítico". In: *Travessia – revista de literatura*. Florianópolis: Ed. UFSC, nº 33, ago./dez.,1996, p.47-59.
- PRADO, Antonio Arnoni (Org.) *Sérgio Buarque de Holanda: o espírito e a letra*. Vol I e II. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- RAJCHMAN, John. *Foucault: a liberdade da filosofia*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- RAMA, Ángel. *Transculturación narrativa en América Latina*. 2. ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1985.
- RAMOS, Julio. *Desencuentros de la modernidad en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económico, 1989.
- REGO, Norma Pereira. *Pasquim: arenas do Rio*. Rio de Janeiro: Ed. Dumará/Rio Arte, 1996.
- RINCÓN, Carlos. *La no simultaneidad de lo simultáneo*. Bogotá: Editorial Universidad Nacional, 1995.

- RIVERA, Jorge B. *El periodismo cultural*. Buenos Aires, Barcelona, Mexico: Paidós, 1995.
- RODRIGUEZ, Luz. *El sueño de la razón*. Leiden: Rijks Universiteit, 1998.
- ROMERO, José Luis. *Las ideologías de la cultura nacional y otros ensayos*. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, s/d.
- SANTIAGO, Silviano. *Nas malhas da letra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. São Paulo: Perspectiva/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978.
- _____. *Vale quanto pesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. “A crítica literária nos jornais”. In: *Nuevo texto critico*, n.15/16, jul.94-jun.95, p.61-68.
- SARLO, Beatriz; ALTAMIRANO, Carlos. *Literatura/Sociedad*. Buenos Aires: Hachette, 1983.
- _____. *Cenas da vida pós-moderna. Intelectuais, arte e video-cultura na Argentina*. Trad. S. Alcides. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- _____. “Lo popular en la historia de la cultura”. In: *Revista Punto de Vista*, Buenos Aires, n.35, set. nov. de 1989, p.19-24.
- _____. *Paisagens imaginárias*. Trad. Rubia P. Goldoni e Sergio Molina. São Paulo: Edusp, 1997.
- SARMIENTO, Domingo Faustino. POMER, León (Org.) *Sarmiento*. Trad. Vicente Cechelero. São Paulo: Ática, 1983.
- SCHWARZ, Roberto. “19 Princípios para a crítica literária.” In: *Almanaque - Cadernos de Literatura e Ensaio*. São Paulo: Brasiliense, n.2, 1976, p.5.
- SCHWARTSMAN, Hélio. “Termo surgiu como erro de copistas”. In: *Letras, Folha de S.Paulo*, 1991.
- SCRAMIM, Susana Célia Leandro. *A utopia em Darcy Ribeiro*. Tese de Doutorado em Teoria Literária/ Literatura Brasileira, USP, 2000.
- SEVCENKO, Nicolau. “O fardo do homem culto: literatura e analfabetismo no prelúdio republicano”. In: *Almanaque - Cadernos de Literatura e Ensaio*. São Paulo: ed. Brasiliense, n.14, 1982, p.80-83.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Mil dias: os bastidores da revolução em um grande jornal*. São Paulo: Trajetória Editorial, 1988.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de história da cultura brasileira*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. *A verdade sobre o ISEB*. (Col. Depoimento) Rio de Janeiro: Avenir editora, 1978.
- _____. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- SOUZA, Eneida Maria de. “Tempo de pós-crítica”. In: *Cadernos de Pesquisa*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, n.20, novembro, 1994. (Este texto se encontra disponível na homepage da UFMG/Pós-Graduação em Letras).

- STAROBINSKI, Jean. *Montaigne em movimento*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- STAVANS, Ilan. "The hispanic condition, art and ange". Trad. Jayme A. da Costa Pinto Jr. In: Revista *Cult*, n. 4, nov. 1997.
- SUSSEKIND, Flora. *Literatura e vida literária: polêmicas diários & retratos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- _____. *Papéis colados*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1993.
- _____. *Tal Brasil, qual romance?* Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- TELLES, Renata. *Glória póstuma: Almanaque objeto de estudo*. Dissertação de Mestrado em Teoria Literária/Literatura Brasileira, UFSC, 1999.
- TRILLING, Lionel. "A função da pequena revista". In: *Literatura e sociedade*. Trd. Rubem Rocha Filho. Rio de Janeiro: Lidador, 1965, p.113-123. Ou "La funcion de la revista literaria". In: *La imaginacion liberal*. Trad. Enrique Pezzoni. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1956.
- VALÉRY, Paul. *Oeuvres*. Tome I. Paris: Gallimard, 1957.
- VATTIMO, Gianni. *O fim da modernidade*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- WEINHARDT, Marilene. *O suplemento literário d'O Estado de São Paulo (1956-1967)*. Brasília: INL, 1987.
- WELLEK, René. "A crise na literatura comparada" e "O nome e a natureza da literatura comparada". In: COUTINHO, Eduardo; CARVALHAL, Tânia. (Orgs.) *Literatura comparada: textos fundadores*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. *Los medios de comunicación social*. 2. ed. Trad. Manuel Carbonell. Barcelona: Ed. Península, 1974.
- _____. *Cultura*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.